



2.º cm

APENSADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

DESPACHO:

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

REGIME DE TRAMITAÇÃO

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		

PROJETO DE LEI Nº 913 DE 1991

APENSADOS - VOL I

2521/89	162/91	1156/91
4664/90	350/91	1402/91
4952/90	43/91	3227/92
5542/90	146/91	461/91
1544/91	340/91	718/91
5790/90	360/91	1040/91
21/91	417/91	1334/91
		1378/91



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SENADO FEDERAL)

PLS Nº 12/91

VOL. I

ASSUNTO:

Altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

PL/-0.913/91

NOVO DESPACHO: (12/06/97)

AS COMISSÕES:

ART. 24, II

- DE TRABALHO, DE ADM. E SERV. PÚBLICO

- DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

- DE CONST. E JUST. E DE RED. (ART. 54)

AO (ADM) = TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO

AO ARQUIVO

em 21 de maio de 19 91

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

913 DE 19 PROJETO N.º

APENSADOS - VOL II

1409/91	1929/91	3246/92
1559/91	1952/91	3507/93
1633/91	2371/91	4068/93
1662/91	2219/91	4191/93
1678/91	2257/91	4165/93
2202/91	2547/91	4209/93
2729/92	2607/92	4805/94
1761/91	2713/92	555/95
1831/91	2879/92	1251/95
1851/91	3006/92	1757/96
1878/91	3113/92	1767/96
		2047/96



CÂMARA DOS DEPUTADOS

VOL. II

91
DE 19

913

PROJETO N.º

DESPACHO:

em de de 19

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE LEI Nº 913, DE 1991
(DO SENADO FEDERAL)
PLS Nº 12/91



Altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

~~(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ADM);
DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - ARTIGO 24,~~

~~II).~~

VIDE CAPA



CÂMARA DOS DEPUTADOS



LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI Nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do
Tempo de Serviço e dá outras provi-
dências.

Art. 15 - Para os fins previstos nesta Lei, todos os empregados ficam obrigados a depositar, até o dia sete de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a oito por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas na remuneração as parcelas de que tratam os arts. 457 e 458 da CLT e a gratificação de Natal a que se refere a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, com as modificações da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965.

§ 1º - Entende-se por empregador a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão-de-obra, independente da responsabilidade solidária e/ou subsidiária a que eventualmente venha obrigar-se.

§ 2º - Considera-se trabalhador toda pessoa física que prestar serviços a empregador, a locador ou tomador de mão-de-obra, excluídos os eventuais, os autônomos e os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.

§ 3º - Os trabalhadores domésticos poderão ter acesso ao regime do FGTS, na forma que vier a ser prevista em lei.



S I N O P S E

Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1991

Altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

Apresentado pelo Senador Marco Maciel

Lido no expediente da Sessão de 05/03/91, e publicado no DCN (Seção II) de 06/3/91 e distribuído à CAS. (decisão terminativa), onde poderá receber emendas, após publicadas e distribuído em avulsos, pelo prazo de 5 dias úteis.

Em 29/04/91, é lido o Parecer nº 67/91-CAS. A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do Ofício nº 4/91, do Presidente da CAS, comunicando a aprovação da matéria na reunião de 24/4/91. É aberto um prazo de cinco dias para interposição de recurso por um décimo da composição da Casa, para que o projeto seja apreciado pelo Plenário, esgotado esse prazo, sem a interposição de recurso, a matéria será despachada à Câmara dos Deputados. À SSCLS.

Em 07/05/91, A Presidência comunica o término do prazo para interposição de recurso no sentido de inclusão em Ordem do Dia da matéria apreciada conclusivamente pela Comissão de Assuntos Sociais. À Câmara dos Deputados com o Ofício SM/Nº.504, de 9.5.91



CÂMARA DOS DEPUTADOS

19 MAI 17 20 5 017144

SECRETARIA DE COMUNICAÇÕES
PONTA DA PÁTRIA

SM/Nº 504

Em 9 de maio de 1991

Senhor Primeiro Secretário

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1991, constante dos autógrafos juntos, que "altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 09 / 05 / 91. Ao Senhor
Secretário-Geral da Mesa,
Inocência Oliveira
Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA
Primeiro Secretário

Lucídio Portella
SENADOR LUCÍDIO PORTELLA
Primeiro Secretário, em exercício

A Sua Excelência o Senhor
Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA
DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
jv/.



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 12, DE 1991

Altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O § 3.º do art. 15, da Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), passa a ter a seguinte redação:

"Art. 15.

§ 3.º Aos trabalhadores rurais e aos trabalhadores domésticos aplicam-se, igualmente, os direitos previstos nesta lei."

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O projeto de lei ora submetido à apreciação de Vossas Excelências tem por escopo incluir, como beneficiário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), os trabalhadores rurais e os domésticos.

Com relação aos trabalhadores rurais, trata-se apenas de, expressamente, fazer constar da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço o direito que a própria Constituição lhes confere como disposto no seu art. 7.º, inciso III, in verbis:

"Art. 7.º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

III — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço."

Quanto à categoria dos trabalhadores domésticos estes, infelizmente, não foram contemplados constitucionalmente com o direito, mas a própria legislação do FGTS, na atual redação do § 3.º, do art. 15, que se pretende alterar, prevê a hipótese de sua inclusão dentre os trabalhadores beneficiados com este importante instituto indenizatório do tempo de serviço.



Com efeito, o § 3.º do art. 15, da Lei n.º 81.036, de 11 de maio de 1990, atualmente assim dispõe:

"Art. 15.

§ 3.º Os trabalhadores domésticos poderão ter acesso ao regime do FGTS, na forma que vier a ser prevista em lei."

Por entendermos não haver motivos para discriminar estes trabalhadores com uma legislação própria e específica, é que propomos que se dê ao parágrafo uma nova redação, simplesmente estendendo à categoria os mesmos direitos que hoje se aplicam, indistintamente, a todos os trabalhadores brasileiros, quer sejam urbanos ou rurais.

Corrige-se, desta forma, uma grande injustiça que hoje se comete contra a categoria profissional dos domésticos, representativa de uma grande força de trabalho, e que congrega milhares e milhares de brasileiros.

Não é justo que estes trabalhadores, geralmente pertencentes às classes mais humildes da população, possam ser dispensados, injustificadamente, de seus empregos, após longos anos de labuta, sem terem direito a qualquer tipo de indenização pelo tempo de serviço prestado a seus empregadores.

Estas, Senhores Senadores, as razões que me levaram a propor aos eminentes pares, o presente projeto de lei, para o qual solicito o seu indispensável apoio.

Sala das Sessões, 5 de março de 1991. — Senador Marco Maciel.

LEGISLAÇÃO CITADA

* LEI N.º 8.036 — DE 11 DE MAIO DE 1990

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

Art. 15. Para os fins previstos nesta lei, todos os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 (sete) de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas na remuneração as parcelas de que tratam os artigos 457 e 458 da CLT e a gratificação de Natal a que se refere a Lei n.º 4.090, de 13 de julho de 1962, com as modificações da Lei n.º 4.749, de 12 de agosto de 1965.

§ 3.º Os trabalhadores domésticos poderão ter acesso ao regime do FGTS, na forma que vier a ser prevista em lei.

(A Comissão de Assuntos Sociais — decisão terminativa.)

Publicado no DCN (Seção II), de 6-3-91



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 67, DE 1991

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1991, que altera a legislação sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e dá outras providências.

Relator: Senadora MARLUCE PINTO

De autoria do Senador Marco Maciel, o Projeto de Lei ora sob exame tem por objetivo incluir, como beneficiários do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), os trabalhadores rurais e os domésticos.

Ao justificar a iniciativa, o parlamentar afirma que corrige-se, desta forma, uma grande injustiça que hoje se comete contra



a categoria profissional dos domésticos, representativa de uma grande força de trabalho, e que congrega milhares e milhares de brasileiros. Não é justo que estes trabalhadores, geralmente pertencentes às classes mais humildes da população, possam ser dispensados, injustificadamente, de seus empregos, após longos anos de labuta, sem terem direito a qualquer tipo de indenização pelo tempo de serviço prestado a seus empregadores .

Ao apresentar a alteração ao § 3º do art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, o autor da proposição quis fazer constar da legislação do FGTS um direito do trabalhador rural que a Constituição Federal lhe confere no seu art. 7º, inciso III.

A novidade, porém, consiste no fato de estender esse direito também ao empregado doméstico, vez que o referido artigo da Lei nº 8.036, de 1990, já previa o acesso dessa classe trabalhadora ao regime do FGTS.

Efetivamente, a inclusão destes trabalhadores neste importante instituto indenizatório do tempo de serviço se faz necessária, pois é bastante odiosa essa discriminação hoje existente.

É verdade que são distintas as relações de trabalho entre o empregado de uma empresa e o empregado doméstico que está a serviço de uma família. Entretanto, não há dúvida quanto ao aspecto comum

de ambos: a prestação de serviço. Desse modo, não nos parece justo que estes trabalhadores tenham um tratamento diferenciado, precisamente porque os empregados domésticos são os mais necessitados, uma vez que pertencem às classes mais humildes.

Assim sendo, consideramos o presente Projeto de Lei um instrumento de grande alcance social e reparador de uma grave injustiça para com essa laboriosa categoria de trabalhadores.

Ante o exposto, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1991.

ALMIR GABRIEL, Presidente

LUCÍDIO PORTELLA

MARLUCE PINTO

Relator

BENI VERRAS

AFONSO CAMARGO

CID SABÓIA DECARVALHO

GARIBALDI ALVES FILHO

CÉSAR DIAS

FRANCISCO ROLLEMBERG

4 - *[Handwritten signature]*
JOTAHY MAGALHÃES

[Handwritten signature]
WILSON MARTINS

[Handwritten signature]
JOÃO ROCHA

[Handwritten signature]
LAVOISIER MAIA

[Handwritten signature]
COUTINHO JORGE

[Handwritten signature]
ANTONIO MARIZ

Publicado no DCN (Seção II), de 30/4/91

PROJETO DE LEI 913/91

Altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O § 3º do art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), passa a ter a seguinte redação:

"Art. 15 -

§ 3º - Aos trabalhadores rurais e aos trabalhadores domésticos aplicam-se, igualmente, os direitos previstos nesta Lei."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 9 DE MAIO DE 1991



SENADO MAURO BENEVIDES
PRESIDENTE



17/05/91

Secretaria-Geral da Mesa

fl. 1

PROPOSICAO : PL. 0913 / 91 DATA APRES.: 09/05/91
AUTOR : SENADO FEDERAL Nr.Origem: PLS 0012/91 ** (Art. 24, II RI) **

Altera a legislacao que dispoe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de
Servico, e da outras providencias.

AUTOR NA ORIGEM : MARCO MACIEL - /PE

Despacho :

Constituicao e Justica e de Redacao (ADM)
Trabalho, Administracao e Servico Publico

.....

Recebi em 17/05/91



CÂMARA DOS DEPUTADOS


COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 913/91

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do item III do Ato da Mesa nº 177/89, o Sr. Presidente determinou a abertura - e di-
vulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apre-
sentação de emendas, a partir de 05/ 08/ 91 , por 5 sessões.
Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 09 de agosto de 1991


HILDA DE SENA CORREA WIEDERHECKER
Secretária



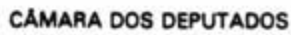
CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS
PROJETO DE LEI Nº 913/91

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 18/11/91, por cinco sessões, tendo ao seu término, este órgão Técnico recebido 01 emendas.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 1991.

Antonio Luis de Souza Santana
Secretário



INDICE NUMERICO

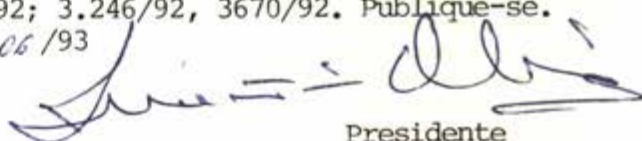
[illegible]



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Trabalho, de Ad

Defiro a apensação dos seguintes PLS ao PL nº 913/91: 2521/89, 4664/90; 4952/90, 5542/90, 5790/90; 21/91; 43/91; 146/91; 340/91; 360/91; 417/91; 461/91; 718/91; 1.040/91; 1.334/91; 1.378/91; 1.409/91; 1.559/91; 1.633/91; 1.761, de 1991; 1.831/91; 1.851/91; 1.878/91; 1.929, de 1991; 1.952/91; 2.219/91; 2.257/91; 2547/92; 2.607/92; 2.713/92; 2.879/92; 3.006/92; 3.113, de 1992; 3.246/92, 3670/92. Publique-se.
Em 29/06/93


Presidente

REQUI
(Do Sr. I

Solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 913, de 1991, (PLS 12/91, na origem) e dos projetos de lei abaixo relacionados, com a apensação destes últimos ao primeiro.

Senhor Presidente:

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) tem sido objeto de constante atenção por parte dos parlamentares que compõem as duas Casas do Congresso Nacional. Este interesse pode ser medido pela existência de mais de uma centena de proposições em tramitação que tratam direta ou indiretamente do tema e, mais recentemente, pela criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que apontou inúmeras irregularidades e deficiências na arrecadação, gestão de contas vinculadas e aplicação dos recursos do FGTS.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público tem procurado tratar a problemática do FGTS dentro de uma perspectiva global, com o objetivo de contribuir para recuperar o equilíbrio financeiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, historicamente ameaçado pelo alto grau de sonegação, pela administração pouco competente das contas vinculadas e por critérios e sistemáticas escusos de aplicação de seus recursos.

Neste contexto, esta Comissão criou uma Subcomissão Especial para analisar as proposições



CÂMARA DOS DEPUTADOS

existentes na Casa, relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e discutir um projeto único. Esta Subcomissão está inclusive promovendo um ciclo de debates, intitulado "Os Rumos do FGTS", com o fito de colher subsídios, junto à sociedade civil, ao Conselho Curador do FGTS, ao Poder Executivo e aos parlamentares, para a elaboração de um substitutivo abrangente às proposições que se encontram em tramitação nesta Casa.

A principal preocupação de todas as entidades - encampada por esta Comissão - é de que o aperfeiçoamento da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço seja realizado de forma cuidadosa e integrada, de modo a preservar a harmonia entre arrecadação, saques e aplicações.

Em virtude do exposto, requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 142 e 143 do Regimento Interno, a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 913, de 1991, (PLS 12/91, na origem) e dos projetos de lei abaixo relacionados, com a apensação destes últimos ao primeiro:

- PL nº 2.521/89
- PL nº 4.664/90
- OK PL nº 4.952/90
- PL nº 5.542/90 *item parece da CTR, CIT e está na STAS P (unidade)*
- OK PL nº 5.790/90 *con. ao PL 1544/91*
- ~~PL nº 5.813/90 - RMSE~~
- OK PL nº 21/91
- OK PL nº 43/91
- OK PL nº 146/91
- ~~PL nº 162/91 - anexado ao PL 31/91~~
- OK PL nº 340/91 *sub. co.*
- PL nº 350/91 *anexado ao PL 21/91*
- OK PL nº 360/91
- PL nº 417/91 *apensados PL: nº 1402/91 e 3222/92*
- OK PL nº 461/91
- PL nº 598/91 *apensado ao PL 1584/91*
- OK PL nº 718/91
- PL nº 922/91 *anexado ao PL 598/91*
- OK PL nº 1.040/91
- PL nº 1.041/91 *item apensado p/ o com. m. kito CTAS*
- OK PL nº 1.156/91 *apensado ao 417/91*
- OK PL nº 1.269/91



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- OK PL nº 1.334/91 ✓
OK PL nº 1.378/91 ✓
PL nº 1.382/91 - p. padrão pt co-missão
PL nº 1.402/91 - anexado ao PL 419/91
OK PL nº 1.409/91 ✓
PL nº 1.544/91 - " PL. 5542/90
OK PL nº 1.559/91 ✓
PL nº 1.589/91 (PLS nº 161/91, na origem) - em fase recursal
PL. 1633/91 ← PL nº 1.602/91 - p. aprovado p com mérito
PL nº 1.662/91 - anexado ao 1633/91
OK PL nº 1.761/91 ✓
OK PL nº 1.831/91 ✓
OK PL nº 1.851/91 ✓
OK PL nº 1.878/91 ✓
OK PL nº 1.929/91 ✓
OK PL nº 1.952/91 ✓
PL nº 2.127/91 - apontado ao PL 725/91
PL nº 2.209/91 - ARQVD
OK PL nº 2.219/91 ✓
OK PL nº 2.257/91 ✓
OK PL nº 2.371/91 ✓
OK PL nº 2.547/91 (PLS 263/91, na origem) ✓
OK PL nº 2.545/92 (PLS nº 219/91, na origem) - SF
OK PL nº 2.607/92 ✓
OK PL nº 2.691/92 ✓
OK PL nº 2.713/92 (PLS nº 208/91, na origem) OK
OK PL nº 2.729/92 - anexado ao PL 1633/91
OK PL nº 2.879/92 ✓
OK PL nº 3.006/92 ✓
OK PL nº 3.007/92 ✓
OK PL nº 3.113/92 - parecer relativo comissão
OK PL nº 3.199/92 - " co-missão
OK PL nº 3.227/92 - anexado ao PL 419/91
OK PL nº 3.246/92 ✓
OK PL nº 3.670/93 ✓

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1993.

Deputado PAULO ROCHA
Coordenador da Subcomissão Especial do FGTS

**Vice-Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração
e Serviço Público**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

REQUERIMENTO
(Do Sr. Paulo Rocha)

Solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 913, de 1991, (PLS 12/91, na origem) e dos projetos de lei abaixo relacionados, com a apensação destes últimos ao primeiro.

Senhor Presidente:

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) tem sido objeto de constante atenção por parte dos parlamentares que compõem as duas Casas do Congresso Nacional. Este interesse pode ser medido pela existência de mais de uma centena de proposições em tramitação que tratam direta ou indiretamente do tema e, mais recentemente, pela criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que apontou inúmeras irregularidades e deficiências na arrecadação, gestão de contas vinculadas e aplicação dos recursos do FGTS.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público tem procurado tratar a problemática do FGTS dentro de uma perspectiva global, com o objetivo de contribuir para recuperar o equilíbrio financeiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, historicamente ameaçado pelo alto grau de sonegação, pela administração pouco competente das contas vinculadas e por critérios e sistemáticas escusos de aplicação de seus recursos.

Neste contexto, esta Comissão criou uma Subcomissão Especial para analisar as proposições

SECRETARIA - GERAL DA MESA

Recebido

Órgão *Plenário* n.º *3640*

Data: *26/05/93* Hora: *19hs*

Flavia Ponto: *3926*



existentes na Casa, relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e discutir um projeto único. Esta Subcomissão está inclusive promovendo um ciclo de debates, intitulado "Os Rumos do FGTS", com o fito de colher subsídios, junto à sociedade civil, ao Conselho Curador do FGTS, ao Poder Executivo e aos parlamentares, para a elaboração de um substitutivo abrangente às proposições que se encontram em tramitação nesta Casa.

A principal preocupação de todas as entidades - encampada por esta Comissão - é de que o aperfeiçoamento da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço seja realizado de forma cuidadosa e integrada, de modo a preservar a harmonia entre arrecadação, saques e aplicações.

Em virtude do exposto, requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 142 e 143 do Regimento Interno, a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 913, de 1991, (PLS 12/91, na origem) e dos projetos de lei abaixo relacionados, com a apensação destes últimos ao primeiro:

PL nº 2.521/89
PL nº 4.664/90
PL nº 4.952/90
PL nº 5.542/90
PL nº 5.790/90
PL nº 5.813/90
PL nº 21/91
PL nº 43/91
PL nº 146/91
PL nº 162/91
PL nº 340/91
PL nº 350/91
PL nº 360/91
PL nº 417/91
PL nº 461/91
PL nº 598/91
PL nº 718/91
PL nº 922/91
PL nº 1.040/91
PL nº 1.041/91
PL nº 1.156/91
PL nº 1.269/91



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL nº 1.334/91
PL nº 1.378/91
PL nº 1.382/91
PL nº 1.402/91
PL nº 1.409/91
PL nº 1.544/91
PL nº 1.559/91
PL nº 1.589/91 (PLS nº 161/91, na origem)
PL nº 1.602/91
PL nº 1.662/91
PL nº 1.761/91
PL nº 1.831/91
PL nº 1.851/91
PL nº 1.878/91
PL nº 1.929/91
PL nº 1.952/91
PL nº 2.127/91
PL nº 2.209/91
PL nº 2.219/91
PL nº 2.257/91
PL nº 2.371/91
PL nº 2.547/91 (PLS 263/91, na origem)
PL nº 2.545/92 (PLS nº 219/91, na origem)
PL nº 2.607/92
PL nº 2.691/92
PL nº 2.713/92 (PLS nº 208/91, na origem)
PL nº 2.729/92
PL nº 2.879/92
PL nº 3.006/92
PL nº 3.007/92
PL nº 3.113/92
PL nº 3.199/92
PL nº 3.227/92
PL nº 3.246/92
PL nº 3.670/93

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1993.

Deputado PAULO ROCHA
Coordenador da Subcomissão Especial do FGTS

Vice-Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração
e Serviço Público



**PROJETO DE LEI Nº 913-A, DE 1991
(DO SENADO FEDERAL)
PLS Nº 12/91**

Altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

SUMÁRIO

- I - Projeto inicial
- II - Projetos apensados: nºs 2.521/89, 4.664/90, 4.952/90, 5.542-B/90, 1.544/91, 5.790/90, 21/91, 162/91, 350/91, 43/91, 146/91, 340-C/91, 360/91, 417/91, 1.156/91, 1.402/91, 3.227/92, 461/91, 718/91, 1.040/91, 1.334/91, 1.378/91, 1.409/91, 1.559/91, 1.633/91, 1.662/91, 1.678/91, 2.202/91, 2.729/92, 1.761/91, 1.831/91, 1.851/91, 1.878/91, 1.929/91, 1.952/91, 2.371/91, 2.219/91, 2.257/91, 2.547/92, 2.607/92, 2.713/92, 2.879/92, 3.006/92, 3.113/92, 3.246/92, 3.670/93, 3.921/93, 3.944/93, 3.976/93, 3.982/93, 4.037/93, 4.068/93, 4.165/93, 4.191/93, 4.209/93, 4.586/94, 4.628/94, 4.659/94, 4.805/94, 060/95, 249/95, 271/95, 1.264/95, 555/95, 954/95, 1.175/95, 1.232/95, 1.251/95, 1.362/95, 1.540/96, 1.556/96, 1.617/96, 1.625/96, 1.757/96, 1.767/96, 2.047/96, 2.099/96, 2.116/96, 2.117/96, 2.131/96, 2.176/96, 2.198/96, 2.208/96, 2.212/96, 2.275/96, 2.583/96, 2.888/97, 2.922/97, 2.971/97, 3.145/97, 3.151/97, 3.183/97, 3.211/97, 3.218/97, 3.341/97, 3.348/97, 3.464/97, 3.545/97, 3.582/97, 3.583/97, 3.634/97 e 3.822/97.
- III - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:
 - emenda apresentada na Comissão
 - termo de recebimento de emendas - 1991
 - termo de recebimento de emendas - 1995 (nova legislatura)
 - parecer do Relator
 - 1º substitutivo oferecido pelo Relator
 - emendas apresentadas ao substitutivo (9)
 - termo de recebimento de emendas ao substitutivo
 - parecer reformulado
 - 2º substitutivo oferecido pelo Relator
 - parecer da Comissão
 - substitutivo adotado pela Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 913/91

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 15/03/95, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 22 de março de 1995.


Talita Yeda de Almeida
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS
PROJETO DE LEI Nº 2.879/92

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 24 /06 /92, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 1º de julho de 1992.

Antonio Luis de Souza Santana
Secretário



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº

03/87

PROJETO DE LEI Nº

913 / 91

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA
☐ AELUTIVATIVA

☐ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA

☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE Trabalho, de Administração e Serviço Público

DEPUTADO ARNALDO MADEIRA

AUTOR

PARTIDO

UF

PÁGINA

PSD

SP

0101

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Dê-se ao parágrafo 2º do Art. 18 a seguinte redação:

"§2º Sobre os valores repassados ao Agente Operador a partir do terceiro dia útil subsequente à data de seu recolhimento, incidirão juros de mora equivalentes à remuneração das disponibilidades financeiras do FGTS mencionado no Parágrafo Único do Art. 11, além da multa moratória idêntica à prevista no inciso I do Art. 16".

JUSTIFICATIVA

Erro na remissão e adaptação à proposta de emenda do Art. 11.

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

04/06/87
DATA

ASSINATURA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº

02/97

PROJETO DE LEI Nº

913 / 91

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVA
☐ ADJUTIVATIVA

☐ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA

☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE Trabalho, de Administração e Serviço Público

DEPUTADO ARNALDO MADEIRA

AUTOR

PARTIDO

PSDB

UF

SP

PÁGINA

01/01

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o parágrafo 2º do artigo 24 do Substitutivo.

JUSTIFICATIVA

Toda forma de remuneração do FGTS se baseia nos critérios de remuneração da caderneta de poupança que não prevê o pagamento de remuneração "pro rata die".

O trabalhador poderá se programar para efetuar o saque.

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

04/06/97

DATA

Handwritten signature

ASSINATURA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº

03/97

PROJETO DE LEI Nº

913 / 91

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA
☐ AGLOMERATIVA☒ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE Trabalho, de Administração e Serviço Público

DEPUTADO Arnaldo Madeira

AUTOR

PARTIDO

PSDB

UF

SP

PÁGINA

01/01

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Dê-se ao artigo 19 do substitutivo a seguinte redação:

"Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão corrigidos monetariamente com base nos parâmetros buscados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança e capitalização juros de 3% (três por cento) ao ano."

JUSTIFICATIVA

As taxas de juros de aplicação do ativo do FGTS não comportam a elevação necessária para garantir o aumento de remuneração previsto no substitutivo.

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

04/06/97

DATA

ASSINATURA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº

04/97

PROJETO DE LEI Nº

913 / 91

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA
☐ AGLOMERATIVA

☒ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA

☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE Trabalho, de Administração e Serviço Público

DEPUTADO Arnaldo Madeira

AUTOR

PARTIDO

PSDB

UF

SP

PÁGINA

01/01

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o inciso II do artigo 24 do Substitutivo.

JUSTIFICATIVA

Representa um estímulo à prática de atos ilícitos dentro das relações trabalhistas.

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

04/106/97

DATA

Arnaldo Madeira

ASSINATURA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº

06/37

PROJETO DE LEI Nº

913 / 91

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA
☐ ABOLITIVA☐ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE Trabalho, de Administração e Serviço Público

DEPUTADO ARNALDO MADEIRA

AUTOR

PARTIDO

UF

PÁGINA

PSDB

SP

2101

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Dê-se ao artigo 4º do Substitutivo a seguinte redação:

" Art. 4º - O Conselho Curador do FGTS será integrado por 03 (três) representantes dos trabalhadores, 03 (três) dos empregadores e 06(seis) do Governo Federal.

§ 2º - Os representantes do Governo Federal, titulares e suplentes, serão indicados pelos respectivos órgãos e entidades representados ao Ministério do Trabalho, que os nomeará, sendo:

- I - 1 (um) representante do Ministério do Planejamento e Orçamento;
- II - 1 (um) representantes do Ministério do Trabalho;
- III - 1 (um) representante do Ministério da Fazenda;
- IV - 1 (um) representante do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo;
- V - 1 (um) representante da Caixa Econômica Federal;
- VI - 1 (um) representante do Banco Central do Brasil;

JUSTIFICATIVA

Todas garantias dos saldos das contas vinculadas e das operações de crédito são do Governo Federal, devendo-se estabelecer a paridade governo e sociedade civil.

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

04 106/84

DATA

ASSINATURA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº

07/97

PROJETO DE LEI Nº

913 / 91

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA
☐ ADJUTIVATIVA☒ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE Trabalho, de Administração e Serviço Público

DEPUTADO ARNALDO MADEIRA

AUTOR

PARTIDO

PSDB

UF

SP

PÁGINA

0110

TEXTO/JUSTIFICATIVA

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se, no caput do Art. 28, a expressão "agentes que atuem no âmbito do FGTS" pela expressão: "órgãos e entidades de que trata o inciso X do Art. 3º".

JUSTIFICATIVA

Os demais agentes deferidos no Artigo 28 não são passíveis de punição.

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

04 100/97
DATA

ASSINATURA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº

08/97

PROJETO DE LEI Nº

913 / 91

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVA
☐ AGLOMERATIVA

☐ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA

☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE Trabalho, de Administração e Serviço Público

DEPUTADO ARNALDO MADEIRA

AUTOR

PARTIDO

UF

PÁGINA

PSDB

SP

01/01

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Suprimam-se os parágrafos 1º e 2º do artigo 11 do substitutivo e inclua-se o seguinte parágrafo único:

" § único - O Fundo de Liquidez e demais disponibilidades financeiras devem ter remuneração, inclusive juros, idêntica à atribuída aos depósitos de poupança."

JUSTIFICATIVA

Fica assim garantida uma remuneração nos moldes do que acontece com a caderneta de poupança.

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

04/06/91

DATA

ASSINATURA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº

09/97

PROJETO DE LEI Nº

913 / 91

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA
☐ ABOLITIVATIVA

☐ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA

☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE Trabalho, de Administração e Serviço Público

DEPUTADO ARNALDO MADEIRA

AUTOR

PARTIDO

PSDB

UF

SP

PÁGINA

0101

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Suprima-se a expressão " e aos interessados " constante no parágrafo único do artigo 5º do Substitutivo.

JUSTIFICATIVA

Os interessados nas informações do FGTS já estão representados pelo Conselho Curador do FGTS.

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

04 106/97
DATA

ASSINATURA



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
50ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 913/91

Nos termos do art. 119, **caput**, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 26/05/97, por cinco sessões. Esgotado o prazo, foram recebidas 9 (nove) emendas ao Substitutivo oferecido pelo Relator.

Sala da Comissão, em 05 de junho de 1997.


Talita Yeda de Almeida
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº

001 / 91

PROJETO DE LEI Nº

913 / 1991

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA
☐ AGLUTINATIVA☐ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

AUTOR

DEPUTADO

PAULO MANDARINO

PARTIDO

PDC

UF

GO

PÁGINA

01 / 01

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Acrescente-se mais um parágrafo (que seria o §4º) ao art. 15, com a seguinte redação:

"art. 15 -

§ 3º -

§ 4º - O agente operador - Caixa Econômica Federal - terá o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Lei, para apresentar proposta de decreto de regulamentação do disposto no parágrafo anterior, visando à operacionalização do direito ora conferido aos trabalhadores domésticos".

Justificativa

Não basta a extensão pura e simples do benefício do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aos trabalhadores domésticos, para que eles possam usufruí-los.

Para se colocar em prática a fruição desse direito, há de previamente se definir a sistemática a ser implementada notadamente quanto à cobrança das contribuições dos empregadores, com a análise de custo/benefício da rotina a ser implantada, objetivando a busca de alternativa de organização da categoria, como forma de redução dos custos operacionais imputados ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

É a regulamentação do Poder Executivo a sede própria para se disciplinar todo esquema operacional necessário à concretização do direito do FGTS aos obreiros domésticos, reunindo à Caixa Econômica Federal condições de preparar a proposta de decreto nesse sentido.

PARLAMENTAR

21/11/91

DATA

ASSINATURA

INSTRUÇÕES NO VERSO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS
PROJETO DE LEI Nº 913/91

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 18/11/91, por cinco sessões, tendo ao seu término, este órgão Técnico recebido 01 emendas.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 1991.

Antonio Luis de Souza Santana
Secretário



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 913/91

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 15/03/95, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 22 de março de 1995.


Talita Yeda de Almeida
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- ORIGINAL -

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Projeto de Lei nº 913, de 1991
(PLS nº 12, de 1991, na origem)

*Altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de
Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e dá outras
providências.*

AUTOR: Senado Federal

RELATOR: Deputado Paulo Rocha

APENSOS: PL nº 2.521/89, PL nº 4.664/90, PL nº 4.952/90, PL nº 5.542/90, PL nº 5.790/90, PL nº 21/91, PL nº 43/91, PL nº 146/91, PL nº 162/91, PL nº 340/91, PL nº 350/91, PL nº 360/91, PL nº 417/91, PL nº 461/91, PL nº 718/91, PL nº 1.040/91, PL nº 1.156/91, PL nº 1.334/91, PL nº 1.378/91, PL nº 1.402/91, PL nº 1.409/91, PL nº 1.544/91, PL nº 1.559/91, PL nº 1.633/91, PL nº 1.662/91, PL nº 1.678/91, PL nº 1.761/91, PL nº 1.831/91, PL nº 1.851/91, PL nº 1.878/91, PL nº 1.929/91, PL nº 1.952/91, PL nº 2.202/91, PL nº 2.219/91, PL nº 2.257/91, PL nº 2.371/91, PL nº 2.547/92, PL nº 2.607/92, PL nº 2.713/92, PL nº 2.729/92, PL nº 2.879/92, PL nº 3.006/92, PL nº 3.113/92, PL nº 3.227/92, PL nº 3.246/92, PL nº 3.670/93, PL nº 3.921/93, PL nº 3.944/93, PL nº 3.976/93, PL nº 3.982/93, PL nº 4.037/93, PL nº 4.068/93, PL nº 4.165/93, PL nº 4.191/93, PL nº 4.209/93, PL nº 4.586/94, PL nº 4.628/94, PL nº 4.659/94, PL nº 4.805/94, PL nº 60/95, PL nº 249/95, PL nº 271/95, PL nº 555/95, PL nº 954/95, PL nº 1.175/95, PL nº 1.232/95, PL nº 1.251/95, PL nº 1.264/95, PL nº 1.362/95, PL nº 1.540/96, PL nº 1.556/96, PL nº 1.617/96, PL nº 1.625/96, PL nº 1.757/96, PL nº 1.767/96, PL nº 2.047/96, PL nº 2.099/96, PL nº 2.116/96, PL nº 2.117/96, PL nº 2.131/96, PL nº 2.176/96, PL nº 2.198/96, PL nº 2.208/96, PL nº 2.212/96, PL nº 2.275/96, PL nº 2.583/96, PL nº 2.888/97, PL nº 2.922/97 e PL nº 2.971/97.



I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 913, de 1991, é oriundo do Senado Federal, onde havia recebido o número 12/91. De autoria do ilustre Senador Marco Maciel, a referida proposição, que foi aprovada na íntegra por aquela Casa, visa estender aos trabalhadores rurais e aos domésticos os direitos previstos na legislação concernente ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Ao ser distribuído para a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público desta Casa, o Projeto de Lei nº 913/91 recebeu uma única emenda, do nobre Colega Paulo Mandarino, com o objetivo de estabelecer um prazo para que a Caixa Econômica Federal elabore uma proposta de decreto de regulamentação do disposto na proposição.

O encaminhamento do PLS nº 12/91 à Câmara dos Deputados coincidiu com um período de intensos debates em ambas as Casas do Congresso Nacional acerca de irregularidades na administração e na gestão da aplicação dos recursos do FGTS, que motivaram a instalação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI do FGTS e a apresentação de um número bastante elevado de proposições sobre o tema. Assim, para dar um tratamento orgânico a essas proposições, foi solicitada e deferida a apensação de 88 projetos de lei ainda não apreciados por Comissão de mérito.

A maior parte desses projetos de lei versa sobre pontos específicos da legislação que regula o FGTS, sendo que nada menos que 55 proposições dispõem sobre as hipóteses de movimentação das contas vinculadas dos trabalhadores. Apenas 4 proposições - PLs nºs 1.334/91, 1.851/91, 4.191/93 (oriundo da CPMI do FGTS) e 1.625/96 - propugnam alterações abrangentes na legislação do Fundo.

Os projetos de lei acima citados são relatados a seguir, resumidamente, agrupados segundo o tema tratado ou o dispositivo da Lei nº 8.036/90, que pretendem alterar.

A) COMPOSIÇÃO, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO CURADOR (4 projetos):

- **Projeto de Lei nº 4.664, de 1990, do Dep. Paulo Paim**, concedendo estabilidade provisória para o representante do trabalhador no Conselho.
- **Projeto de Lei nº 360, de 1991, do Dep. Amaury Muller**, incluindo,



na composição do Conselho Curador, um representante do cooperativismo habitacional, a ser indicado pela Organização das Cooperativas Brasileiras.

- **Projeto de Lei nº 1.334, de 1991, do Dep. Edésio Passos e outros,** alterando o art. 3º da Lei nº 8.036/90, entre outras modificações.

- **Projeto de Lei nº 1.556, de 1996, do Dep. Carlos Airton,** dispondo sobre a extinção do Conselho Curador do FGTS, passando suas funções a serem exercidas pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de seu Agente Operador.

B) GARANTIA EXIGIDA PARA EMPRÉSTIMOS (1 projeto):

- **Projeto de Lei nº 1.831, de 1991, do Dep. Pauderney Avelino,** definindo como requisito para obtenção de empréstimos com recursos do FGTS, garantia real ou, a critério do Conselho Curador, garantia fidejussória (ambas já previstas no texto da Medida Provisória nº 1.478 - 23, de 15 de abril de 1997).

C) APLICAÇÕES DOS RECURSOS DO FGTS E DISTRIBUIÇÃO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (6 projetos):

- **Projeto de Lei nº 1.878, de 1991, do Dep. Rubens Bueno,** estabelecendo que pelo menos 50% dos recursos arrecadados sejam aplicados nos municípios de origem e em projetos julgados prioritários pelas respectivas prefeituras. Somente o restante dos recursos é que seria aplicado considerando a demanda habitacional, a população e outros indicadores sociais.

- **Projeto de Lei nº 1.929, de 1991, do Dep. Evaldo Gonçalves,** dispondo que os recursos não seriam mais aplicados levando em consideração a demanda habitacional, a população e outros indicadores sociais, mas sim obedecendo aos percentuais vigentes do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE.

- **Projeto de Lei nº 2.713, de 1992, do Senado Federal (na origem PLS 208/91),** determinando que, o volume de recursos a ser aplicado nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, em conjunto, não poderá ser inferior a 40% do total dos recursos arrecadados pelo Fundo.

- **Projeto de Lei nº 1.362, de 1995, do Dep. Luciano Pizzatto,** estabelecendo que o programa de aplicações deverá destinar, no mínimo, 60% para investimentos em habitação popular, sendo 10% em habitação rural.

- **Projeto de Lei nº 2.922, de 1997, do Dep. Paulo Paim,** alocando



10% do volume total de recursos para operações de crédito educativo, voltadas ao trabalhador e seus dependentes.

- **Projeto de Lei nº 2.971, de 1997, do Dep. Moisés Lipnik**, dispondo que pelo menos 10% do volume total de recursos, mantido o percentual mínimo de 60% para habitação popular, seja aplicado em programas de aquisição de materiais de construção pelas populações de baixa renda.

D) CORREÇÃO DOS SALDOS DAS CONTAS VINCULADAS (5

projetos):

- **Projeto de Lei nº 5.790, de 1990, do Dep. Augusto Carvalho**, dispondo que os saldos das contas vinculadas sejam corrigidos, cumulativamente, a partir de 1º/07/88, em 26,06%, e, a partir de 1º/02/89, em 70,28%. Para as categorias funcionais que obtiveram esses índices de reajuste, somente seria feita a correção até o início do prazo de validade dos respectivos acordos coletivos ou decisões judiciais. As que tiveram índices inferiores receberiam correção pelo diferencial de percentual. A proposição tem como objetivo repor as perdas com os planos Bresser e Verão.

- **Projeto de Lei nº 2.879, de 1992, do Dep. Paulo Paim**, determinando que o montante existente na conta individual do trabalhador no FGTS lhe é devido na data da rescisão sem justa causa do seu contrato de trabalho. O empregador, ao comunicar o empregado da sua dispensa, dará ciência ao banco depositário, na mesma oportunidade, do dia em que ocorrerá a rescisão do contrato de trabalho. Os depósitos do FGTS na conta individual do empregado devem estar a sua disposição na mesma data da rescisão contratual, acrescidos de Taxa Referencial Diária.

- **Projeto de Lei nº 3.113, de 1992, do Dep. Jackson Pereira**, determinando que o valor a ser sacado da conta vinculada deve ser atualizado monetariamente, por índice a ser estabelecido pelo Conselho Curador, entre a data do último crédito de juros e atualização monetária e a data do efetivo pagamento.

- **Projeto de Lei nº 4.586, de 1994, do Dep. Paulo Paim**, estabelecendo que os depósitos efetuados pelos empregadores nas contas vinculadas dos trabalhadores no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço sejam corrigidos monetariamente na forma e pelos critérios adotados para a caderneta de poupança. A capitalização dos juros dos depósitos seria à taxa de 6% ao ano.

- **Projeto de Lei nº 4.659, de 1994, do Dep. Luiz Salomão**,



determinando que os depósitos efetuados nas contas vinculadas sejam corrigidos monetariamente com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança, capitalizando juros de 6% ao ano.

E) EXTENSÃO DO FGTS AOS DOMÉSTICOS E RURAIS (4 projetos):

• **Projeto de Lei nº 2.521, de 1989, do Dep. José Egreja**, criando o FGTS do trabalhador rural (FGTS - TR), com duas emendas da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. A proposição abrange empregados e empregadores, inclusive entidades de direito público, que exercem atividade rural (agricultura, pecuária e exploração animal, extrativismo e exploração vegetal), excluindo as relações de trabalho eventual. A Lei nº 8.036/90 é referida para disciplinar algumas questões, porém o projeto traz as seguintes diferenças em relação a essa lei :

1) recolhimento do depósito até o dia 30 do mês seguinte ao da competência do salário, sendo que no caso de menos de 10 empregados, o empregador pode efetuar o depósito trimestralmente, atualizando o valor;

2) ampliação das hipóteses de saques: na rescisão do contrato por justa causa (o empregado faz jus aos depósitos mas perde a correção e os juros), na vigência do contrato de trabalho ou na rescisão sem justa causa pelo empregado ou por justa causa pelo empregador, a conta pode ser utilizada total ou parcialmente quando ocorrer necessidade grave e premente, pessoal ou familiar, por doença, casamento, aquisição de propriedade rural, aquisição de moradia própria, entre outras.

3) Gestão do FGTS - TR: pela Caixa Econômica Federal - CEF, segundo planejamento e normas do Conselho Curador. Custeio da gestão pelo diferencial de juros obtidos nas operações de aplicações dos recursos e os custos de capitalização do Fundo.

4) Conselho Curador do FGTS -TR: composto pelo presidente da CEF, que o preside, um representante do Ministério do Trabalho, um do Ministério da Agricultura, três dos empregadores rurais e três dos empregados rurais. Todos perceberiam gratificação. As competências seriam similares às do atual Conselho Curador do FGTS - CCFGTS.

5) Agentes financeiros: o CCFGTS - TR determina exigências para o credenciamento e o BACEN autoriza. Prioridade ao Sistema de Crédito Rural Cooperativista.

6) Aplicações: em operações realizadas diretamente com trabalhadores rurais, em crédito fundiário (com juros máximos de 6% ao ano) e moradia própria. O valor



orçado, que exceder ao aplicado nessas áreas, será empregado na aquisição de Letras Financeiras do Tesouro. São trabalhadores rurais aqueles que, nos últimos 5 anos, tenham pelo menos 80% do tempo de trabalho em atividade rural como empregado ou pequeno produtor rural.

7) Aquisição de moradia: uma por vez por trabalhador. A área não será superior a 10 módulos fiscais.

8) Ministério do Trabalho: fiscaliza e cobra débitos administrativa e judicialmente.

• **Projeto de Lei nº 21, de 1991, do Dep. Antônio Carlos Mendes Thame (com os dois PL seguintes apensados e parecer da CCJR, com emenda, não apreciado)**, determinando que os direitos previstos na Lei nº 8.036/90 aplicam-se, igualmente, aos trabalhadores domésticos.

• **Projeto de Lei nº 162, de 1991, do Dep. Carlos Alberto Campista (apensado ao PL 21/91)**, estendendo o FGTS aos domésticos, definindo que o percentual de 8% incide sobre o salário em dinheiro devido e pago ao trabalhador, não podendo esta base ser inferior a um salário mínimo, bem como o pagamento em prestações *in natura* não incidirão para o cálculo do depósito.

• **Projeto de Lei nº 350, de 1991, do Dep. Carlos Cardinal (apensado ao PL 21/91)**, assegurando aos domésticos o direito ao FGTS, instituído pela Lei nº 5.107/66. O valor da contribuição não teria por base o salário do doméstico, mas seria fixado em 8% do salário mínimo, sendo depositado, a partir do mês subsequente à contratação e até o mês seguinte ao da rescisão, até o dia 30 de cada um desses meses.

F) PRESTAÇÃO, PELOS EMPREGADORES AOS EMPREGADOS, DE INFORMAÇÕES SOBRE A CONTA VINCULADA (1 projeto):

• **Projeto de Lei nº 1.559, de 1991, do Dep. Saulo Coelho**, estabelecendo a menção, no comprovante de pagamento do empregado, do valor recolhido ao FGTS no mês e do saldo da respectiva conta vinculada, atualizado até o mês anterior. As instituições financeiras depositárias ficariam obrigadas a prestar aos empregadores as informações necessárias.



G) MULTA NA RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO (1

projeto):

- **Projeto de Lei nº 1.409, de 1991, do Dep. Victor Faccioni**, que procura deixar mais claro qual é a base de cálculo da multa a ser paga pelo empregador na hipótese de despedida sem justa causa, ainda que indireta. Explicita que são, não só os depósitos realizados nas contas vinculadas, mas também os devidos e não recolhidos, devendo o total ser atualizado monetariamente e acrescido de juros, não sendo permitida a dedução dos saques porventura efetuados pelo trabalhador.

H) SAQUE DO SALDO DA CONTA VINCULADA (55 projetos),

contemplando as seguintes hipóteses de levantamento dos depósitos:

1. POR PEDIDO DE DEMISSÃO

- **Projeto de Lei nº 5.542, de 1990, do Dep. José Serra** (trabalhador com renda mensal de até 5 SM), com três emendas.

- **Projeto de Lei nº 2.116, de 1996, do Dep. Paulo Paim.**

2. PARA PAGAMENTO MENSAL À ENTIDADE DE MEDICINA DE GRUPO OU PLANO DE SAÚDE

- **Projeto de Lei nº 4.805, de 1994, do Dep. João Faustino.**

3. POR TEMPO DE SERVIÇO

- **Projeto de Lei nº 340, de 1991, do Dep. Carlos Cardinal** (30 anos de serviço ou 60 anos de idade).

- **Projeto de Lei nº 3.006, de 1992, do Dep. Magalhães Teixeira** (35 anos de serviço).

- **Projeto de Lei nº 4.628, de 1994, do Dep. Paulo Paim** (1 ano de serviço na empresa).

- **Projeto de Lei nº 1.175, de 1995, do Dep. Elias Murad** (aquisição de tempo de serviço para a aposentadoria).

- **Projeto de Lei nº 1.232, de 1995, do Dep. Chico Vigilante** (10 anos).

- **Projeto de Lei nº 1.251, de 1995, do Dep. Elias Murad** (aquisição de tempo de serviço para a aposentadoria).



4. PARA PAGAMENTO DE PARTE DAS PRESTAÇÕES NA LIQUIDAÇÃO OU NA AMORTIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR OU NO PAGAMENTO TOTAL OU PARCIAL DO PREÇO DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEL ÚNICO NO SFH E NO SISTEMA HIPOTECÁRIO.

- Projeto de Lei nº 417, de 1991, do Dep. Geraldo Alckmin Filho.
- Projeto de lei nº 2.219, de 1991, do Dep. Paulo Hartung.
- Projeto de Lei nº 3.944, de 1993, dos Deputados Cyro Garcia e

Ernesto Gradella.

- Projeto de Lei nº 3.976, de 1993, do Dep. Paulo Bernardo.

5. POR OCASIÃO DAS FÉRIAS

- Projeto de Lei nº 1.761, de 1991, da Dep. Sandra Cavalcanti (10% do total do saldo para empregado com mais de 5 anos na mesma empresa).

6. PARA PAGAMENTO DE MENSALIDADE ESCOLAR DO TRABALHADOR E DE SEUS DEPENDENTES

- Projeto de Lei nº 1.952, de 1991, do Dep. Ricardo Izar.
- Projeto de Lei nº 2.371, de 1991, do Dep. Valdenor Guedes.
- Projeto de Lei nº 954, de 1995, do Dep. Airton Dipp.
- Projeto de Lei nº 1.540, de 1996, do Dep. Ricardo Izar.
- Projeto de Lei nº 2.047, de 1996, do Dep. Augusto Nardes.
- Projeto de Lei nº 2.099, de 1996, do Dep. Luiz Mainardi.
- Projeto de Lei nº 2.117, de 1996, do Dep. Nelson Bornier.
- Projeto de Lei nº 2.131, de 1996, do Dep. Ezídio Pinheiro.
- Projeto de Lei nº 2.176, de 1996, do Dep. Hugo Lagranha.
- Projeto de Lei nº 2.212, de 1996, do Dep. Wilson Cignachi.
- Projeto de Lei nº 2.922, de 1997, do Dep. Paulo Paim.

7. PARA AQUISIÇÃO, CONSTRUÇÃO, REFORMA OU AMPLIAÇÃO DA CASA PRÓPRIA

- Projeto de Lei nº 5.542, de 1990, do Dep. José Serra (trabalhador com renda mensal de até 5 SM).

- Projeto de Lei nº 4.952, de 1990, do Dep. Geraldo Alckmin Filho.
- Projeto de Lei nº 43, de 1991, do Dep. Mendes Thame.
- Projeto de Lei nº 1.156, de 1991, do Deputado Álvaro Valle.
- Projeto de Lei nº 1.402, de 1991, do Dep. Ivandro Cunha Lima.



Corrêa).

- Projeto de Lei nº 1.544, de 1991, da Dep. Maria Luiza Fontenele.
- Projeto de Lei nº 2.547, de 1992 (PLS nº 263/91, do Sen. Maurício

- Projeto de Lei nº 3.227, de 1992, do Dep. Werner Wanderer.
- Projeto de Lei nº 3.246, de 1992, do Dep. Alacid Nunes.
- Projeto de Lei nº 271, de 1995, do Dep. Paulo Paim.
- Projeto de Lei nº 555, de 1995, do Dep. Corauci Sobrinho.
- Projeto de Lei nº 1.617, de 1996, do Dep. Ayrton Xerez.
- Projeto de Lei nº 2.275, de 1996, do Dep. Welson Gasparini.

8. PARA PAGAMENTO DE IMPOSTOS, TAXAS E CUSTOS NOTARIAIS, RELACIONADOS À AQUISIÇÃO DA CASA PRÓPRIA

- Projeto de Lei nº 3.246, de 1992, do Dep. Alacid Nunes.

9. PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS

- Projeto de Lei nº 4.068/93, do Dep. Sarney Filho.

10. POR DOENÇA E PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

- Projeto de Lei nº 5.542, de 1990, do Dep. José Serra (trabalhador com renda mensal de até 5 SM).

Thame.

- Projeto de Lei nº 43, de 1991, do Dep. Antônio Carlos Mendes
- Projeto de Lei nº 3.982, de 1993, do Dep. Osmânio Pereira.

• Projeto de Lei nº 2.208, de 1996, do Dep. Fausto Martello (para os portadores do vírus da AIDS: inciso já acrescentado pela Lei nº 8.922/94).

11. POR DESPEDIDA COM JUSTA CAUSA PELO EMPREGADOR

- Projeto de Lei nº 5.542, de 1990, do Dep. José Serra (apenas para o trabalhador com renda mensal de até 5 SM).

- Projeto de Lei nº 1.378, de 1991, do Dep. Carrion Júnior.

12. POR CONVERSÃO DE REGIME JURÍDICO

- Projeto de Lei nº 718, de 1991, do Dep. Tadashi Kuriki.
- Projeto de Lei nº 1.633, de 1991, do Dep. Carlos Alberto

Campista.

- Projeto de Lei nº 1.662, de 1991, do Deputado Zaire Rezende.
- Projeto de Lei nº 1.678, de 1991, dos Deputados Tuga Angerami e



Paulo Hartung.

- Projeto de Lei nº 2.202, de 1991, do Dep. Flávio Rocha.
- Projeto de Lei nº 2.729, de 1992, do Dep. Neuto de Conto.
- Projeto de Lei nº 249, de 1995, do Dep. Sérgio Carneiro.
- Projeto de Lei nº 2.198, de 1996, do Dep. José Augusto.

13. DAS CONTAS INATIVAS

- Projeto de Lei nº 3.670, de 1993, do Dep. Jackson Pereira. (em 3 anos, em parcelas: 15% à vista e 85% em 18 prestações mensais e iguais).
- Projeto de Lei nº 1.264, de 1995, do Dep. Carlos Nelson (em 1 ano).

- Projeto de Lei nº 2.583, de 1996, do Dep. Leonel Pavan (2 anos fora do regime do FGTS).

14. POR CASAMENTO

- Projeto de Lei nº 5.542, de 1990, do Dep. José Serra (apenas para trabalhador com renda mensal de até 5 SM).

- Projeto de Lei nº 43, de 1991, do Dep. Antônio Carlos Mendes

Thame.

- Projeto de Lei nº 461, de 1991, do Dep. Costa Ferreira (com parecer favorável, não apreciado na CCJR, do Dep. José Maria Eymael).

- Projeto de Lei nº 1.156, de 1991, do Deputado Álvaro Valle.

15. PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADE PRÓPRIA E AUTÔNOMA

- Projeto de Lei nº 5.542, de 1990, do Dep. José Serra (apenas para trabalhador com renda mensal de até 5 SM).

- Projeto de Lei nº 43, de 1991, do Dep. Mendes Thame.

16. PARA AQUISIÇÃO DE LINHA TELEFÔNICA

- Projeto de Lei nº 4.209, de 1993, do Dep. Édson Silva.

17. PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO

- Projeto de Lei nº 1.767, de 1996, do Dep. Antonio Carlos Pannunzio (veículo automático ou hidramático, com comandos manuais adaptados, para portador de paraplegia).

- Projeto de Lei nº 2.888, de 1997, do Dep. Feu Rosa (uma única vez e desde que o trabalhador já seja proprietário de imóvel residencial).



I) DESTINAÇÃO DO SALDO DAS CONTAS VINCULADAS (2

projetos):

- **Projeto de Lei nº 1.040, de 1991, da Dep. Lúcia Braga,** determinando que o saldo da conta vinculada reverterá a favor do sindicato da categoria a que pertencia o trabalhador falecido, se não houver dependente habilitado em dois anos, a contar do óbito.

- **Projeto de Lei nº 4.165, de 1993, do Dep. Murilo Pinheiro,** estabelecendo que, ocorrendo o falecimento do trabalhador e não havendo dependentes ou herdeiros habilitados, o saldo de sua conta, decorridos dois anos do falecimento, reverterá em benefício do sindicato a que pertencia o trabalhador.

J) MULTA PELO NÃO RECOLHIMENTO DOS DEPÓSITOS (2

projetos):

- **Projeto de Lei nº 2.607, de 1992, do Dep. João Tota,** dispondo que a empresa que não recolher o FGTS dos seus empregados estará sujeita, por recolhimento, à multa de Cr\$ 1.000.000,00, acrescida de juros de 1% ao mês e correção monetária, cobrada em dobro na reincidência.

- **Projeto de Lei nº 1.757, de 1996, do Dep. Pedro Henry,** determinado que o empregador que não fizer o recolhimento tempestivamente ficará sujeito a juros de 1% ao mês e multa de 0,4% ao dia, a qual fica limitada a 10%, quando o depósito for efetuado em 30 dias e 20% nos demais casos.

L) CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS (1 projeto):

- **Projeto de Lei nº 4.037, de 1993, dos Dep. Cyro Garcia e Ernesto Gradella,** tornando obrigatória a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS para obtenção, por parte dos empregadores, de empréstimos ou financiamentos junto a quaisquer entidades financeiras oficiais.

M) PARCELAMENTO DE DÉBITOS (1 projeto):

- **Projeto de Lei nº 3.921, de 1993, do Dep. Carlos Nélon,** determinando que os débitos das instituições de ensino superior sem fins lucrativos serão consolidados pela CEF e quitados em até 120 parcelas mensais, com atualização monetária,



mas isentos dos juros e multas.

N) CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS COMO CRÉDITO PRIVILEGIADO (1 projeto):

- **Projeto de Lei nº 146, de 1991, do Dep. Carlos Cardinal**, modificando o § 1º do art. 449, da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a incluir como crédito privilegiado, nos casos de falência ou concordata, as contribuições devidas para o FGTS. Esta pretensão já foi atendida pela Lei nº 8.844/94, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1.478-23/97.

O) CARTÃO DE IDENTIDADE CADASTRAL DO FGTS (1 projeto):

- **Projeto de Lei nº 2.257, de 1991, do Dep. Clóvis Assis**, criando o Cartão de Identidade Cadastral do FGTS, similar ao CPF, a ser expedido por qualquer instituição financeira que recolhe o FGTS e entregue gratuitamente ao estabelecimento do trabalhador cadastrado no Ministério da Fazenda, pelo órgão arrecadador a que estiver jurisdicionado. O Cartão é extinto obrigatoriamente pela instituição que pagar aos dependentes do titular falecido a pensão por morte.

P) INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONTAS VINCULADAS (1 projeto):

- **Projeto de Lei nº 60, de 1995, da Dep. Rita Camata**, determinando que as importâncias cobradas pela Previdência Social, salvo a taxa de remuneração, serão diretamente depositadas nas contas vinculadas ou individualizadas nas quais houver inadimplência pela empresa.

Q) RETRATAÇÃO DA OPÇÃO PELO REGIME DO FGTS (1 projeto):

- **Projeto de Lei nº 1.556, de 1996, do Dep. Carlos Airton**, dispondo que o trabalhador que optou pelo regime do FGTS poderá, dentro de 1 ano a contar da vigência da lei (aprovação do projeto), retratar-se da opção, mediante declaração escrita, entregue ao seu empregador. O empregado passará a ter relação de emprego acobertada por indenização compensatória.

R) ALTERAÇÕES ABRANGENTES (4 projetos):

- **Projeto de Lei nº 1.334, de 1991, do Dep. Edésio Passos e outros**



6, alterando vários dispositivos da Lei nº 8.036/90, nos seguintes itens: Conselho Curador (arts 3º e 5º, acrescentando nove membros), disponibilidades financeiras e aplicações (9º), centralização das contas vinculadas (art. 12), identificação dos titulares das contas (art.15), emissão de extratos (art.17), sindicato representando o trabalhador (arts 17 e 25), base de cálculo das multas por demissão (art. 18), saques (art. 20), contas incorporadas ao patrimônio do Fundo (art. 21), informações para a fiscalização (art. 23), comprovante de recolhimento das contribuições e demais compromissos (art. 27).

O projeto acrescenta, ainda, algumas novidades:

- Conselhos Estaduais de Habitação, com a competência de definirem parâmetros para definição das prioridades de investimentos nos Estados, constituídos de 11 representantes do Poder Público, dos trabalhadores e empregadores e das associações e instituições voltadas para a habitação;
- Conselhos Municipais de Habitação, cuja constituição é obrigatória nos moldes dos estaduais, em municípios com mais de 100 mil habitantes e facultativa nos demais.
- Cadastro único das contas - o Agente Operador colocará à disposição do Conselho Curador, em 90 dias, um cadastro único das contas ativas e inativas, discriminando o nome do titular, o tipo de conta, a agência do banco depositário, data do último depósito, valor atualizado do saldo existente e número de identificação do titular da conta vinculada.
- Previdência Social e FGTS, unificando os formulários para recolhimento das contribuições do FGTS e da Previdência Social, bem como as fiscalizações.
- Licitação, exigida para os empreendimentos a serem financiados com recursos do FGTS, exceto quando executados diretamente pelo poder público ou pelos beneficiários finais. As comissões de licitação deverão ter três representantes da sociedade civil, indicados pelo poder legislativo municipal, pelos sindicatos dos trabalhadores local e pelos sindicatos ou associações dos empregadores local.
- Diretoria Operacional do FGTS: O Governo Federal alterará os Estatutos da CEF, instalando em 90 dias a Diretoria Operacional do FGTS, com a principal atribuição de adotar os procedimentos administrativos e contábeis necessários à diferenciação dos recursos do FGTS em relação à Instituição Financeira e terá sob sua subordinação a orientação administrativa dos assuntos atinentes às operações com recursos do FGTS. O titular da Diretoria deverá ser homologado pelo Conselho Curador.



• **Projeto de Lei nº 1.851, de 1991, do Dep. Jackson Pereira,** alterando dispositivos da Lei nº 8.036/90, nos seguintes itens: extratos das contas vinculadas (art. 7º e 17), fiscalização (art. 23), centralização das contas vinculadas (art. 12), crédito dos depósitos nas contas vinculadas (art. 12), juros das contas vinculadas (art. 13), multa por despedida sem justa causa (art. 18), saques (art. 20), contas incorporadas ao patrimônio do Fundo (art. 21), recolhimentos em atraso (art. 22) e fraude ou simulação pelo trabalhador (art. 23).

• **Projeto de Lei nº 4.191, de 1993, do Senado Federal (PLS nº 105/92, na origem).**

O Projeto de Lei nº 4.191 foi apresentado no Senado Federal (naquela casa, PLS nº 105/92) pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Destinada a Examinar Irregularidades na Administração do FGTS do Trabalhador - Requerimento nº 592/91-CN.

Tendo em vista que altera substancialmente quase toda a legislação do FGTS, revogando a Lei nº 8.036/90, faremos a seguir um resumo apenas dos seus aspectos mais relevantes:

• Recursos incorporados ao FGTS: explicita que são incorporados os montantes obtidos com a aplicação das disponibilidades financeiras do Fundo.

• Conselho Curador: mudanças na composição, nas competências e no funcionamento;

• Órgão Gestor (Ministério do Bem-Estar Social, extinto, cujas competências passaram a ser exercidas pelo Ministério do Planejamento e Orçamento): inclui-se na definição de suas competências a de eleger as operações, os projetos e as suplementações a serem financiados com recursos do FGTS.

• Agente Operador (Caixa Econômica Federal): ampliação de suas competências.

• Fundo de Liquidez: deve ser constituído e mantido para atendimento de gastos eventuais não previstos e deve ter remuneração mínima, inclusive juros, idêntica à atribuída aos depósitos das cadernetas de poupança.

• Licitação: A solicitação de crédito, por pessoa jurídica de direito público ou entidade da administração indireta de qualquer esfera de governo, deverá ser precedida de licitação para realização da obra.

• Critérios para definir a prioridade dos projetos a serem financiados com recursos do FGTS: preferência aos tomadores de empréstimos que tenham sistemática



e pontualmente honrado suas obrigações para com o FGTS e aos que tenham corretamente cumprido as metas físicas e de atendimento às populações beneficiárias, estipuladas em projetos anteriores; preferência aos projetos que propiciem maior geração de empregos por unidade monetária investida e aos que tenham sido analisados, aprovados e priorizados por conselhos estaduais permanentes especialmente criados para este fim.

• Apropriação indébita: equipara-se a apropriação indébita o não recolhimento do FGTS no prazo de sessenta dias, a contar da data em que é devido, ficando o empregador caracterizado como depositário infiel.

• Obrigações dos empregadores: foram acrescentadas as seguintes obrigações: a) afixar em quadro de aviso o comprovante do recolhimento do depósito efetuado em cada conta vinculada; b) permitir ao trabalhador, ao Conselho Curador e aos sindicatos o acesso aos comprovantes de recolhimento dos depósitos no FGTS; c) comprovar, no ato da homologação de rescisão de contrato de trabalho, o efetivo recolhimento, à conta vinculada do trabalhador, de todos os depósitos devidos e d) anotar, na Carteira de Trabalho, o número da conta vinculada do trabalhador no FGTS.

• Base de cálculo da multa por despedida sem justa causa: deixa claro que devem ser considerados todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, somados aos valores devidos mas não recolhidos, independentemente de terem sido efetuados ou não saques na conta vinculada. Para cada um dos meses em que não for comprovado o recolhimento dos valores devidos, utilizar-se-á, como base de cálculo, 8% da última remuneração devida.

• Saques: são mantidas as atuais hipóteses de saque, incluindo-se somente o saque para servidores públicos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. Foram alterados também os seguintes aspectos: a) na hipótese de pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, o Conselho Curador é que definirá os requisitos a serem preenchidos, caso a operação seja realizada fora do Sistema Financeiro da Habitação; b) tendo em vista a obrigatoriedade de unificação de todas as contas vinculadas de cada trabalhador, o saque por conta inativa só se daria quando o trabalhador permanecesse três anos fora do sistema do FGTS.

• Incorporação do saldo de contas ao patrimônio do FGTS: determina que a CEF deve publicar no Diário Oficial da União os dados disponíveis de contas a serem incorporadas.

• Fiscalização: estabelece que a fiscalização deve ser exercida, de



forma articulada e complementar, pelo Ministério do Trabalho e da Administração e pelo Ministério da Previdência Social. Obriga o Ministério do Trabalho e da Administração, mediante requerimento de sindicato, a realizar uma fiscalização extraordinária em empresas que apresentem aviso prévio a 50 ou mais trabalhadores.

- Cobrança dos débitos: Compete ao órgão que proceder à fiscalização fazer o levantamento dos débitos porventura existentes e fornecer à Caixa Econômica Federal os elementos necessários à instauração de processo de cobrança judicial.

- Crédito privilegiado: os recolhimentos ao FGTS constituem-se créditos privilegiados, em caso de falência ou fechamento da empresa.

- Certificado de Regularidade do FGTS: tem a validade estabelecida pelo Conselho Curador.

- **Projeto de Lei nº 1.625, de 1996, do Dep. Moacyr Andrade**, determinando as seguintes modificações na Lei nº 8.036/90:

- não será devida a indenização de 40% sobre o saldo do FGTS quando a rescisão de contrato for a pedido do empregado;

- mais uma hipótese de saque: na rescisão contratual a pedido do empregado;

- a regulamentação das situações previstas nos incisos I, II e XII do art. 20 assegura que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na conta vinculada durante o período de vigência do último contrato de trabalho, acrescida de juros e atualização monetária, deduzidos os saques.

- o trabalhador só poderá sacar novamente o saldo da conta vinculada no FGTS após um período de 36 meses, exceto nos casos dos incisos III e IV do art. 20.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS reúne um patrimônio estimado em cerca de R\$ 50 bilhões, o qual, em última instância, é propriedade de dezenas de milhões de trabalhadores, que são titulares de 70 milhões de contas vinculadas.

Espelhando a desigual distribuição de salários prevalecente no país,



bem como a relação inversa entre rotatividade de mão-de-obra e nível de qualificação da força de trabalho, esse imenso patrimônio é também desigualmente distribuído entre as contas vinculadas: em fevereiro de 1997, enquanto 75% das contas, com saldos que não ultrapassavam 2 salários mínimos, se apropriavam de apenas 3,5% do total dos recursos do Fundo, as contas vinculadas com saldos acima de 10 salários mínimos, representando 11% do número total, abocanhavam nada menos do 86% do montante de recursos.

Dos R\$ 50 bilhões que compõem o patrimônio do FGTS, cerca de 80% estão aplicados em operações de crédito contratadas pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Operador, destinadas às áreas de habitação popular, saneamento e infra-estrutura urbana.

No entanto, parcela expressiva do estoque de aplicações tem como tomador final o setor público, principalmente companhias de saneamento, COHAB's e órgãos da administração direta de Estados e Municípios. Muitas das operações de crédito contratadas com Estados e Municípios, no passado, foram realizadas com motivações políticas, sem levar em consideração a capacidade de pagamento do tomador final. Ademais, o FGTS é o principal credor do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS, criado para cobrir o rombo causado pela diferença entre o valor das prestações pagas e o saldo devedor de financiamentos habitacionais concedidos no âmbito do SFH, cujos recursos são garantidos pelo Tesouro Nacional. Isto significa dizer que o FGTS, patrimônio do trabalhador brasileiro, é, em última instância, credor de uma massa de recursos que tem proporcionado, em média, taxas de retorno abaixo das necessárias à remuneração das contas e aos custos administrativos, seja pelas sucessivas renegociações dos débitos para com o Fundo, seja pelo alongamento dos prazos de pagamento, na hipótese de securitização das dívidas do FCVS.

Não obstante, o FGTS tem plenas condições de conciliar a necessidade de remunerar melhor as contas vinculadas de seus titulares com sua missão social, que é a de ampliar o número de trabalhadores beneficiados e de prover recursos para o financiamento do desenvolvimento urbano, especialmente as ações voltadas à melhoria das condições de moradia das camadas mais pobres da população. Basta, para tanto, que medidas sejam tomadas não só para elevar suas receitas, mas também para assegurar critérios adequados e transparentes para a aplicação dos recursos. Em suma, é necessário tornar mais eficiente e mais sujeita ao controle social a administração desse importante patrimônio da classe trabalhadora.

O marco institucional surgido a partir da publicação da Lei nº 7.839/89,



que foi objeto de uma remodelação com a Lei nº 8.036/90, deu o primeiro passo nesse sentido, ao instituir um Conselho Curador tripartido, encarregado, entre outras competências, de estabelecer as diretrizes para a aplicação dos recursos do Fundo e de apreciar e aprovar os programas de aplicação e os orçamentos anuais e planos plurianuais.

Lembre-se que foi a atuação dos representantes dos trabalhadores junto ao Conselho Curador do FGTS o principal fator responsável pela divulgação de irregularidades na gestão e na administração do Fundo, durante o malfadado Governo Collor, que redundou na criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, por nós já mencionada no Relatório, e na condenação de ex-Ministra, ex-Presidente da CEF e Secretários Nacionais do Governo Collor, pelo Tribunal de Contas da União. Foi o Conselho Curador, no triênio 1992-94, o corajoso artífice de um meticuloso processo de saneamento, destinado a reequilibrar os fluxos financeiros do FGTS, abalados por contratações acima das previsões orçamentárias, realizadas no apagar das luzes de 1991, e pelas inúmeras dificuldades de comercialização de unidades habitacionais inadequadas às faixas de renda a que se destinavam.

Em que pese os avanços registrados no passado recente, entre os quais a retomada, sob condições de maior transparência, das contratações de operações de crédito, muitos pontos ainda necessitam ser melhorados na gestão do FGTS, como atestam os relatórios das auditorias integradas realizadas no Fundo desde 1990. Apenas a título de exemplo, as diligências levadas a cabo no FGTS em 1995 chamaram a atenção para as seguintes situações:

- existiam, àquela época, mais de 16 milhões de contas que não recebiam depósitos das empresas há mais de seis meses, fato que demonstra, no mínimo, a fragilidade da integração entre os cadastros de contas ativas e inativas;
- estimativas de sonegação, realizadas a partir do cruzamento dos dados da Guia de Recolhimento do FGTS e da Guia de Recolhimento da Previdência Social - GRPS, indicam que o FGTS sofre com percentuais de não recolhimento bem superiores aos da Previdência, o que evidencia fragilidades quer no sistema de fiscalização do Ministério do Trabalho, quer nos mecanismos de controle que o próprio trabalhador e seu sindicato possuem sobre o recolhimento efetuado pelos empregadores;
- os custos administrativos com a remuneração do Agente Operador parecem ser extremamente elevados. Somente em 1995, a CEF recebeu praticamente R\$ 880 milhões a título de taxa de administração (R\$ 560 milhões dos quais como atrasados de



exercícios anteriores). Esses recursos, por si sós, seriam suficientes para assegurar moradia a cerca de 130 mil famílias com renda de até 3 salários mínimos;

- além da taxa de administração, a CEF tem se apropriado integralmente da diferença entre a remuneração por ela conseguida com a aplicação das disponibilidades financeiras do FGTS, estimadas em R\$ 9 bilhões, e a remuneração creditada ao Fundo, equivalente à remuneração das cadernetas de poupança;

- apesar da abundância de recursos disponíveis em 1995 e 1996, o número e o valor de operações contratadas foi inexpressivo, em parte, é verdade, pela situação de grave crise fiscal a que estão submetidos Estados e Municípios, mas igualmente porque a estrutura administrativa e operacional da CEF era inadequada para implementar programas de concepção descentralizada ou voltados para o financiamento direto a pessoa física.

A solução desses e de inúmeros outros pontos relacionados à gestão do FGTS é condição essencial para que o Fundo possa seguir cumprindo seus objetivos básicos. Nesse contexto, e a partir do processo deflagrado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do FGTS, esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público tomou para si a missão de proceder a uma extensiva revisão e consolidação da legislação vigente, razão pela qual constituiu uma Relatoria encarregada de analisar os 89 projetos de lei relativos ao FGTS, por ela ainda não apreciados.

Coube-nos a honra de desempenhar essa importante e árdua tarefa. Sabedores da importância estrutural do FGTS, seja para os milhões de trabalhadores titulares de contas, seja para a economia como um todo, e ainda conscientes da multiplicidade de interesses, por vezes contraditórios, que envolvem a administração de um patrimônio dessa envergadura, procuramos exercitar ao máximo a busca de uma proposição consensual, a partir de extensas consultas realizadas junto às centrais sindicais, às entidades patronais que possuem assento no Conselho Curador, bem como aos diversos órgãos e entidades do Governo Federal, especialmente a CEF, a Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento e Orçamento e o Ministério do Trabalho.

O resultado desse longo e amplo processo de negociação está cristalizado no Substitutivo que ora propomos ao Projeto de Lei nº 913, de 1991. Esse Substitutivo, como não poderia deixar de ser, incorpora um grande número de sugestões constantes das proposições em epígrafe e acrescenta outros dispositivos, necessários ao aperfeiçoamento do FGTS.



Nesse contexto, as principais inovações introduzidas pelo Substitutivo ao PL nº 913/91, em relação à legislação vigente, são as seguintes:

- *Elevação gradual da remuneração das contas vinculadas*, à razão de 0,5% ao ano, para atingir, em sete anos, contados a partir da data de publicação da lei, a taxa de juros anual de 6%. A equiparação da remuneração do FGTS à da caderneta de poupança é antiga reivindicação da classe trabalhadora. O prazo de sete anos foi fixado para viabilizar, por meio de adequada aplicação dos fluxos futuros de recursos e da redução de custos administrativos, a necessária elevação da taxa efetiva de retorno dos ativos.
- *Regulamentação do direito dos empregados domésticos ao Fundo de Garantia*, que passa a ser recolhido sobre a parcela salarial paga em dinheiro, que deverá ser, pelo menos, igual a um salário mínimo. Por uma questão de isonomia, passa o empregador doméstico a ter o direito de deduzir, da base de cálculo do imposto de renda devido, as despesas com o recolhimento do FGTS de seus empregados.
- *Ampliação do controle social sobre as operações realizadas no âmbito do sistema do FGTS*. O Substitutivo prevê, explicitamente, que não se aplica o sigilo bancário às contas vinculadas e que o Conselho Curador, o trabalhador, o sindicato e os demais interessados poderão ter acesso às informações e documentos do sistema FGTS, na forma em que dispuser o Regulamento. O empregador, ademais, ficará obrigado a inserir, no contracheque de seu empregado, o número da sua conta no FGTS e o valor recolhido no mês, para que o trabalhador possa compará-lo com o extrato do Agente Operador.
- *Maior representatividade da sociedade civil na gestão dos recursos do FGTS*, por meio de mudança na composição do Conselho Curador, que passa a ser paritária (as representações do Governo, dos trabalhadores e dos empregadores passam a ter três membros cada), além da previsão de presidência rotativa entre as três representações, nos mesmos moldes do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT.
- *Redefinição das competências do Conselho Curador, do Gestor da Aplicação e do Agente Operador*, como forma de eliminar ou reduzir os atritos institucionais causados por imprecisões nos dispositivos da Lei nº 8.036/90 que tratam desse tema. O Conselho Curador passa a dispor de efetivos instrumentos para o exercício da curatela do Fundo, enquanto as funções de planejamento e de execução, na área de aplicação dos recursos, ficam claramente divididas entre o Gestor da Aplicação e o Agente Operador.
- *Definição precisa das competências do Ministério do Trabalho, da*



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e do Agente Operador, no tocante aos processos de fiscalização, notificação de débitos, inscrição dos créditos do FGTS na Dívida Ativa e cobrança judicial dos mesmos, no que diz respeito aos recolhimentos dos empregadores.

- *Os recursos do FGTS passam a financiar exclusivamente investimentos em habitação e saneamento. As aplicações em infra-estrutura urbana, previstas na Lei nº 8.036/90, geram menores possibilidades de retorno e, por isso, devem ser prioritariamente financiadas por recursos fiscais. Do mesmo modo, embora não seja uma condição excludente, o Substitutivo dispõe que a aplicação dos recursos do Fundo em programas habitacionais voltados para beneficiários com renda familiar de até 3 salários mínimos será preferencialmente realizada se os mesmos forem complementados com recursos fiscais, destinados a subsidiar a prestação do mutuário final. Estas providências, a nosso ver, em muito contribuirão para melhor remunerar as contas vinculadas, ao mesmo tempo em que se preserva o caráter social da política de desenvolvimento urbano.*

- *Maior descentralização e transparência nos processos de formulação, acompanhamento, controle e avaliação de programas de aplicação, bem como de seleção de propostas de operações de crédito, mediante a participação de conselhos estaduais tripartidos e paritários, que atuarão como órgãos auxiliares do Conselho Curador e do Gestor da Aplicação. O Substitutivo prevê, inclusive, que os orçamentos anuais e planos de contratação e metas físicas estabeleçam percentual mínimo de recursos para aplicação em programas definidos pelos conselhos estaduais.*

- *Revisão integral das penalidades e multas existentes, e definição de novas, a serem aplicadas sobre os empregadores e demais agentes que compõem o sistema do FGTS, com o objetivo de reduzir a sonegação e dotar o Conselho Curador e o Agente Operador de instrumentos para assegurar a eficiência das operações do Fundo.*

- *Criação de novos mecanismos para coibir as fraudes nos recolhimentos e nos saques, dentre os quais destacam-se a obrigatoriedade de depósito da multa rescisória e dos recolhimentos relativos ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior, se não houverem sido efetivados. Com isto, pretende-se elevar o custo da transação da multa rescisória pelo empregador e trabalhador no pedido de demissão, ampliar as possibilidades de fiscalização eletrônica conjunta do FGTS e do INSS e contribuir para a redução dos níveis de rotatividade da mão-de-obra no mercado de trabalho.*

Por fim, cabe mencionar o tratamento dado pelo Substitutivo às modalidades de movimentação da conta vinculada do trabalhador. Conforme mencionamos no



Relatório, a ampliação ou modificação das condições de saque das contas vinculadas é o tema que, individualmente, foi objeto do maior número de proposições em tramitação sobre o FGTS.

A idéia de possibilitar que o titular da conta vinculada possa movimentá-la para os mais diversos fins é perfeitamente compreensível porque, afinal, o saldo da conta vinculada é, em última instância, salário diferido. Não obstante, não se pode desconsiderar o fato de que o FGTS precisa remunerar bem os recursos dos trabalhadores e, para tanto, é condição essencial a manutenção de níveis positivos de arrecadação líquida. A elevação dos níveis de desemprego, fenômeno presente em toda a década de noventa, teve o duplo condão de reduzir a arrecadação bruta e elevar o volume de saques por despedida, principal modalidade de movimentação das contas vinculadas. Consequentemente, a arrecadação líquida tem estado em patamares perigosamente baixos.

Em função desses motivos, o Substitutivo que ora apresentamos opta por introduzir um conjunto mínimo de modificações nas modalidades de saque, dentro do espírito de restringir-se aos quatro grandes grupos existentes de fatos geradores de movimentações: *a despedida pelo empregador, o acesso à moradia, a doença grave e a cessação de depósitos na conta, seja por aposentadoria ou outra razão qualquer*. Nesse contexto, foram adicionados ou modificados os seguintes dispositivos:

- O trabalhador passa a ter o direito de sacar o FGTS no caso de *despedida por justa causa*. São duas as razões para a introdução dessa modalidade. Em primeiro lugar, na imensa maioria dos casos, as despedidas por justa causa, ao serem apreciadas pela Justiça do Trabalho, são convertidas em despedidas sem justa causa, restabelecendo, com grande atraso, o legítimo direito de o trabalhador receber o saldo de sua conta vinculada. Em segundo lugar, não cabe infligir ao trabalhador uma dupla penalidade, representada pela vedação ao direito de percepção do seguro-desemprego e de um conjunto de verbas rescisórias, bem como pela proibição de acesso ao FGTS, quando dele mais precisa. Cabe ressaltar que a inclusão dessa modalidade pouco afetará o volume global de saques do Fundo, não só porque, como já se afirmou, grande parte dessas rescisões acaba sendo caracterizada como sem justa causa, mas também porque esse tipo de desligamento representa, segundo dados extraídos da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, apenas 4% do total rescisões de contratos de trabalho no Brasil.

- *As modalidades de saque ligadas à aquisição de moradia passam a ser realizadas nas condições a serem estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS, que poderá, a seu critério, definir as situações em que imóveis não financiáveis pelas regras do*



Sistema Financeiro da Habitação - SFH possam ser objeto de movimentação da conta vinculada do titular, para pagamento de prestações ou quitação do saldo devedor de financiamento habitacional, aquisição ou construção de moradia própria.

- O trabalhador poderá sacar o FGTS para *tratamento nos casos de AIDS ou neoplasia maligna*, já previstos na legislação, *ou de outras doenças que causem grave risco à sua vida ou às de seus dependentes*, nas condições definidas pelo Conselho Curador. A extensão desse direito às situações em que os dependentes são acometidos dessas doenças graves é apenas a concretização legal de direito que já vinha sendo adquirido nos tribunais. Por outro lado, a redação desse inciso tornou-se mais precisa, na medida em que especifica que o saque se dá em função do tratamento, e não apenas em virtude de o trabalhador ser acometido da doença.

- Finalmente, e considerando a existência de inúmeras prefeituras e vários estados que ainda não implementaram mudança de regime jurídico de seus servidores, incluiu-se parágrafo específico regulando que os servidores submetidos a alteração de regime jurídico poderão movimentar suas contas nos casos de aposentadoria, falecimento, nas modalidades relacionadas à aquisição de moradia e quando a conta permanecer inativa por três anos ininterruptos. A mudança de regime jurídico, em si, não é considerada no Substitutivo como um fato gerador para a movimentação de conta, inclusive porque o servidor não perde seu emprego e sua fonte de renda.

Além das alterações supra, o Anexo I, que é parte integrante deste Parecer, contém um quadro comparativo entre a Lei nº 8.036/90 e o Substitutivo Global ao PL nº 913/91, com indicação exhaustiva dos demais aperfeiçoamentos implementados.

Diante do exposto, somos pela aprovação dos Projetos de Lei nº 913/91, nº 4.664/90, nº 4.952/90, nº 5.542/90, nº 21/91, nº 43/91, nº 146/91, nº 162/91, nº 350/91, nº 417/91, nº 1.156/91, nº 1.334/91, nº 1.378/91, nº 1.402/91, nº 1.409/91, nº 1.544/91, nº 1.559/91, nº 1.831/91, nº 1.851/91, nº 2.219/91, nº 2.547/92 (PLS nº 263/91), nº 2.607/92, nº 3.113/92, nº 3.227/92, nº 3.246/92, nº 3.944/93, nº 3.976/93, nº 3.982/93, nº 4.037/93, nº 4.191/93 (PLS nº 105/92, de autoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do FGTS), nº 4.586/94, nº 4.659/94, nº 271/95, nº 555/95, nº 1.617/96, nº 1.625/96, nº 1.757/96, nº 2.208/96 e nº 2.275/96, com a redação dada pelo Substitutivo anexo, e pela rejeição dos Projetos de Lei nº 2.521/89, nº 5.790/90, nº 340/91, nº 360/91, nº 461/91, nº 718/91, nº 1.040/91, nº 1.633/91,



nº 1.662/91, nº 1.678/91, nº 1.761/91, nº 1.878/91, nº 1.929/91, nº 1.952/91, nº 2.202/91, nº 2.257/91, nº 2.371/91, nº 2.713/92 (PLS nº 208/91), nº 2.729/92, nº 2.879/92, nº 3.006/92, nº 3.670/93, nº 3.921/93, nº 4.068/93, nº 4.165/93, nº 4.209/93, nº 4.628/94, nº 4.805/94, nº 60/95, nº 249/95, nº 954/95, nº 1.175/95, nº 1.232/95, nº 1.251/95, nº 1.264/95, nº 1.362/95, nº 1.540/96, nº 1.556/96, nº 1.767/96, nº 2.047/96, nº 2.099/96, nº 2.116/96, nº 2.117/96, nº 2.131/96, nº 2.176/96, nº 2.198/96, nº 2.212/96, nº 2.583/96, nº 2.888/97, nº 2.922/97 e nº 2.971/97

Sala da Comissão, 16 de maio de 1997.



Deputado Paulo Rocha
Relator

600026



SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 913, DE 1991

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O Congresso Nacional decreta:

SEÇÃO I - DOS OBJETIVOS E DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, tem por objetivos:

- I - constituir pecúlio para o trabalhador amparado por esta lei;
- II - atuar como mecanismo de redução da rotatividade de mão-de-obra;
- III - inibir a despedida imotivada;
- IV - atuar como mecanismo de redução dos déficits de habitação e de saneamento.

Art. 2º. O FGTS é constituído pelos saldos das contas vinculadas dos trabalhadores, de que trata a seção VII, e pelos seguintes recursos:

- I - depósitos efetuados pelos empregadores nas contas vinculadas dos trabalhadores;
- II - rendimentos da aplicação financeira das disponibilidades do Fundo;
- III - dotações orçamentárias específicas;
- IV - resultados das operações de crédito mencionadas no art. 10;
- V - multas, atualização monetária e juros moratórios;



- VI - demais receitas patrimoniais e financeiras; e
- VII - outros valores que lhe venham a ser atribuídos.

Art. 3º. Integram o sistema do FGTS:

- I - o Conselho Curador;
- II - o Gestor da Aplicação;
- III - o Ministério do Trabalho;
- IV - o Agente Operador;
- V - a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- VI - os trabalhadores e os empregadores;
- VII - os agentes financeiros;
- VIII - os agentes arrecadadores e pagadores;
- IX - os conselhos de que trata a seção VI;
- X - demais órgãos e entidades, públicos ou privados, que atuem ou venham a atuar no âmbito do FGTS.

SEÇÃO II - DO CONSELHO CURADOR

Art. 4º. O Conselho Curador do FGTS será integrado, de forma paritária, por 3 (três) representantes dos trabalhadores, 3 (três) dos empregadores e 3 (três) do Governo Federal.

§ 1º A Presidência do Conselho Curador, anualmente renovada, será rotativa entre as representações do Governo, dos trabalhadores e dos empregadores, na forma prevista em seu Regimento Interno.

§ 2º Os representantes do Governo Federal, titulares e suplentes, serão indicados pelos respectivos órgãos e entidades representados ao Ministro do Trabalho, que os nomeará, sendo:

- I - 1 (um) do órgão federal encarregado da formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano,
- II - 1 (um) do Ministério do Trabalho; e
- III - 1 (um) da Caixa Econômica Federal.



§ 3º Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores, titulares e suplentes, serão indicados ao Ministro do Trabalho:

I - pelas centrais sindicais e demais entidades de âmbito nacional que representem, no mínimo, duas categorias profissionais, no caso dos trabalhadores;

II - pelas confederações nacionais das categorias econômicas ou outras entidades nacionais representativas do empresariado, no caso dos empregadores.

§ 4º Os representantes dos trabalhadores e empregadores serão nomeados pelo Ministro do Trabalho para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 5º O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente a cada bimestre, por convocação de seu Presidente e, extraordinariamente, em caso de relevância e urgência, se convocado por seu Presidente ou por pelo menos 3 (três) de seus membros.

§ 6º Os representantes titulares dos trabalhadores e dos empregadores que não comparecerem a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das reuniões no exercício ou, ainda, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, salvo por motivo de força maior, perderão seu mandato, assumindo seu suplente pelo prazo restante.

§ 7º O suplente que assume a condição de titular, em função do disposto no parágrafo anterior, poderá ser reconduzido por 2 (duas) vezes, desde que, em seu primeiro mandato, não tenha sido titular por mais de 50% (cinquenta por cento) das reuniões.

§ 8º O representante governamental que não comparecer ou não se fizer representar por seu suplente, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, salvo por motivo de força maior, estará sujeito às sanções previstas na Lei 8.112, de 12 de dezembro de 1990, e demais dispositivos legais pertinentes.

§ 9º As decisões do Conselho Curador serão tomadas com a presença da maioria absoluta de seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade.

§ 10 Competirá ao Ministério do Trabalho proporcionar ao Conselho Curador os meios necessários ao exercício de sua competência, para o que contará com a Secretaria Executiva do Conselho Curador do FGTS.

§ 11 A Secretaria Executiva contará, além de um Secretário Executivo, aprovado pelo Conselho Curador, com pessoal de apoio técnico-administrativo e grupo de auditoria permanente.

§ 12 O Conselho Curador disporá de um grupo de apoio permanente, composto por assessores técnicos, indicados pelos conselheiros, com o objetivo de subsidiar



X - estabelecer critérios e condições para parcelamento de débitos para com o FGTS, decorrentes de atrasos no recolhimento das importâncias devidas pelos empregadores e no pagamento das operações de crédito contratadas com recursos do Fundo;

XI - estabelecer a forma e o valor da remuneração do Agente Operador, inclusive pelo risco de crédito;

XII - fixar as formas e os valores de remuneração dos agentes financeiros, dos agentes arrecadadores e pagadores e, quando for o caso, das demais entidades que prestem serviços ou atuem no âmbito do FGTS;

XIII - definir, para os casos em que esta lei exige atualização monetária, o índice a ser utilizado, na falta de previsão legal;

XIV - estabelecer diretrizes e normas para os conselhos mencionados na seção VI, no exercício das suas competências no âmbito do FGTS;

XV - adotar as providências cabíveis para a correção dos atos praticados pelo Gestor da Aplicação, pelo Agente Operador e pelos demais órgãos e entidades que integram o sistema FGTS, que se mostrem incompatíveis com o disposto nesta lei e demais normas relativas ao Fundo, ou que prejudiquem o desempenho e o cumprimento de suas finalidades;

XVI - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas relativas ao FGTS, nas matérias de sua competência;

XVII - fazer publicar suas decisões no Diário Oficial da União; e

XVIII - aprovar seu regimento interno.

Parágrafo único. Os documentos e informações referentes ao FGTS são de livre acesso aos membros do Conselho Curador, no exercício de suas atribuições, e aos interessados, nos casos e dentro dos prazos de atendimento previstos no Regulamento, que não poderão exceder 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do recebimento da solicitação.

SEÇÃO III - DO GESTOR DA APLICAÇÃO

Art. 6º. A gestão da aplicação dos recursos do FGTS será exercida pelo órgão federal encarregado da política de desenvolvimento urbano.



Art. 7º. Ao Gestor da Aplicação, compete:

I - definir diretrizes, critérios e programas para a aplicação dos recursos do FGTS, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação e saneamento estabelecidas pelo Governo Federal, encaminhando-as para aprovação do Conselho Curador;

II - definir e alocar os recursos para os programas de aplicação, observado o disposto no § 2º do art. 14;

III - definir as prioridades, a metodologia e os critérios que nortearão a elaboração dos orçamentos, no tocante às aplicações, e os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais;

IV - regulamentar os programas de aplicação, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 14;

V - definir critérios a serem observados na seleção de propostas de operação de crédito, para fins de contratação;

VI - submeter ao Conselho Curador, na forma e nas datas por ele estipuladas, em conjunto com o Agente Operador, os orçamentos anuais e os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais, e suas respectivas revisões;

VII - acompanhar e avaliar a execução física e orçamentária dos programas de aplicação implementados pelo Agente Operador, encaminhando ao Conselho Curador, na forma e periodicidade por ele definida, relatórios que permitam o efetivo exercício da competência prevista no inciso IV do art. 5º;

VIII - praticar os demais atos necessários à gestão da aplicação do Fundo, de acordo com as diretrizes, critérios e programas aprovados pelo Conselho Curador.

SEÇÃO IV - DO AGENTE OPERADOR

Art. 8º. A Caixa Econômica Federal - CEF atuará na condição de Agente Operador, devendo manter, para tanto, estruturas diretiva, administrativa e operacional compatíveis com a execução das ações e atividades mencionadas nesta lei.

Art. 9º. Ao Agente Operador compete:



- I - centralizar os recursos do FGTS e manter, em contabilidade própria e em separado, os registros das movimentações do Fundo, inclusive as disponibilidades;
- II - abrir, manter e controlar, discriminadas por titular, as contas vinculadas;
- III - fornecer periodicamente, ou a qualquer tempo, por solicitação do interessado, extratos e quaisquer outros documentos relativos às contas vinculadas;
- IV - contratar operações de crédito a serem financiadas com recursos do FGTS;
- V - responder pelo risco do crédito referente às operações que contratar, na forma e nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador;
- VI - estabelecer metodologia para verificação do limite máximo de contrapartida do tomador de recursos, em função de sua capacidade financeira;
- VII - expedir atos normativos referentes aos procedimentos administrativo-operacionais a serem observados por empregadores, trabalhadores, agentes financeiros, rede arrecadadora e pagadora, bem como outras entidades integrantes do sistema do FGTS, observadas, no que couber, as competências do Conselho Curador, do Gestor da Aplicação e do Ministério do Trabalho;
- VIII - habilitar os agentes ou entidades que atuam no âmbito do FGTS;
- IX - acompanhar, controlar, fiscalizar e promover auditorias nas entidades integrantes do sistema do FGTS, inclusive cooperativas, relativamente aos recursos do Fundo;
- X - determinar a intervenção em instituições não financeiras tomadoras de recursos do FGTS;
- XI - elaborar os orçamentos anuais e suas respectivas revisões, bem como os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais, observados:
 - a) o disposto no inciso III do art. 7º;
 - b) as propostas de recursos correspondentes às despesas de investimento e de formação de recursos humanos, necessárias ao exercício das atividades de fiscalização e de cobrança judicial dos débitos para com o Fundo, constantes dos planos anuais de trabalho encaminhados ao Conselho Curador, respectivamente, pelo Ministério do Trabalho e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- XII - elaborar e submeter à apreciação do Conselho Curador, na forma e periodicidade por ele definidas, as contas do FGTS;



XIII - submeter ao Conselho Curador, na forma e nas datas por ele estipuladas, em conjunto com o Gestor da Aplicação, os orçamentos anuais e os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais, e suas respectivas revisões;

XIV - definir e manter sistema de acompanhamento de custos de obras de habitação e de saneamento, assegurando a divulgação periódica de índices e preços;

XV - tornar disponíveis ao Gestor da Aplicação e ao Ministério do Trabalho, na forma e periodicidade por eles definidas, dados, informações e relatórios que permitam, respectivamente, o acompanhamento da execução dos programas de aplicação e o exercício das atividades de fiscalização do recolhimento das importâncias devidas ao FGTS pelos empregadores;

XVI - emitir o Certificado de Regularidade do FGTS;

XVII - manter por 10 (dez) anos, na forma original, microfilmados ou por outros meios previstos em lei, os documentos que comprovem as movimentações das contas vinculadas;

XVIII - exercer outras atribuições correlatas, no âmbito do FGTS, na forma e nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador.

Parágrafo único. O risco de crédito das operações realizadas com recursos do FGTS até 12 de outubro de 1989 é de responsabilidade da União.

SEÇÃO V - DO FUNDO DE LIQUIDEZ E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 10. Os recursos de que trata o art. 2º, deduzidos os compromissos e encargos do FGTS, serão aplicados em operações de crédito e na constituição e manutenção de um Fundo de Liquidez.

Art. 11. O Fundo de Liquidez será destinado a garantir o pagamento dos saques nas contas vinculadas, nas situações em que o montante de saques exceda o total das receitas correntes.

§ 1º O Fundo de Liquidez e demais disponibilidades financeiras devem ter remuneração mínima, inclusive juros, idêntica à atribuída aos depósitos de poupança.

§ 2º A remuneração definida no parágrafo anterior será devida ao FGTS pelo Agente Operador quando o resultado das aplicações resultar remuneração,



inclusive juros, igual ou inferior à dos depósitos de poupança, prevalecendo os rendimentos efetivos da aplicação financeira das disponibilidades e do Fundo de Liquidez, quando o resultado for superior.

Art. 12. As operações de crédito com recursos do FGTS serão realizadas pelo Agente Operador, por intermédio dos agentes financeiros, observados os seguintes requisitos básicos:

I - garantias:

- a) hipoteca do imóvel objeto da operação de crédito;
 - b) caução de créditos hipotecários próprios, relativos a financiamentos concedidos com recursos do agente financeiro;
 - c) caução dos créditos hipotecários vinculados aos imóveis objeto de financiamento;
 - d) hipoteca sobre outros imóveis de propriedade do agente financeiro, desde que livres e desembaraçados de quaisquer ônus;
 - e) cessão de créditos do agente financeiro, derivados de financiamentos concedidos com recursos próprios, garantidos por penhor ou hipoteca;
 - f) hipoteca sobre imóvel de propriedade de terceiros;
 - g) seguro de crédito;
 - h) vinculação de receitas, inclusive tarifárias, nas aplicações contratadas com pessoa jurídica de direito público ou de direito privado a ela vinculada;
 - i) aval em nota promissória;
 - j) fiança bancária;
 - l) alienação fiduciária de bens móveis em garantia;
 - m) fiança pessoal;
 - n) outras, a critério do Conselho Curador do FGTS;
- II - atualização monetária igual à das contas vinculadas;
- III - prazo máximo de 30 (trinta) anos;
- IV - obrigação de contrapartida financeira dos tomadores de recursos.

§ 1º As garantias discriminadas no inciso I do *caput* serão admitidas, singular ou supletivamente, considerada a suficiência de cobertura para os créditos concedidos, nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador.



§ 2º A rentabilidade média das operações de crédito deverá ser suficiente à remuneração das contas vinculadas e à cobertura de todos os demais custos administrativos e operacionais incorridos pelo FGTS.

§ 3º As operações de crédito de que trata o *caput* serão destinadas a financiar programas habitacionais e de saneamento.

§ 4º O programa de aplicações deverá destinar no mínimo 60% (sessenta por cento) dos recursos para investimentos em habitação destinados à população com renda familiar de até 12 (doze) salários mínimos.

§ 5º Terão preferência, na contratação de operações de crédito, os programas habitacionais voltados a beneficiários com renda familiar de até 3 (três) salários mínimos, os quais deverão ser complementados com recursos fiscais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em conjunto ou isoladamente, destinados a subsidiar a prestação do beneficiário final.

§ 6º As operações de crédito, quando realizadas com pessoa jurídica, deverão observar contrapartida mínima, de acordo com diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador.

§ 7º As contratações de operações de crédito serão precedidas de comprovação de regularidade do tomador quanto às suas obrigações perante o Fundo, sem prejuízo das demais exigências previstas em lei.

Art. 13. As operações de crédito terão suas parcelas de desembolso provisionadas, de forma a assegurar as condições necessárias ao cumprimento do cronograma físico-financeiro do empreendimento.

SEÇÃO VI - DOS CONSELHOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

Art. 14. Terão preferência, na contratação das operações de crédito, os programas e projetos analisados e aprovados por conselhos instituídos por lei, nos Estados e no Distrito Federal, com o objetivo de participar da formulação, do acompanhamento e da avaliação das políticas estaduais de desenvolvimento urbano, habitação e saneamento.

§ 1º No âmbito das aplicações do FGTS, os conselhos mencionados no *caput* atuarão como órgãos auxiliares do Conselho Curador e do Gestor da Aplicação:

I - na definição, no acompanhamento e na avaliação de programas de



aplicação para a unidade da federação;

II - na alocação dos recursos, nos níveis microrregional e municipal;

III - na seleção das propostas de operação de crédito;

IV - no exercício de outras competências, a critério do Conselho Curador e do Gestor da Aplicação.

§ 2º Os orçamentos e os planos de contratação e metas físicas devem estabelecer percentual mínimo de recursos para aplicação em programas definidos pelos conselhos mencionados no *caput*, em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação e saneamento, estabelecidas pelos governos federal e estadual.

Art. 15. O conselho de que trata o artigo precedente deverá atender, no mínimo, os seguintes requisitos:

I - composição paritária, com representantes do poder público, dos empregadores, dos trabalhadores e de beneficiários e prestadores de serviços de habitação e saneamento, indicados por entidades com abrangência estadual;

II - renovação periódica das representações da sociedade civil, por meio da fixação de mandatos que não ultrapassem 2 (dois) anos;

III - estrutura técnico-administrativa, própria ou proporcionada por órgão ou entidade do governo estadual, capaz de assegurar os meios necessários ao exercício de suas competências;

IV - normas de funcionamento que assegurem a publicidade de seus atos;

V - procedimentos democráticos de deliberação.

SEÇÃO VII - DAS CONTAS VINCULADAS

Art. 16. Os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 (sete) de cada mês, na conta vinculada de cada trabalhador, a importância correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração a este paga ou devida, a qualquer título, no mês anterior.

§ 1º As contas vinculadas são impenhoráveis, não se lhes aplicando o



disposto no art. 38 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

§ 2º O saldo das contas vinculadas é garantido pela União, que poderá instituir seguro especial para esse fim.

§ 3º Entende-se por empregador a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão-de-obra, independentemente da responsabilidade solidária e subsidiária a que eventualmente venha obrigar-se.

§ 4º Considera-se trabalhador toda pessoa física que prestar, mediante remuneração, serviços a empregador, a locador ou tomador de mão-de-obra, excluídos:

- I - os trabalhadores eventuais e os autônomos;
- II - os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.

§ 5º Em se tratando de empregado doméstico, como definido pela Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, o percentual referido no *caput* incidirá sobre o salário pago ou devido ao trabalhador em dinheiro, não podendo o salário mensal para cálculo do recolhimento ao FGTS ser inferior a um salário mínimo.

§ 6º O recolhimento em atraso da importância mencionada no *caput* sujeitará o empregador ao pagamento de atualização monetária equivalente à Taxa Referencial de Juros (TR), incidente a partir da data em que era devida até a data do efetivo recolhimento, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, além de multa, que será aplicada nos seguintes termos:

I - para pagamento após o vencimento da obrigação, desde que não incluída em notificação para depósito lavrada pela fiscalização:

- a) 4% (quatro por cento), dentro do mês de vencimento da obrigação;
- b) 8% (oito por cento), no mês seguinte ao vencimento da obrigação;
- c) 12% (doze por cento), a partir do segundo mês seguinte ao vencimento da obrigação;

II - para pagamento de crédito incluído em notificação para depósito:

- a) 15% (quinze por cento), em até 15 (quinze) dias do recebimento da notificação;



b) 18% (dezoito por cento), após 15 (quinze) dias do recebimento da notificação;

III - 20% (vinte por cento), nos casos de parcelamento de débitos e de pagamento de crédito inscrito em Dívida Ativa;

IV - no caso de parcelamento de débitos, a multa será estabelecida de acordo com os vencimentos previstos nos incisos I e II deste parágrafo.

Art. 17. Para os fins previstos nesta lei, as empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista poderão equiparar seus diretores não empregados aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS.

Parágrafo Único. Considera-se diretor aquele que exerça cargo de administração previsto em lei, estatuto ou contrato social, independente da denominação do cargo.

Art. 18. Os depósitos dos empregadores nas contas vinculadas, feitos na rede arrecadadora, serão repassados ao Agente Operador no segundo dia útil subsequente à data de seu recolhimento, passando a integrar o saldo da conta vinculada a partir do dia 10 (dez) do mês de sua ocorrência, quando efetuados até o dia 7 de cada mês.

§ 1º Os depósitos realizados fora do prazo estabelecido no *caput* serão remunerados com atualização monetária e juros, como se realizados no prazo regulamentar.

§ 2º Sobre os valores repassados ao Agente Operador a partir do terceiro dia útil subsequente à data de seu recolhimento incidirão juros de mora equivalentes à remuneração das disponibilidades financeiras do FGTS, mencionada no § 3º do art. 10, além de multa idêntica à prevista no inciso I do § 6º do art. 16.

Art. 19. Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão atualizados monetariamente com base nos parâmetros fixados para atualização monetária dos saldos dos depósitos de poupança e, para as contas existentes na data de publicação desta lei, capitalizarão juros anuais de:

I - 3% (três por cento), no primeiro ano, contado a partir da data de publicação desta lei;

II - 3,5% (três e meio por cento), durante o segundo ano;

III - 4% (quatro por cento), durante o terceiro ano;

IV - 4,5% (quatro e meio por cento), durante o quarto ano;

V - 5% (cinco por cento), durante o quinto ano;



VI - 5,5% (cinco e meio por cento), durante o sexto ano;

VII - 6% (seis por cento), a partir do sétimo ano.

§ 1º Para as contas vinculadas dos trabalhadores que ingressarem no Sistema do FGTS a partir da publicação desta lei, a data de início de contagem para o cronograma de elevação progressiva das taxas de juros, de que tratam os incisos I a VII do *caput*, será a da abertura da conta.

§ 2º Para as contas vinculadas dos trabalhadores optantes, existentes à data de 22 de setembro de 1971, a capitalização dos juros dos depósitos será a mais favorável entre a hipótese prevista no *caput* e a seguinte progressão:

I - 3% (três por cento), durante os dois primeiros anos de permanência na mesma empresa;

II - 4% (quatro por cento), do terceiro ao quinto ano de permanência na mesma empresa;

III - 5% (cinco por cento), do sexto ao décimo ano de permanência na mesma empresa;

IV - 6% (seis por cento), a partir do décimo primeiro ano de permanência na mesma empresa.

§ 3º A atualização monetária e a capitalização de juros correrão à conta do FGTS e o respectivo crédito será efetuado na conta vinculada, no dia 10 (dez) de cada mês, com base no saldo existente no dia 10 (dez) do mês anterior, deduzidos os saques ocorridos no período.

Art. 20. Fica ressalvado o direito adquirido dos trabalhadores que, à data da promulgação da Constituição Federal de 1988, já tinham o direito à estabilidade no emprego nos termos do Capítulo V do Título IV da CLT.

§ 1º O tempo de serviço do trabalhador não optante do FGTS, anterior a 5 de outubro de 1988, em caso de despedida sem justa causa, rege-se-á, conforme o caso, pelos dispositivos constantes dos artigos 477, 478 e 497 da CLT.

§ 2º O tempo de serviço anterior a 5 de outubro de 1988 poderá ser transacionado entre empregador e empregado, respeitado o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) da indenização prevista.

§ 3º É facultado ao empregador desobrigar-se da responsabilidade da indenização relativa ao tempo de serviço anterior à opção, depositando na conta vinculada do



trabalhador, até o último dia útil do mês previsto em lei para o pagamento de salário, o valor correspondente à indenização, aplicando-se ao depósito, no que couber, todas as disposições desta lei.

§ 4º Os trabalhadores poderão, a qualquer momento, optar pelo FGTS, com efeito retroativo a 1º de janeiro de 1967 ou à data de sua admissão, quando posterior àquela.

Art. 21. No caso da rescisão do contrato de trabalho enquadrada nas condições estabelecidas no artigo anterior, serão observados os seguintes critérios:

I - havendo indenização a ser paga, o empregador, mediante comprovação do seu pagamento, poderá sacar o saldo dos valores por ele depositados na conta individualizada do trabalhador, relativos ao período trabalhado na condição de não optante;

II - não havendo indenização a ser paga, ou decorrido o prazo prescricional para a reclamação de direitos por parte do trabalhador, o empregador poderá levantar, em seu favor, o saldo da respectiva conta individualizada, relativo ao período trabalhado na condição de não optante, mediante comprovação perante o órgão competente do Ministério do Trabalho.

Art. 22. Os empregadores ficam obrigados a:

I - incluir mensalmente, no comprovante de pagamento de salário de cada trabalhador, o valor recolhido ou a recolher em sua conta vinculada no FGTS;

II - comprovar, no momento da homologação da rescisão do contrato de trabalho, o efetivo recolhimento das importâncias a que se refere o art. 16, nos termos em que dispuser o Regulamento;

III - depositar, na conta vinculada do trabalhador, até o primeiro dia útil anterior à data de rescisão do contrato de trabalho, os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houverem sido recolhidos;

IV - repassar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data de seu recebimento, o extrato das contas vinculadas ou qualquer outro documento encaminhado pelo Agente Operador aos trabalhadores que tenham optado por recebê-lo no endereço do empregador;



V - registrar, na Carteira de Trabalho e Previdência Social e no comprovante de pagamento do salário, o número da conta vinculada do trabalhador e o código do empregador no FGTS.

Art. 23. Na hipótese de despedida sem justa causa, inclusive a indireta, o empregador pagará ao trabalhador, mediante depósito na conta vinculada efetuado até o primeiro dia útil anterior à data de rescisão do contrato de trabalho, importância igual a 40% (quarenta por cento) do montante, atualizado monetariamente e acrescido dos respectivos juros, de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, somados aos valores devidos e não recolhidos, independentemente de terem sido efetuados saques.

§ 1º Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata o *caput* será de 20% (vinte por cento).

§ 2º Para fins do disposto no *caput*, compete ao Agente Operador informar o valor atualizado e acrescido dos juros correspondentes a todos os depósitos efetivamente realizados na conta vinculada.

§ 3º Quando não for possível atualizar os valores de todos os depósitos efetuados, utilizar-se-á como base de cálculo, para efeito da aplicação dos percentuais de que tratam o *caput* e o § 1º, o somatório das seguintes parcelas:

I - o equivalente a 8% (oito por cento) da última remuneração mensal paga ou devida, multiplicado pelo número de meses em que não puderam ser identificados os valores dos depósitos; e

II - o montante, atualizado e acrescido de juros, dos depósitos identificados.

§ 4º As importâncias de que trata este artigo deverão constar do recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho, observado o disposto no art. 477 da CLT, e eximirão o empregador exclusivamente quanto aos valores discriminados.

SEÇÃO VIII - DOS SAQUES NAS CONTAS VINCULADAS

Art. 24. O trabalhador poderá movimentar recursos de sua conta



vinculada no FGTS exclusivamente nas seguintes situações:

I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior;

II - despedida com justa causa;

III - extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, decretação de falência ou ainda falecimento do empregador individual, sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita do empregador, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;

IV - aposentadoria concedida pela Previdência Social ou por órgão ou entidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V - falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago:

a) a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte; ou,

b) na falta de dependentes que atendam ao disposto na alínea anterior, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independentemente de inventário ou arrolamento;

VI - pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional, desde que o mutuário conte com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS;

VII - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento habitacional;

VIII - pagamento total ou parcial do preço da aquisição ou de construção de moradia própria, observadas as seguintes condições, além de outras definidas pelo Conselho Curador:

a) o titular da conta deverá contar com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS;

b) o titular da conta não deverá ser proprietário nem promitente comprador de outro imóvel, em qualquer parte do território nacional;

c) o imóvel não poderá ser objeto de venda, no prazo de 2 (dois) anos contados da data de sua aquisição;

d) a operação deverá ser financiável pelo SFH e preencher os requisitos que vierem a ser estabelecidos pelo Conselho Curador;



IX - quando o trabalhador permanecer, por 3 (três) anos ininterruptos, fora do regime do FGTS;

X - extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

XI - suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 90 (noventa) dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.

XII - para tratamento do trabalhador ou de qualquer de seus dependentes, descendentes e ascendentes em primeiro grau, quando acometido de neoplasia maligna, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS ou doença que cause grave risco à vida, nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador.

§ 1º A regulamentação das situações previstas nos incisos I, II, III e X assegurará que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na sua conta vinculada durante o período de vigência do contrato de trabalho objeto da rescisão, atualizados monetariamente e acrescidos de juros, deduzidos os saques.

§ 2º O valor correspondente à retirada será remunerado *pro rata die*, desde a data do último crédito efetuado na conta vinculada até a data em que estiver disponível para pagamento, pelos mesmos índices de atualização monetária e taxas de juros mencionados no art. 19.

§ 3º Ocorrendo mudança de regime jurídico, por força do disposto no art. 39 da Constituição Federal, o servidor público poderá movimentar o saldo de sua conta vinculada exclusivamente nas situações previstas nos incisos IV, V, VI, VII, VIII, IX e XII do *caput* deste artigo.

Art. 25. O saldo das contas vinculadas, cujos titulares não tenham exercido o direito de saque após 1 (um) ano, contado da data de aquisição desse direito, será incorporado ao patrimônio do FGTS, resguardado ao beneficiário a oportunidade de, a qualquer tempo, mediante requerimento e observado o disposto no artigo anterior, resgatar o montante incorporado, acrescido da atualização monetária e respectivos juros.

§ 1º Os valores recolhidos pelos empregadores e não individualizados no prazo de 1 (um) ano, contado da efetivação do depósito, serão, uma vez esgotadas todas as medidas cabíveis pelo Agente Operador e pelo Ministério do Trabalho, incorporados ao patrimônio do FGTS, preservando-se o direito de o empregador realizar o lançamento



adequado dessa operação, visando à correspondente individualização.

§ 2º O Agente Operador colocará à disposição do Conselho Curador, na forma e nos prazos por ele estabelecidos, relatórios pertinentes às contas e aos valores a serem incorporados ao patrimônio do FGTS.

SEÇÃO IX - DA FISCALIZAÇÃO, DAS INFRAÇÕES E DA IMPOSIÇÃO DE MULTAS

Art. 26. Compete ao Ministério do Trabalho:

I - fiscalizar o disposto nos artigos 16, 17, 20, 21, 22 e 23, bem assim as demais obrigações dos empregadores relacionados com o FGTS;

II - encaminhar, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, os elementos necessários à instauração de processo de inscrição em Dívida Ativa e de cobrança judicial dos débitos dos empregadores para com o FGTS.

Art. 27. Constituem infrações, para efeito desta lei:

I - por parte do empregador:

a) não depositar tempestivamente a importância de que trata o art. 16;

b) deixar de computar, para efeito de cálculo dos depósitos do FGTS, parcela componente da remuneração;

c) deixar de efetuar os depósitos e os acréscimos legais, após notificado pela fiscalização;

d) apresentar informações sobre o FGTS com erros ou omissões;

e) descumprir o disposto nos arts. 20, 21, 22 e 23.

II - descumprir o Agente Operador as obrigações estabelecidas no art. 9º;

III - descumprirem os agentes arrecadadores, pagadores e financeiros quaisquer das obrigações que lhes competem no âmbito do sistema do FGTS;

IV - infringir órgão ou entidade do sistema do FGTS qualquer dispositivo desta lei e das resoluções do Conselho Curador, para a qual não haja penalidade específica.

§ 1º Pela prática das ações previstas neste artigo, os infratores ficam sujeitos às seguintes multas:

I - de 5 (cinco) Unidades Fiscais de Referência - UFIR a 50 (cinquenta)



UFIR por trabalhador, no caso das alíneas *d* e *e* do inciso I do *caput*.

II - de 20 (vinte) a 200 (duzentas) UFIR por trabalhador, no caso das alíneas *a*, *b* e *c* do inciso I do *caput*.

III - de 50 (cinquenta) a 50.000 (cinquenta mil) UFIR, na forma e condições estabelecidas pelo Conselho Curador, no caso dos incisos II e IV

IV - 10% (dez por cento) do valor da operação, na forma estabelecida pelo Conselho Curador, sem prejuízos das cominações legais, no caso do inciso III.

§ 2º Nos casos de fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou desacato à fiscalização, assim como na reincidência, as multas especificadas no parágrafo anterior serão duplicadas, sem prejuízo das demais cominações legais.

§ 3º O processo de fiscalização, autuação e imposição de multas de que trata o inciso I do § 1º rege-se-á pelo disposto no Título VII da CLT.

§ 4º O direito de apuração e constituição dos créditos do FGTS extingue-se após 10 (dez) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada.

§ 5º Quando julgado procedente o recurso interposto na forma do Título VII da CLT, os depósitos efetuados para garantia de instância serão restituídos, com os valores atualizados na forma da lei.

§ 6º Na hipótese de um empregador, no intervalo de 30 (trinta) dias, despedir 50 (cinquenta) ou mais trabalhadores, o Ministério do Trabalho efetuará fiscalização extraordinária.

Art. 28. O Conselho Curador poderá aplicar aos agentes que atuem no âmbito do FGTS, em caso de descumprimento desta lei, sem prejuízo das penalidades estabelecidas no artigo anterior, as seguintes sanções:

I - advertência escrita, com recomendações;

II - suspensão temporária, total ou parcial, da remuneração;

III - suspensão, total ou parcial, da habilitação;

IV - cancelamento da habilitação.



Art. 29. O Ministério do Trabalho deverá tornar disponíveis ao Conselho Curador, com a periodicidade que este estabelecer, dados, informações e relatórios que possibilitem a avaliação da ação fiscalizadora.

Art. 30. Compete à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional a inscrição em Dívida Ativa dos débitos para com o FGTS, bem como, diretamente ou por intermédio do Agente Operador, mediante convênio, a representação judicial e extrajudicial do FGTS, para a correspondente cobrança, relativamente aos depósitos dos empregadores, às multas e demais encargos previstos nesta lei.

§ 1º O FGTS fica isento de custas nos processos judiciais de cobrança de seus créditos.

§ 2º As despesas, inclusive as de sucumbência, que vierem a ser incorridas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e pelo Agente Operador para a realização da inscrição em Dívida Ativa, do ajuizamento e do controle e do acompanhamento dos processos judiciais, serão efetuadas a débito do FGTS.

§ 3º Os créditos relativos ao FGTS gozam dos mesmos privilégios atribuídos aos créditos trabalhistas.

§ 4º Na cobrança judicial dos créditos do FGTS incidirá um encargo de 10% (dez por cento), que reverterá para o Fundo, para ressarcimento dos custos por ele incorridos, que será reduzido para 5% (cinco por cento), se o pagamento se der antes do ajuizamento da cobrança.

Art. 31. Poderá o próprio trabalhador, seus dependentes e sucessores, ou ainda o sindicato a que estiver vinculado, e sem necessidade de instrumento procuratório, acionar diretamente o empregador para compeli-lo a efetuar o depósito, na conta vinculada, das importâncias devidas ao seu titular, devendo a Justiça do Trabalho notificar o Ministério do Trabalho, o Agente Operador e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional da propositura da ação.

§ 1º A sentença judicial deverá determinar, obrigatoriamente, o montante total a ser depositado pelo empregador, em decorrência dos atrasos no recolhimento das importâncias a que faz jus o titular da conta vinculada, discriminando os valores devidos, respectivamente, ao trabalhador e ao FGTS.



§ 2º Nas reclamações trabalhistas que objetivam o pagamento de parcelas relativas ao FGTS, ou que, direta ou indiretamente, impliquem essa obrigação de fazer, o juiz determinará que a empresa sucumbente proceda ao recolhimento imediato, nas respectivas contas vinculadas, das importâncias devidas a tal título, bem como dos encargos a favor do Fundo.

SEÇÃO X - DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE

Art. 32. A condição de regularidade perante o FGTS é atestada pelo Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.

§ 1º Para obter o CRF, o interessado deverá satisfazer as seguintes condições:

I - estar em dia com o recolhimento da importância de que trata o art. 16 ;

II - estar em dia com o pagamento das prestações das operações de crédito lastreadas em recursos do FGTS;

III - estar em situação regular em relação às outras obrigações para com o Fundo.

§ 2º A apresentação do CRF é obrigatória nas seguintes situações:

I - habilitação em licitação promovida por órgão ou entidade da administração pública, ou por empresa controlada direta ou indiretamente pela União, Estado, Distrito Federal ou Município;

II - obtenção de empréstimos, financiamentos, parcelamento de débitos ou dispensa de juros, multa e atualização monetária junto a quaisquer entidades financeiras oficiais;

III - obtenção de favores creditícios, isenções, subsídios, auxílios, benefícios, incentivos fiscais, outorga ou concessão de serviços pelo Poder Público;

IV - transferência de domicílio para o exterior;

V - registro ou arquivamento, nos órgãos competentes, de alteração ou distrato de contrato social, de estatuto, ou de qualquer documento que implique modificação na estrutura jurídica do empregador ou na sua extinção;

VI - alienação de imóveis de propriedade de empregadores pessoas



jurídicas;

VII - assinatura de quaisquer contratos ou convênios com órgãos e entidades da administração pública.

§ 3º As pessoas jurídicas que não satisfizerem as condições mencionadas no § 1º estarão, além das demais cominações legais, impedidas de:

I - pagar, aos diretores não-empregados, *pro labore*, gratificações, participação nos lucros e quaisquer outras importâncias a título de remuneração;

II - distribuir, sob qualquer forma, lucros, bonificações ou dividendos a seus sócios ou acionistas.

§ 4º A não comprovação da regularidade para com o FGTS constitui causa para suspensão ou resolução de contrato ou convênio firmado por órgão ou entidade referida no inciso I do § 2º.

SEÇÃO XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 33. São isentos de tributos federais os atos e operações necessários à aplicação desta lei, quando praticados pelo Agente Operador, pelos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores, pelos empregadores e pelos agentes credenciados para atuar no âmbito do FGTS.

Parágrafo Único. Aplica-se o disposto neste artigo às importâncias devidas, nos termos desta lei, aos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores.

Art. 34 Os depósitos em conta vinculada, efetuados nos termos desta lei, constituirão despesas dedutíveis do lucro operacional dos empregadores e as importâncias levantadas a seu favor implicarão receita tributável.

Parágrafo único. Em se tratando de empregadores domésticos, o montante dos depósitos efetuados em conta vinculada de um empregado poderá ser deduzido do total de rendimentos tributáveis, para fins de determinação da base de cálculo do imposto de renda devido, observado o disposto no Regulamento.

Art. 35. Aos empregados representantes dos trabalhadores e de outras entidades representativas da sociedade civil, no Conselho Curador e nos conselhos



mencionados na seção VII, são assegurados:

I - a estabilidade no emprego, desde a nomeação até um ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada através de processo judicial;

II - o abono das ausências ao trabalho decorrentes das atividades desses órgãos, computando-as como jornada efetivamente trabalhada, para todos os fins e efeitos legais.

Art. 36. Fica reduzida para 1,5% (um e meio por cento) a contribuição prevista pelas empresas ao Serviço Social do Comércio e ao Serviço Social da Indústria e dispensadas estas entidades da subscrição compulsória a que alude o art. 21 da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Art. 37. O mandato dos membros do Conselho Curador que estiverem em exercício à data de início de vigência desta lei encerrar-se-á com a posse dos novos conselheiros, a ser realizada no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da publicação desta lei.

Art. 38. A instituição financeira que atuou como banco depositário do FGTS é responsável pelos lançamentos efetuados nas contas vinculadas e pela regularização de eventuais diferenças, decorrentes de erros de lançamentos em contas vinculadas ou na individualização de depósitos, durante o período em que estas estiveram sob a sua administração.

Art. 39. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 40. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 41. Revogam-se a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; o inciso II do art. 1º da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988; a Lei nº 7.794, de 10 de junho de 1989; a Lei nº 8.406, de 9 de janeiro de 1992; a Lei nº 8.678, de 13 de julho de 1993; o art. 16 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993; a Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994, a Lei nº 8.922, de



25 de julho de 1994; a Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995, e as demais disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 16 de maio de 1997.

Deputado PAULO ROCHA

Relator

600026

**ANEXO I AO PARECER AO PL Nº 913, DE 1991****Quadro comparativo entre a Lei nº 8.036/90 e o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 913/91**

Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
	SEÇÃO I - DOS OBJETIVOS E DA CONSTITUIÇÃO	
Art. 1º. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, passa a reger-se por esta lei.	Art. 1º O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, tem por objetivos: I -constituir pecúlio para o trabalhador amparado por esta lei; II -atuar como mecanismo de redução da rotatividade de mão-de-obra; III -inibir a despedida imotivada; IV -atuar como mecanismo de redução dos déficits de habitação e de saneamento.	Introduzidos incisos que especificam, com clareza, os objetivos do FGTS.
Art. 2º. O FGTS é constituído pelos saldos das contas vinculadas a que se refere esta lei e outros recursos a ele incorporados, devendo ser aplicados com atualização monetária e juros, de modo a assegurar a cobertura de suas obrigações. § 1º - Constituem recursos incorporados ao FGTS, nos termos do caput deste artigo: a) eventuais saldos apurados nos termos do art. 12, § 4º; b) dotações orçamentárias específicas; c) resultados das aplicações dos recursos do FGTS; d) multas, correção monetária e juros	Art. 2º O FGTS é constituído pelos saldos das contas vinculadas dos trabalhadores, de que trata a seção VII, e pelos seguintes recursos: I - depósitos efetuados pelos empregadores nas contas vinculadas dos trabalhadores; II - rendimentos de aplicação financeira das disponibilidades do FGTS; III - dotações orçamentárias específicas; IV - resultados das operações de crédito; V - multas, atualização monetária e juros moratórios; VI - demais receitas	A definição dos recursos incorporados ao FGTS passa a ter uma redação mais precisa, para deixar claro, inclusive, que todos os rendimentos resultantes da aplicação financeira das disponibilidades é parte do patrimônio do Fundo.



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
	Nacional VI - os trabalhadores e empregadores; VII - os agentes financeiros; VIII - os agentes arrecadores e pagadores; IX - os conselhos estaduais de que trata a seção VI; X - demais órgãos e entidades, públicos ou privados, que atuem ou venham a atuar no âmbito do FGTS.	
	SEÇÃO II - DO CONSELHO CURADOR	
Art. 3º. O FGTS será regido segundo normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador, integrado por (3) três representantes da categoria dos trabalhadores e (3) três representantes da categoria dos empregadores, além de (1) um representante de cada uma das seguintes entidades: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Ministério do Trabalho e da Previdência Social, Ministério da Ação Social, Caixa Econômica Federal e Banco Central do Brasil.	Art. 4º O Conselho Curador do FGTS será integrado, de forma paritária, por 3 (três) representantes dos trabalhadores, 3 (três) dos empregadores e 3 (três) do Governo Federal.	A composição do Conselho Curador passa a ser paritária, ficando excluído o Banco Central da representação governamental (vide parágrafo segundo).
§ 1º - A Presidência do Conselho Curador será exercida pelo representante do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.	§ 1º A Presidência do Conselho Curador, anualmente renovada, será rotativa entre as representações do Governo, dos trabalhadores e dos empregadores, na forma prevista em seu Regimento Interno.	Adota-se a fórmula do CODEFAT, de presidência rotativa entre as representações do governo, trabalhadores e empresários.
§ 2º - Os órgãos oficiais far-se-ão representar, no caso dos Ministérios, pelos Ministros de Estado e, no caso dos demais órgãos, por seus presidentes, na qualidade de membros titulares, cabendo-lhes indicar seus suplentes ao presidente do Conselho Curador, que os nomeará.	§ 2º Os representantes do Governo Federal, titulares e suplentes, serão indicados pelos respectivos órgãos e entidades representados, ao Ministro do Trabalho, que os nomeará, sendo: I - 1 (um) do órgão federal encarregado da formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, II - 1 (um) do Ministério do Trabalho; e III - 1 (um) da Caixa Econômica Federal.	O Conselho Curador deixa de ser conselho ministerial. A composição da Lei nº 8.036/90 demonstrou não ser operacionalmente viável, dada a dificuldade de conciliar agendas de 3 ministros e de dois presidentes de instituições financeiras federais. Na prática, portanto, o Conselho Curador já vinha sendo um conselho de Secretários Executivos. Com a desvinculação dos financiamentos do FGTS das regras do SFH, deixa de ter sentido a participação do BACEN.
§ 3º - Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores e seus respectivos suplentes serão indicados pelas respectivas centrais sindicais e confederações nacionais e nomeados pelo Ministro do Trabalho e da Previdência Social, e terão	§ 3º Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores, titulares e suplentes, serão indicados ao Ministro do Trabalho: I - pelas centrais sindicais e demais entidades de âmbito nacional que representem, no	a) a representação dos trabalhadores passa a ser exclusiva de entidades que representam pelo menos duas categorias. b) abre-se a possibilidade de que outras entidades, além das confederações, representem o



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.	mínimo, duas categorias profissionais, no caso dos trabalhadores; II - pelas confederações nacionais das categorias econômicas, bem assim outras entidades representativas do empresariado, no caso dos empregadores. § 4º Os representantes dos trabalhadores e empregadores serão nomeados pelo Ministro do Trabalho para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.	empresariado.
§ 4º - O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente, a cada bimestre, por convocação de seu presidente. Esgotado esse período, não tendo ocorrido convocação, qualquer de seus membros poderá fazê-la, no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo necessidade, qualquer membro poderá convocar reunião extraordinária, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.	§ 5º O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente a cada bimestre, por convocação de seu Presidente, e extraordinariamente, em caso de relevância e urgência, se convocado por seu Presidente ou por pelo menos 3 (três) de seus membros.	Torna-se mais restritiva a possibilidade de convocação de reuniões extraordinárias.
	§ 6º Os representantes titulares dos trabalhadores e dos empregadores que não comparecerem a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das reuniões, ou, ainda, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, salvo por motivo de força maior devidamente comprovado nos termos regimentais, perderão seu mandato, assumindo seu suplente pelo prazo restante. § 7º O suplente que assume a condição de titular, em função do disposto no parágrafo anterior, poderá ser reconduzido por 2 (duas) vezes, desde que, em seu primeiro mandato, não tenha sido titular por mais de 50% (cinquenta por cento) das reuniões	Novo dispositivo. Estabelece penalidade para ausências às reuniões do Conselho Curador.
	§ 8º O representante governamental que não comparecer, ou não se fizer representar por seu suplente, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, salvo por motivo de força maior devidamente comprovado nos termos regimentais, estará sujeito às sanções previstas na Lei 8.112, de 12 de dezembro de 1990, e demais	Idem.



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
	dispositivos legais pertinentes.	
§ 5º - As decisões do Conselho serão tomadas com a presença, no mínimo, de 7 (sete) de seus membros, tendo o presidente voto de qualidade.	§ 9º As decisões do Conselho Curador serão tomadas com a presença da maioria absoluta de seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade.	
§ 6º - As despesas porventura exigidas para o comparecimento às reuniões do Conselho constituirão ônus das respectivas entidades representadas.		Suprimido, por tratar-se de matéria regimental.
§ 7º - As ausências ao trabalho dos representantes dos trabalhadores no Conselho Curador, decorrentes das atividades desse órgão, serão abonadas, computando-se como jornada efetivamente trabalhada para todos os fins e efeitos legais.		Ver art. 35 do Substitutivo.
§ 8º - Competirá ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social proporcionar ao Conselho Curador os meios necessários ao exercício de sua competência, para o que contará com uma Secretaria Executiva do Conselho Curador do FGTS.	§ 10 Competirá ao Ministério do Trabalho proporcionar ao Conselho Curador os meios necessários ao exercício de sua competência, para o que contará com a Secretaria Executiva do Conselho Curador do FGTS.	
	§ 11 A Secretaria Executiva contará, além de um Secretário Executivo, aprovado pelo Conselho Curador, com pessoal de apoio técnico-administrativo e grupo de auditoria permanente.	Novo dispositivo, que assegura que o Conselho Curador terá o direito de aprovar o Secretário Executivo e disporá de grupo de auditoria permanente.
	§ 12 O Conselho Curador disporá de um grupo de apoio permanente, composto por assessores técnicos, indicados pelos conselheiros, com o objetivo de subsidiar tecnicamente o Conselho Curador.	Este novo dispositivo assegura que o GAP/FGTS, fórum de assessores técnicos das representações no Conselho Curador, não possa ser extinto por decisão regimental.
	§ 13 O Ministério do Trabalho poderá requisitar, sem ônus para o FGTS, servidores da administração pública direta e indireta, para o desempenho de atividades técnicas no âmbito da Secretaria Executiva do Conselho Curador, sem prejuízo dos direitos e vantagens relativos ao cargo ou à função.	Novo dispositivo. Introduz possibilidade legal de requisição de servidores para a Secretaria Executiva do Conselho Curador, dada a multiplicidade de assuntos tratados pelo colegiado, que não pode ser suprida exclusivamente pelos técnicos do Ministério do Trabalho.
§ 9º - Aos membros do Conselho Curador, enquanto representantes dos trabalhadores, efetivos e suplentes, é assegurada a estabilidade no emprego, da nomeação até 1 (um) ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada através de processo		Ver art. 35 do Substitutivo.



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
sindical.		
	§ 14 A inobservância dos princípios e regras estabelecidos nesta lei, por membro do Conselho Curador, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, sem prejuízo de outras penalidades.	Novo dispositivo. Remete possíveis atos praticados por representantes do Conselho Curador, na qualidade de servidores ou agentes públicos, às penalidades previstas na lei que trata da improbidade administrativa.
Art. 4º. A gestão da aplicação do FGTS será efetuada pelo Ministério da Ação Social, cabendo à Caixa Econômica Federal - CEF o papel de Agente Operador. Art. 5º. Ao Conselho Curador do FGTS compete:	Art. 5º Ao Conselho Curador compete:	
I - estabelecer as diretrizes e os programas de alocação de todos os recursos do FGTS, de acordo com os critérios definidos nesta lei, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana estabelecidas pelo Governo Federal;	I - aprovar diretrizes, critérios e programas para a aplicação dos recursos do FGTS, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação e saneamento estabelecidas pelo Governo Federal;	a) o Conselho Curador passa a apreciar e aprovar as diretrizes, critérios e programas para a aplicação dos recursos, que lhe são submetidas pelo órgão federal encarregado da política de desenvolvimento urbano.
	II - estabelecer diretrizes e critérios para a distribuição dos recursos do FGTS por unidade da federação, observados, dentre outros, os déficits habitacionais e de saneamento e a arrecadação bruta do FGTS;	Incluída competência já prevista esparsamente na Lei nº 8036/90 (art. 6º, III, combinado com art. 10, III).
III - apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do FGTS;	III - aprovar o orçamento do FGTS e os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais, e suas respectivas revisões;	Redação mais precisa, para incluir o orçamento e os planos de contratação e metas físicas, dentro da terminologia usada desde 1990.
II - acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas aprovados;	IV - acompanhar e avaliar a execução orçamentária e a gestão econômica e financeira do FGTS, bem como o desempenho e os resultados econômicos e sociais dos programas de aplicação;	Para que o exercício da curatela seja eficiente, deve ser competência do Conselho Curador acompanhar, também, a execução orçamentária do Fundo.
	V - acompanhar e avaliar os resultados da ação fiscal e da cobrança judicial dos débitos para com o FGTS;	Novo dispositivo. O Conselho Curador precisa ter essa competência, inclusive porque o orçamento do FGTS pode prever repasses para essas atividades.
IV - pronunciar-se sobre as contas do FGTS, antes do seu encaminhamento aos órgãos de controle interno para os fins legais;	VI - pronunciar-se sobre as contas do FGTS, antes do seu encaminhamento ao Tribunal de Contas da União;	Corrige-se equívoco da legislação vigente. Os órgãos de controle interno devem prestar subsídios ao Conselho Curador no exercício de seu poder de curatela, e não o oposto.
	VII - estabelecer as diretrizes e os critérios para a constituição e manutenção do Fundo de Liquidez mencionado no art. 10;	Novo dispositivo, decorrente da previsão de criação do Fundo de Liquidez.



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
	VIII - estabelecer diretrizes para aplicação das disponibilidades financeiras do FGTS, inclusive o Fundo de Liquidez;	Novo dispositivo. O Conselho Curador passa a ter competência legal para estabelecer as diretrizes para a aplicação financeira das disponibilidades, preservada a competência operacional do Agente Operador.
	IX - estabelecer as condições de utilização dos saldos das contas vinculadas para o pagamento de obrigações decorrentes de financiamento habitacional, de aquisição ou construção de moradia própria, observadas as necessidades dos trabalhadores de baixa renda e o equilíbrio econômico-financeiro do FGTS;	Nova competência, decorrente da mudança efetuada nos incisos VI, VII e VIII do art. 24. O Conselho Curador passa a ter a competência de estabelecer regras próprias para financiamentos habitacionais, que não precisam mais enquadrar-se nas do SFH.
IX - fixar critérios para parcelamento de recolhimentos em atraso;	X - estabelecer os critérios e condições para parcelamento de débitos para com o FGTS, decorrentes de atrasos no recolhimento das importâncias devidas pelos empregadores e no pagamento das operações de crédito contratadas com recursos do Fundo;	O Conselho Curador passa a ter competência adicional de estabelecer critérios e condições de parcelamento dos débitos relativos a operações de crédito.
VIII - fixar as normas e valores de remuneração do Agente Operador e dos Agentes Financeiros;	XI - estabelecer a forma e o valor da remuneração do Agente Operador, inclusive pelo risco de crédito	Criado dispositivo específico, que permitirá ao Conselho Curador maior controle sobre os custos administrativos do Fundo.
	XII - fixar as formas e valores de remuneração dos agentes financeiros, dos agentes arrecadadores e pagadores e, quando for o caso, das demais entidades que prestem serviços ou atuem no âmbito do FGTS;	Nova competência. Dispositivo específico, para diferenciá-lo das demais tarefas executadas pelo Agente Operador.
	XIII - definir, para os casos em que esta lei exige atualização monetária, o índice a ser utilizado, na falta de previsão legal;	Novo dispositivo. Importante, inclusive para garantir a compatibilidade entre ativo e passivo do FGTS.
	XIV - estabelecer diretrizes e normas para os conselhos mencionados na seção VI, no exercício das suas competências no âmbito do FGTS;	Novo dispositivo, decorrente da descentralização pretendida na seção VI.
V - adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos do Ministério da Ação Social e da Caixa Econômica Federal, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades no que concerne aos recursos do FGTS;	XV - adotar as providências cabíveis para a correção dos atos praticados pelo Gestor da Aplicação, pelo Agente Operador e pelos demais órgãos e entidades que integram o sistema FGTS, que se mostrem incompatíveis com o disposto nesta lei e demais normas relativas ao Fundo, ou que prejudiquem o	Amplia o poder de curatela do Conselho Curador sobre os demais integrantes do sistema FGTS.



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
	desempenho e o cumprimento de suas finalidades;	
VI - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao FGTS, nas matérias de sua competência;	XVI - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas relativas ao FGTS, nas matérias de sua competência;	
XI - divulgar, no "Diário Oficial" da União, todas as decisões proferidas pelo Conselho, bem como as contas do FGTS e os respectivos pareceres emitidos.	XVII - fazer publicar suas decisões no Diário Oficial da União; e	
X - fixar critério e valor de remuneração para o exercício da fiscalização;		Contemplado, de forma mais precisa e adequada, na alínea "b" do inciso X do art. 9º do Substitutivo.
VII - aprovar seu regimento interno;	XVIII - aprovar seu regimento interno.	
	Parágrafo único. Os documentos e informações referentes ao FGTS são de livre acesso aos membros do Conselho Curador, no exercício de suas atribuições, e aos interessados, nos casos e dentro dos prazos de atendimento previstos no Regulamento, que não poderão exceder 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de recebimento da solicitação.	Novo dispositivo. Estabelece o livre acesso dos membros do Conselho Curador e dos interessados aos documentos e informações do sistema, reforçando seu caráter público.
	SEÇÃO III - DO GESTOR DA APLICAÇÃO	
Art. 6º. Ao Ministério da Ação Social, na qualidade de gestor da aplicação do FGTS, compete:	Art. 6º A gestão da aplicação dos recursos do FGTS será exercida pelo órgão federal encarregado da política de desenvolvimento urbano. Art. 7º - Ao Gestor da Aplicação, compete	Dadas as constantes mudanças administrativas nessa área, a redação dada foi genérica.
	I - definir diretrizes, critérios e programas para a aplicação dos recursos do FGTS, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação e saneamento estabelecidas pelo Governo Federal, encaminhando-as para aprovação do Conselho Curador;	Nova competência. Ao órgão encarregado da política urbana fica reservada a competência de definir diretrizes e programas de aplicação dos recursos. O Conselho Curador poderá aprová-los ou não, levando em conta os interesses do FGTS e seu equilíbrio econômico-financeiro.
	II - definir e alocar os recursos para os programas de aplicação, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 14;	Nova competência. O Gestor da Aplicação - GA poderá, dentro dos limites do orçamento, alocar os recursos entre os diferentes programas aprovados pelo Conselho Curador.
VII - definir as metas a serem alcançadas nos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana.	III - definir as prioridades, a metodologia e os critérios que nortearão a elaboração dos orçamentos, no tocante às aplicações, e dos planos de contratação e metas	O Orçamento passa a ser elaborado pelo Agente Operador, mas o GA retém a competência de, em sua área, definir metodologias, prioridades e critérios para sua elaboração.



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
	físicas, anuais e plurianuais;	
II - expedir atos normativos relativos à alocação dos recursos para implementação dos programas aprovados pelo Conselho Curador;	IV - regulamentar os programas de aplicação, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 14;	Competência mais abrangente do que normatizar a alocação dos recursos, para envolver, também, os aspectos de política habitacional ou de saneamento.
	V - definir critérios a serem observados na seleção de propostas de operação de crédito, para fins de contratação;	Nova competência. O GA estabelece os critérios necessários à hierarquização e seleção de propostas, sempre que a demanda por recursos exceder a previsão orçamentária.
III - elaborar orçamentos anuais e planos plurianuais de aplicação dos recursos, discriminando-os por Unidade da Federação, submetendo-os até 31 de julho ao Conselho Curador do Fundo;	VI - submeter ao Conselho Curador, na forma e nas datas por ele estipuladas, em conjunto com o Agente Operador, os orçamentos e os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais, e suas respectivas revisões;	a) O GA deixa de elaborar o orçamento; b) o envio do orçamento ao Conselho Curador é feito conjuntamente com o Agente Operador; c) o prazo de envio do orçamento passa a ser fixado pelo Conselho Curador.
IV - acompanhar a execução dos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana, decorrentes de aplicação de recursos do FGTS, implementados pela CEF; VI - subsidiar o Conselho Curador com estudos técnicos necessários ao aprimoramento operacional dos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana;	VII - acompanhar e avaliar a execução física e orçamentária dos programas de aplicação implementados pelo Agente Operador, encaminhando ao Conselho Curador, na forma e periodicidade por este definida, relatórios que permitam o efetivo exercício da atribuição prevista no inciso IV do art. 5º desta lei;	Redação mais precisa, estabelecendo a delimitação de competências do Conselho Curador e do GA.
I - praticar todos os atos necessários à gestão da aplicação do Fundo, de acordo com as diretrizes e programas estabelecidos pelo Conselho Curador;	VIII - praticar os demais atos necessários à gestão da aplicação do Fundo, de acordo com as diretrizes, critérios e programas aprovados pelo Conselho Curador;	
	SEÇÃO IV - DO AGENTE OPERADOR	
Art. 7º. A Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Operador, cabe:	Art. 8º A Caixa Econômica Federal - CEF atuará na condição de Agente Operador, devendo manter, para tanto, estruturas diretiva, administrativa e operacional compatíveis com a execução das ações e atividades mencionadas nesta lei. Art. 9º Ao Agente Operador compete:	Prevê obrigação de a CEF manter estrutura adequada ao desempenho das funções de Agente Operador.
I - centralizar os recursos do FGTS, manter e controlar as contas vinculadas e emitir regularmente os extratos individuais correspondentes às contas vinculadas e participar da rede arrecadadora dos recursos do FGTS;	I - centralizar os recursos do FGTS e manter, em contabilidade própria e em separado, os registros das movimentações do Fundo, inclusive as disponibilidades;	a) Redação alterada, para contemplar especificamente as obrigações contábeis do Agente Operador. b) Suprimida a participação na rede arrecadadora, por não ser competência típica do Agente Operador.



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
	II - abrir, manter e controlar, discriminadas por titular, as contas vinculadas;	Desdobrado do inciso I da Lei.
	III - fornecer periodicamente, ou a qualquer tempo, por solicitação do interessado, extratos e quaisquer outros documentos relativos às contas vinculadas;	Desdobrado do inciso I da Lei e ampliado, para incluir a obrigação de fornecimento mediante solicitação..
IV - elaborar as análises jurídicas e econômico-financeiras dos projetos de habitação popular, infra-estrutura urbana e saneamento básico a serem financiados com recursos do FGTS;	IV - contratar operações de crédito a serem financiadas com recursos do FGTS;	Redação alterada, pois a análise jurídica, econômica e financeira é condição para a contratação de operações de crédito.
	V - responder pelo risco do crédito referente às operações que contratar, na forma e condições que vierem a ser estabelecidas pelo Conselho Curador;	Novo dispositivo. Estabelece claramente que o Agente Operador tem o risco de crédito, a exemplo do BNDES em relação ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.
	VI - definir metodologia para verificação do limite máximo de contrapartida do tomador de recursos do FGTS, em função de sua capacidade financeira;	Dá ao Agente Operador a competência para regulamentar a contrapartida máxima dos tomadores de recursos, em função de sua capacidade de pagamento.
II - expedir atos normativos referentes aos procedimentos administrativo-operacionais dos bancos depositários, dos agentes financeiros, dos empregadores e dos trabalhadores, integrantes do sistema do FGTS; III - definir os procedimentos operacionais necessários à execução dos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana, estabelecidos pelo Conselho Curador com base nas normas e diretrizes de aplicação elaboradas pelo Ministério da Ação Social; VII - implementar os atos emanados do Ministério da Ação Social relativos à alocação e aplicação dos recursos do FGTS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador.	VII - expedir atos normativos referentes aos procedimentos administrativo-operacionais a serem observados por empregadores, trabalhadores, agentes financeiros, rede arrecadadora e pagadora, bem como outras entidades integrantes do sistema do FGTS, observadas, no que couber, as competências do Conselho Curador, do Gestor da Aplicação e do Ministério do Trabalho;	Redação abrangente dos 3 incisos.
	VIII - habilitar os agentes ou entidades que atuam no âmbito do FGTS;	Incorporada função já prevista em Resolução do Conselho Curador.
	IX - acompanhar, controlar, fiscalizar e promover auditorias nos agentes financeiros e demais entidades integrantes do sistema do FGTS, inclusive cooperativas, relativamente aos recursos do Fundo;	Dá-se ao Agente Operador a competência para fiscalizar os agentes do FGTS, especialmente as cooperativas.
	X - determinar a intervenção em instituições não financeiras tomadoras de recursos do FGTS	Competência necessária para salvaguardar o patrimônio do Fundo, haja vista que inúmeras cooperativas



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
		têm cometido malversações, sem que haja entidade de supervisão. O Agente Operador passa a ter essa competência legal.
Art. 5º, X - fixar critério e valor de remuneração para o exercício da fiscalização;	XI - elaborar os orçamentos anuais e suas respectivas revisões, bem como os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais, observados: a) o disposto no inciso III do art. 7º; b) as propostas de recursos correspondentes às despesas de investimento e de formação de recursos humanos, necessárias ao exercício das atividades de fiscalização e de cobrança judicial dos débitos para com o Fundo, constantes dos planos anuais de trabalho encaminhados ao Conselho Curador, respectivamente, pelo Ministério do Trabalho e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.	O Agente Operador passa a ter a função de elaborar as peças orçamentárias, pois elas abrangem aspectos - como a arrecadação, a fiscalização, a cobrança judicial, a administração do passivo, etc., que extrapolam as competências do GA.
VI - elaborar as contas do FGTS, encaminhando-as ao Ministério da Ação Social	XII - elaborar e submeter à apreciação do Conselho Curador, na forma e periodicidade por ele definidas, as contas do FGTS;	Alterado o destinatário das contas do FGTS, pois cabe ao Conselho Curador examinar as contas do FGTS.
	XIII - submeter ao Conselho Curador, na forma e nas datas por ele estipuladas, em conjunto com o Gestor da Aplicação, os orçamentos e os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais, e suas respectivas revisões;	Nova competência, decorrente da mudança implementada pelo inciso X do Substitutivo.
	XIV - definir e manter sistema de acompanhamento de custos de obras de habitação e de saneamento, assegurando a divulgação periódica de índices e preços;	Nova competência. O Agente Operador, ao manter esse sistema de informações, contribui para criar um referencial sobre preços e custos para as entidades que atuam no âmbito do FGTS.
Art. 23, § 7º - A rede arrecadadora e a Caixa Econômica Federal deverão prestar ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social as informações necessárias à fiscalização.	XV - tornar disponíveis ao Gestor da Aplicação e ao Ministério do Trabalho, na forma e periodicidade por eles definidas, dados, informações e relatórios que permitam, respectivamente, o acompanhamento da execução dos programas de aplicação e o exercício das atividades de fiscalização do recolhimento do FGTS;	Consolidação de competências esparsas. Como entidade que centraliza a administração do FGTS, o Agente Operador possui as informações e as bases de dados essenciais ao desempenho das atividades de gestão da aplicação e de fiscalização.
V - emitir Certificado de Regularidade do FGTS;	XV - emitir o Certificado de Regularidade do FGTS;	
	XVI - exercer outras atribuições correlatas, no âmbito do FGTS, na	Abertura legal para a definição de novas competências pelo Conselho



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
	forma estabelecida pelo Conselho Curador do FGTS.	Curador.
Parágrafo único - O Ministério da Ação Social e a Caixa Econômica Federal deverão dar pleno cumprimento aos programas anuais em andamento, aprovados pelo Conselho Curador, sendo que eventuais alterações somente poderão ser processadas mediante prévia anuência daquele colegiado.		Suprimido. Trata-se de disposição transitória, cuja manutenção é desnecessária.
	Parágrafo único. O risco de crédito das operações realizadas com recursos do FGTS até 12 de outubro de 1989 é de responsabilidade da União.	As operações realizadas antes desta data eram responsabilidade do extinto BNH. Parte delas já está sob a responsabilidade do Tesouro, via FCVS. Trata-se de identificar a responsabilidade das remanescentes, especialmente nas áreas de saneamento e infra-estrutura.
Art. 8º. O Ministério da Ação Social, a Caixa Econômica Federal e o Conselho Curador do FGTS serão responsáveis pelo fiel cumprimento e observância dos critérios estabelecidos nesta lei.		Dispositivo anódino e, portanto, suprimido.
	SEÇÃO V - DO FUNDO DE LIQUIDEZ E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
	Art. 10 Os recursos de que trata o art. 2º, deduzidos os compromissos e encargos do FGTS, serão aplicados em operações de crédito e na constituição e manutenção de um Fundo de Liquidez.	Novo dispositivo, destinado principalmente a disciplinar a constituição do Fundo de Liquidez e a remuneração das disponibilidades financeiras do FGTS.
	Art. 11 O Fundo de Liquidez será destinado a garantir o pagamento dos saques nas contas vinculadas, nas situações em que o montante de saques exceda o total das receitas correntes.	Definição do objetivo do Fundo de Liquidez.
Art. 9º, § 2º - Os recursos do FGTS deverão ser aplicados em habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbana. As disponibilidades financeiras devem ser mantidas em volume que satisfaça as condições de liquidez e remuneração mínima necessária à preservação do poder aquisitivo da moeda	§ 1º O Fundo de Liquidez e demais disponibilidades financeiras devem ter remuneração mínima, inclusive juros, idêntica à atribuída aos depósitos de poupança.	Trata-se de garantir que o resultado das aplicações financeiras das disponibilidades do FGTS, que tem rendido historicamente muito mais que a poupança, seja incorporado aos recursos do Fundo, e não apropriado pela CEF.
	§ 2º A remuneração definida no parágrafo anterior será devida ao FGTS pelo Agente Operador quando o resultado das aplicações resultar remuneração, inclusive juros, igual ou inferior à dos depósitos de poupança.	Salvaguarda para que o Agente Operador não se aproprie de recurso do FGTS, como vem fazendo atualmente, na falta de dispositivo legal que o impeça.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
	prevalecendo os rendimentos efetivos da aplicação financeira das disponibilidades e do Fundo de liquidez, quando o resultado for superior	
Art. 9º. As aplicações com recursos do FGTS poderão ser realizadas diretamente pela Caixa Econômica Federal, pelos demais órgãos integrantes do Sistema Financeiro da Habitação - SFH e pelas entidades para esse fim credenciadas pelo Banco Central do Brasil como agentes financeiros, exclusivamente segundo critérios fixados pelo Conselho Curador do FGTS, em operações que preencham os seguintes requisitos	Art. 12 As operações de crédito com recursos do FGTS serão realizadas pelo Agente Operador, por intermédio dos agentes financeiros, observados os seguintes requisitos básicos:	Redação modificada para distinguir as diferentes funções do Agente Operador e dos agentes financeiros na aplicação dos recursos do Fundo. A CEF, na qualidade de agente financeiro, poderá seguir contratando financiamentos, lastreada em operações de crédito do FGTS. Além disso, o BACEN não mais habilitará agentes do sistema FGTS. Esta passa a ser competência do Agente Operador.
I - garantias: a) hipotecária; b) caução de créditos hipotecários próprios, relativos a financiamentos concedidos com recursos do Agente Financeiro; c) caução de créditos hipotecários vinculados aos imóveis objeto de financiamento; d) hipoteca sobre outros imóveis de propriedade do Agente Financeiro, desde que livres e desembaraçados de quaisquer ônus; e) cessão de créditos do agente financeiro, derivados de financiamentos concedidos com recursos próprios, garantidos por penhor ou hipoteca; f) hipoteca sobre imóveis de propriedade de terceiros; g) seguro de crédito; h) garantia real ou vinculação de receitas, inclusive tarifárias nas aplicações contratadas com pessoa jurídica de direito público ou de direito privado a ela vinculada; i) aval em nota promissória; j) fiança pessoal; l) alienação fiduciária de bens móveis em garantia; m) fiança bancária; n) outras, a critério do Conselho Curador do FGTS. II - correção monetária igual à das contas vinculadas; III - taxa de juros médios mínima, por projeto, de 3% (três por cento) ao ano;	I - garantias: a) hipoteca do imóvel objeto da operação de crédito; b) caução de créditos hipotecários próprios, relativos a financiamentos concedidos com recursos do Agente Financeiro; c) caução dos créditos hipotecários vinculados aos imóveis objeto de financiamento; d) hipoteca sobre outros imóveis de propriedade do Agente Financeiro, desde que livres e desembaraçados de quaisquer ônus; e) cessão de créditos do agente financeiro, derivados de financiamentos concedidos com recursos próprios, garantidos por penhor ou hipoteca; f) hipoteca sobre imóvel de propriedade de terceiros; g) seguro de crédito; h) vinculação de receitas, inclusive tarifárias, nas aplicações contratadas com pessoa jurídica de direito público ou de direito privado a ela vinculada; i) aval em nota promissória; j) fiança pessoal; k) alienação fiduciária de bens móveis em garantia; l) fiança bancária; m) outras, a critério do Conselho Curador do FGTS. II - atualização monetária igual à das contas vinculadas; III - prazo máximo de 30 (trinta) anos;	a) Mantida a redação dada ao inciso I pela Medida Provisória nº 1.478-23, de 14.04.96 b) Adicionado inciso com requisito de contrapartida mínima do tomador. c) suprimida taxa de juros mínima, em função do parágrafo 2º.



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
IV - prazo máximo de trinta anos. (Redação dada pela Lei 8.692/93)	IV - obrigação de contrapartida financeira dos tomadores de recursos.	
§ 5º - As garantias, nas diversas modalidades discriminadas no inciso I do caput deste artigo, serão admitidas singular ou supletivamente, considerada a suficiência de cobertura para os empréstimos e financiamentos concedidos. (Redação dada ao § 5º pela Medida Provisória nº 1.478-16, de 26.09.96)	§ 1º As garantias discriminadas no inciso I do caput deste artigo serão admitidas, singular ou supletivamente, considerada a suficiência de cobertura para os créditos concedidos, na forma e condições estabelecidas pelo Conselho Curador.	Acrescenta-se necessidade de regulamentação pelo Conselho Curador, para evitar, por exemplo, que fiança pessoal seja dada como garantia singular.
§ 1º - A rentabilidade média das aplicações deverá ser suficiente à cobertura de todos os custos incorridos pelo Fundo e ainda à formação de reserva técnica para o atendimento de gastos eventuais não previstos, sendo da Caixa Econômica Federal o risco de crédito	§ 2º A rentabilidade média das operações de crédito deverá ser suficiente à remuneração das contas vinculadas e à cobertura de todos os demais custos administrativos e operacionais incorridos pelo FGTS	Assegura-se o equilíbrio econômico-financeiro futuro do Fundo, sem impedir sua utilização em programas sociais.
§ 2º - Os recursos do FGTS deverão ser aplicados em habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbana. As disponibilidades financeiras devem ser mantidas em volume que satisfaça as condições de liquidez e remuneração mínima necessária à preservação do poder aquisitivo da moeda	§ 3º As operações de crédito de que trata o caput serão destinadas a financiar programas habitacionais e de saneamento.	Pela nova redação, o FGTS deixa de financiar programas de infra-estrutura urbana, em função da prioridade dada a habitação e saneamento, bem como da natural vocação dos municípios a realizarem, com recursos fiscais próprios, essas obras.
§ 3º - O programa de aplicações deverá destinar, no mínimo, 60% (sessenta por cento) para investimentos em habitação popular.	§ 4º O programa de aplicações deverá destinar no mínimo 60% (sessenta por cento) dos recursos para investimentos em habitação destinados à população com renda familiar de até 12 (doze) salários mínimos	Define-se na lei, com maior precisão, o conceito já incorporado às resoluções do Conselho Curador, de que o FGTS dá prioridade a aplicações para beneficiários com renda familiar de até 12 s.m.
§ 4º - Os projetos de saneamento básico e infra-estrutura urbana, financiados com recursos do FGTS, deverão ser complementares aos programas habitacionais.		Não tratado no Substitutivo, por se considerar que saneamento é igualmente prioritário.
	§ 5º Terão preferência, na contratação de operações de crédito, programas voltados a beneficiários com renda familiar de até 3 (três) salários mínimos, os quais deverão ser complementados com recursos fiscais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em conjunto ou isoladamente, que serão destinados a subsidiar a prestação do beneficiário final.	Ver justificação no Voto do Relator.
	§ 6º As operações de crédito, quando realizadas com pessoa jurídica, deverão observar	Este dispositivo assegura que os recursos do FGTS serão usados como alavanca para a captação de mais



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
	contrapartida mínima, de acordo com diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador.	recursos para as áreas de habitação e saneamento.
Art. 10. O Conselho Curador fixará diretrizes e estabelecerá critérios técnicos para as aplicações dos recursos do FGTS, visando a: I - exigir a participação dos contratantes de financiamentos nos investimentos a serem realizados; II - assegurar o cumprimento, por parte dos contratantes inadimplentes, das obrigações decorrentes dos financiamentos obtidos; III - evitar distorções na aplicação entre as regiões do País, considerando para tanto a demanda habitacional, a população e outros indicadores sociais.		Dispositivos redirecionados para o artigo que define as competências do Conselho Curador, assim como para o parágrafo 6º do art. 11 do Substitutivo.
	§ 6º As contratações de operações de crédito serão precedidas de comprovação de regularidade do tomador quanto às suas obrigações perante o Fundo, sem prejuízo das demais exigências previstas em lei.	Novo dispositivo, que visa proteger o patrimônio do FGTS, impedindo a contratação de operações de crédito a quem esteja inadimplente com o Fundo.
	Art. 13 As operações de crédito terão suas parcelas de desembolso provisionadas, de forma a assegurar as condições necessárias ao cumprimento do cronograma físico-financeiro do empreendimento	Novo dispositivo, destinado a assegurar que o orçamento preveja o provisionamento de recursos suficientes para atendimento do cronograma de desembolso das operações contratadas. Tal medida impede a supercontratação de operações, como ocorreu em 1991.
	SEÇÃO VI - DOS CONSELHOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	Seção inteiramente nova. Tem, por objetivos, descentralizar a formulação, a definição, o acompanhamento e a avaliação dos programas de aplicação do FGTS, assim como os processos de hierarquização e seleção das operações de crédito. Baseia-se em proposta da CPMI do FGTS e na experiência concreta das instâncias estaduais, implantadas a partir de 1995.
	Art. 14 Terão preferência na contratação das operações de crédito os programas e projetos analisados e aprovados por conselhos instituídos por lei, nos Estados e no Distrito Federal, com o objetivo de participar na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas estaduais de desenvolvimento urbano, habitação e	Este dispositivo visa induzir Estados e Distrito Federal a criarem conselhos capazes de democratizarem a formulação e a execução das políticas de habitação e saneamento.



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
	saneamento. § 1º No âmbito das aplicações do FGTS, os conselhos mencionados no <i>caput</i> atuarão como órgãos auxiliares do Conselho Curador e do Gestor da Aplicação: I - na definição, no acompanhamento e na avaliação de programas de aplicação para a unidade da federação; II - na alocação dos recursos, nos níveis microrregional e municipal; III - na seleção das propostas de operação de crédito; IV - no exercício de outras competências, a critério do Conselho Curador e do Gestor da Aplicação.	
	§ 2º Os orçamentos e os planos de contratação e metas físicas devem estabelecer percentual mínimo de recursos para aplicação em programas definidos pelos conselhos mencionados no <i>caput</i> , em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação e saneamento, estabelecidas pelos governos federal e estadual.	Esse dispositivo dá um passo efetivo em direção à descentralização do processo de tomada de decisões sobre a alocação dos recursos do FGTS, porque permite que as unidades da federação possam definir programas próprios de aplicação.
	Art. 15 O conselho de que trata o artigo precedente deverá atender, no mínimo, os seguintes requisitos: I - composição paritária, com representantes do poder público, dos empregadores, dos trabalhadores e de beneficiários e prestadores de serviços de habitação e saneamento, indicados por entidades com abrangência estadual; II - renovação periódica das representações da sociedade civil, por meio da fixação de mandatos que não ultrapassem 2 (dois) anos; III - estrutura técnico-administrativa, própria ou proporcionada por órgão ou entidade do governo estadual, capaz de assegurar os meios necessários ao exercício de suas competências; IV - normas de funcionamento que assegurem a publicidade de seus atos; V - procedimentos democráticos de deliberação.	Estabelecem-se requisitos mínimos para que se assegure a participação, em condições de igualdade, da sociedade civil, bem como a necessária publicidade dos atos praticados por esses conselhos.
	SEÇÃO VII - DAS CONTAS VINCULADAS	



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
<p>Art. 12. No prazo de 1 (um) ano, a contar da promulgação desta lei, a Caixa Econômica Federal assumirá o controle de todas as contas vinculadas, nos termos do item I do art. 7º, passando os demais estabelecimentos bancários, findo esse prazo, à condição de agentes recebedores e pagadores do FGTS, mediante recebimento de tarifa, a ser fixada pelo Conselho Curador.</p> <p>§ 1º - Enquanto não ocorrer a centralização prevista no caput deste artigo, o depósito efetuado no decorrer do mês será contabilizado no saldo da conta vinculada do trabalhador, no primeiro dia útil do mês subsequente.</p> <p>§ 2º - Até que a Caixa Econômica Federal implemente as disposições do caput deste artigo, as contas vinculadas continuarão sendo abertas em estabelecimento bancário escolhido pelo empregador, dentre os para tanto autorizados pelo Banco Central do Brasil, em nome do trabalhador.</p> <p>§ 3º - Verificando-se mudança de emprego, até que venha a ser implementada a centralização prevista no caput deste artigo, a conta vinculada será transferida para o estabelecimento bancário da escolha do novo empregador.</p> <p>§ 4º - Os resultados financeiros auferidos pela Caixa Econômica Federal no período entre o repasse dos bancos e o depósito nas contas vinculadas dos trabalhadores destinar-se-ão à cobertura das despesas de administração do FGTS e ao pagamento da tarifa aos bancos depositários, devendo os eventuais saldos ser incorporados ao patrimônio do Fundo nos termos do art. 2º, § 1º.</p> <p>§ 5º - Após a centralização das contas vinculadas, na Caixa Econômica Federal, o depósito realizado no prazo regulamentar passa a integrar o saldo da conta vinculada do trabalhador a partir do dia dez do mês de sua ocorrência. O depósito realizado fora do prazo será contabilizado no saldo no dia dez subsequente, após atualização monetária e capitalização de juros.</p>		<p>Suprimido, por já ter havido a centralização das contas vinculadas.</p>



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
Art. 15. Para os fins previstos nesta lei, todos os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 (sete) de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas na remuneração as parcelas de que tratam os arts. 457 e 458 da CLT e a gratificação de Natal a que se refere a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, com as modificações da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965.	Art. 16 Os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 (sete) de cada mês, na conta vinculada de cada trabalhador, a importância correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração a este paga ou devida, a qualquer título, no mês anterior.	a) Incluem-se as entidades filantrópicas entre os que têm obrigação de recolher o FGTS. Não há sentido em discriminar os trabalhadores dessas entidades. b) As exceções da base de cálculo já são definidas em Instrução Normativa da fiscalização.
	§ 1º As contas vinculadas são impenhoráveis, não se lhes aplicando o disposto no art. 38 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.	Assegura-se o entendimento de que não se aplica às contas vinculadas do FGTS o princípio do sigilo bancário.
	§ 2º O saldo das contas vinculadas é garantido pela União, que poderá instituir seguro especial para esse fim.	
§ 1º - Entende-se por empregador a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão-de-obra, independente da responsabilidade solidária e/ou subsidiária a que eventualmente venha obrigar-se.	§ 3º Entende-se por empregador a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão-de-obra, independentemente da responsabilidade solidária e/ou subsidiária a que eventualmente venha obrigar-se.	
§ 2º - Considera-se trabalhador toda pessoa física que prestar serviços a empregador, a locador ou tomador de mão-de-obra, excluídos os eventuais, os autônomos e os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.	§ 4º Considera-se trabalhador toda pessoa física que prestar, mediante remuneração, serviços a empregador, a locador ou tomador de mão-de-obra, excluídos: I - os trabalhadores eventuais e os autônomos; II - os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.	
§ 3º - Os trabalhadores domésticos poderão ter acesso ao regime do FGTS, na forma que vier a ser prevista em lei.	§ 5º Em se tratando de empregado doméstico, como definido pela Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, o percentual referido no "caput" incidirá sobre o salário pago ou devido ao trabalhador em dinheiro, não podendo o salário mensal para	O Substitutivo regulamenta o FGTS dos empregados domésticos.



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
	cálculo do recolhimento ao FGTS ser inferior a um salário mínimo.	
<p>Art. 22. O empregador que não realizar os depósitos previstos nesta lei no prazo fixado no art. 15, responderá pela atualização monetária da importância correspondente. Sobre o valor atualizado dos depósitos incidirão ainda juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 20% (vinte por cento), sujeitando-se, também, às obrigações e sanções previstas no Decreto-lei nº 368, de 19 de dezembro de 1968.</p> <p>§ 1º - A atualização monetária de que trata o caput deste artigo será cobrada por dia de atraso, tomando-se por base os índices de variação do Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTN Fiscal) ou, na falta deste, do título que vier a sucedê-lo, ou ainda, a critério do Conselho Curador, por outro indicador da inflação diária.</p> <p>§ 2º - Se o débito for pago até o último dia útil do mês do seu vencimento, a multa prevista neste artigo será reduzida para 10% (dez por cento).</p> <p>§ 3º - Para efeito de levantamento de débito para com o FGTS, o percentual de 8% (oito por cento) incidirá sobre a remuneração atualizada até a data da respectiva operação.</p>	<p>§ 6º O recolhimento em atraso da importância mencionada no "caput" sujeitará o empregador ao pagamento atualização monetária equivalente à Taxa Referencial de Juros (TR), incidente a partir da data em que era devido até a data do efetivo recolhimento, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, além de multa, que será aplicada nos seguintes termos:</p> <p>I - para pagamento após o vencimento de obrigação, desde que não incluída em notificação para depósito lavrada pela fiscalização:</p> <p>a) 4% (quatro por cento), dentro do mês de vencimento da obrigação;</p> <p>b) 8% (oito por cento), no mês seguinte ao vencimento da obrigação;</p> <p>c) 12% (doze por cento), a partir do segundo mês seguinte ao vencimento da obrigação;</p> <p>II - para pagamento de crédito incluído em notificação para depósito:</p> <p>a) 15% (quinze por cento), em até 15 (quinze) dias do recebimento da notificação;</p> <p>b) 18% (dezoito por cento), após 15 (quinze) dias do recebimento da notificação;</p> <p>III - 20% (vinte por cento), nos casos de parcelamento de débito e de pagamento de crédito inscrito em Dívida Ativa;</p> <p>IV - no caso de parcelamento de débitos, a multa será estabelecida de acordo com os vencimentos previstos nos incisos I e II deste parágrafo.</p>	<p>Nova redação para:</p> <p>a) atualizar o indexador, que passa a ser a TR;</p> <p>b) adequar o valor da multa por atraso aos atuais patamares inflacionários, assegurando penalidade progressiva, segundo o tempo de atraso e a ocorrência ou não de notificação, de inscrição em dívida ativa ou de parcelamento de débito.</p>
<p>Art. 16. Para efeito desta lei, as empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista poderão equiparar seus diretores não empregados aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS. Considera-se diretor aquele que exerça cargo de administração previsto em lei, estatuto ou contrato social, independente da denominação do cargo.</p>	<p>Art. 17 Para os fins previstos nesta lei, as empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista poderão equiparar seus diretores não empregados aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS.</p> <p>Parágrafo Único. Considera-se diretor aquele que exerça cargo de administração previsto em lei, estatuto ou contrato social, independente da denominação do cargo.</p>	
	<p>Art. 18 Os depósitos dos empregadores nas contas vinculadas,</p>	<p>Definida claramente as regras para repasse das quantias recolhidas pela</p>



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
	feitos na rede arrecadadora, serão repassados ao Agente Operador no segundo dia útil subsequente à data de seu recolhimento, passando a integrar o saldo da conta vinculada a partir do dia 10 (dez) do mês de sua ocorrência, quando efetuados até o dia 7 de cada mês. § 1º Os depósitos realizados fora do prazo estabelecido no <i>caput</i> serão remunerados com atualização monetária e juros como se realizados no prazo regulamentar. § 2º Sobre os valores repassados ao Agente Operador a partir do terceiro dia útil subsequente à data de seu recolhimento, incidirão juros de mora equivalentes à remuneração das disponibilidades financeiras do FGTS, mencionada no § 3º do art. 10, além de multa moratória idêntica à prevista no inciso I do art. 16.	rede arrecadadora ao Agente Operador.
Art. 13. Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão corrigidos monetariamente com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança e capitalizarão juros de 3% (três por cento) ao ano. § 1º - Até que ocorra a centralização prevista no item I do art. 7º, a atualização monetária e a capitalização de juros correrão à conta do Fundo e o respectivo crédito será efetuado na conta vinculada no 1º (primeiro) dia útil de cada mês, com base no saldo existente no 1º (primeiro) dia útil do mês anterior, deduzidos os saques ocorridos no período.	Art. 19 Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão atualizados monetariamente com base nos parâmetros fixados para atualização monetária dos saldos dos depósitos de poupança e, para as contas existentes na data de publicação desta lei, capitalizarão juros anuais de: I - 3% (três por cento), no primeiro ano, contado a partir da data de publicação desta lei; II - 3,5% (três e meio por cento), durante o segundo ano; III - 4% (quatro por cento), durante o terceiro ano; IV - 4,5% (quatro e meio por cento), durante o quarto ano; V - 5% (cinco por cento), durante o quinto ano; VI - 5,5% (cinco e meio por cento), durante o sexto ano; VII - 6% (seis por cento), a partir do sétimo ano.	O Substitutivo introduz mecanismo de elevação gradual das taxas de juros das contas vinculadas, de modo a que, a partir do sétimo ano contado da data de vigência da lei, seja a remuneração do FGTS equiparada à das cadernetas de poupança. Essa elevação gradual é necessária para permitir mudanças no portfólio de aplicações do FGTS, de modo a que a rentabilidade média do ativo seja progressivamente ampliada. O parágrafo 1º foi suprimido, dado que já ocorreu a centralização.
	§ 1º Para as contas vinculadas dos trabalhadores que ingressarem no Sistema FGTS a partir da publicação desta Lei, a data de início de contagem para o cronograma de elevação progressiva das taxas de juros, de que tratam os incisos I a VII do <i>caput</i> , será a da abertura da conta.	Regra de transição para as contas novas indica que a data de início de contagem da taxa de juros progressiva é a da abertura da conta.
Art. 13, § 3º - Para as contas vinculadas dos trabalhadores optantes	§ 2º Para as contas vinculadas dos trabalhadores optantes, existentes	Redação adaptada para assegurar a situação mais favorável aos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
<p>existentes à data de 22 de setembro de 1971, a capitalização dos juros dos depósitos continuará a ser feita na seguinte progressão, salvo no caso de mudança de empresa, quando a capitalização dos juros passará a ser feita à taxa de 3% (três por cento) ao ano:</p> <p>I - 3% (três por cento), durante os 2 (dois) primeiros anos de permanência na mesma empresa;</p> <p>II - 4% (quatro por cento), do 3º (terceiro) ao 5º (quinto) ano de permanência na mesma empresa;</p> <p>III - 5% (cinco por cento), do 6º (sexto) ao 10º (décimo) ano de permanência na mesma empresa;</p> <p>IV - 6% (seis por cento), a partir do 11º (décimo primeiro) ano de permanência na mesma empresa</p> <p>Art. 13, § 4º - O saldo das contas vinculadas é garantido pelo Governo Federal, podendo ser instituído seguro especial para esse fim.</p>	<p>à data de 22 de setembro de 1971, a capitalização dos juros dos depósitos será a mais favorável entre a hipótese prevista no <i>caput</i> e a seguinte progressão:</p> <p>I - 3% (três por cento), durante os dois primeiros anos de permanência na mesma empresa;</p> <p>II - 4% (quatro por cento), do terceiro ao quinto ano de permanência na mesma empresa;</p> <p>III - 5% (cinco por cento), do sexto ao décimo ano de permanência na mesma empresa;</p> <p>IV - 6% (seis por cento), a partir do décimo primeiro ano de permanência na mesma empresa.</p>	<p>trabalhadores optantes, com contas vinculadas existentes em 22/09/71.</p>
	<p>§ 3º A atualização monetária e a capitalização de juros correrão à conta do FGTS e o respectivo crédito será efetuado na conta vinculada, no dia 10 (dez) de cada mês, com base no saldo existente no dia 10 (dez) do mês anterior, deduzidos os saques ocorridos no período.</p>	
<p>Art. 14. Fica ressalvado o direito adquirido dos trabalhadores que, à data da promulgação da Constituição Federal de 1988, já tinham o direito à estabilidade no emprego nos termos do Capítulo V do Título IV da CLT.</p> <p>§ 1º - O tempo do trabalhador não optante do FGTS, anterior a 5 de outubro de 1988, em caso de rescisão sem justa causa pelo empregador, reger-se-á pelos dispositivos constantes dos arts. 477, 478 e 497 da CLT.</p> <p>§ 2º - O tempo de serviço anterior à atual Constituição poderá ser transacionado entre empregador e empregado, respeitado o limite mínimo de sessenta por cento da indenização prevista.</p> <p>§ 3º - É facultado ao empregador desobrigar-se da responsabilidade da indenização relativa ao tempo de serviço anterior à opção, depositando</p>	<p>Art. 20 Fica ressalvado o direito adquirido dos trabalhadores que, à data da promulgação da Constituição Federal de 1988, já tinham o direito à estabilidade no emprego nos termos do Capítulo V do Título IV da CLT.</p> <p>§ 1º O tempo de serviço do trabalhador não optante do FGTS, anterior a 5 de outubro de 1988, em caso de despedida sem justa causa, reger-se-á, conforme o caso, pelos dispositivos constantes dos artigos 477, 478 e 497 da CLT.</p> <p>§ 2º O tempo de serviço anterior a 5 de outubro de 1988 poderá ser transacionado entre empregador e empregado, respeitado o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) da indenização prevista.</p> <p>§ 3º É facultado ao empregador desobrigar-se da responsabilidade da indenização relativa ao tempo de serviço anterior à opção, depositando</p>	



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
na conta vinculada do trabalhador, até o último dia útil do mês previsto em lei para o pagamento de salário, o valor correspondente à indenização, aplicando-se ao depósito, no que couber, todas as disposições desta lei. § 4º - Os trabalhadores poderão a qualquer momento optar pelo FGTS com efeito retroativo a 1º de janeiro de 1967 ou à data de sua admissão, quando posterior àquela.	na conta vinculada do trabalhador, até o último dia útil do mês previsto em lei para o pagamento de salário, o valor correspondente à indenização, aplicando-se ao depósito, no que couber, todas as disposições desta Lei. § 4º Os trabalhadores poderão, a qualquer momento, optar pelo FGTS, com efeito retroativo a 1º de janeiro de 1967 ou à data de sua admissão, quando posterior àquela.	
Art. 19. No caso de extinção do contrato de trabalho prevista no art. 14 desta lei, serão observados os seguintes critérios: I - havendo indenização a ser paga, o empregador, mediante comprovação do pagamento daquela, poderá sacar o saldo dos valores por ele depositados na conta individualizada do trabalhador; II - não havendo indenização a ser paga, ou decorrido o prazo prescricional para a reclamação de direitos por parte do trabalhador, o empregador poderá levantar em seu favor o saldo da respectiva conta individualizada, mediante comprovação perante o órgão competente do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.	Art. 21 No caso da rescisão do contrato de trabalho enquadrada nas condições estabelecidas no artigo anterior, serão observados os seguintes critérios: I - havendo indenização a ser paga, o empregador, mediante comprovação do seu pagamento, poderá sacar o saldo dos valores por ele depositados na conta individualizada do trabalhador; II - não havendo indenização a ser paga, ou decorrido o prazo prescricional para a reclamação de direitos por parte do trabalhador, o empregador poderá levantar, em seu favor, o saldo da respectiva conta individualizada, mediante comprovação perante o órgão competente do Ministério do Trabalho.	
	Art. 22 Os empregadores ficam obrigados a:	
Art. 17. Os empregadores se obrigam a comunicar mensalmente aos trabalhadores os valores recolhidos ao FGTS e repassar-lhes todas as informações sobre suas contas vinculadas recebidas da Caixa Econômica Federal ou dos bancos depositários.	I - incluir mensalmente, no comprovante de pagamento de salário de cada trabalhador, o valor recolhido ou a recolher em sua conta vinculada no FGTS;	
	II - comprovar, no momento da homologação da rescisão do contrato de trabalho, o efetivo recolhimento das importâncias a que se refere o art. 16, nos termos em que dispuser o Regulamento;	
Art. 18. Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por parte do empregador, ficará este obrigado a pagar diretamente ao empregado os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao	III - depositar, na conta vinculada do trabalhador, até o primeiro dia útil anterior à data de rescisão do contrato de trabalho, os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior.	Pelo substitutivo, o empregador não pagará diretamente o trabalhador, mas fará depósito em sua conta vinculada, ampliando, assim, as possibilidades de combate à sonegação e à fraude, por meio de cruzamento com os dados



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
imediatamente anterior que ainda não houver sido recolhido, sem prejuízo das cominações legais	que ainda não houverem sido recolhidos	da Previdência Social.
	IV - repassar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data de seu recebimento, o extrato das contas vinculadas ou qualquer outro documento encaminhado pelo Agente Operador aos trabalhadores que tenham optado por recebê-lo no endereço do empregador;	
	V - registrar, na Carteira de Trabalho e Previdência Social e no comprovante de pagamento do salário, o número da conta vinculada do trabalhador e o código do empregador no FGTS	
Art. 18, § 1º - Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, pagará este diretamente ao trabalhador importância igual a 40% (quarenta por cento) do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.	Art. 23 Na hipótese de despedida sem justa causa, inclusive a indireta, o empregador pagará ao trabalhador, mediante depósito na conta vinculada efetuado até o primeiro dia útil anterior à data de rescisão do contrato de trabalho, importância igual a 40% (quarenta por cento) do montante, atualizado monetariamente e acrescido dos respectivos juros, de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, somados aos valores devidos e não recolhidos, independentemente de terem sido efetuados saques.	A multa rescisória passa a ser depositada na conta vinculada do trabalhador, como forma de coibir as fraudes ao FGTS, realizadas por meio de conluio entre empregador e empregado.
§ 2º - Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata o § 1º será de 20% (vinte por cento).	§ 1º Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata o <i>caput</i> será de 20% (vinte por cento).	
	§ 2º Para fins do disposto no <i>caput</i> , compete ao Agente Operador informar o valor atualizado e acrescido dos juros correspondentes a todos os depósitos efetivamente realizados na conta vinculada	
	§ 3º Quando não for possível atualizar os valores de todos os depósitos efetuados, utilizar-se-á como base de cálculo, para efeito da aplicação dos percentuais de que tratam o <i>caput</i> e o § 1º, o somatório das seguintes parcelas: 1 - o equivalente a 8% (oito por cento) da última remuneração mensal paga ou devida, multiplicado pelo número de meses em que não puderam ser	Regra criada para assegurar a situação mais favorável ao empregado, no caso de impossibilidade de identificação de valores de depósitos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
	identificados os valores dos depósitos; e II - o montante, atualizado e acrescido de juros, dos depósitos identificados.	
§ 3º - As importâncias de que trata este artigo deverão constar do recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho, observado o disposto no art. 477 da CLT, e eximirão o empregador exclusivamente quanto aos valores discriminados.	§ 4º As importâncias de que trata este artigo deverão constar do recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho, observado o disposto no art. 477 da CLT, e eximirão o empregador exclusivamente quanto aos valores discriminados.	
	SEÇÃO VIII - DOS SAQUES NAS CONTAS VINCULADAS	
Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:	Art. 24 O trabalhador poderá movimentar recursos de sua conta vinculada no FGTS exclusivamente nas seguintes situações:	
I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovada com pagamento dos valores de que trata o art. 18;	I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior;	
	II - despedida com justa causa;	Ver justificação no Voto do Relator.
II - extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, ou ainda falecimento do empregador individual, sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado; III - aposentadoria concedida pela Previdência Social;	III - extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, decretação de falência ou ainda falecimento do empregador individual, sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita do empregador, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado; IV - aposentadoria concedida pela Previdência Social ou por órgão ou entidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;	Explicitada a situação de decretação de falência e caracterizada que a aposentadoria refere-se aos trabalhadores do setor privado e aos servidores públicos.
IV - falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;	V - falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago: a) a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte; ou, b) na falta de dependentes que atendam ao disposto na alínea anterior, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independentemente de inventário ou arrolamento;	



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
<p>V - pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, desde que:</p> <p>a) o mutuário conte com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;</p> <p>b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de 12 (doze) meses;</p> <p>c) o valor do abatimento atinja, no máximo, 80% (oitenta por cento) do montante da prestação;</p> <p>VI - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de 2 (dois) anos para cada movimentação;</p> <p>VII - pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:</p> <p>a) o mutuário deverá contar com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes;</p> <p>b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;</p>	<p>VI - pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional, desde que o mutuário conte com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS;</p> <p>VII - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento habitacional;</p> <p>VIII - pagamento total ou parcial do preço da aquisição ou construção de moradia própria, observadas as seguintes condições, além de outras definidas pelo Conselho Curador:</p> <p>a) o titular da conta deverá contar com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS;</p> <p>b) o titular da conta não deverá ser proprietário nem promitente comprador de outro imóvel, em qualquer parte do território nacional;</p> <p>c) o imóvel não poderá ser objeto de venda, no prazo de 2 (dois) anos contados da data de sua aquisição;</p> <p>d) a operação deverá ser financiável pelo SFH e preencher os requisitos que vierem a ser estabelecidos pelo Conselho Curador;</p>	<p>A principal modificação nesses incisos diz respeito ao fato de que o financiamento, a critério do Conselho Curador, não precisa mais ser concedido no âmbito do SFH. Outros pontos:</p> <p>a) suprimidas as alíneas "b" e "c" do inciso V da lei;</p> <p>b) suprimida a menção a interstício de 2 anos, no inciso VI da lei;</p> <p>c) incluídas novas condições para a situação de utilização do FGTS para pagamento total ou parcial do preço de aquisição do imóvel, com o objetivo de assegurar que o FGTS seja utilizado, primordialmente, por aqueles trabalhadores que buscam solucionar pela primeira vez, seu problema de moradia.</p>
<p>VIII - quando o trabalhador permanecer três anos ininterruptos, a partir de 1º de junho de 1990, fora do regime do FGTS, podendo o saque, neste caso, ser efetuado a partir do mês de aniversário do titular da conta; (Redação deste inciso VIII dada pela Lei nº 8.678/93)</p>	<p>IX - quando o trabalhador permanecer, por 3 (três) anos ininterruptos, fora do regime do FGTS;</p>	<p>Alterada a redação, pois já não se justifica o escalonamento do pagamento desses saques por data de aniversário.</p>
<p>IX - extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1979;</p> <p>X - suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 90 (noventa) dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional;</p>	<p>X - extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974;</p> <p>XI - suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 90 (noventa) dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.</p>	
<p>XI - quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna. (Inciso acrescentado pela Lei nº 8.922, de</p>	<p>XII - para tratamento do trabalhador ou de qualquer de seus dependentes, descendentes e ascendentes em primeiro grau, quando</p>	<p>Ver justificação no Voto do Relator.</p>



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
25.07.94)	acometido de neoplasia maligna, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS ou doença que cause grave risco à vida, nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador.	
§ 1º - A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurará que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na conta vinculada durante o período de vigência do último contrato de trabalho, acrescida de juros e atualização monetária, deduzidos os saques.	§ 1º A regulamentação das situações previstas nos incisos I, II, III e X assegurará que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na sua conta vinculada durante o período de vigência do contrato de trabalho objeto da rescisão, atualizados monetariamente e acrescidos de juros, deduzidos os saques.	Adicionados incisos.
§ 2º - O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando a beneficiar os trabalhadores de baixa renda e a preservar o equilíbrio financeiro do FGTS. § 3º - O direito de adquirir moradia com recursos de FGTS, pelo trabalhador, só poderá ser exercido para um único imóvel. § 4º - O imóvel objeto de utilização do FGTS somente poderá ser objeto de outra transação com recursos do Fundo, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.		O art. 5º, IX, do Substitutivo contempla os parágrafos, pois o Conselho Curador tem competência para estabelecer as condições de utilização dos saldos para os casos previstos nos incisos VI, VII e VIII do Substitutivo.
§ 5º - O pagamento da retirada, após o período previsto em regulamento, implicará atualização monetária dos valores devidos.	§ 2º O valor correspondente à retirada será remunerado <i>pro rata die</i> , desde a data do último crédito efetuado na conta vinculada até a data em que estiver disponível para pagamento, pelos mesmos índices de atualização monetária e taxas de juros mencionados no art. 19.	A nova redação assegura que o trabalhador não sofrerá quaisquer perdas em relação ao período compreendido entre o último crédito e a retirada.
	§ 3º Ocorrendo mudança de regime jurídico, por força do disposto no art. 39 da Constituição Federal, o servidor público poderá movimentar o saldo de sua conta vinculada exclusivamente nas situações previstas nos incisos IV, V, VI, VII, VIII, IX e XII do <i>caput</i> deste artigo.	Novo dispositivo, visando regular as possibilidades de saque por mudança de regime. Aqui, o servidor não tem direito a sacar o FGTS pela mera mudança de regime, pois isto contraria os objetivos do Fundo, principalmente os expressos nos incisos II e III do art. 1º do Substitutivo.
Art. 21. Os saldos das contas não individualizadas e das contas vinculadas que se conservem ininterruptamente sem créditos de depósitos por mais de cinco anos, a partir de 1º de junho de 1990, em razão de o seu titular ter estado fora	Art. 25 O saldo das contas vinculadas, cujos titulares não tenham exercido o direito de saque após 1 (um) ano, contado da data de aquisição desse direito, será incorporado ao patrimônio do FGTS, resguardado ao beneficiário a	a) Reduzido período de "carência" para 4 anos; b) Previsão de que os saldos das contas não reclamados por sucessores diretos, assim como as não individualizadas e não discriminadas, sejam incorporado ao patrimônio do



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
do regime do FGTS, serão incorporados ao patrimônio do Fundo, resguardado o direito do beneficiário reclamar, a qualquer tempo, a reposição do valor transferido. (Redação dada pela Lei nº 8.678/93).	oportunidade de, a qualquer tempo, mediante requerimento e observado o disposto no artigo anterior, resgatar o montante incorporado, acrescido da atualização monetária e dos respectivos juros. § 1º Os valores recolhidos pelos empregadores e não individualizados no prazo de 1 (um) ano, contado da efetivação do depósito, serão, uma vez esgotadas todas as medidas cabíveis pelo Agente Operador e pelo Ministério do Trabalho, incorporados ao patrimônio do FGTS, preservando-se o direito de o empregador realizar o lançamento adequado dessa operação, visando a correspondente individualização. § 2º O Agente Operador colocará à disposição do Conselho Curador, na forma e nos prazos por ele estabelecidos, relatórios pertinentes às contas e aos valores a serem incorporados ao patrimônio do FGTS.	FGTS; c) previsão de que o Agente Operador encaminhe relatórios sobre essas incorporações ao Conselho Curador.
	SEÇÃO IX - DA FISCALIZAÇÃO, DAS INFRAÇÕES E DA IMPOSIÇÃO DE MULTAS	
Art. 23. Competirá ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social a verificação, em nome da Caixa Econômica Federal, do cumprimento do disposto nesta lei, especialmente quanto à apuração dos débitos e das infrações praticadas pelos empregadores ou tomadores de serviço, notificando-os para efetuarem e comprovarem os depósitos correspondentes e cumprirem as demais determinações legais, podendo, para tanto, contar com o concurso de outros órgãos do Governo Federal, na forma que vier a ser regulamentada.	Art. 26 Compete ao Ministério do Trabalho: I - fiscalizar o disposto nos artigos 16, 17, 20, 21, 22 e 23 desta lei, bem assim as demais obrigações dos empregadores relacionadas com o FGTS; II - encaminhar, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, os elementos necessários à instauração de processo de inscrição em Dívida Ativa e de cobrança judicial dos débitos dos empregadores para com o FGTS;	
§ 1º - Constituem infrações para efeito desta lei: I - não depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS; II - omitir as informações sobre a conta vinculada do trabalhador; III - apresentar as informações ao Cadastro Nacional do Trabalhador, dos trabalhadores beneficiários, com erros ou omissões; IV - deixar de computar, para efeito de cálculo dos depósitos do FGTS,	Art. 27 Constituem infrações, para efeito desta lei: I - por parte do empregador: a) não depositar tempestivamente a importância de que trata o art. 16; b) deixar de computar, para efeito de cálculo dos depósitos do FGTS, parcela componente da remuneração; c) deixar de efetuar os depósitos e os acréscimos legais.	Redação atualizada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
parcela componente da remuneração; V - deixar de efetuar os depósitos e os acréscimos legais, após notificado pela fiscalização.	após notificado pela fiscalização: d) apresentar informações sobre o FGTS com erro ou omissão; e) descumprir o disposto nos arts. 20, 21, 22 e 23.	
	II - descumprir o Agente Operador as obrigações estabelecidas no art. 9º;	Novo dispositivo. O Agente Operador não tinha qualquer penalidade administrativo por descumprimento de suas obrigações.
	III - descumprirem os agentes arrecadadores, pagadores e financeiros quaisquer das obrigações que lhes competem no âmbito do sistema do FGTS;	Ver art. 24 da lei.
	IV - descumprir órgão ou entidade do sistema do FGTS qualquer dispositivo desta lei e das resoluções do Conselho Curador, para a qual não haja penalidade específica.	Novo dispositivo, para ampliar o poder de curatela do Conselho Curador.
§ 2º - Pela infração do disposto no § 1º deste artigo, o infrator estará sujeito às seguintes multas por trabalhador prejudicado: a) de 2 (dois) a 5 (cinco) BTN, no caso dos incisos II e III; b) de 10 (dez) a 100 (cem) BTN, no caso dos incisos I, IV e V. § 4º - Os valores das multas, quando não recolhidas no prazo legal, serão atualizados monetariamente até a data de seu efetivo pagamento, através de sua conversão pelo BTN Fiscal. Art. 24. Por descumprimento ou inobservância de quaisquer das obrigações que lhe compete como agente arrecadador, pagador e mantenedor do cadastro de contas vinculadas, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador, fica o banco depositário sujeito ao pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) do montante da conta do empregado, independentemente das demais cominações legais.	§ 1º Pela prática das ações previstas neste artigo, os infratores ficam sujeitos às seguintes multas: I - de 5 (cinco) Unidades Fiscais de Referência - UFIR a 50 (cinquenta) UFIR por trabalhador, no caso das alíneas d e e do inciso I do caput. II - de 20 (vinte) a 200 (duzentas) UFIR por trabalhador, no caso das alíneas a, b e c do inciso I do caput. III - de 50 (cinquenta) a 50.000 (cinquenta mil) UFIR, na forma e condições estabelecidas pelo Conselho Curador, no caso dos incisos II e IV IV - 10% (dez por cento) do valor da operação na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador, sem prejuízos da cominações legais, no caso do inciso III.	Multas ao empregador ampliadas e atualizadas. Criadas novas penalidades pecuniárias para o Agente Operador e para as demais entidades que atuam no âmbito do FGTS
§ 3º - Nos casos de fraude, simulação, artifício, artil, resistência, embaraço ou desacato à fiscalização, assim como na reincidência, a multa especificada no parágrafo anterior será duplicada, sem prejuízo das demais cominações legais.	§ 2º Nos casos de fraude, simulação, artifício, artil, resistência, embaraço ou desacato à fiscalização, assim como na reincidência, as multas especificadas no parágrafo anterior serão duplicadas, sem prejuízo das demais cominações legais.	



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
§ 5º - O processo de fiscalização, de autuação e de imposição de multas reger-se-á pelo disposto no Título VII da CLT, respeitado o privilégio do FGTS à prescrição trintenária.	§ 3º O processo de fiscalização, autuação e imposição de multas de que trata o inciso I do § 1º reger-se-á pelo disposto no Título VII da CLT §4º O direito de apuração e constituição dos créditos do FGTS extingue-se após 10 (dez) anos, contados: I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído; II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada.	Reduzido o prazo prescricional de apuração de créditos para 10 anos, em vez de 30.
§ 6º - Quando julgado procedente o recurso interposto na forma do Título VII da CLT, os depósitos efetuados para garantia de instância serão restituídos com os valores atualizados na forma da lei.	§ 5º Quando julgado procedente o recurso interposto na forma do Título VII da CLT, os depósitos efetuados para garantia de instância serão restituídos, com os valores atualizados na forma da lei.	
	§ 6º Na hipótese de um empregador, no intervalo de 30 (trinta) dias, despedir 50 (cinquenta) ou mais trabalhadores, o Ministério do Trabalho efetuará fiscalização extraordinária.	Novo dispositivo, que visa resguardar o patrimônio do FGTS, por meio de fiscalização preventiva.
	Art. 28 O Conselho Curador poderá aplicar aos agentes que atuem no âmbito do FGTS, em caso de descumprimento desta lei, sem prejuízo das penalidades estabelecidas no artigo anterior, as seguintes sanções: I - advertência escrita, com recomendações; II - suspensão temporária, total ou parcial, da remuneração; III - suspensão, total ou parcial, da habilitação; IV - cancelamento da habilitação	Novo dispositivo, destinado a ampliar os instrumentos de curatela do Conselho Curador.
	Art. 29 O Ministério do Trabalho deverá tornar disponíveis ao Conselho Curador, com a periodicidade que este estabelecer, dados, informações e relatórios que possibilitem a avaliação da ação fiscalizadora.	Novo dispositivo, necessário em virtude de o orçamento do FGTS prever despesas relacionadas à fiscalização.
	Art. 30 Compete à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional a inscrição em Dívida Ativa dos débitos para com o FGTS, bem como, diretamente ou por intermédio do Agente Operador, mediante convênio, a representação judicial e extrajudicial do FGTS, para a correspondente cobrança.	Consolidação, no Substitutivo, dos termos da Lei nº 8.844/94, com a redação dada pela MP nº 1.478-23, à exceção dos encargos impostos para ressarcimento das custas incorridas pelo FGTS, que foram compatibilizados com os novos valores da multa por atraso.



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
	<p>relativamente aos depósitos dos empregadores, às multas e demais encargos previstos nesta lei.</p> <p>§ 1º O FGTS fica isento de custas nos processos judiciais de cobrança de seus créditos.</p> <p>§ 2º As despesas, inclusive as de sucumbência, que vierem a ser incorridas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e pelo Agente Operador para a realização da inscrição em Dívida Ativa, do ajuizamento e do controle e do acompanhamento dos processos judiciais, serão efetuadas a débito do FGTS.</p> <p>§ 3º Os créditos relativos ao FGTS gozam dos mesmos privilégios atribuídos aos créditos trabalhistas.</p> <p>§ 4º Na cobrança judicial dos créditos do FGTS incidirá um encargo de 10% (dez por cento), que reverterá para o Fundo, para ressarcimento dos custos por ele incorridos, que será reduzido para 5% (cinco por cento), se o pagamento se der antes do ajuizamento da cobrança.</p>	
<p>Art. 25. Poderá o próprio trabalhador, seus dependentes e sucessores, ou ainda o Sindicato a que estiver vinculado, acionar diretamente a empresa por intermédio da Justiça do Trabalho, para compeli-la a efetuar o depósito das importâncias devidas nos termos desta lei.</p> <p>Parágrafo único - A Caixa Econômica Federal e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverão ser notificados da propositura da reclamação.</p> <p>Art. 26. É competente a Justiça do Trabalho para julgar os dissídios entre os trabalhadores e os empregadores decorrentes da aplicação desta lei, mesmo quando a Caixa Econômica Federal e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social figurarem como litisconsortes.</p> <p>Parágrafo único - Nas reclamações trabalhistas que objetivam o ressarcimento de parcelas relativas ao FGTS, ou que, direta ou indiretamente, impliquem essa obrigação de fazer, o juiz determinará que a empresa sucumbente proceda ao</p>	<p>Art. 31 Poderá o próprio trabalhador, seus dependentes e sucessores, ou ainda o sindicato a que estiver vinculado, e sem necessidade de instrumento procuratório, acionar diretamente o empregador para compeli-lo a efetuar o depósito, na conta vinculada, das importâncias devidas ao seu titular nos termos desta Lei, devendo a Justiça do Trabalho notificar o Ministério do Trabalho, o Agente Operador e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional da propositura da ação.</p> <p>§ 1º A sentença judicial deverá determinar, obrigatoriamente, o montante total a ser depositado pelo empregador, em decorrência dos atrasos no recolhimento das importâncias a que faz jus o titular da conta vinculada, discriminando os valores devidos nos termos desta lei, respectivamente, ao trabalhador e ao FGTS.</p> <p>§ 2º Nas reclamações trabalhistas que objetivam o pagamento de parcelas relativas ao FGTS, ou que, direta ou</p>	<p>Acrescentado parágrafo, com o objetivo de estabelecer que a sentença judicial deve discriminar os valores devidos à conta vinculada e ao Fundo.</p>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
recolhimento imediato das importâncias devidas a tal título.	indiretamente, impliquem essa obrigação de fazer, o juiz determinará que a empresa sucumbente proceda ao recolhimento imediato, nas respectivas contas vinculadas do FGTS, das importâncias devidas a tal título, bem como dos encargos a favor do Fundo.	
	SEÇÃO X - DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE	
	Art. 32 A condição de regularidade perante o FGTS é atestada pelo Certificado de Regularidade do FGTS -CRF. § 1º Para obter o CRF, o interessado deverá satisfazer as seguintes condições: I - estar em dia com o recolhimento da importância de que trata o art. 16; II - estar em dia com o pagamento das prestações das operações de crédito lastreadas em recursos do FGTS; III - estar em situação regular em relação às outras obrigações para o Fundo.	
Art. 27. A apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, é obrigatório nas seguintes situações: a) habilitação e licitação promovida por órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, direta, indireta ou fundacional ou por entidade controlada direta ou indiretamente pela União, Estado e Município; b) obtenção, por parte da União, Estados e Municípios, ou por órgãos da Administração Federal, Estadual e Municipal, direta, indireta ou fundacional, ou indiretamente pela União, Estados ou Municípios, de empréstimos ou financiamentos junto a quaisquer entidades financeiras oficiais; c) obtenção de favores creditícios, isenções, subsídios, auxílios, outorga ou concessão de serviços ou quaisquer outros benefícios concedidos por órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, salvo quando destinados a saldar débitos para com o FGTS.	§ 2º A apresentação do CRF é obrigatória nas seguintes situações: I - habilitação em licitação promovida por órgão ou entidade da administração pública, ou por empresa controlada direta ou indiretamente pela União, Estado, Distrito Federal ou Município; II - obtenção de empréstimos, financiamentos, parcelamento de débitos ou dispensa de juros, multa e atualização monetária junto a quaisquer entidades financeiras oficiais; III - obtenção de favores creditícios, isenções, subsídios, auxílios, benefícios, incentivos fiscais, outorga ou concessão de serviços pelo Poder Público; IV - transferência de domicílio para o exterior; V - registro ou arquivamento, nos órgãos competentes, de alteração ou distrato de contrato social, de estatuto, ou de qualquer documento que implique modificação na estrutura jurídica do empregador ou na sua extinção;	



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
d) transferência de domicílio para o exterior; e) registro ou arquivamento, nos órgãos competentes, de alteração ou distrato de contrato social, de estatuto, ou de qualquer documento que implique modificação na estrutura jurídica do empregador ou na sua extinção.	VI - alienação de imóveis de propriedade de empregadores pessoas jurídicas; VII - assinatura de quaisquer contratos ou convênios com órgãos e entidades da administração pública.	
	§ 3º As pessoas jurídicas que não satisfizerem as condições mencionadas no § 1º estarão, além das demais cominações legais, impedidas de: I - pagar, aos diretores não-empregados, "pró labore", gratificações, participação nos lucros e quaisquer outras importâncias a título de remuneração; II - distribuir, sob qualquer forma, lucros, bonificações ou dividendos a seus sócios ou acionistas.	Novo dispositivo, que visa estabelecer mais uma penalidade para o não recolhimento do FGTS.
	§ 4º A não comprovação da regularidade para com o FGTS constitui causa para suspensão ou resolução de contrato ou convênio firmado por órgão ou entidade referida no inciso I do § 2º.	Idem.
SEÇÃO XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS		
Art. 28. São isentos de tributos federais os atos e operações necessários à aplicação desta lei, quando praticados pela Caixa Econômica Federal, pelos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores, pelos empregadores e pelos estabelecimentos bancários. Parágrafo único - Aplica-se o disposto neste artigo às importâncias devidas, nos termos desta lei, aos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores. Art. 29. Os depósitos em conta vinculada, efetuados nos termos desta lei, constituirão despesas dedutíveis do lucro operacional dos empregadores e as importâncias levantadas a seu favor implicarão receita tributável.	Art. 33 São isentos de tributos federais os atos e operações necessários à aplicação desta Lei, quando praticados pelo Agente Operador, pelos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores, pelos empregadores e pelos agentes credenciados para atuar no âmbito do FGTS. Parágrafo Único Aplica-se o disposto neste artigo às importâncias devidas, nos termos desta Lei, aos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores. Art. 34 Os depósitos em conta vinculada, efetuados nos termos desta Lei, constituirão despesas dedutíveis do lucro operacional dos empregadores e as importâncias levantadas a seu favor implicarão receita tributável. Parágrafo Único Em se tratando de empregadores domésticos, o montante	Confere-se tratamento tributário aos empregadores domésticos análogo ao que é dado aos demais empregadores.



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
	dos depósitos efetuado em conta vinculada poderá ser deduzido do total de rendimentos tributáveis, para fins de determinação de base de cálculo do imposto de renda devido, observado o disposto no Regulamento.	
Art. 3º, § 7º - As ausências ao trabalho dos representantes dos trabalhadores no Conselho Curador, decorrentes das atividades desse órgão, serão abonadas, computando-se como jornada efetivamente trabalhada para todos os fins e efeitos legais. Art. 3º, § 9º - Aos membros do Conselho Curador, enquanto representantes dos trabalhadores, efetivos e suplentes, é assegurada a estabilidade no emprego, da nomeação até 1 (um) ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada através de processo sindical.	Art. 35 Aos empregados representantes dos trabalhadores e de outras entidades representativas da sociedade civil, no Conselho Curador e nos conselhos mencionados na seção VII, são assegurados: I - a estabilidade no emprego, desde a nomeação até um ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada através de processo judicial; II - o abono das ausências ao trabalho decorrentes das atividades desses órgãos, computando-as como jornada efetivamente trabalhada, para todos os fins e efeitos legais	Estende-se o tratamento aos empregados membros do Conselho Curador aos conselhos estaduais mencionados na seção VII.
Art. 30. Fica reduzida para 1,5% (um e meio por cento) a contribuição devida pelas empresas ao Serviço Social do Comércio e ao Serviço Social da Indústria e dispensadas estas entidades da subscrição compulsória a que alude o art. 21 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.	Art. 36 Fica reduzida para 1,5% (um e meio por cento) a contribuição prevista pelas empresas ao Serviço Social do Comércio e ao Serviço Social da Indústria e dispensadas estas entidades da subscrição compulsória a que alude o art. 21 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.	
	Art. 37 O mandato dos membros do Conselho Curador que estiverem em exercício à data de início de vigência desta lei, encerrar-se-á com a posse dos novos conselheiros, a ser realizada no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da publicação desta Lei	Regra transitória, necessária em função da mudança de composição do Conselho Curador.
	Art. 38 A instituição financeira que atuou como banco depositário do FGTS é responsável pelos lançamentos efetuados nas contas vinculadas e pela regularização de eventuais diferenças, decorrentes de erros de lançamentos em contas vinculadas ou na individualização de depósitos, durante o período em que estas estiveram sob a sua administração.	Dispositivo necessário para impedir que o histórico da conta vinculada do trabalhador, prévio à centralização, não seja perdido.
Art. 31. O Poder Executivo expedirá o	Art. 39 O Poder Executivo	



Lei nº 8.036/90	Substitutivo ao PL nº 913/91	Justificação
Regulamento desta lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua promulgação. Art. 32. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989, e as demais disposições em contrário.	regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação. Art. 40 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 41 Revogam-se a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, o inciso II do art. 1º da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988, a Lei nº 7.794, de 10 de junho de 1989, a Lei nº 8.406, de 9 de janeiro de 1992, a Lei nº 8.678, de 13 de julho de 1993, o art. 16 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, a Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994, a Lei nº 8.922, de 25 de julho de 1994, a Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995, e as demais disposições em contrário.	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº

01/97

PROJETO DE LEI Nº

913 / 91

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA

☐ SUBSTITUTIVA

☐ ADITIVA DE

☐ AGLOMERATIVA

☐ MODIFICATIVA

COMISSÃO DE Trabalho, de Administração e Serviço Público

DEPUTADO

ARNALDO MADEIRA

AUTOR

PARTIDO

UF

PÁGINA

PSDB

SP

01/01

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Dê-se ao parágrafo 2º do Art. 18 a seguinte redação:

"§2º Sobre os valores repassados ao Agente Operador a partir do terceiro dia útil subsequente à data de seu recolhimento, incidirão juros de mora equivalentes à remuneração das disponibilidades financeiras do FGTS mencionado no Parágrafo Único do Art. 11, além da multa moratória idêntica à prevista no inciso I do Art. 16".

JUSTIFICATIVA

Erro na remissão e adaptação à proposta de emenda do Art. 11.

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

04/06/97
DATA

ASSINATURA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº

02/97

PROJETO DE LEI Nº

913 / 91

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVA
☐ AGLOMERATIVA☐ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE Trabalho, de Administração e Serviço Público

DEPUTADO ARNALDO MADEIRA

AUTOR

PARTIDO

UF

PÁGINA

PSDB

SP

01/01

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o parágrafo 2º do artigo 24 do Substitutivo.

JUSTIFICATIVA

Toda forma de remuneração do FGTS se baseia nos critérios de remuneração da caderneta de poupança que não prevê o pagamento de remuneração "pro rata die".

O trabalhador poderá se programar para efetuar o saque.

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

04/06/94
DATA

ASSINATURA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº

03/97

PROJETO DE LEI Nº

913 / 91

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA☒ SUBSTITUTIVA☐ ADITIVA DE☐ AGLOMERATIVA☐ MODIFICATIVA

COMISSÃO DE Trabalho, de Administração e Serviço Público

AUTOR

DEPUTADO

Arnaldo Madeira

PARTIDO

PSDB

UF

SP

PÁGINA

01101

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao artigo 19 do substitutivo a seguinte redação:

"Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão corrigidos monetariamente com base nos parâmetros buscados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança e capitalização juros de 3% (três por cento) ao ano."

JUSTIFICATIVA

As taxas de juros de aplicação do ativo do FGTS não comportam a elevação necessária para garantir o aumento de remuneração previsto no substitutivo.

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

04/05/97

DATA

ASSINATURA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº

04/97

PROJETO DE LEI Nº

913 / 91

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA
☐ AGLOMERATIVA

☒ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA

☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE Trabalho, de Administração e Serviço Público

AUTOR

DEPUTADO Arnaldo Madeira

PARTIDO

PSDB

UF

SP

PÁGINA

01/01

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Suprima-se o inciso II do artigo 24 do Substitutivo.

JUSTIFICATIVA

Representa um estímulo à prática de atos ilícitos dentro das relações trabalhistas.

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

04/10/97

DATA

ASSINATURA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº

05/97

PROJETO DE LEI Nº

913 / 91

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVA
☐ ABLUTIMATIVA

☐ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA

☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE Trabalho, de Administração e Serviço Público

AUTOR

DEPUTADO

Arnaldo Madeira

PARTIDO

UF

PÁGINA

PSD B SP

01/01

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Suprima-se no inciso XII do artigo 24 do Substitutivo a expressão "ou doença que cause grave risco de vida".

JUSTIFICATIVA

Expressão muito vaga e este tipo de atendimento deveria ser prestado pelos órgãos do governo responsáveis pela saúde da população.

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

04/06/72
DATA

Arnaldo Madeira
ASSINATURA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº

06/97

PROJETO DE LEI Nº

913 / 91

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA
☐ ABELATIVATIVA☐ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE Trabalho, de Administração e Serviço Público

DEPUTADO ARNALDO MADEIRA

AUTOR

PARTIDO

UF

PÁGINA

PSDB

SP

2101

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao artigo 4º do Substitutivo a seguinte redação:

" Art. 4º - O Conselho Curador do FGTS será integrado por 03 (três) representantes dos trabalhadores, 03 (três) dos empregadores e 06(seis) do Governo Federal.

§ 2º - Os representantes do Governo Federal, titulares e suplentes, serão indicados pelos respectivos órgãos e entidades representados ao Ministério do Trabalho, que os nomeará, sendo:

- I - 1 (um) representante do Ministério do Planejamento e Orçamento;
- II - 1 (um) representantes do Ministério do Trabalho;
- III - 1 (um) representante do Ministério da Fazenda;
- IV - 1 (um) representante do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo;
- V - 1 (um) representante da Caixa Econômica Federal;
- VI - 1 (um) representante do Banco Central do Brasil;

JUSTIFICATIVA

Todas garantias dos saldos das contas vinculadas e das operações de crédito são do Governo Federal, devendo-se estabelecer a paridade governo e sociedade civil.

PARLAMENTAR

04/06/97
DATA

ASSINATURA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº

07/97

PROJETO DE LEI Nº

913 / 91

CLASSIFICAÇÃO

☐ SUPRESSIVA
☐ ADELUTATIVA☒ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE Trabalho, de Administração e Serviço Público

DEPUTADO ARNALDO MADEIRA

AUTOR

PARTIDO

UF

PÁGINA

PSDB

SP

01/01

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se, no caput do Art. 28, a expressão "agentes que atuam no âmbito do FGTS" pela expressão: "órgãos e entidades de que trata o inciso X do Art. 3º".

JUSTIFICATIVA

Os demais agentes deferidos no Artigo 28 não são passíveis de punição.

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

04 / 06 / 97
DATA

ASSINATURA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº

08/97

PROJETO DE LEI Nº

913 / 91

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVA
☐ ADJUTIVATIVA☐ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE Trabalho, de Administração e Serviço Público

DEPUTADO ARNALDO MADEIRA

AUTOR

PARTIDO

UF

PÁGINA

PSDB

SP

21/01

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Suprimam-se os parágrafos 1º e 2º do artigo 11 do substitutivo e inclua-se o seguinte parágrafo único:

" § único - O Fundo de Liquidez e demais disponibilidades financeiras devem ter remuneração, inclusive juros, idêntica à atribuída aos depósitos de poupança."

JUSTIFICATIVA

Fica assim garantida uma remuneração nos moldes do que acontece com a caderneta de poupança.

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

04/06/97

DATA

ASSINATURA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº

09/97

PROJETO DE LEI Nº

913 / 91

CLASSIFICAÇÃO

☒ SUPRESSIVA
☐ AGLOMERATIVA☐ SUBSTITUTIVA
☐ MODIFICATIVA☐ ADITIVA DE

COMISSÃO DE Trabalho, de Administração e Serviço Público

DEPUTADO ARNALDO MADEIRA

AUTOR

PARTIDO

PSDB

UF

SP

PÁGINA

0101

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se a expressão " e aos interessados " constante no parágrafo único do artigo 5º do Substitutivo.

JUSTIFICATIVA

Os interessados nas informações do FGTS já estão representados pelo Conselho Curador do FGTS.

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

04 / 06 / 97

DATA

ASSINATURA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
50ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 913/91

Nos termos do art. 119, **caput**, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 26/05/97, por cinco sessões. Esgotado o prazo, foram recebidas 9 (nove) emendas ao Substitutivo oferecido pelo Relator.

Sala da Comissão, em 05 de junho de 1997.


Talita Yeda de Almeida
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

**Projeto de Lei nº 913, de 1991
(PLS nº 12, de 1991, na origem)**

PARECER REFORMULADO

*Altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de
Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e dá outras
providências.*

AUTOR: Senado Federal

RELATOR: Deputado Paulo Rocha

APENSOS: PL nº 2.521/89, PL nº 4.664/90, PL nº 4.952/90, PL nº 5.542/90, PL nº 5.790/90, PL nº 21/91, PL nº 43/91, PL nº 146/91, PL nº 162/91, PL nº 340/91, PL nº 350/91, PL nº 360/91, PL nº 417/91, PL nº 461/91, PL nº 718/91, PL nº 1.040/91, PL nº 1.156/91, PL nº 1.334/91, PL nº 1.378/91, PL nº 1.402/91, PL nº 1.409/91, PL nº 1.544/91, PL nº 1.559/91, PL nº 1.633/91, PL nº 1.662/91, PL nº 1.678/91, PL nº 1.761/91, PL nº 1.831/91, PL nº 1.851/91, PL nº 1.878/91, PL nº 1.929/91, PL nº 1.952/91, PL nº 2.202/91, PL nº 2.219/91, PL nº 2.257/91, PL nº 2.371/91, PL nº 2.547/92, PL nº 2.607/92, PL nº 2.713/92, PL nº 2.729/92, PL nº 2.879/92, PL nº 3.006/92, PL nº 3.113/92, PL nº 3.227/92, PL nº 3.246/92, PL nº 3.670/93, PL nº 3.921/93, PL nº 3.944/93, PL nº 3.976/93, PL nº 3.982/93, PL nº 4.037/93, PL nº 4.068/93, PL nº 4.165/93, PL nº 4.191/93, PL nº 4.209/93, PL nº 4.586/94, PL nº 4.628/94, PL nº 4.659/94, PL nº 4.805/94, PL nº 60/95, PL nº 249/95, PL nº 271/95, PL nº 555/95, PL nº 954/95, PL nº 1.175/95, PL nº 1.232/95, PL nº 1.251/95, PL nº 1.264/95, PL nº 1.362/95, PL nº 1.540/96, PL nº 1.556/96, PL nº 1.617/96, PL nº 1.625/96, PL nº 1.757/96, PL nº 1.767/96, PL nº 2.047/96, PL nº 2.099/96, PL nº 2.116/96, PL nº 2.117/96, PL nº 2.131/96, PL nº 2.176/96, PL nº 2.198/96, PL nº 2.208/96, PL nº 2.212/96, PL nº 2.275/96, PL nº 2.583/96, PL nº 2.888/97, PL nº 2.922/97 e PL nº 2.971/97; PL nº 3.145/97; PL nº 3.151/97; PL nº 3.183/97; PL nº 3.211/97; PL nº 3.218/97; PL nº 3.341/97; PL nº 3.348/97; PL nº 3.464/97; PL nº 3.545/97; PL nº 3.582/97; PL nº 3.583/97; PL nº 3.634/97 e PL nº 3.822/97.



I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 913, de 1991, é oriundo do Senado Federal, onde havia recebido o número 12/91. De autoria do ilustre Senador Marco Maciel, a referida proposição, que foi aprovada na íntegra por aquela Casa, visa estender aos trabalhadores rurais e aos domésticos os direitos previstos na legislação concernente ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Ao ser distribuído para a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público desta Casa, o Projeto de Lei nº 913/91 recebeu uma única emenda, do nobre Colega Paulo Mandarino, com o objetivo de estabelecer um prazo para que a Caixa Econômica Federal elabore uma proposta de decreto de regulamentação do disposto na proposição.

O encaminhamento do PLS nº 12/91 à Câmara dos Deputados coincidiu com um período de intensos debates em ambas as Casas do Congresso Nacional acerca de irregularidades na administração e na gestão da aplicação dos recursos do FGTS, que motivaram a instalação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI do FGTS e a apresentação de um número bastante elevado de proposições sobre o tema. Assim, para dar um tratamento orgânico a essas proposições, foi solicitada e deferida a apensação de 102 projetos de lei ainda não apreciados por Comissão de mérito.

A maior parte desses projetos de lei versa sobre pontos específicos da legislação que regula o FGTS, sendo que nada menos que 67 proposições dispõem sobre as hipóteses de movimentação das contas vinculadas dos trabalhadores. Apenas 5 proposições - PLs nºs 1.334/91, 1.851/91, 4.191/93 (oriundo da CPMI do FGTS); 1.625/96 e 3.545/97 - propugnam alterações abrangentes na legislação do Fundo.

Os projetos de lei acima citados são relatados a seguir, resumidamente, agrupados segundo o tema tratado ou o dispositivo da Lei nº 8.036/90, que pretendem alterar.

A) COMPOSIÇÃO, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO CURADOR (5 projetos):

- Projeto de Lei nº 4.664, de 1990, do Dep. Paulo Paim, concedendo estabilidade provisória para o representante do trabalhador no Conselho.
- Projeto de Lei nº 360, de 1991, do Dep. Amaury Muller, incluindo,



na composição do Conselho Curador, um representante do cooperativismo habitacional, a ser indicado pela Organização das Cooperativas Brasileiras.

- **Projeto de Lei nº 1.334, de 1991, do Dep. Edésio Passos e outros**, alterando o art. 3º da Lei nº 8.036/90, entre outras modificações.

- **Projeto de Lei nº 1.556, de 1996, do Dep. Carlos Ayrton**, dispondo sobre a extinção do Conselho Curador do FGTS, passando suas funções a serem exercidas pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de seu Agente Operador.

- **Projeto de Lei nº 3.583, de 1997, do Senado Federal**, dispondo sobre a obrigatoriedade de aprovação, pelo Congresso Nacional, das decisões do Conselho Curador, que alterem os critérios de distribuição dos recursos aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

B) GARANTIA EXIGIDA PARA EMPRÉSTIMOS (1 projeto):

- **Projeto de Lei nº 1.831, de 1991, do Dep. Pauderney Avelino**, definindo como requisito para obtenção de empréstimos com recursos do FGTS, garantia real ou, a critério do Conselho Curador, garantia fidejussória (ambas já previstas no texto da Medida Provisória nº 1.478 - 23, de 15 de abril de 1997).

C) APLICAÇÕES DOS RECURSOS DO FGTS E DISTRIBUIÇÃO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (7 projetos):

- **Projeto de Lei nº 1.878, de 1991, do Dep. Rubens Bueno**, estabelecendo que pelo menos 50% dos recursos arrecadados sejam aplicados nos municípios de origem e em projetos julgados prioritários pelas respectivas prefeituras. Somente o restante dos recursos é que seria aplicado considerando a demanda habitacional, a população e outros indicadores sociais.

- **Projeto de Lei nº 1.929, de 1991, do Dep. Evaldo Gonçalves**, dispondo que os recursos não seriam mais aplicados levando em consideração a demanda habitacional, a população e outros indicadores sociais, mas sim obedecendo aos percentuais vigentes do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE.

- **Projeto de Lei nº 2.713, de 1992, do Senado Federal (na origem PLS 208/91)**, determinando que, o volume de recursos a ser aplicado nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, em conjunto, não poderá ser inferior a 40% do total dos recursos arrecadados pelo Fundo.



- **Projeto de Lei nº 1.362, de 1995, do Dep. Luciano Pizzatto,** estabelecendo que o programa de aplicações deverá destinar, no mínimo, 60% para investimentos em habitação popular, sendo 10% em habitação rural.

- **Projeto de Lei nº 2.922, de 1997, do Dep. Paulo Paim,** alocando 10% do volume total de recursos para operações de crédito educativo, voltadas ao trabalhador e seus dependentes.

- **Projeto de Lei nº 2.971, de 1997, do Dep. Moisés Lipnik,** dispondo que pelo menos 10% do volume total de recursos, mantido o percentual mínimo de 60% para habitação popular, seja aplicado em programas de aquisição de materiais de construção pelas populações de baixa renda.

- **Projeto de Lei nº 3.582, de 1997, do Senado Federal,** dispondo sobre os requisitos para as operações de crédito com recursos do FGTS, bem como estabelecendo parâmetros para o Conselho Curador fixar diretrizes e critérios técnicos referentes à aplicação dos recursos.

D) CORREÇÃO DOS SALDOS DAS CONTAS VINCULADAS (5 projetos):

- **Projeto de Lei nº 5.790, de 1990, do Dep. Augusto Carvalho,** dispondo que os saldos das contas vinculadas sejam corrigidos, cumulativamente, a partir de 1º/07/88, em 26,06%, e, a partir de 1º/02/89, em 70,28%. Para as categorias funcionais que obtiveram esses índices de reajuste, somente seria feita a correção até o início do prazo de validade dos respectivos acordos coletivos ou decisões judiciais. As que tiveram índices inferiores receberiam correção pelo diferencial de percentual. A proposição tem como objetivo repor as perdas com os planos Bresser e Verão.

- **Projeto de Lei nº 2.879, de 1992, do Dep. Paulo Paim,** determinando que o montante existente na conta individual do trabalhador no FGTS lhe é devido na data da rescisão sem justa causa do seu contrato de trabalho. O empregador, ao comunicar o empregado da sua dispensa, dará ciência ao banco depositário, na mesma oportunidade, do dia em que ocorrerá a rescisão do contrato de trabalho. Os depósitos do FGTS na conta individual do empregado devem estar a sua disposição na mesma data da rescisão contratual, acrescidos de Taxa Referencial Diária.

- **Projeto de Lei nº 3.113, de 1992, do Dep. Jackson Pereira,** determinando que o valor a ser sacado da conta vinculada deve ser atualizado



monetariamente, por índice a ser estabelecido pelo Conselho Curador, entre a data do último crédito de juros e atualização monetária e a data do efetivo pagamento.

- **Projeto de Lei nº 4.586, de 1994, do Dep. Paulo Paim,** estabelecendo que os depósitos efetuados pelos empregadores nas contas vinculadas dos trabalhadores no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço sejam corrigidos monetariamente na forma e pelos critérios adotados para a caderneta de poupança. A capitalização dos juros dos depósitos seria à taxa de 6% ao ano.

- **Projeto de Lei nº 4.659, de 1994, do Dep. Luiz Salomão,** determinando que os depósitos efetuados nas contas vinculadas sejam corrigidos monetariamente com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança, capitalizando juros de 6% ao ano.

E) EXTENSÃO DO FGTS AOS DOMÉSTICOS E RURAIS (4 projetos):

- **Projeto de Lei nº 2.521, de 1989, do Dep. José Egreja,** criando o FGTS do trabalhador rural (FGTS - TR), com duas emendas da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. A proposição abrange empregados e empregadores, inclusive entidades de direito público, que exercem atividade rural (agricultura, pecuária e exploração animal, extrativismo e exploração vegetal), excluindo as relações de trabalho eventual. A Lei nº 8.036/90 é referida para disciplinar algumas questões, porém o projeto traz as seguintes diferenças em relação a essa lei :

- 1) recolhimento do depósito até o dia 30 do mês seguinte ao da competência do salário, sendo que no caso de menos de 10 empregados, o empregador pode efetuar o depósito trimestralmente, atualizando o valor;

- 2) ampliação das hipóteses de saques: na rescisão do contrato por justa causa (o empregado faz jus aos depósitos mas perde a correção e os juros), na vigência do contrato de trabalho ou na rescisão sem justa causa pelo empregado ou por justa causa pelo empregador, a conta pode ser utilizada total ou parcialmente quando ocorrer necessidade grave e premente, pessoal ou familiar, por doença, casamento, aquisição de propriedade rural, aquisição de moradia própria, entre outras.

- 3) Gestão do FGTS - TR: pela Caixa Econômica Federal - CEF, segundo planejamento e normas do Conselho Curador. Custeio da gestão pelo diferencial de juros obtidos nas operações de aplicações dos recursos e os custos de capitalização do Fundo.



4) Conselho Curador do FGTS -TR: composto pelo presidente da CEF, que o preside, um representante do Ministério do Trabalho, um do Ministério da Agricultura, três dos empregadores rurais e três dos empregados rurais. Todos perceberiam gratificação. As competências seriam similares às do atual Conselho Curador do FGTS - CCFGTS.

5) Agentes financeiros: o CCFGTS - TR determina exigências para o credenciamento e o BACEN autoriza. Prioridade ao Sistema de Crédito Rural Cooperativista.

6) Aplicações: em operações realizadas diretamente com trabalhadores rurais, em crédito fundiário (com juros máximos de 6% ao ano) e moradia própria. O valor orçado, que exceder ao aplicado nessas áreas, será empregado na aquisição de Letras Financeiras do Tesouro. São trabalhadores rurais aqueles que, nos últimos 5 anos, tenham pelo menos 80% do tempo de trabalho em atividade rural como empregado ou pequeno produtor rural.

7) Aquisição de moradia: uma por vez por trabalhador. A área não será superior a 10 módulos fiscais.

8) Ministério do Trabalho: fiscaliza e cobra débitos administrativa e judicialmente.

• **Projeto de Lei nº 21, de 1991, do Dep. Antônio Carlos Mendes Thame (com os dois PL seguintes apensados e parecer da CCJR, com emenda, não apreciado)**, determinando que os direitos previstos na Lei nº 8.036/90 aplicam-se, igualmente, aos trabalhadores domésticos.

• **Projeto de Lei nº 162, de 1991, do Dep. Carlos Alberto Campista (apensado ao PL 21/91)**, estendendo o FGTS aos domésticos, definindo que o percentual de 8% incide sobre o salário em dinheiro devido e pago ao trabalhador, não podendo esta base ser inferior a um salário mínimo, bem como o pagamento em prestações *in natura* não incidirão para o cálculo do depósito.

• **Projeto de Lei nº 350, de 1991, do Dep. Carlos Cardinal (apensado ao PL 21/91)**, assegurando aos domésticos o direito ao FGTS, instituído pela Lei nº 5.107/66. O valor da contribuição não teria por base o salário do doméstico, mas seria fixado em 8% do salário mínimo, sendo depositado, a partir do mês subsequente à contratação e até o mês seguinte ao da rescisão, até o dia 30 de cada um desses meses.



F) PRESTAÇÃO, PELOS EMPREGADORES AOS EMPREGADOS, DE INFORMAÇÕES SOBRE A CONTA VINCULADA (1 projeto):

- **Projeto de Lei nº 1.559, de 1991, do Dep. Saulo Coelho,** estabelecendo a menção, no comprovante de pagamento do empregado, do valor recolhido ao FGTS no mês e do saldo da respectiva conta vinculada, atualizado até o mês anterior. As instituições financeiras depositárias ficariam obrigadas a prestar aos empregadores as informações necessárias.

G) MULTA NA RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO (1 projeto):

- **Projeto de Lei nº 1.409, de 1991, do Dep. Victor Faccioni,** que procura deixar mais claro qual é a base de cálculo da multa a ser paga pelo empregador na hipótese de despedida sem justa causa, ainda que indireta. Explicita que são, não só os depósitos realizados nas contas vinculadas, mas também os devidos e não recolhidos, devendo o total ser atualizado monetariamente e acrescido de juros, não sendo permitida a dedução dos saques porventura efetuados pelo trabalhador.

H) SAQUE DO SALDO DA CONTA VINCULADA (66 projetos), contemplando as seguintes hipóteses de levantamento dos depósitos:

1. POR PEDIDO DE DEMISSÃO

- **Projeto de Lei nº 5.542, de 1990, do Dep. José Serra** (trabalhador com renda mensal de até 5 SM), com três emendas.

- **Projeto de Lei nº 2.116, de 1996, do Dep. Paulo Paim.**

2. PARA PAGAMENTO MENSAL À ENTIDADE DE MEDICINA DE GRUPO OU PLANO DE SAÚDE

- **Projeto de Lei nº 4.805, de 1994, do Dep. João Faustino.**

3. POR TEMPO DE SERVIÇO

- **Projeto de Lei nº 340, de 1991, do Dep. Carlos Cardinal** (30 anos de serviço ou 60 anos de idade).

- **Projeto de Lei nº 3.006, de 1992, do Dep. Magalhães Teixeira** (35 anos de serviço).

- **Projeto de Lei nº 4.628, de 1994, do Dep. Paulo Paim** (1 ano de serviço na empresa).



- Projeto de Lei nº 1.175, de 1995, do Dep. Elias Murad (aquisição de tempo de serviço para a aposentadoria).
- Projeto de Lei nº 1.232, de 1995, do Dep. Chico Vigilante (10 anos).
- Projeto de Lei nº 1.251, de 1995, do Dep. Elias Murad (aquisição de tempo de serviço para a aposentadoria).
- Projeto de Lei nº 3.145, de 1997, do Dep. Murilo Domingos (após 8 anos de recolhimento).

4. PARA PAGAMENTO DE PARTE DAS PRESTAÇÕES NA LIQUIDAÇÃO OU NA AMORTIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR OU NO PAGAMENTO TOTAL OU PARCIAL DO PREÇO DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEL ÚNICO NO SFH E NO SISTEMA HIPOTECÁRIO.

- Projeto de Lei nº 417, de 1991, do Dep. Geraldo Alckmin Filho.
- Projeto de lei nº 2.219, de 1991, do Dep. Paulo Hartung.
- Projeto de Lei nº 3.944, de 1993, dos Deputados Cyro Garcia e Ernesto Gradella.
- Projeto de Lei nº 3.976, de 1993, do Dep. Paulo Bernardo.
- Projeto de Lei nº 3.464, de 1997, do Dep. Welson Gasparini.
- Projeto de Lei nº 3.634, de 1997, do Dep. Feu Rosa.

5. POR OCASIÃO DAS FÉRIAS

- Projeto de Lei nº 1.761, de 1991, da Dep. Sandra Cavalcanti (10% do total do saldo para empregado com mais de 5 anos na mesma empresa).

6. PARA PAGAMENTO DE MENSALIDADE ESCOLAR DO TRABALHADOR E DE SEUS DEPENDENTES

- Projeto de Lei nº 1.952, de 1991, do Dep. Ricardo Izar.
- Projeto de Lei nº 2.371, de 1991, do Dep. Valdenor Guedes.
- Projeto de Lei nº 954, de 1995, do Dep. Airton Dipp.
- Projeto de Lei nº 1.540, de 1996, do Dep. Ricardo Izar.
- Projeto de Lei nº 2.047, de 1996, do Dep. Augusto Nardes.
- Projeto de Lei nº 2.099, de 1996, do Dep. Luiz Mainardi.
- Projeto de Lei nº 2.117, de 1996, do Dep. Nelson Bornier.



- Projeto de Lei nº 2.131, de 1996, do Dep. Ezídio Pinheiro.
- Projeto de Lei nº 2.176, de 1996, do Dep. Hugo Lagranha.
- Projeto de Lei nº 2.212, de 1996, do Dep. Wilson Cignachi .
- Projeto de Lei nº 2.922, de 1997, do Dep. Paulo Paim.
- Projeto de Lei nº 3.183, de 1997, do Dep. Raimundo Colombo;
- Projeto de Lei nº 3.341, de 1997, do Dep. Aldo Arantes e outros;
- Projeto de Lei nº 3.822, de 1997, do Dep. Edinho Bez.

*7. PARA AQUISIÇÃO, CONSTRUÇÃO, REFORMA OU AMPLIAÇÃO
DA CASA PRÓPRIA*

- Projeto de Lei nº 5.542, de 1990, do Dep. José Serra (trabalhador com renda mensal de até 5 SM).
- Projeto de Lei nº 4.952, de 1990, do Dep. Geraldo Alckmin Filho.
- Projeto de Lei nº 43, de 1991, do Dep. Mendes Thame.
- Projeto de Lei nº 1.156, de 1991, do Deputado Álvaro Valle.
- Projeto de Lei nº 1.402, de 1991, do Dep. Ivandro Cunha Lima .
- Projeto de Lei nº 1.544, de 1991, da Dep. Maria Luiza Fontenele.
- Projeto de Lei nº 2.547, de 1992, do Senado Federal.
- Projeto de Lei nº 3.227, de 1992, do Dep. Werner Wanderer.
- Projeto de Lei nº 3.246, de 1992, do Dep. Alacid Nunes.
- Projeto de Lei nº 271, de 1995, do Dep. Paulo Paim.
- Projeto de Lei nº 555, de 1995, do Dep. Corauci Sobrinho.
- Projeto de Lei nº 1.617, de 1996, do Dep. Ayrton Xerez.
- Projeto de Lei nº 2.275, de 1996, do Dep. Welson Gasparini.
- Projeto de Lei nº 3.211, de 1997, do Senado Federal.
- Projeto de Lei nº 3.218, de 1997, do Dep. João Faustino;

*8. PARA PAGAMENTO DE IMPOSTOS, TAXAS E CUSTOS
NOTARIAIS, RELACIONADOS À AQUISIÇÃO DA CASA PRÓPRIA*

- Projeto de Lei nº 3.246, de 1992, do Dep. Alacid Nunes.

9. PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS

- Projeto de Lei nº 4.068/93, do Dep. Sarney Filho.

10. POR DOENÇA E PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

- Projeto de Lei nº 5.542, de 1990, do Dep. José Serra (trabalhador



com renda mensal de até 5 SM).

• Projeto de Lei nº 43, de 1991, do Dep. Antônio Carlos Mendes Thame.

• Projeto de Lei nº 3.982, de 1993, do Dep. Osmânio Pereira.

• Projeto de Lei nº 2.208, de 1996, do Dep. Fausto Martello (para os portadores do vírus da AIDS: inciso já acrescentado pela Lei nº 8.922/94).

11. POR DESPEDIDA COM JUSTA CAUSA PELO EMPREGADOR

• Projeto de Lei nº 5.542, de 1990, do Dep. José Serra (apenas para o trabalhador com renda mensal de até 5 SM).

• Projeto de Lei nº 1.378, de 1991, do Dep. Carrion Júnior.

12. POR CONVERSÃO DE REGIME JURÍDICO

• Projeto de Lei nº 718, de 1991, do Dep. Tadashi Kuriki.

• Projeto de Lei nº 1.633, de 1991, do Dep. Carlos Alberto

Campista.

• Projeto de Lei nº 1.662, de 1991, do Deputado Zaire Rezende.

• Projeto de Lei nº 1.678, de 1991, dos Deputados Tuga Angerami e

Paulo Hartung.

• Projeto de Lei nº 2.202, de 1991, do Dep. Flávio Rocha.

• Projeto de Lei nº 2.729, de 1992, do Dep. Neuto de Conto.

• Projeto de Lei nº 249, de 1995, do Dep. Sérgio Carneiro.

• Projeto de Lei nº 2.198, de 1996, do Dep. José Augusto.

13. DAS CONTAS INATIVAS

• Projeto de Lei nº 3.670, de 1993, do Dep. Jackson Pereira. (em 3 anos, em parcelas: 15% à vista e 85% em 18 prestações mensais e iguais).

• Projeto de Lei nº 1.264, de 1995, do Dep. Carlos Nelson (em 1 ano).

• Projeto de Lei nº 2.583, de 1996, do Dep. Leonel Pavan (2 anos fora do regime do FGTS).

14. POR CASAMENTO

• Projeto de Lei nº 5.542, de 1990, do Dep. José Serra (apenas para trabalhador com renda mensal de até 5 SM).

• Projeto de Lei nº 43, de 1991, do Dep. Antônio Carlos Mendes



Thame.

- **Projeto de Lei nº 461, de 1991, do Dep. Costa Ferreira** (com parecer favorável, não apreciado na CCJR, do Dep. José Maria Eymael).

- **Projeto de Lei nº 1.156, de 1991, do Deputado Álvaro Valle.**

15. PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADE PRÓPRIA E AUTÔNOMA

- **Projeto de Lei nº 5.542, de 1990, do Dep. José Serra** (apenas para trabalhador com renda mensal de até 5 SM).

- **Projeto de Lei nº 43, de 1991, do Dep. Mendes Thame.**

16. PARA AQUISIÇÃO DE LINHA TELEFÔNICA

- **Projeto de Lei nº 4.209, de 1993, do Dep. Édson Silva.**

17. PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO

- **Projeto de Lei nº 1.767, de 1996, do Dep. Antonio Carlos Pannunzio** (veículo automático ou hidramático, com comandos manuais adaptados, para portador de paraplegia).

- **Projeto de Lei nº 2.888, de 1997, do Dep. Feu Rosa** (uma única vez e desde que o trabalhador já seja proprietário de imóvel residencial).

18. POR FALÊNCIA DA EMPRESA

- **Projeto de Lei nº 3.151, de 1997, do Senado Federal** (alterando o inciso II do art. 20, a fim de permitir o saque a partir da publicação da sentença declaratória de falência da empresa).

19. OPÇÃO POR PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA

- **Projeto de Lei nº 3.348, de 1997, do Dep. João Cóser.**

I) DESTINAÇÃO DO SALDO DAS CONTAS VINCULADAS (2 projetos):

- **Projeto de Lei nº 1.040, de 1991, da Dep. Lúcia Braga**, determinando que o saldo da conta vinculada reverterá a favor do sindicato da categoria a que pertencia o trabalhador falecido, se não houver dependente habilitado em dois anos, a contar do óbito.

- **Projeto de Lei nº 4.165, de 1993, do Dep. Murilo Pinheiro**, estabelecendo que, ocorrendo o falecimento do trabalhador e não havendo dependentes ou herdeiros habilitados, o saldo de sua conta, decorridos dois anos do falecimento, reverterá em



benefício do sindicato a que pertencia o trabalhador.

J) MULTA PELO NÃO RECOLHIMENTO DOS DEPÓSITOS (2 projetos):

- **Projeto de Lei nº 2.607, de 1992, do Dep. João Tota**, dispondo que a empresa que não recolher o FGTS dos seus empregados estará sujeita, por recolhimento, à multa de Cr\$ 1.000.000,00, acrescida de juros de 1% ao mês e correção monetária, cobrada em dobro na reincidência.

- **Projeto de Lei nº 1.757, de 1996, do Dep. Pedro Henry**, determinado que o empregador que não fizer o recolhimento tempestivamente ficará sujeito a juros de 1% ao mês e multa de 0,4% ao dia, a qual fica limitada a 10%, quando o depósito for efetuado em 30 dias e 20% nos demais casos.

L) CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS (1 projeto):

- **Projeto de Lei nº 4.037, de 1993, dos Dep. Cyro Garcia e Ernesto Gradella**, tornando obrigatória a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS para obtenção, por parte dos empregadores, de empréstimos ou financiamentos junto a quaisquer entidades financeiras oficiais.

M) PARCELAMENTO DE DÉBITOS (1 projeto):

- **Projeto de Lei nº 3.921, de 1993, do Dep. Carlos Nélon**, determinando que os débitos das instituições de ensino superior sem fins lucrativos serão consolidados pela CEF e quitados em até 120 parcelas mensais, com atualização monetária, mas isentos dos juros e multas.

N) CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS COMO CRÉDITO PRIVILEGIADO (1 projeto):

- **Projeto de Lei nº 146, de 1991, do Dep. Carlos Cardinal**, modificando o § 1º do art. 449, da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a incluir como crédito privilegiado, nos casos de falência ou concordata, as contribuições devidas para o FGTS. Esta pretensão já foi atendida pela Lei nº 8.844/94, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1.478-23/97.



O) CARTÃO DE IDENTIDADE CADASTRAL DO FGTS (1 projeto):

- **Projeto de Lei nº 2.257, de 1991, do Dep. Clóvis Assis**, criando o Cartão de Identidade Cadastral do FGTS, similar ao CPF, a ser expedido por qualquer instituição financeira que recolhe o FGTS e entregue gratuitamente ao estabelecimento do trabalhador cadastrado no Ministério da Fazenda, pelo órgão arrecadador a que estiver jurisdicionado. O Cartão é extinto obrigatoriamente pela instituição que pagar aos dependentes do titular falecido a pensão por morte.

P) INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONTAS VINCULADAS (1 projeto):

- **Projeto de Lei nº 60, de 1995, da Dep. Rita Camata**, determinando que as importâncias cobradas pela Previdência Social, salvo a taxa de remuneração, serão diretamente depositadas nas contas vinculadas ou individualizadas nas quais houver inadimplência pela empresa.

Q) RETRATAÇÃO DA OPÇÃO PELO REGIME DO FGTS (1 projeto):

- **Projeto de Lei nº 1.556, de 1996, do Dep. Carlos Airton**, dispondo que o trabalhador que optou pelo regime do FGTS poderá, dentro de 1 ano a contar da vigência da lei (aprovação do projeto), retratar-se da opção, mediante declaração escrita, entregue ao seu empregador. O empregado passará a ter relação de emprego acobertada por indenização compensatória.

R) ALTERAÇÕES ABRANGENTES (4 projetos):

- **Projeto de Lei nº 1.334, de 1991, do Dep. Edésio Passos e outros 6**, alterando vários dispositivos da Lei nº 8.036/90, nos seguintes itens: Conselho Curador (arts 3º e 5º, acrescentando nove membros), disponibilidades financeiras e aplicações (9º), centralização das contas vinculadas (art. 12), identificação dos titulares das contas (art.15), emissão de extratos (art.17), sindicato representando o trabalhador (arts 17 e 25), base de cálculo das multas por demissão (art. 18), saques (art. 20), contas incorporadas ao patrimônio do Fundo (art. 21), informações para a fiscalização (art. 23), comprovante de recolhimento das contribuições e demais compromissos (art. 27).

O projeto acrescenta, ainda, algumas novidades:

- Conselhos Estaduais de Habitação, com a competência de definirem parâmetros para definição das prioridades de investimentos nos Estados, constituídos de 11



representantes do Poder Público, dos trabalhadores e empregadores e das associações e instituições voltadas para a habitação;

- Conselhos Municipais de Habitação, cuja constituição é obrigatória nos moldes dos estaduais, em municípios com mais de 100 mil habitantes e facultativa nos demais.

- Cadastro único das contas - o Agente Operador colocará à disposição do Conselho Curador, em 90 dias, um cadastro único das contas ativas e inativas, discriminando o nome do titular, o tipo de conta, a agência do banco depositário, data do último depósito, valor atualizado do saldo existente e número de identificação do titular da conta vinculada.

- Previdência Social e FGTS, unificando os formulários para recolhimento das contribuições do FGTS e da Previdência Social, bem como as fiscalizações.

- Licitação, exigida para os empreendimentos a serem financiados com recursos do FGTS, exceto quando executados diretamente pelo poder público ou pelos beneficiários finais. As comissões de licitação deverão ter três representantes da sociedade civil, indicados pelo poder legislativo municipal, pelos sindicatos dos trabalhadores local e pelos sindicatos ou associações dos empregadores local.

- Diretoria Operacional do FGTS: O Governo Federal alterará os Estatutos da CEF, instalando em 90 dias a Diretoria Operacional do FGTS, com a principal atribuição de adotar os procedimentos administrativos e contábeis necessários à diferenciação dos recursos do FGTS em relação à Instituição Financeira e terá sob sua subordinação a orientação administrativa dos assuntos atinentes às operações com recursos do FGTS. O titular da Diretoria deverá ser homologado pelo Conselho Curador.

- **Projeto de Lei nº 1.851, de 1991, do Dep. Jackson Pereira**, alterando dispositivos da Lei nº 8.036/90, nos seguintes itens: extratos das contas vinculadas (art. 7º e 17), fiscalização (art. 23), centralização das contas vinculadas (art. 12), crédito dos depósitos nas contas vinculadas (art. 12), juros das contas vinculadas (art. 13), multa por despedida sem justa causa (art. 18), saques (art. 20), contas incorporadas ao patrimônio do Fundo (art. 21), recolhimentos em atraso (art. 22) e fraude ou simulação pelo trabalhador (art. 23).

- **Projeto de Lei nº 4.191, de 1993, do Senado Federal (PLS nº 105/92, na origem).**

O Projeto de Lei nº 4.191 foi apresentado no Senado Federal (naquele



casa, PLS nº 105/92) pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Destinada a Examinar Irregularidades na Administração do FGTS do Trabalhador - Requerimento nº 592/91-CN.

Tendo em vista que altera substancialmente quase toda a legislação do FGTS, revogando a Lei nº 8.036/90, faremos a seguir um resumo apenas dos seus aspectos mais relevantes:

- Recursos incorporados ao FGTS: explicita que são incorporados os montantes obtidos com a aplicação das disponibilidades financeiras do Fundo.

- Conselho Curador: mudanças na composição, nas competências e no funcionamento;

- Órgão Gestor (Ministério do Bem-Estar Social, extinto, cujas competências passaram a ser exercidas pelo Ministério do Planejamento e Orçamento): inclui-se na definição de suas competências a de eleger as operações, os projetos e as suplementações a serem financiados com recursos do FGTS.

- Agente Operador (Caixa Econômica Federal): ampliação de suas competências.

- Fundo de Liquidez: deve ser constituído e mantido para atendimento de gastos eventuais não previstos e deve ter remuneração mínima, inclusive juros, idêntica à atribuída aos depósitos das cadernetas de poupança.

- Licitação: A solicitação de crédito, por pessoa jurídica de direito público ou entidade da administração indireta de qualquer esfera de governo, deverá ser precedida de licitação para realização da obra.

- Critérios para definir a prioridade dos projetos a serem financiados com recursos do FGTS: preferência aos tomadores de empréstimos que tenham sistemática e pontualmente honrado suas obrigações para com o FGTS e aos que tenham corretamente cumprido as metas físicas e de atendimento às populações beneficiárias, estipuladas em projetos anteriores; preferência aos projetos que propiciem maior geração de empregos por unidade monetária investida e aos que tenham sido analisados, aprovados e priorizados por conselhos estaduais permanentes especialmente criados para este fim.

- Apropriação indébita: equipara-se a apropriação indébita o não recolhimento do FGTS no prazo de sessenta dias, a contar da data em que é devido, ficando o empregador caracterizado como depositário infiel.

- Obrigações dos empregadores: foram acrescidas as seguintes obrigações: a) afixar em quadro de aviso o comprovante do recolhimento do depósito efetuado



em cada conta vinculada; b) permitir ao trabalhador, ao Conselho Curador e aos sindicatos o acesso aos comprovantes de recolhimento dos depósitos no FGTS; c) comprovar, no ato da homologação de rescisão de contrato de trabalho, o efetivo recolhimento, à conta vinculada do trabalhador, de todos os depósitos devidos e d) anotar, na Carteira de Trabalho, o número da conta vinculada do trabalhador no FGTS.

• Base de cálculo da multa por despedida sem justa causa: deixa claro que devem ser considerados todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, somados aos valores devidos mas não recolhidos, independentemente de terem sido efetuados ou não saques na conta vinculada. Para cada um dos meses em que não for comprovado o recolhimento dos valores devidos, utilizar-se-á, como base de cálculo, 8% da última remuneração devida.

• Saques: são mantidas as atuais hipóteses de saque, incluindo-se somente o saque para servidores públicos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. Foram alterados também os seguintes aspectos: a) na hipótese de pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, o Conselho Curador é que definirá os requisitos a serem preenchidos, caso a operação seja realizada fora do Sistema Financeiro da Habitação; b) tendo em vista a obrigatoriedade de unificação de todas as contas vinculadas de cada trabalhador, o saque por conta inativa só se daria quando o trabalhador permanecesse três anos fora do sistema do FGTS.

• Incorporação do saldo de contas ao patrimônio do FGTS: determina que a CEF deve publicar no Diário Oficial da União os dados disponíveis de contas a serem incorporadas.

• Fiscalização: estabelece que a fiscalização deve ser exercida, de forma articulada e complementar, pelo Ministério do Trabalho e da Administração e pelo Ministério da Previdência Social. Obriga o Ministério do Trabalho e da Administração, mediante requerimento de sindicato, a realizar uma fiscalização extraordinária em empresas que apresentem aviso prévio a 50 ou mais trabalhadores.

• Cobrança dos débitos: Compete ao órgão que proceder à fiscalização fazer o levantamento dos débitos porventura existentes e fornecer à Caixa Econômica Federal os elementos necessários à instauração de processo de cobrança judicial.

• Crédito privilegiado: os recolhimentos ao FGTS constituem-se créditos privilegiados, em caso de falência ou fechamento da empresa.

• Certificado de Regularidade do FGTS: tem a validade estabelecida



pelo Conselho Curador.

• **Projeto de Lei nº 1.625, de 1996, do Dep. Moacyr Andrade,** determinando as seguintes modificações na Lei nº 8.036/90:

- não será devida a indenização de 40% sobre o saldo do FGTS quando a rescisão de contrato for a pedido do empregado;

- mais uma hipótese de saque: na rescisão contratual a pedido do empregado;

- a regulamentação das situações previstas nos incisos I, II e XII do art. 20 assegura que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na conta vinculada durante o período de vigência do último contrato de trabalho, acrescida de juros e atualização monetária, deduzidos os saques.

- o trabalhador só poderá sacar novamente o saldo da conta vinculada no FGTS após um período de 36 meses, exceto nos casos dos incisos III e IV do art. 20.

• **Projeto de Lei nº 3.545, de 1997, da Dep. Alcione Athayde,** que permite ao titular de conta vinculada do FGTS optar por transferir até 50% do saldo de sua conta vinculada e, ao longo do tempo, até 100% dos novos depósitos nela efetuados para um Fundo de Garantia de Livre Escolha - FGLE, destinado inicialmente à aquisição de ações no âmbito do Programa Nacional de Desestatização e de seus congêneres estaduais. A proposição estabelece que os FGLE serão organizados exclusivamente por entidades sindicais e administrados por entidades financeiras credenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. O Projeto de Lei assegura a portabilidade das cotas do FGLE e a possibilidade de o trabalhador sacar seus rendimentos segundo as mesmas modalidades do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990. As competências do Agente Operador são acrescidas, com o fito de adaptar sua atuação ao acompanhamento do FGLE.

Ao Substitutivo inicialmente apresentado à douta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, foram apresentadas 9 emendas, todas de autoria do ilustre Deputado Arnaldo Madeira, a saber:

1ª) alterando o § 2º do art. 18 para dispor que sobre os valores repassados ao Agente Operador a partir do terceiro dia útil subsequente à data de seu recolhimento, incidirão juros de mora equivalentes à remuneração das disponibilidades financeiras do FGTS;

2ª) suprimindo o § 2º do art. 24;

3ª) substituindo a redação do art. 19 para determinar que os depósitos



efetuados nas contas vinculadas serão corrigidos monetariamente com base nos parâmetros buscados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança e capitalizarão juros de 3% ao ano;

4ª) suprimindo o inciso II do art. 24;

5ª) suprimindo no inciso XII do art. 24 a expressão **ou doença que cause grave risco de vida**;

6ª) modificando a redação do art. 4º a fim de aumentar de 3 para 6 o número de representantes do Governo Federal no Conselho Curador;

7ª) substituindo no *caput* do art. 28 a expressão **agentes que atuem no âmbito do FGTS** pela expressão **órgãos e entidades de que trata o inciso X do art. 3º**;

8ª) suprimindo os §§ 1º e 2º do art. 11 a fim de incluir o parágrafo único dispondo que o Fundo de Liquidez e demais disponibilidades financeiras devem ter remuneração, inclusive juros, idêntica à atribuída aos depósitos de poupança;

9ª) suprimindo a expressão **e aos interessados** constante no parágrafo único do art. 5º.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS reúne um patrimônio estimado em cerca de R\$ 60 bilhões, o qual, em última instância, é propriedade de dezenas de milhões de trabalhadores, que são titulares de 70 milhões de contas vinculadas.

Espelhando a desigual distribuição de salários prevalecente no país, bem como a relação inversa entre rotatividade de mão-de-obra e nível de qualificação da força de trabalho, esse imenso patrimônio é também desigualmente distribuído entre as contas vinculadas: em fevereiro de 1997, enquanto 75% das contas, com saldos que não ultrapassavam 2 salários mínimos, se apropriavam de apenas 3,5% do total dos recursos do Fundo, as contas vinculadas com saldos acima de 10 salários mínimos, representando 11% do número total, abocanhavam nada menos do 86% do montante de recursos.

Dos R\$ 60 bilhões que compõem o patrimônio do FGTS, cerca de 80% estão aplicados em operações de crédito contratadas pela Caixa Econômica Federal, na



qualidade de Agente Operador, destinadas às áreas de habitação popular, saneamento e infra-estrutura urbana.

No entanto, parcela expressiva do estoque de aplicações tem como tomador final o setor público, principalmente companhias de saneamento, as COHAB e órgãos da administração direta de Estados e Municípios. Muitas das operações de crédito contratadas com Estados e Municípios, no passado, foram realizadas com motivações políticas, sem levar em consideração a capacidade de pagamento do tomador final. Ademais, o FGTS é o principal credor do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS, criado para cobrir o rombo causado pela diferença entre o valor das prestações pagas e o saldo devedor de financiamentos habitacionais concedidos no âmbito do SFH, cujos recursos são garantidos pelo Tesouro Nacional. Isto significa dizer que o FGTS, patrimônio do trabalhador brasileiro, é, em última instância, credor de uma massa de recursos que tem proporcionado, em média, taxas de retorno abaixo das necessárias à remuneração das contas e aos custos administrativos, seja pelas sucessivas renegociações dos débitos para com o Fundo, seja pelo alongamento dos prazos de pagamento, na hipótese de securitização das dívidas do FCVS.

Não obstante, o FGTS tem plenas condições de conciliar a necessidade de remunerar melhor as contas vinculadas de seus titulares com sua missão social, que é a de ampliar o número de trabalhadores beneficiados e de prover recursos para o financiamento do desenvolvimento urbano, especialmente as ações voltadas à melhoria das condições de moradia das camadas mais pobres da população. Basta, para tanto, que medidas sejam tomadas não só para elevar suas receitas, mas também para assegurar critérios adequados e transparentes para a aplicação dos recursos. Em suma, é necessário tornar mais eficiente e mais sujeita ao controle social a administração desse importante patrimônio da classe trabalhadora.

O marco institucional surgido a partir da publicação da Lei nº 7.839/89, que foi objeto de uma remodelação com a Lei nº 8.036/90, deu o primeiro passo nesse sentido, ao instituir um Conselho Curador tripartido, encarregado, entre outras competências, de estabelecer as diretrizes para a aplicação dos recursos do Fundo e de apreciar e aprovar os programas de aplicação e os orçamentos anuais e planos plurianuais.

Lembre-se que foi a atuação dos representantes dos trabalhadores junto ao Conselho Curador do FGTS o principal fator responsável pela divulgação de irregularidades na gestão e na administração do Fundo, durante o malfadado Governo Collor, que redundou na criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, por nós já mencionada



no Relatório, e na condenação de ex-Ministra, ex-Presidente da CEF e Secretários Nacionais do Governo Collor, pelo Tribunal de Contas da União. Foi o Conselho Curador, no triênio 1992-94, o corajoso artífice de um meticuloso processo de saneamento, destinado a reequilibrar os fluxos financeiros do FGTS, abalados por contratações acima das previsões orçamentárias, realizadas no apagar das luzes de 1991, e pelas inúmeras dificuldades de comercialização de unidades habitacionais inadequadas às faixas de renda a que se destinavam.

Em que pese os avanços registrados no passado recente, entre os quais a retomada, sob condições de maior transparência, das contratações de operações de crédito, muitos pontos ainda necessitam ser melhorados na gestão do FGTS, como atestam os relatórios das auditorias integradas realizadas no Fundo desde 1990. Apenas a título de exemplo, as diligências levadas a cabo no FGTS em 1995 chamaram a atenção para as seguintes situações:

- existiam, àquela época, mais de 16 milhões de contas que não recebiam depósitos das empresas há mais de seis meses, fato que demonstra, no mínimo, a fragilidade da integração entre os cadastros de contas ativas e inativas;
- estimativas de sonegação, realizadas a partir do cruzamento dos dados da Guia de Recolhimento do FGTS e da Guia de Recolhimento da Previdência Social - GRPS, indicam que o FGTS sofre com percentuais de não recolhimento bem superiores aos da Previdência, o que evidencia fragilidades quer no sistema de fiscalização do Ministério do Trabalho, quer nos mecanismos de controle que o próprio trabalhador e seu sindicato possuem sobre o recolhimento efetuado pelos empregadores;
- os custos administrativos com a remuneração do Agente Operador parecem ser extremamente elevados. Somente em 1995, a CEF recebeu praticamente R\$ 880 milhões a título de taxa de administração (R\$ 560 milhões dos quais como atrasados de exercícios anteriores). Esses recursos, por si sós, seriam suficientes para assegurar moradia a cerca de 130 mil famílias com renda de até 3 salários mínimos;
- além da taxa de administração, a CEF tem se apropriado integralmente da diferença entre a remuneração por ela conseguida com a aplicação das disponibilidades financeiras do FGTS, estimadas em R\$ 9 bilhões, e a remuneração creditada ao Fundo, equivalente à remuneração das cadernetas de poupança;
- apesar da abundância de recursos disponíveis em 1995 e 1996, o número e o valor de operações contratadas foi inexpressivo, em parte, é verdade, pela



situação de grave crise fiscal a que estão submetidos Estados e Municípios, mas igualmente porque a estrutura administrativa e operacional da CEF era inadequada para implementar programas de concepção descentralizada ou voltados para o financiamento direto a pessoa física.

A solução desses e de inúmeros outros pontos relacionados à gestão do FGTS é condição essencial para que o Fundo possa seguir cumprindo seus objetivos básicos. Nesse contexto, e a partir do processo deflagrado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do FGTS, esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público tomou para si a missão de proceder a uma extensiva revisão e consolidação da legislação vigente, razão pela qual constituiu uma Relatoria encarregada de analisar os 102 projetos de lei relativos ao FGTS, por ela ainda não apreciados.

Coube-nos a honra de desempenhar essa importante e árdua tarefa. Sabedores da importância estrutural do FGTS, seja para os milhões de trabalhadores titulares de contas, seja para a economia como um todo, e ainda conscientes da multiplicidade de interesses, por vezes contraditórios, que envolvem a administração de um patrimônio dessa envergadura, procuramos exercitar ao máximo a busca de uma proposição consensual, a partir de extensas consultas realizadas junto às centrais sindicais, às entidades patronais que possuem assento no Conselho Curador, bem como aos diversos órgãos e entidades do Governo Federal, especialmente a CEF, a Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento e Orçamento e o Ministério do Trabalho.

Esse árduo processo de negociação iniciou-se em 1993. Nesses quatro anos, contamos com a dedicada e valiosa ajuda da Assessoria Legislativa desta Casa, nas pessoas dos assessores legislativos Adolfo Costa Araújo Rocha Furtado, Maria Auxiliadora da Silva e Marta Lúcia Ponte de Albuquerque. Desejo registrar e agradecer, igualmente, a fundamental participação dos representantes e assessores da bancada dos trabalhadores no Conselho Curador do FGTS, particularmente de Douglas Gerson Braga, Edsom Ortega, José Olívio Miranda de Oliveira, André Luiz de Souza, além de meu companheiro e colega de partido, Deputado Jair Meneguelli que, quando Presidente da CUT, foi representante titular daquela Central Sindical no Conselho Curador do FGTS.

As equipes técnicas da Caixa Econômica Federal, da Secretaria Executiva do Conselho Curador do FGTS e, mais recentemente, da Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento e Orçamento merecem crédito especial não apenas pelo afinho com que defenderam suas posições, muitas vezes contrárias às nossas, mas



principalmente em função de seu constante compromisso de lealdade para com o aperfeiçoamento da legislação que rege o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Dentre os técnicos do Governo, não poderia deixar de citar Joaquim Santana, Jerônimo Campos, Joaquim Lima de Oliveira, Júlio Marques, Roberto Barreto, Wanderlei da Cruz, Marcelo Pereira da Silva, Heliane Furtado Lima e Roberto Aricó Zamboni.

Finalmente, desejo registrar o empenho do ilustre Deputado Osvaldo Biolchi que, como Presidente desta douta Comissão, promoveu as articulações necessárias para que atingíssemos as condições necessárias para votar matéria tão complexa. Após a apresentação do meu primeiro parecer, e tendo em vista as emendas apresentadas ao Substitutivo pelo Vice-Líder do Governo, nobre Deputado Arnaldo Madeira, pudemos, sob sua liderança, encetar negociações com a bancada do governo, em especial com o ilustre Deputado Sandro Mabel.

O resultado desse longo e amplo processo de negociação está cristalizado no novo Substitutivo que ora propomos ao Projeto de Lei nº 913, de 1991. Esse Substitutivo, como não poderia deixar de ser, incorpora um grande número de sugestões constantes das proposições e emendas em epígrafe e acrescenta outros dispositivos, necessários ao aperfeiçoamento do FGTS.

Nesse contexto, as principais inovações introduzidas pelo Substitutivo ao PL nº 913/91, em relação à legislação vigente, são as seguintes:

- *Competência para o Conselho Curador fixar remuneração adicional para as contas vinculadas.* A intenção original do Substitutivo era a de assegurar a elevação gradual das taxas de juros, ao longo de um período de sete anos. Tendo em vista o enorme peso relativo do estoque de ativos do Fundo e a necessidade de conciliar sua rentabilidade com taxas de juros adequadas às faixas de renda mais baixas da população, optamos, após acordo, a prever a possibilidade de o Conselho Curador, com base nos resultados anuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, determinar a distribuição das receitas adicionais entre as contas vinculadas. Embora, a nosso ver, não seja a fórmula ideal, já representa enorme avanço em relação à situação atual, pautada pela rigidez na remuneração das contas vinculadas, e representará enorme estímulo à redução dos custos administrativos e à melhor aplicação das disponibilidades financeiras.

- *Regulamentação do direito dos empregados domésticos ao Fundo de Garantia,* que passa a ser recolhido sobre a parcela salarial paga em dinheiro, que deverá ser, pelo menos, igual a um salário mínimo. Por uma questão de isonomia, passa o empregador



doméstico a ter o direito de deduzir, da base de cálculo do imposto de renda devido, as despesas com o recolhimento do FGTS de seus empregados.

- *Ampliação do controle social sobre as operações realizadas no âmbito do sistema do FGTS.* O Substitutivo prevê, explicitamente, que não se aplica o sigilo bancário às contas vinculadas e que o Conselho Curador, o trabalhador, o sindicato e os demais interessados poderão ter acesso às informações e documentos do sistema FGTS, na forma em que dispuser o Regulamento. O empregador, ademais, ficará obrigado a inserir, no contracheque de seu empregado, o número da sua conta no FGTS e o valor recolhido no mês, para que o trabalhador possa compará-lo com o extrato do Agente Operador.

- *Redefinição das competências do Conselho Curador, do Gestor da Aplicação e do Agente Operador,* como forma de eliminar ou reduzir os atritos institucionais causados por imprecisões nos dispositivos da Lei nº 8.036/90 que tratam desse tema. O Conselho Curador passa a dispor de efetivos instrumentos para o exercício da curatela do Fundo, enquanto as funções de planejamento e de execução, na área de aplicação dos recursos, ficam claramente divididas entre o Gestor da Aplicação e o Agente Operador.

- *Definição precisa das competências do Ministério do Trabalho, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e do Agente Operador,* no tocante aos processos de fiscalização, notificação de débitos, inscrição dos créditos do FGTS na Dívida Ativa e cobrança judicial dos mesmos, no que diz respeito aos recolhimentos dos empregadores.

- *Os recursos do FGTS passam a financiar exclusivamente investimentos em habitação e saneamento.* As aplicações em infra-estrutura urbana, previstas na Lei nº 8.036/90, geram menores possibilidades de retorno e, por isso, devem ser prioritariamente financiadas por recursos fiscais. Do mesmo modo, embora não seja uma condição excludente, o Substitutivo dispõe que a aplicação dos recursos do Fundo em programas habitacionais voltados para beneficiários com renda familiar de até 3 salários mínimos será preferencialmente realizada se os mesmos forem complementados com recursos fiscais, destinados a subsidiar a prestação do mutuário final. Estas providências, a nosso ver, em muito contribuirão para melhor remunerar as contas vinculadas, ao mesmo tempo em que se preserva o caráter social da política de desenvolvimento urbano.

- *Maior descentralização e transparência nos processos de formulação, acompanhamento, controle e avaliação de programas de aplicação, bem como de seleção de propostas de operações de crédito,* mediante a participação de conselhos estaduais paritários, que atuarão em articulação com o Gestor da Aplicação.



- *Revisão integral das penalidades e multas existentes, e definição de novas, a serem aplicadas sobre os empregadores e demais agentes que compõem o sistema do FGTS, com o objetivo de reduzir a sonegação e dotar o Conselho Curador e o Agente Operador de instrumentos para assegurar a eficiência das operações do Fundo.*

O Substitutivo, nessa versão final, também incorpora as modificações introduzidas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.036/90 pelo art. 31 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997. Tais mudanças dizem respeito à aplicação voluntária de parte do saldo da conta vinculada do trabalhador em Fundos Mútuos de Privatização - FGTS, compostos por ações de empresas incluídas nos programas nacional e estaduais de desestatização. A matéria foi adicionada aos dispositivos do Substitutivo apenas com as necessárias modificações de forma, destinadas a compatibilizar as remissões feitas à lei com os dispositivos do Substitutivo.

Por fim, cabe mencionar o tratamento dado pelo Substitutivo às modalidades de movimentação da conta vinculada do trabalhador. Conforme mencionamos no Relatório, a ampliação ou modificação das condições de saque das contas vinculadas é o tema que, individualmente, foi objeto do maior número de proposições em tramitação sobre o FGTS.

A idéia de possibilitar que o titular da conta vinculada possa movimentá-la para os mais diversos fins é perfeitamente compreensível porque, afinal, o saldo da conta vinculada é, em última instância, salário diferido. Não obstante, não se pode desconsiderar o fato de que o FGTS precisa remunerar bem os recursos dos trabalhadores e, para tanto, é condição essencial a manutenção de níveis positivos de arrecadação líquida. A elevação dos níveis de desemprego, fenômeno presente em toda a década de noventa, teve o duplo condão de reduzir a arrecadação bruta e elevar o volume de saques por despedida, principal modalidade de movimentação das contas vinculadas. Conseqüentemente, a arrecadação líquida tem estado em patamares perigosamente baixos.

Em função desses motivos, o Substitutivo que ora apresentamos opta por introduzir um conjunto mínimo de modificações nas modalidades de saque, dentro do espírito de restringir-se aos quatro grandes grupos existentes de fatos geradores de movimentações: *a despedida pelo empregador, o acesso à moradia, a doença grave e a cessação de depósitos na conta*, seja por aposentadoria ou outra razão qualquer. Nesse contexto, foram adicionados ou modificados os seguintes dispositivos:

- *As modalidades de saque ligadas à aquisição de moradia passam a ser realizadas nas condições a serem estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS, que*



poderá, a seu critério, definir as situações em que imóveis não financiáveis pelas regras do Sistema Financeiro da Habitação - SFH possam ser objeto de movimentação da conta vinculada do titular, para pagamento de prestações ou quitação do saldo devedor de financiamento habitacional, aquisição ou construção de moradia própria.

- O trabalhador poderá sacar o FGTS para *tratamento* nos casos de AIDS ou neoplasia maligna, nas condições definidas pelo Conselho Curador. A extensão desse direito às situações em que os dependentes são acometidos dessas doenças graves é apenas a concretização legal de direito que já vinha sendo adquirido nos tribunais. Por outro lado, a redação desse inciso tornou-se mais precisa, na medida em que especifica que o saque se dá em função do tratamento, e não apenas em virtude de o trabalhador ser acometido da doença.

- Finalmente, e considerando a existência de inúmeras prefeituras e vários estados que ainda não implementaram mudança de regime jurídico de seus servidores, incluiu-se parágrafo específico regulando que os servidores submetidos a alteração de regime jurídico poderão movimentar suas contas nos casos de aposentadoria, falecimento, nas modalidades relacionadas à aquisição de moradia e quando a conta permanecer inativa por três anos ininterruptos. A mudança de regime jurídico, em si, não é considerada no Substitutivo como um fato gerador para a movimentação de conta, inclusive porque o servidor não perde seu emprego e sua fonte de renda.

Diante do exposto, somos pela aprovação dos Projetos de Lei nº 913/91, nº 4.664/90, nº 4.952/90, nº 5.542/90, nº 21/91, nº 43/91, nº 146/91, nº 162/91, nº 350/91, nº 417/91, nº 1.156/91, nº 1.334/91, nº 1.378/91, nº 1.402/91, nº 1.409/91, nº 1.544/91, nº 1.559/91, nº 1.831/91, nº 1.851/91, nº 2.219/91, nº 2.547/92 (PLS nº 263/91), nº 2.607/92, nº 3.113/92, nº 3.227/92, nº 3.246/92, nº 3.944/93, nº 3.976/93, nº 3.982/93, nº 4.037/93, nº 4.191/93 (PLS nº 105/92, de autoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do FGTS), nº 4.586/94, nº 4.659/94, nº 271/95, nº 555/95, nº 1.617/96, nº 1.625/96, nº 1.757/96, nº 2.208/96, nº 2.275/96, nº 3.151/97 e nº 3.464/97, bem como as emendas de nº 01/97, nº 02/97, nº 04/97, nº 06/97, nº 08/97 com a redação dada pelo Substitutivo anexo, e pela rejeição da emenda ao projeto principal e dos Projetos de Lei nº 2.521/89, nº 5.790/90, nº 340/91, nº 360/91, nº 461/91, nº 718/91, nº 1.040/91, nº 1.633/91, nº 1.662/91, nº 1.678/91, nº 1.761/91, nº 1.878/91, nº 1.929/91, nº 1.952/91, nº 2.202/91, nº 2.257/91, nº 2.371/91, nº 2.713/92 (PLS nº 208/91), nº 2.729/91, nº 2.879/92, nº 3.006/92, nº 3.670/93, nº 3.921/93, nº 4.068/93, nº 4.165/93, nº 4.209/93, nº 4.628/94, nº 4.805/94, nº



60/95, nº 249/95, nº 954/95, nº 1.175/95, nº 1.232/95, nº 1.251/95, nº 1.264/95, nº 1.362/95, nº 1.540/96, nº 1.556/96, nº 1.767/96, nº 2.047/96, nº 2.099/96, nº 2.116/96, nº 2.117/96, nº 2.131/96, nº 2.176/96, nº 2.198/96, nº 2.212/96, nº 2.583/96, nº 2.888/97, nº 2.922/97, nº 2.971/97, nº 3.145/97, nº 3.183/97, nº 3.211/97, nº 3.218/97, nº 3.348/97, nº 3.341/97, nº 3.582/97, nº 3.545/97; nº 3.583/97, nº 3.634/97 e nº 3.822/97; assim como as emendas de nº 03/97, nº 05/97, nº 07/97 e nº 09/97.

Sala da Comissão, 9 de dezembro de 1997.


Deputado Paulo Rocha
Relator

711816.sam



SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 913, DE 1991

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O Congresso Nacional decreta:

SEÇÃO I - DOS OBJETIVOS E DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, tem por objetivos:

- I - constituir pecúlio para o trabalhador amparado por esta lei;
- II - atuar como mecanismo de redução da rotatividade de mão-de-obra;
- III - inibir a despedida imotivada;
- IV - atuar como mecanismo de redução dos déficits de habitação e de saneamento.

Art. 2º. O FGTS é constituído pelos saldos das contas vinculadas dos trabalhadores, de que trata a seção VII, e pelos seguintes recursos:

- I - depósitos efetuados pelos empregadores nas contas vinculadas dos trabalhadores;
- II - rendimentos da aplicação financeira das disponibilidades do Fundo;
- III - dotações orçamentárias específicas;
- IV - resultados das operações de crédito mencionadas no art. 10;
- V - multas, atualização monetária e juros moratórios;



- VI - demais receitas patrimoniais e financeiras; e
- VII - outros valores que lhe venham a ser atribuídos.

Art. 3º. Integram o sistema do FGTS:

- I - o Conselho Curador;
- II - o Gestor da Aplicação;
- III - o Ministério do Trabalho;
- IV - o Agente Operador;
- V - a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- VI - os trabalhadores e os empregadores;
- VII - os agentes financeiros;
- VIII - os agentes arrecadadores e pagadores;
- IX - os conselhos de que trata a seção VI;
- X - demais órgãos e entidades, públicos ou privados, que atuem ou venham a atuar no âmbito do FGTS.

SEÇÃO II - DO CONSELHO CURADOR

Art. 4º. O Conselho Curador do FGTS será integrado por 3 (três) representantes dos trabalhadores, 3 (três) dos empregadores e 6 (seis) do Governo Federal, dos seguintes órgãos e entidades:

- I - órgão federal encarregado da formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano,
- II - Ministério do Trabalho;
- III - Ministério da Fazenda;
- IV - Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo;
- V - Caixa Econômica Federal; e
- VI - Banco Central do Brasil.

§ 1º A Presidência do Conselho Curador será exercida pelo representante do Ministério do Trabalho.

§ 2º Os representantes do Governo Federal, titulares e suplentes, serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e entidades ao Ministro do Trabalho,



que os nomeará.

§ 3º Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores, titulares e suplentes, serão indicados ao Ministro do Trabalho:

I - pelas centrais sindicais e demais entidades de âmbito nacional que representem, no mínimo, duas categorias profissionais, no caso dos trabalhadores;

II - pelas confederações nacionais das categorias econômicas ou outras entidades nacionais representativas do empresariado, no caso dos empregadores.

§ 4º Os representantes dos trabalhadores e empregadores serão nomeados pelo Ministro do Trabalho para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 5º O Conselho Curador reunir-se-á:

I - ordinariamente a cada bimestre, por convocação de seu Presidente ou, esgotado o prazo regimental, por qualquer de seus membros; e

II - extraordinariamente, em caso de relevância e urgência, se convocado por seu Presidente ou por pelo menos 3 (três) de seus membros.

§ 6º Os representantes titulares dos trabalhadores e dos empregadores que não comparecerem a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das reuniões no exercício ou, ainda, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, salvo por motivo de força maior, perderão seu mandato, assumindo seu suplente.

§ 7º Para o efeito da recondução prevista no § 4º, o suplente que assumir a condição de titular terá seu período de mandato considerado a partir de sua nomeação na condição de suplente.

§ 8º O representante governamental que não comparecer ou não se fizer representar por seu suplente, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, salvo por motivo de força maior, estará sujeito às sanções previstas na Lei 8.112, de 12 de dezembro de 1990, e demais dispositivos legais pertinentes.

§ 9º As decisões do Conselho Curador serão tomadas com a presença da maioria absoluta de seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade.

§ 10. Competirá ao Ministério do Trabalho proporcionar ao Conselho Curador os meios necessários ao exercício de sua competência, para o que contará com uma Secretaria Executiva.

§ 11. A Secretaria Executiva do Conselho Curador contará, além de um Secretário Executivo, aprovado pelo Conselho Curador, com pessoal de apoio



técnico-administrativo e grupo de auditoria permanente.

§ 12. O Conselho Curador disporá de um grupo de apoio permanente, composto por assessores técnicos, indicados pelos conselheiros, com o objetivo de subsidiar tecnicamente o Conselho Curador.

§ 13. O Ministério do Trabalho poderá requisitar, sem ônus para o FGTS, servidores da administração pública direta e indireta, para o desempenho de atividades técnicas no âmbito da Secretaria Executiva do Conselho Curador, sem prejuízo dos direitos e vantagens relativos ao cargo ou à função.

§ 14. A inobservância dos princípios e regras estabelecidos nesta lei, por membro do Conselho Curador, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, sem prejuízo de outras penalidades.

Art. 5º. Ao Conselho Curador compete:

I - aprovar diretrizes, critérios e programas para a aplicação dos recursos do FGTS, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação e saneamento estabelecidas pelo Governo Federal;

II - estabelecer diretrizes e critérios para a distribuição dos recursos por unidade da federação, observados, dentre outros, os déficits habitacionais e de saneamento e a arrecadação bruta do FGTS;

III - aprovar o orçamento e os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais, e suas respectivas revisões;

IV - acompanhar e avaliar a execução orçamentária e a gestão econômica e financeira do FGTS, bem como o desempenho e os resultados econômicos e sociais dos programas de aplicação;

V - acompanhar e avaliar os resultados da ação fiscal e da cobrança judicial dos débitos para com o FGTS;

VI - pronunciar-se sobre as contas do FGTS, antes do seu encaminhamento ao Tribunal de Contas da União;

VII - estabelecer as diretrizes e os critérios para a constituição e manutenção do Fundo de Liquidez, de que trata o art. 10;

VIII - estabelecer diretrizes para aplicação das disponibilidades financeiras do FGTS, inclusive o Fundo de Liquidez;

IX - estabelecer as condições de utilização dos saldos das contas



vinculadas para o pagamento de obrigações decorrentes de financiamento habitacional, de aquisição e de construção de moradia própria, observadas as necessidades dos trabalhadores de baixa renda e o equilíbrio econômico-financeiro do FGTS;

X - estabelecer critérios e condições para parcelamento de débitos para com o FGTS, decorrentes de atrasos no recolhimento das importâncias devidas pelos empregadores e no pagamento das operações de crédito contratadas com recursos do Fundo;

XI - fixar critérios e condições para a compensação entre créditos do empregador, decorrentes de depósitos relativos a trabalhadores não optantes com contratos rescindidos, e débitos resultantes do não recolhimento de contribuições vencidas;

XII - estabelecer a forma e o valor da remuneração do Agente Operador, inclusive pelo risco de crédito;

XIII - fixar as formas e os valores de remuneração dos agentes financeiros, dos agentes arrecadadores e pagadores e, quando for o caso, das demais entidades que prestem serviços ou atuem no âmbito do FGTS;

XIV - definir, para os casos em que esta lei exige atualização monetária, o índice a ser utilizado, na falta de previsão legal;

XV - adotar as providências cabíveis para a correção dos atos praticados pelo Gestor da Aplicação, pelo Agente Operador e pelos demais órgãos e entidades que integram o sistema FGTS, que se mostrem incompatíveis com o disposto nesta lei e demais normas relativas ao Fundo, ou que prejudiquem o desempenho e o cumprimento de suas finalidades;

XVI - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas relativas ao FGTS, nas matérias de sua competência;

XVII - fazer publicar suas decisões no Diário Oficial da União; e

XVIII - aprovar seu regimento interno.

Parágrafo único. Os documentos e informações referentes ao FGTS são de livre acesso aos membros do Conselho Curador, no exercício de suas atribuições, e aos interessados, nos casos e dentro dos prazos de atendimento previstos no Regulamento, que não poderão exceder 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do recebimento da solicitação.



SEÇÃO III - DO GESTOR DA APLICAÇÃO

Art. 6º. O órgão federal encarregado da política de desenvolvimento urbano será o Gestor da Aplicação, ao qual compete:

I - definir diretrizes, critérios e programas para a aplicação dos recursos do FGTS, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação e saneamento estabelecidas pelo Governo Federal, encaminhando-as para aprovação do Conselho Curador;

II - definir e alocar os recursos para os programas de aplicação;

III - definir as prioridades, a metodologia e os critérios que nortearão a elaboração dos orçamentos, no tocante às aplicações, e os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais;

IV - regulamentar os programas de aplicação;

V - definir critérios a serem observados na seleção de propostas de operação de crédito, para fins de contratação;

VI - estabelecer diretrizes e normas para os conselhos mencionados na seção VI, no exercício das suas competências no âmbito do FGTS;

VII - submeter ao Conselho Curador, na forma e nas datas por ele estipuladas, em conjunto com o Agente Operador, os orçamentos anuais e os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais, e suas respectivas revisões;

VIII - acompanhar e avaliar a execução física e orçamentária dos programas de aplicação implementados pelo Agente Operador, encaminhando ao Conselho Curador, na forma e periodicidade por ele definida, relatórios que permitam o efetivo exercício da competência prevista no inciso IV do art. 5º;

IX - praticar os demais atos necessários à gestão da aplicação do Fundo, de acordo com as diretrizes, critérios e programas aprovados pelo Conselho Curador.

SEÇÃO IV - DO AGENTE OPERADOR

Art. 7º. A Caixa Econômica Federal - CEF atuará na condição de Agente Operador, devendo manter, para tanto, estruturas diretiva, administrativa e operacional compatíveis com a execução das ações e atividades mencionadas nesta lei.



Art. 8º. Ao Agente Operador compete:

I - centralizar os recursos do FGTS e manter, em contabilidade própria e em separado, os registros das movimentações do Fundo, inclusive as disponibilidades;

II - abrir, manter e controlar, discriminadas por titular, as contas vinculadas;

III - fornecer periodicamente, ou a qualquer tempo, por solicitação do interessado, extratos e quaisquer outros documentos relativos às contas vinculadas;

IV - contratar operações de crédito a serem financiadas com recursos do FGTS;

V - responder pelo risco do crédito referente às operações que contratar, na forma e nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador;

VI - expedir atos normativos referentes aos procedimentos administrativo-operacionais a serem observados por empregadores, trabalhadores, agentes financeiros, rede arrecadadora e pagadora, bem como outras entidades integrantes do sistema do FGTS, observadas, no que couber, as competências do Conselho Curador, do Gestor da Aplicação e do Ministério do Trabalho;

VII - habilitar os agentes ou entidades que atuam no âmbito do FGTS;

VIII - acompanhar, controlar, fiscalizar e promover auditorias nas entidades integrantes do sistema do FGTS, inclusive cooperativas, relativamente aos recursos do Fundo;

IX - aplicar aos agentes que atuem no âmbito do FGTS, em caso de descumprimento desta lei, sem prejuízo das penalidades estabelecidas no art. 27, as seguintes sanções:

a) advertência escrita, com recomendações;

b) suspensão temporária, total ou parcial, da remuneração;

c) suspensão, total ou parcial, da habilitação;

d) cancelamento da habilitação.

X - determinar a intervenção em instituições não financeiras tomadoras de recursos do FGTS, nas situações previstas em Regulamento ;

XI - elaborar os orçamentos anuais e suas respectivas revisões, bem como os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais, observados;

a) o disposto no inciso III do art. 6º ;



b) as propostas de recursos correspondentes às despesas de investimento e de formação de recursos humanos, necessárias ao exercício das atividades de fiscalização e de cobrança judicial dos débitos para com o Fundo, constantes dos planos anuais de trabalho encaminhados ao Conselho Curador, respectivamente, pelo Ministério do Trabalho e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

XII - elaborar e submeter à apreciação do Conselho Curador, no prazo por ele definido, as contas do FGTS;

XIII - submeter ao Conselho Curador, na forma e nas datas por ele estipuladas, relatórios demonstrativos das aplicações das disponibilidades financeiras do FGTS;

XIV - submeter ao Conselho Curador, na forma e nas datas por ele estipuladas, em conjunto com o Gestor da Aplicação, os orçamentos anuais e os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais, e suas respectivas revisões;

XV - definir e manter sistema de acompanhamento de índices e custos de obras de habitação e de saneamento, assegurando sua divulgação periódica;

XVI - tornar disponíveis ao Gestor da Aplicação e ao Ministério do Trabalho, na forma e periodicidade por eles definidas, dados, informações e relatórios que permitam, respectivamente, o acompanhamento da execução dos programas de aplicação e o exercício das atividades de fiscalização do recolhimento das importâncias devidas ao FGTS pelos empregadores;

XVII - emitir o Certificado de Regularidade do FGTS;

XVIII - manter por 10 (dez) anos, na forma original, microfilmados ou por outros meios previstos em lei, os documentos que comprovem as movimentações das contas vinculadas;

XIX - exercer outras atribuições correlatas, no âmbito do FGTS, nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador.

Parágrafo único. O risco de crédito das operações realizadas com recursos do FGTS até 12 de outubro de 1989 é de responsabilidade da União.



SEÇÃO V - DO FUNDO DE LIQUIDEZ E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 9º Os recursos de que tratam os incisos I a VII do art. 2º, deduzidos os compromissos e encargos do FGTS, serão aplicados em operações de crédito e na constituição e manutenção de um Fundo de Liquidez.

Art. 10 O Fundo de Liquidez será destinado a garantir o pagamento dos saques nas contas vinculadas, nas situações em que o montante de saques exceda o total das receitas correntes.

Parágrafo único. O Fundo de Liquidez e demais disponibilidades financeiras devem ter remuneração mínima, inclusive juros, idêntica à atribuída aos depósitos de poupança.

Art. 11. As operações de crédito com recursos do FGTS serão realizadas pelo Agente Operador, por intermédio dos agentes financeiros, observados os seguintes requisitos básicos:

I - garantias:

- a) hipoteca do imóvel objeto da operação de crédito;
- b) caução de créditos hipotecários próprios, relativos a financiamentos concedidos com recursos do agente financeiro;
- c) caução dos créditos hipotecários vinculados aos imóveis objeto de financiamento;
- d) hipoteca sobre outros imóveis de propriedade do agente financeiro, desde que livres e desembaraçados de quaisquer ônus;
- e) cessão de créditos do agente financeiro, derivados de financiamentos concedidos com recursos próprios, garantidos por penhor ou hipoteca;
- f) hipoteca sobre imóvel de propriedade de terceiros;
- g) seguro de crédito;
- h) vinculação de receitas, inclusive tarifárias, nas aplicações contratadas com pessoa jurídica de direito público ou de direito privado a ela vinculada;
- i) aval em nota promissória;
- j) fiança bancária;
- l) alienação fiduciária de bens móveis em garantia;
- m) fiança pessoal;



n) outras, a critério do Conselho Curador do FGTS;

II - atualização monetária igual à das contas vinculadas;

III - prazo máximo de 30 (trinta) anos;

IV - obrigação de contrapartida financeira dos tomadores de recursos, ou, nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador, em bens e serviços.

§ 1º As garantias discriminadas no inciso I do *caput* serão admitidas, singular ou supletivamente, considerada a suficiência de cobertura para os créditos concedidos, nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador.

§ 2º A rentabilidade média das operações de crédito deverá ser suficiente à remuneração das contas vinculadas e à cobertura de todos os demais custos administrativos e operacionais incorridos pelo FGTS.

§ 3º As operações de crédito de que trata o *caput* serão destinadas a financiar programas habitacionais e de saneamento.

§ 4º O programa de aplicações deverá destinar no mínimo 60% (sessenta por cento) dos recursos para investimentos em habitação destinados à população com renda familiar de até 12 (doze) salários mínimos.

§ 5º Terão preferência, na contratação de operações de crédito, os programas habitacionais voltados a beneficiários com renda familiar de até 3 (três) salários mínimos, complementados com recursos fiscais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em conjunto ou isoladamente, destinados a subsidiar a prestação do beneficiário final.

§ 6º As operações de crédito, quando realizadas com pessoa jurídica, deverão observar contrapartida mínima, de acordo com diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador.

§ 7º As contratações de operações de crédito serão precedidas de comprovação de regularidade do tomador quanto às suas obrigações perante o Fundo, sem prejuízo das demais exigências previstas em lei.

Art. 12. As operações de crédito terão suas parcelas de desembolso provisionadas, de forma a assegurar as condições necessárias ao cumprimento do cronograma físico-financeiro dos empreendimentos.



SEÇÃO VI - DA GESTÃO DESCENTRALIZADA DAS APLICAÇÕES

Art. 13. A gestão descentralizada das aplicações dos recursos do FGTS tem por objetivos:

- I - o aumento da eficiência na alocação dos recursos;
- II - a democratização do acesso e do processo de seleção das propostas de operações de crédito com recursos do FGTS;
- III - a ampliação do controle social sobre as aplicações.

Art. 14. Terão preferência, na contratação das operações de crédito, os programas e projetos analisados e aprovados por conselhos instituídos por lei, nos Estados e no Distrito Federal.

Parágrafo único. No âmbito das aplicações do FGTS, os conselhos mencionados no *caput* atuarão:

- I - na definição, no acompanhamento e na avaliação de programas de aplicação para a unidade da federação;
- II - na alocação dos recursos, nos níveis microrregional e municipal;
- III - na seleção das propostas de operação de crédito;
- IV - no exercício de outras competências, mediante convênio celebrado com o Gestor da Aplicação.

Art. 15. O conselho de que trata o artigo precedente deverá atender, no mínimo, os seguintes requisitos:

- I - composição paritária, com representantes do Estado e dos Municípios, e de entidades não governamentais, com abrangência estadual, representativas dos interesses dos beneficiários e de prestadores de serviços de habitação e saneamento;
- II - renovação periódica das representações da sociedade civil, por meio da fixação de mandatos que não ultrapassem 2 (dois) anos;
- III - estrutura técnico-administrativa, própria ou proporcionada por órgão ou entidade do governo estadual, capaz de assegurar os meios necessários ao exercício de suas competências;
- IV - normas de funcionamento que assegurem a publicidade de seus atos;



V - procedimentos democráticos de deliberação.

SEÇÃO VII - DAS CONTAS VINCULADAS

Art. 16. Os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 (sete) de cada mês, na conta vinculada de cada trabalhador, a importância correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração a este paga ou devida, a qualquer título, no mês anterior.

§ 1º As contas vinculadas são impenhoráveis, não se lhes aplicando o disposto no art. 38 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

§ 2º O saldo das contas vinculadas é garantido pela União, que poderá instituir seguro especial para esse fim.

§ 3º Entende-se por empregador a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão-de-obra, independentemente da responsabilidade solidária e subsidiária a que eventualmente venha obrigar-se.

§ 4º Considera-se trabalhador toda pessoa física que prestar, mediante remuneração, serviços a empregador, a locador ou tomador de mão-de-obra, excluídos:

I - os trabalhadores eventuais e os autônomos;

II - os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.

§ 5º Em se tratando de empregado doméstico, como definido pela Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, o percentual referido no *caput* incidirá sobre o salário pago ou devido ao trabalhador em dinheiro, não podendo o salário, para cálculo do recolhimento ao FGTS, ser inferior a um salário mínimo.

§ 6º O recolhimento em atraso da importância mencionada no *caput* sujeitará o empregador ao pagamento de atualização monetária equivalente à Taxa Referencial de Juros (TR), incidente a partir da data em que era devida até a data do efetivo recolhimento, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, além de multa, que será aplicada nos seguintes termos:



I - para pagamento após o vencimento da obrigação, desde que não incluída em notificação para depósito lavrada pela fiscalização:

- a) 4% (quatro por cento), dentro do mês de vencimento da obrigação;
- b) 8% (oito por cento), no mês seguinte ao vencimento da obrigação;
- c) 12% (doze por cento), a partir do segundo mês seguinte ao vencimento da obrigação;

II - para pagamento de crédito incluído em notificação para depósito:

- a) 15% (quinze por cento), em até 15 (quinze) dias do recebimento da notificação;
- b) 18% (dezoito por cento), após 15 (quinze) dias do recebimento da notificação;

III - 20% (vinte por cento), nos casos de parcelamento de débitos e de pagamento de crédito inscrito em Dívida Ativa;

IV - no caso de parcelamento de débitos, a multa será estabelecida de acordo com os vencimentos previstos nos incisos I e II deste parágrafo.

Art. 17. Para os fins previstos nesta lei, as empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista poderão equiparar seus diretores não empregados aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS.

Parágrafo Único. Considera-se diretor aquele que exerça cargo de administração previsto em lei, estatuto ou contrato social, independente da denominação do cargo.

Art. 18. Os depósitos dos empregadores nas contas vinculadas, feitos na rede arrecadadora, serão repassados ao Agente Operador no segundo dia útil subsequente à data de seu recolhimento, passando a integrar o saldo da conta vinculada a partir do dia 10 (dez) do mês de sua ocorrência, quando efetuados até o dia 7 de cada mês.

§ 1º Os depósitos realizados fora do prazo estabelecido no *caput* serão remunerados com atualização monetária e juros, como se realizados no prazo regulamentar.

§ 2º Sobre os valores repassados ao Agente Operador a partir do terceiro dia útil subsequente à data de seu recolhimento incidirão juros de mora equivalentes à remuneração das disponibilidades financeiras do FGTS, além de multa idêntica à prevista no inciso I do § 6º do art. 16.

Art. 19. Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão



atualizados monetariamente com base nos parâmetros fixados para atualização monetária dos saldos dos depósitos de poupança e capitalizarão juros de 3% (três por cento) ao ano.

§ 1º O Conselho Curador do FGTS poderá determinar, anualmente, o crédito de remuneração adicional nas contas vinculadas, calculada a partir dos resultados constantes dos relatórios de execução do orçamento e do balanço patrimonial do FGTS.

§ 2º Para as contas vinculadas dos trabalhadores optantes, existentes à data de 22 de setembro de 1971, a capitalização dos juros anuais dos depósitos obedecerá a seguinte progressão:

I - 3% (três por cento), durante os dois primeiros anos de permanência na mesma empresa;

II - 4% (quatro por cento), do terceiro ao quinto ano de permanência na mesma empresa;

III - 5% (cinco por cento), do sexto ao décimo ano de permanência na mesma empresa;

IV - 6% (seis por cento), a partir do décimo primeiro ano de permanência na mesma empresa.

§ 3º A atualização monetária e a capitalização de juros correrão à conta do FGTS e o respectivo crédito será efetuado na conta vinculada, no dia 10 (dez) de cada mês, com base no saldo existente no dia 10 (dez) do mês anterior, deduzidos os saques ocorridos no período.

Art. 20. Fica ressalvado o direito adquirido dos trabalhadores que, à data da promulgação da Constituição Federal de 1988, já tinham o direito à estabilidade no emprego nos termos do Capítulo V do Título IV da CLT.

§ 1º O tempo de serviço do trabalhador não optante do FGTS, anterior a 5 de outubro de 1988, em caso de despedida sem justa causa, reger-se-á, conforme o caso, pelos dispositivos constantes dos artigos 477, 478 e 497 da CLT.

§ 2º O tempo de serviço anterior a 5 de outubro de 1988 poderá ser transacionado entre empregador e empregado, respeitado o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) da indenização prevista.

§ 3º É facultado ao empregador desobrigar-se da responsabilidade da indenização relativa ao tempo de serviço anterior à opção, depositando na conta vinculada do trabalhador, até o último dia útil do mês previsto em lei para o pagamento de salário, o valor



correspondente à indenização, aplicando-se ao depósito, no que couber, todas as disposições desta lei.

§ 4º Os trabalhadores poderão, a qualquer momento, optar pelo FGTS, com efeito retroativo a 1º de janeiro de 1967 ou à data de sua admissão, quando posterior àquela.

Art. 21. No caso da rescisão do contrato de trabalho enquadrada nas condições estabelecidas no artigo anterior, serão observados os seguintes critérios:

I - havendo indenização a ser paga, o empregador, mediante comprovação do seu pagamento, poderá sacar o saldo dos valores por ele depositados na conta individualizada do trabalhador, relativos ao período trabalhado na condição de não optante;

II - não havendo indenização a ser paga, ou decorrido o prazo prescricional para a reclamação de direitos por parte do trabalhador, o empregador poderá levantar, em seu favor, o saldo da respectiva conta individualizada, relativo ao período trabalhado na condição de não optante, mediante comprovação perante o órgão competente do Ministério do Trabalho.

Art. 22. Os empregadores ficam obrigados a:

I - incluir mensalmente, no comprovante de pagamento de salário de cada trabalhador, o valor recolhido e a recolher em sua conta vinculada no FGTS;

II - comprovar, no momento da homologação da rescisão do contrato de trabalho, o efetivo recolhimento das importâncias a que se refere o art. 16, nos termos em que dispuser o Regulamento;

III - depositar, na conta vinculada do trabalhador, até o primeiro dia útil anterior à data de rescisão do contrato de trabalho, os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houverem sido recolhidos, sem prejuízo das cominações legais;

IV - repassar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data de seu recebimento, o extrato das contas vinculadas ou qualquer outro documento encaminhado pelo Agente Operador aos trabalhadores que tenham optado por recebê-lo no endereço do empregador;

V - registrar, na Carteira de Trabalho e Previdência Social, e no



comprovante de pagamento do salário, o número da conta vinculada do trabalhador e o código do empregador no FGTS.

Art. 23. Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, inclusive a indireta, depositará este, na conta vinculada do trabalhador, até o primeiro dia útil anterior à data de rescisão do contrato de trabalho, importância igual a 40% (quarenta por cento) do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros, somados aos valores devidos e não recolhidos, independentemente de terem sido efetuados saques .

§ 1º Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata o *caput* será de 20% (vinte por cento).

§ 2º Para fins do disposto no *caput*, compete ao Agente Operador informar o valor atualizado e acrescido dos juros correspondentes a todos os depósitos efetivamente realizados na conta vinculada.

§ 3º Quando não for possível atualizar os valores de todos os depósitos efetuados, utilizar-se-á como base de cálculo, para efeito da aplicação dos percentuais de que tratam o *caput* e o § 1º, o somatório das seguintes parcelas:

I - o equivalente a 8% (oito por cento) da última remuneração mensal paga ou devida, multiplicado pelo número de meses em que não puderam ser identificados os valores dos depósitos; e

II - o montante, atualizado e acrescido de juros, dos depósitos identificados.

§ 4º As importâncias mencionadas neste artigo e no inciso III do art. 22 deverão constar da documentação comprobatória dos valores devidos a título de rescisão do contrato de trabalho, observado o disposto no art. 477 da CLT, eximindo o empregador exclusivamente quanto aos valores discriminados.

§ 5º Na hipótese de aposentadoria espontânea e continuando o trabalhador a exercer suas atividades junto ao mesmo empregador, a indenização prevista no *caput* será calculada sobre todos os depósitos realizados na conta vinculada, a partir da data de início do benefício da aposentadoria.



SEÇÃO VIII - DOS SAQUES NAS CONTAS VINCULADAS

Art. 24. O trabalhador poderá movimentar recursos de sua conta vinculada no FGTS exclusivamente nas seguintes situações:

I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovada com o depósito dos valores de que tratam o inciso III do art. 22 e o art. 23;

II - extinção total da empresa, publicação da sentença declaratória de falência ou ainda falecimento do empregador individual, sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita do empregador, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;

III - aposentadoria concedida pela Previdência Social ou por órgão ou entidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IV - falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago:

a) a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte; ou,

b) na falta de dependentes que atendam ao disposto na alínea anterior, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independentemente de inventário ou arrolamento;

V - pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional, desde que o mutuário conte com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS;

VI - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento habitacional;

VII - pagamento total ou parcial do preço da aquisição ou de construção de moradia própria, observadas as seguintes condições, além de outras definidas pelo Conselho Curador:

a) o titular da conta deverá contar com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS;

b) o titular da conta não deverá ser proprietário nem promitente comprador de outro imóvel, em qualquer parte do território nacional;

c) o imóvel não poderá ser objeto de venda, no prazo de 2 (dois) anos contados da data de sua aquisição;



d) a operação deverá ser financiável pelo SFH e preencher os requisitos que vierem a ser estabelecidos pelo Conselho Curador;

VIII - quando o trabalhador permanecer, por 3 (três) anos ininterruptos, fora do regime do FGTS;

IX - extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

X - suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 90 (noventa) dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.

XI - tratamento do trabalhador ou de qualquer de seus dependentes, descendentes e ascendentes em primeiro grau, quando acometido de neoplasia maligna ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS, nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador;

XII - aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização, regidos pela Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, permitida a utilização de 50% (cinquenta por cento) do saldo existente e disponível em sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na data em que exercer a opção.

§ 1º A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurará que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na sua conta vinculada durante o período de vigência do contrato de trabalho objeto da rescisão, atualizados monetariamente e acrescidos de juros, deduzidos os saques.

§ 2º Ocorrendo mudança de regime jurídico, por força do disposto no art. 39 da Constituição Federal, o servidor público poderá movimentar o saldo de sua conta vinculada exclusivamente nas situações previstas nos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII, XI e XII do *caput* deste artigo.

§ 3º Os recursos aplicados em quotas dos Fundos Mútuos de Privatização, referidos no inciso XII deste artigo, serão destinados a aquisições de valores mobiliários, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e de programas estaduais de desestatização, desde que, em ambos os casos, tais destinações sejam aprovadas pelo Conselho Nacional de Desestatização.

§ 4º Os valores mobiliários de que trata o parágrafo anterior só poderão ser integralmente vendidos, pelos respectivos Fundos, seis meses após sua aquisição, podendo ser alienada, em prazo inferior, parcela equivalente a 10% (dez por cento) do valor



adquirido, autorizada a livre aplicação do produto dessa alienação, nos termos da Lei nº 6.385, de 1976.

§ 5º As aplicações em Fundos Mútuos de Privatização são nominativas, impenhoráveis e, salvo as hipóteses previstas nos incisos I a IV e VI a XI deste artigo, indisponíveis por seus titulares.

§ 6º Decorrido o prazo mínimo de doze meses, contados da efetiva transferência das quotas para os Fundos Mútuos de Privatização, os titulares poderão optar pelo retorno para sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

§ 7º A cada período de seis meses, os titulares das aplicações em Fundos Mútuos de Privatização poderão transferi-las para outro fundo da mesma natureza.

§ 8º O montante das aplicações de que trata o § 3º deste artigo ficará limitado ao valor dos créditos contra o Tesouro Nacional de que seja titular o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

§ 9º Desde que preservada a participação individual dos quotistas, será permitida a constituição de clubes de investimento, visando a aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização.

§ 10. A garantia a que alude o § 2º do art. 16 não compreende as aplicações a que se refere o inciso XII deste artigo.

§ 11. O Imposto de Renda incidirá exclusivamente sobre os ganhos dos Fundos Mútuos de Privatização que excederem a remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, no mesmo período.

§ 12. Os recursos automaticamente transferidos da conta do titular no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em razão da aquisição de ações não afetarão a base de cálculo da multa rescisória de que trata o art. 23.

Art. 25. O saldo das contas vinculadas, cujos titulares não tenham exercido o direito de saque após 1 (um) ano, contado da data de aquisição desse direito, será incorporado ao patrimônio do FGTS, resguardado ao beneficiário a oportunidade de, a qualquer tempo, mediante requerimento e observado o disposto no artigo anterior, resgatar o montante incorporado, acrescido da atualização monetária e respectivos juros.

§ 1º Os valores recolhidos pelos empregadores e não individualizados no prazo de 1 (um) ano, contado da efetivação do depósito, serão, uma vez esgotadas todas as medidas cabíveis pelo Agente Operador e pelo Ministério do Trabalho, incorporados ao



patrimônio do FGTS, preservando-se o direito de o empregador realizar o lançamento adequado dessa operação, visando à correspondente individualização.

§ 2º O Agente Operador colocará à disposição do Conselho Curador, na forma e nos prazos por ele estabelecidos, relatórios pertinentes às contas e aos valores a serem incorporados ao patrimônio do FGTS.

SEÇÃO IX - DA FISCALIZAÇÃO, DAS INFRAÇÕES E DA IMPOSIÇÃO DE MULTAS

Art. 26. Compete ao Ministério do Trabalho:

I - fiscalizar o disposto nos artigos 16, 17, 20, 21, 22 e 23, bem assim as demais obrigações dos empregadores relacionadas com o FGTS;

II - encaminhar, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, os elementos necessários à instauração de processo de inscrição em Dívida Ativa e de cobrança judicial dos débitos dos empregadores para com o FGTS.

Art. 27. Constituem infrações, para efeito desta lei:

I - por parte do empregador:

a) não depositar tempestivamente a importância de que trata o art. 16 ;
b) deixar de computar, para efeito de cálculo dos depósitos do FGTS, parcela componente da remuneração;

c) deixar de efetuar os depósitos e os acréscimos legais, após notificado pela fiscalização;

d) apresentar informações sobre o FGTS com erros ou omissões;

e) descumprir o disposto nos arts. 20 e 21, nos incisos I, II, IV e V do art. 22 e nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 23;

f) descumprir o disposto no inciso III do art. 22 e no *caput* e § 1º do art. 23.

II - descumprir o Agente Operador as obrigações estabelecidas no art. 9º;

III - descumprirem os agentes arrecadadores, pagadores e financeiros quaisquer das obrigações que lhes competem no âmbito do sistema do FGTS;

IV - infringir órgão ou entidade do sistema do FGTS qualquer



dispositivo desta lei e das resoluções do Conselho Curador, para a qual não haja penalidade específica.

§ 1º Pela prática das ações previstas neste artigo, os infratores ficam sujeitos às seguintes multas:

I - de 5 (cinco) Unidades Fiscais de Referência - UFIR a 50 (cinquenta) UFIR por trabalhador, no caso das alíneas *d* e *e* do inciso I do *caput*.

II - de 20 (vinte) a 200 (duzentas) UFIR por trabalhador, no caso das alíneas *a*, *b* e *c* do inciso I do *caput*.

III - de 500 (quinhentas) a 1.200 (mil e duzentas) UFIR, no caso da alínea *f* do inciso I do *caput*;

IV - de 50 (cinquenta) a 50.000 (cinquenta mil) UFIR, na forma e condições estabelecidas pelo Conselho Curador, no caso dos incisos II e IV do *caput*;

V - 10% (dez por cento) do valor da operação, na forma estabelecida pelo Conselho Curador, sem prejuízos das cominações legais, no caso do inciso III.

§ 2º Nos casos de fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou desacato à fiscalização, assim como na reincidência, as multas especificadas no parágrafo anterior serão duplicadas, sem prejuízo das demais cominações legais.

§ 3º O processo de fiscalização, autuação e imposição de multas de que trata o inciso I do § 1º reger-se-á pelo disposto no Título VII da CLT.

§ 4º O direito de apuração e constituição dos créditos do FGTS extingue-se após 10 (dez) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada.

§ 5º Quando julgado procedente o recurso interposto na forma do Título VII da CLT, os depósitos efetuados para garantia de instância serão restituídos, com os valores atualizados na forma da lei.

Art. 28. O Ministério do Trabalho deverá tornar disponíveis ao Conselho Curador, com a periodicidade que este estabelecer, dados, informações e relatórios que possibilitem a avaliação da ação fiscalizadora.



Art. 29. Compete à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional a inscrição em Dívida Ativa dos débitos para com o FGTS, bem como, diretamente ou por intermédio do Agente Operador, mediante convênio, a representação judicial e extrajudicial do FGTS, para a correspondente cobrança, relativamente aos depósitos dos empregadores, às multas e demais encargos previstos nesta lei.

§ 1º O FGTS fica isento de custas nos processos judiciais de cobrança de seus créditos.

§ 2º As despesas, inclusive as de sucumbência, que vierem a ser incorridas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e pelo Agente Operador para a realização da inscrição em Dívida Ativa, do ajuizamento e do controle e do acompanhamento dos processos judiciais, serão efetuadas a débito do FGTS.

§ 3º Os créditos relativos ao FGTS gozam dos mesmos privilégios atribuídos aos créditos trabalhistas.

§ 4º Na cobrança judicial dos créditos do FGTS incidirá um encargo de 10% (dez por cento), que reverterá para o Fundo, para ressarcimento dos custos por ele incorridos, que será reduzido para 5% (cinco por cento), se o pagamento se der antes do ajuizamento da cobrança.

Art. 30. Poderá o próprio trabalhador, seus dependentes e sucessores, ou ainda o sindicato a que estiver vinculado, e sem necessidade de instrumento procuratório, acionar diretamente o empregador para compeli-lo a efetuar o depósito, na conta vinculada, das importâncias devidas ao seu titular, devendo a Justiça do Trabalho notificar o Ministério do Trabalho, o Agente Operador e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional da propositura da ação.

§ 1º A sentença judicial deverá determinar, obrigatoriamente, o montante total a ser depositado pelo empregador, em decorrência dos atrasos no recolhimento das importâncias a que faz jus o titular da conta vinculada, discriminando os valores devidos, respectivamente, ao trabalhador e ao FGTS.

§ 2º Nas reclamações trabalhistas que objetivam o pagamento de parcelas relativas ao FGTS, ou que, direta ou indiretamente, impliquem essa obrigação de fazer, o juiz determinará que a empresa sucumbente proceda ao recolhimento imediato, nas respectivas contas vinculadas, das importâncias devidas a tal título, bem como dos encargos a favor do Fundo.



SEÇÃO X - DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE

Art. 31. A condição de regularidade perante o FGTS é atestada pelo Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.

§ 1º Para obter o CRF, o interessado deverá satisfazer as seguintes condições:

I - estar em dia com o recolhimento da importância de que trata o art. 16 ;

II - estar em dia com o pagamento das prestações das operações de crédito lastreadas em recursos do FGTS;

III - declarar, sob as penas do art. 299 do Código Penal, estar em dia no tocante ao registro de seus trabalhadores.

IV - estar em situação regular em relação às outras obrigações para com o Fundo;

§ 2º A apresentação do CRF é obrigatória nas seguintes situações:

I - habilitação em licitação promovida por órgão ou entidade da administração pública, ou por empresa controlada direta ou indiretamente pela União, Estado, Distrito Federal ou Município;

II - obtenção de empréstimos, financiamentos, parcelamento de débitos ou dispensa de juros, multa e atualização monetária junto a quaisquer entidades financeiras oficiais;

III - obtenção de favores creditícios, isenções, subsídios, auxílios, benefícios, incentivos fiscais, outorga ou concessão de serviços pelo Poder Público;

IV - transferência de domicílio para o exterior;

V - registro ou arquivamento, nos órgãos competentes, de alteração ou distrato de contrato social, de estatuto, ou de qualquer documento que implique modificação na estrutura jurídica do empregador ou na sua extinção;

VI - alienação de imóveis de propriedade de empregadores pessoas jurídicas;

VII - assinatura de quaisquer contratos ou convênios com órgãos e entidades da administração pública.



§ 3º As pessoas jurídicas que não satisfizerem as condições mencionadas no § 1º estarão, além das demais cominações legais, impedidas de:

I - pagar, aos diretores não-empregados, *pro labore*, gratificações, participação nos lucros e quaisquer outras importâncias a título de remuneração;

II - distribuir, sob qualquer forma, lucros, bonificações ou dividendos a seus sócios ou acionistas.

§ 4º A não comprovação da regularidade para com o FGTS constitui causa para suspensão ou resolução de contrato ou convênio firmado por órgão ou entidade referida no inciso I do § 2º.

§ 5º Constatada pela fiscalização do trabalho irregularidade concernente ao disposto no inciso III do § 1º, e não atendida a notificação da fiscalização no prazo concedido, o Ministério do Trabalho comunicará o fato ao Agente Operador, para efeito de cancelamento do CRF e suspensão do desembolso de recursos, no caso de o empregador ser tomador de recursos junto ao FGTS, até a regularização da situação que motivou a notificação.

SEÇÃO XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32. São isentos de tributos federais os atos e operações necessários à aplicação desta lei, quando praticados pelo Agente Operador, pelos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores, pelos empregadores e pelos agentes credenciados para atuar no âmbito do FGTS.

Parágrafo Único. Aplica-se o disposto neste artigo às importâncias devidas, nos termos desta lei, aos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores.

Art. 33. Os depósitos em conta vinculada, efetuados nos termos desta lei, constituirão despesas dedutíveis do lucro operacional dos empregadores e as importâncias levantadas a seu favor implicarão receita tributável.

Parágrafo único. Em se tratando de empregadores domésticos, o montante dos depósitos efetuados em conta vinculada de um empregado poderá ser deduzido do total de rendimentos tributáveis, para fins de determinação da base de cálculo do imposto de renda devido, observado o disposto no Regulamento.



Art. 34. Aos empregados representantes dos trabalhadores e de outras entidades representativas da sociedade civil, no Conselho Curador e nos conselhos mencionados na seção VI, são assegurados:

I - a estabilidade no emprego, desde a nomeação até um ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada através de processo judicial;

II - o abono das ausências ao trabalho decorrentes das atividades desses órgãos, computando-as como jornada efetivamente trabalhada, para todos os fins e efeitos legais.

Art. 35. Fica reduzida para 1,5% (um e meio por cento) a contribuição prevista pelas empresas ao Serviço Social do Comércio e ao Serviço Social da Indústria e dispensadas estas entidades da subscrição compulsória a que alude o art. 21 da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Art. 36. A instituição financeira que atuou como banco depositário do FGTS é responsável pelos lançamentos efetuados nas contas vinculadas e pela regularização de eventuais diferenças, decorrentes de erros de lançamentos em contas vinculadas ou na individualização de depósitos, durante o período em que estas estiveram sob a sua administração.

Art. 37. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 38. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 39. Revogam-se a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; o inciso II do art. 1º da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988; a Lei nº 7.794, de 10 de junho de 1989; a Lei nº 8.406, de 9 de janeiro de 1992; a Lei nº 8.678, de 13 de julho de 1993; o art. 16 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993; a Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994, a Lei nº 8.922, de 25 de julho de 1994; a Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995, o art. 31 da Lei nº 9.491, de 9 de



setembro de 1997 e as demais disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 9 de 12 de 1997.


Deputado PAULO ROCHA

Relator

711816.sam



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
50ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA


PROJETO DE LEI Nº 913, DE 1991

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, APROVOU, unanimemente, com substitutivo, o Projeto de Lei nº 913/91, os Projetos de Lei nºs 4.664/90, 4.952/90, 5.542/90, 21/91, 43/91, 146/91, 162/91, 350/91, 417/91, 1.156/91, 1.334/91, 1.378/91, 1.402/91, 1.409/91, 1.544/91, 1.559/91, 1.831/91, 1.851/91, 2.219/91, 2.547/92, 2.607/92, 3.113/92, 3.227/92, 3.246/92, 3.944/93, 3.976/93, 3.982/93, 4.037/93, 4.191/93, 4.586/94, 4.659/94, 271/95, 555/95, 1.617/96, 1.625/96, 1.757/96, 2.208/96, 2.275/96, 3.151/97, 3.464/97, apensados, as emendas de nºs 1, 2, 4, 6 e 8 apresentadas ao substitutivo; e REJEITOU os Projetos de Lei nºs 2.521/89, 5.790/90, 340/91, 360/91, 461/91, 718/91, 1.040/91, 1.633/91, 1.662/91, 1.678/91, 1.761/91, 1.878/91, 1.929/91, 1.952/91, 2.202/91, 2.257/91, 2.371/91, 2.713/92, 2.729/92, 2.879/92, 3.006/92, 3.670/93, 3.921/93, 4.068/93, 4.165/93, 4.209/93, 4.628/94, 4.805/94, 60/95, 249/95, 954/95, 1.175/95, 1.232/95, 1.251/95, 1.264/95, 1.362/95, 1.540/96, 1.556/96, 1.767/96, 2.047/96, 2.099/96, 2.116/96, 2.117/96, 2.131/96, 2.176/96, 2.198/96, 2.212/96, 2.583/96, 2.888/97, 2.922/97, 2.971/97, 3.145/97, 3.183/97, 3.211/97, 3.218/97, 3.348/97, 3.341/97, 3.582/97, 3.545/97, 3.583/97, 3.634/97, 3.822/97, apensados, a emenda nº 1/91 apresentada na Comissão e as emendas de nºs 3, 5, 7 e 9/97 apresentadas ao substitutivo, nos termos do parecer reformulado do Relator, Deputado Paulo Rocha.

Estiveram presentes os senhores Deputados Jair Meneguelli, Vice-Presidente em exercício, Paulo Rocha, Luciano Castro, José Pimentel, Eraldo Trindade, Wilson Braga, Eurico Miranda, Jovair Arantes, Noel de Oliveira, Zila Bezerra, Osmir Lima, Sandro Mabel, Mendonça Filho, Arnaldo Madeira, Miguel Rossetto, Waldomiro Fioravante, De Velasco, Valdomiro Meger, João Mellão Neto, Benedito Domingos, Milton Mendes e Agnelo Queiroz.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 1997.


Deputado **JAIR MENEGUELLI**
2º Vice-Presidente no exercício
da Presidência



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
50ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 913, DE 1991

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do
Tempo de Serviço - FGTS.

O Congresso Nacional decreta:

SEÇÃO I - DOS OBJETIVOS E DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, tem por objetivos:

- I - constituir pecúlio para o trabalhador amparado por esta lei;
- II - atuar como mecanismo de redução da rotatividade de mão-de-obra;
- III - inibir a despedida imotivada;
- IV - atuar como mecanismo de redução dos déficits de habitação e de saneamento.

Art. 2º. O FGTS é constituído pelos saldos das contas vinculadas dos trabalhadores, de que trata a seção VII, e pelos seguintes recursos:

- I - depósitos efetuados pelos empregadores nas contas vinculadas dos trabalhadores;
- II - rendimentos da aplicação financeira das disponibilidades do Fundo;
- III - dotações orçamentárias específicas;
- IV - resultados das operações de crédito mencionadas no art.

10;



- V - multas, atualização monetária e juros moratórios;
- VI - demais receitas patrimoniais e financeiras; e
- VII - outros valores que lhe venham a ser atribuídos.

Art. 3º. Integram o sistema do FGTS:

- I - o Conselho Curador;
- II - o Gestor da Aplicação;
- III - o Ministério do Trabalho;
- IV - o Agente Operador;
- V - a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- VI - os trabalhadores e os empregadores;
- VII - os agentes financeiros;
- VIII - os agentes arrecadadores e pagadores;
- IX - os conselhos de que trata a seção VI;
- X - demais órgãos e entidades, públicos ou privados, que atuem ou venham a atuar no âmbito do FGTS.

SEÇÃO II - DO CONSELHO CURADOR

Art. 4º. O Conselho Curador do FGTS será integrado por 3 (três) representantes dos trabalhadores, 3 (três) dos empregadores e 6 (seis) do Governo Federal, dos seguintes órgãos e entidades:

- I - órgão federal encarregado da formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano,**
- II - Ministério do Trabalho;**
- III - Ministério da Fazenda;**
- IV - Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo;**
- V - Caixa Econômica Federal; e**
- VI - Banco Central do Brasil.**

§ 1º A Presidência do Conselho Curador será exercida pelo representante do Ministério do Trabalho.



§ 2º Os representantes do Governo Federal, titulares e suplentes, serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e entidades ao Ministro do Trabalho, que os nomeará.

§ 3º Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores, titulares e suplentes, serão indicados ao Ministro do Trabalho:

I - pelas centrais sindicais e demais entidades de âmbito nacional que representem, no mínimo, duas categorias profissionais, no caso dos trabalhadores;

II - pelas confederações nacionais das categorias econômicas ou outras entidades nacionais representativas do empresariado, no caso dos empregadores.

§ 4º Os representantes dos trabalhadores e empregadores serão nomeados pelo Ministro do Trabalho para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 5º O Conselho Curador reunir-se-á:

I - ordinariamente a cada bimestre, por convocação de seu Presidente ou, esgotado o prazo regimental, por qualquer de seus membros; e

II - extraordinariamente, em caso de relevância e urgência, se convocado por seu Presidente ou por pelo menos 3 (três) de seus membros.

§ 6º Os representantes titulares dos trabalhadores e dos empregadores que não comparecerem a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das reuniões no exercício ou, ainda, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, salvo por motivo de força maior, perderão seu mandato, assumindo seu suplente.

§ 7º Para o efeito da recondução prevista no § 4º, o suplente que assumir a condição de titular terá seu período de mandato considerado a partir de sua nomeação na condição de suplente.

§ 8º O representante governamental que não comparecer ou não se fizer representar por seu suplente, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, salvo por motivo de força maior, estará sujeito às sanções previstas na Lei 8.112, de 12 de dezembro de 1990, e demais dispositivos legais pertinentes.



§ 9º As decisões do Conselho Curador serão tomadas com a presença da maioria absoluta de seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade.

§ 10. Competirá ao Ministério do Trabalho proporcionar ao Conselho Curador os meios necessários ao exercício de sua competência, para o que contará com uma Secretaria Executiva.

§ 11. A Secretaria Executiva do Conselho Curador contará, além de um Secretário Executivo, aprovado pelo Conselho Curador, com pessoal de apoio técnico-administrativo e grupo de auditoria permanente.

§ 12. O Conselho Curador disporá de um grupo de apoio permanente, composto por assessores técnicos, indicados pelos conselheiros, com o objetivo de subsidiar tecnicamente o Conselho Curador.

§ 13. O Ministério do Trabalho poderá requisitar, sem ônus para o FGTS, servidores da administração pública direta e indireta, para o desempenho de atividades técnicas no âmbito da Secretaria Executiva do Conselho Curador, sem prejuízo dos direitos e vantagens relativos ao cargo ou à função.

§ 14. A inobservância dos princípios e regras estabelecidos nesta lei, por membro do Conselho Curador, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, sem prejuízo de outras penalidades.

Art. 5º. Ao Conselho Curador compete:

I - aprovar diretrizes, critérios e programas para a aplicação dos recursos do FGTS, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação e saneamento estabelecidas pelo Governo Federal;

II - estabelecer diretrizes e critérios para a distribuição dos recursos por unidade da federação, observados, dentre outros, os déficits habitacionais e de saneamento e a arrecadação bruta do FGTS;

III - aprovar o orçamento e os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais, e suas respectivas revisões;

IV - acompanhar e avaliar a execução orçamentária e a gestão econômica e financeira do FGTS, bem como o desempenho e os resultados econômicos e sociais dos programas de aplicação;



V - acompanhar e avaliar os resultados da ação fiscal e da cobrança judicial dos débitos para com o FGTS;

VI - pronunciar-se sobre as contas do FGTS, antes do seu encaminhamento ao Tribunal de Contas da União;

VII - estabelecer as diretrizes e os critérios para a constituição e manutenção do Fundo de Liquidez, de que trata o art. 10;

VIII - estabelecer diretrizes para aplicação das disponibilidades financeiras do FGTS, inclusive o Fundo de Liquidez;

IX - estabelecer as condições de utilização dos saldos das contas vinculadas para o pagamento de obrigações decorrentes de financiamento habitacional, de aquisição e de construção de moradia própria, observadas as necessidades dos trabalhadores de baixa renda e o equilíbrio econômico-financeiro do FGTS;

X - estabelecer critérios e condições para parcelamento de débitos para com o FGTS, decorrentes de atrasos no recolhimento das importâncias devidas pelos empregadores e no pagamento das operações de crédito contratadas com recursos do Fundo;

XI - fixar critérios e condições para a compensação entre créditos do empregador, decorrentes de depósitos relativos a trabalhadores não optantes com contratos rescindidos, e débitos resultantes do não recolhimento de contribuições vencidas;

XII - estabelecer a forma e o valor da remuneração do Agente Operador, inclusive pelo risco de crédito;

XIII - fixar as formas e os valores de remuneração dos agentes financeiros, dos agentes arrecadadores e pagadores e, quando for o caso, das demais entidades que prestem serviços ou atuem no âmbito do FGTS;

XIV - definir, para os casos em que esta lei exige atualização monetária, o índice a ser utilizado, na falta de previsão legal;

XV - adotar as providências cabíveis para a correção dos atos praticados pelo Gestor da Aplicação, pelo Agente Operador e pelos demais órgãos e entidades que integram o sistema FGTS, que se mostrem incompatíveis com o disposto nesta lei e demais normas relativas ao Fundo, ou que prejudiquem o desempenho e o cumprimento de suas finalidades;

XVI - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas relativas



ao FGTS, nas matérias de sua competência;

XVII - fazer publicar suas decisões no Diário Oficial da União;
e XVIII - aprovar seu regimento interno.

Parágrafo único. Os documentos e informações referentes ao FGTS são de livre acesso aos membros do Conselho Curador, no exercício de suas atribuições, e aos interessados, nos casos e dentro dos prazos de atendimento previstos no Regulamento, que não poderão exceder 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do recebimento da solicitação.

SEÇÃO III - DO GESTOR DA APLICAÇÃO

Art. 6º. O órgão federal encarregado da política de desenvolvimento urbano será o Gestor da Aplicação, ao qual compete:

I - definir diretrizes, critérios e programas para a aplicação dos recursos do FGTS, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação e saneamento estabelecidas pelo Governo Federal, encaminhando-as para aprovação do Conselho Curador;

II - definir e alocar os recursos para os programas de aplicação;

III - definir as prioridades, a metodologia e os critérios que nortearão a elaboração dos orçamentos, no tocante às aplicações, e os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais;

IV - regulamentar os programas de aplicação;

V - definir critérios a serem observados na seleção de propostas de operação de crédito, para fins de contratação;

VI - estabelecer diretrizes e normas para os conselhos mencionados na seção VI, no exercício das suas competências no âmbito do FGTS;

VII - submeter ao Conselho Curador, na forma e nas datas por ele estipuladas, em conjunto com o Agente Operador, os orçamentos anuais e os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais, e suas respectivas



revisões;

VIII - acompanhar e avaliar a execução física e orçamentária dos programas de aplicação implementados pelo Agente Operador, encaminhando ao Conselho Curador, na forma e periodicidade por ele definida, relatórios que permitam o efetivo exercício da competência prevista no inciso IV do art. 5º;

IX - praticar os demais atos necessários à gestão da aplicação do Fundo, de acordo com as diretrizes, critérios e programas aprovados pelo Conselho Curador.

SEÇÃO IV - DO AGENTE OPERADOR

Art. 7º. A Caixa Econômica Federal - CEF atuará na condição de Agente Operador, devendo manter, para tanto, estruturas diretiva, administrativa e operacional compatíveis com a execução das ações e atividades mencionadas nesta lei.

Art. 8º. Ao Agente Operador compete:

I - centralizar os recursos do FGTS e manter, em contabilidade própria e em separado, os registros das movimentações do Fundo, inclusive as disponibilidades;

II - abrir, manter e controlar, discriminadas por titular, as contas vinculadas;

III - fornecer periodicamente, ou a qualquer tempo, por solicitação do interessado, extratos e quaisquer outros documentos relativos às contas vinculadas;

IV - contratar operações de crédito a serem financiadas com recursos do FGTS;

V - responder pelo risco do crédito referente às operações que contratar, na forma e nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador;

VI - expedir atos normativos referentes aos procedimentos administrativo-operacionais a serem observados por empregadores, trabalhadores, agentes financeiros, rede arrecadadora e pagadora, bem como outras entidades



integrantes do sistema do FGTS, observadas, no que couber, as competências do Conselho Curador, do Gestor da Aplicação e do Ministério do Trabalho;

VII - habilitar os agentes ou entidades que atuam no âmbito do FGTS;

VIII - acompanhar, controlar, fiscalizar e promover auditorias nas entidades integrantes do sistema do FGTS, inclusive cooperativas, relativamente aos recursos do Fundo;

IX - aplicar aos agentes que atuem no âmbito do FGTS, em caso de descumprimento desta lei, sem prejuízo das penalidades estabelecidas no art. 27, as seguintes sanções:

a) advertência escrita, com recomendações;
b) suspensão temporária, total ou parcial, da remuneração;

c) suspensão, total ou parcial, da habilitação;

d) cancelamento da habilitação.

X - determinar a intervenção em instituições não financeiras tomadoras de recursos do FGTS, **nas situações previstas em Regulamento;**

XI - elaborar os orçamentos anuais e suas respectivas revisões, bem como os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais, observados:

a) o disposto no inciso III do art. 6º ;

b) as propostas de recursos correspondentes às despesas de investimento e de formação de recursos humanos, necessárias ao exercício das atividades de fiscalização e de cobrança judicial dos débitos para com o Fundo, constantes dos planos anuais de trabalho encaminhados ao Conselho Curador, respectivamente, pelo Ministério do Trabalho e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

XII - elaborar e submeter à apreciação do Conselho Curador, **no prazo por ele definido**, as contas do FGTS;

XIII - **submeter ao Conselho Curador, na forma e nas datas por ele estipuladas, relatórios demonstrativos das aplicações das disponibilidades financeiras do FGTS;**

XIV - submeter ao Conselho Curador, na forma e nas datas por ele estipuladas, em conjunto com o Gestor da Aplicação, os orçamentos anuais



e os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais, e suas respectivas revisões;

XV - definir e manter sistema de acompanhamento de índices e custos de obras de habitação e de saneamento, assegurando sua divulgação periódica;

XVI - tornar disponíveis ao Gestor da Aplicação e ao Ministério do Trabalho, na forma e periodicidade por eles definidas, dados, informações e relatórios que permitam, respectivamente, o acompanhamento da execução dos programas de aplicação e o exercício das atividades de fiscalização do recolhimento das importâncias devidas ao FGTS pelos empregadores;

XVII - emitir o Certificado de Regularidade do FGTS;

XVIII - manter por 10 (dez) anos, na forma original, microfilmados ou por outros meios previstos em lei, os documentos que comprovem as movimentações das contas vinculadas;

XIX - exercer outras atribuições correlatas, no âmbito do FGTS, nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador.

Parágrafo único. O risco de crédito das operações realizadas com recursos do FGTS até 12 de outubro de 1989 é de responsabilidade da União.

SEÇÃO V - DO FUNDO DE LIQUIDEZ E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 9º Os recursos de que tratam **os incisos I a VII do art. 2º**, deduzidos os compromissos e encargos do FGTS, serão aplicados em operações de crédito e na constituição e manutenção de um Fundo de Liquidez.

Art. 10 O Fundo de Liquidez será destinado a garantir o pagamento dos saques nas contas vinculadas, nas situações em que o montante de saques exceda o total das receitas correntes.

Parágrafo único. O Fundo de Liquidez e demais disponibilidades financeiras devem ter remuneração mínima, inclusive juros, idêntica à atribuída aos depósitos de poupança.



Art. 11. As operações de crédito com recursos do FGTS serão realizadas pelo Agente Operador, por intermédio dos agentes financeiros, observados os seguintes requisitos básicos:

I - garantias:

- a) hipoteca do imóvel objeto da operação de crédito;
- b) caução de créditos hipotecários próprios, relativos a financiamentos concedidos com recursos do agente financeiro;
- c) caução dos créditos hipotecários vinculados aos imóveis objeto de financiamento;
- d) hipoteca sobre outros imóveis de propriedade do agente financeiro, desde que livres e desembaraçados de quaisquer ônus;
- e) cessão de créditos do agente financeiro, derivados de financiamentos concedidos com recursos próprios, garantidos por penhor ou hipoteca;
- f) hipoteca sobre imóvel de propriedade de terceiros;
- g) seguro de crédito;
- h) vinculação de receitas, inclusive tarifárias, nas aplicações contratadas com pessoa jurídica de direito público ou de direito privado a ela vinculada;
- i) aval em nota promissória;
- j) fiança bancária;
- l) alienação fiduciária de bens móveis em garantia;
- m) fiança pessoal;
- n) outras, a critério do Conselho Curador do FGTS;

II - atualização monetária igual à das contas vinculadas;

III - prazo máximo de 30 (trinta) anos;

IV - obrigação de contrapartida financeira dos tomadores de recursos, **ou, nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador, em bens e serviços.**

§ 1º As garantias discriminadas no inciso I do *caput* serão admitidas, singular ou supletivamente, considerada a suficiência de cobertura para os créditos concedidos, nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador.

§ 2º A rentabilidade média das operações de crédito deverá ser suficiente à remuneração das contas vinculadas e à cobertura de todos os



demais custos administrativos e operacionais incorridos pelo FGTS.

§ 3º As operações de crédito de que trata o *caput* serão destinadas a financiar programas habitacionais e de saneamento.

§ 4º O programa de aplicações deverá destinar no mínimo 60% (sessenta por cento) dos recursos para investimentos em habitação destinados à população com renda familiar de até 12 (doze) salários mínimos.

§ 5º Terão preferência, na contratação de operações de crédito, **os programas habitacionais voltados a beneficiários com renda familiar de até 3 (três) salários mínimos, complementados com recursos fiscais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios**, em conjunto ou isoladamente, destinados a subsidiar a prestação do beneficiário final.

§ 6º As operações de crédito, quando realizadas com pessoa jurídica, deverão observar contrapartida mínima, de acordo com diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador.

§ 7º As contratações de operações de crédito serão precedidas de comprovação de regularidade do tomador quanto às suas obrigações perante o Fundo, sem prejuízo das demais exigências previstas em lei.

Art. 12. As operações de crédito terão suas parcelas de desembolso provisionadas, de forma a assegurar as condições necessárias ao cumprimento do cronograma físico-financeiro dos empreendimentos.

SEÇÃO VI - DA GESTÃO DESCENTRALIZADA DAS APLICAÇÕES

Art. 13. A gestão descentralizada das aplicações dos recursos do FGTS tem por objetivos:

- I - o aumento da eficiência na alocação dos recursos;
- II - a democratização do acesso e do processo de seleção das propostas de operações de crédito com recursos do FGTS;
- III - a ampliação do controle social sobre as aplicações.

Art. 14. Terão preferência, na contratação das operações de crédito, os programas e projetos analisados e aprovados por conselhos instituídos por lei, nos Estados e no Distrito Federal.



Parágrafo único. No âmbito das aplicações do FGTS, os conselhos mencionados no *caput* atuarão:

I - na definição, no acompanhamento e na avaliação de programas de aplicação para a unidade da federação;

II - na alocação dos recursos, nos níveis microrregional e municipal;

III - na seleção das propostas de operação de crédito;

IV - no exercício de outras competências, mediante convênio celebrado com o Gestor da Aplicação.

Art. 15. O conselho de que trata o artigo precedente deverá atender, no mínimo, os seguintes requisitos:

I - composição paritária, com representantes do Estado e dos Municípios, e de entidades não governamentais, com abrangência estadual, representativas dos interesses dos beneficiários e de prestadores de serviços de habitação e saneamento;

II - renovação periódica das representações da sociedade civil, por meio da fixação de mandatos que não ultrapassem 2 (dois) anos;

III - estrutura técnico-administrativa, própria ou proporcionada por órgão ou entidade do governo estadual, capaz de assegurar os meios necessários ao exercício de suas competências;

IV - normas de funcionamento que assegurem a publicidade de seus atos;

V - procedimentos democráticos de deliberação.

SEÇÃO VII - DAS CONTAS VINCULADAS

Art. 16. Os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 (sete) de cada mês, na conta vinculada de cada trabalhador, a importância correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração a este paga ou devida, a qualquer título, no mês anterior.

§ 1º As contas vinculadas são impenhoráveis, não se lhes aplicando o disposto no art. 38 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.



§ 2º O saldo das contas vinculadas é garantido pela União, que poderá instituir seguro especial para esse fim.

§ 3º Entende-se por empregador a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão-de-obra, independentemente da responsabilidade solidária e subsidiária a que eventualmente venha obrigar-se.

§ 4º Considera-se trabalhador toda pessoa física que prestar, mediante remuneração, serviços a empregador, a locador ou tomador de mão-de-obra, excluídos:

- I - os trabalhadores eventuais e os autônomos;
- II - os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.

§ 5º Em se tratando de empregado doméstico, como definido pela Lei n.º 5.859, de 11 de dezembro de 1972, o percentual referido no *caput* incidirá sobre o salário pago ou devido ao trabalhador em dinheiro, não podendo o salário, para cálculo do recolhimento ao FGTS, ser inferior a um salário mínimo.

§ 6º O recolhimento em atraso da importância mencionada no *caput* sujeitará o empregador ao pagamento de atualização monetária equivalente à Taxa Referencial de Juros (TR), incidente a partir da data em que era devida até a data do efetivo recolhimento, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, além de multa, que será aplicada nos seguintes termos:

I - para pagamento após o vencimento da obrigação, desde que não incluída em notificação para depósito lavrada pela fiscalização:

- a) 4% (quatro por cento), dentro do mês de vencimento da obrigação;
- b) 8% (oito por cento), no mês seguinte ao vencimento da obrigação;
- c) 12% (doze por cento), a partir do segundo mês seguinte ao vencimento da obrigação;

II - para pagamento de crédito incluído em notificação para depósito:



a) 15% (quinze por cento), em até 15 (quinze) dias do recebimento da notificação;

b) 18% (dezoito por cento), após 15 (quinze) dias do recebimento da notificação;

III - 20% (vinte por cento), nos casos de parcelamento de débitos e de pagamento de crédito inscrito em Dívida Ativa;

IV - no caso de parcelamento de débitos, a multa será estabelecida de acordo com os vencimentos previstos nos incisos I e II deste parágrafo.

Art. 17. Para os fins previstos nesta lei, as empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista poderão equiparar seus diretores não empregados aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS.

Parágrafo Único. Considera-se diretor aquele que exerça cargo de administração previsto em lei, estatuto ou contrato social, independente da denominação do cargo.

Art. 18. Os depósitos dos empregadores nas contas vinculadas, feitos na rede arrecadadora, serão repassados ao Agente Operador no segundo dia útil subsequente à data de seu recolhimento, passando a integrar o saldo da conta vinculada a partir do dia 10 (dez) do mês de sua ocorrência, quando efetuados até o dia 7 de cada mês.

§ 1º Os depósitos realizados fora do prazo estabelecido no *caput* serão remunerados com atualização monetária e juros, como se realizados no prazo regulamentar.

§ 2º Sobre os valores repassados ao Agente Operador a partir do terceiro dia útil subsequente à data de seu recolhimento incidirão juros de mora equivalentes à remuneração das disponibilidades financeiras do FGTS, além de multa idêntica à prevista no inciso I do § 6º do art. 16.

Art. 19. Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão atualizados monetariamente com base nos parâmetros fixados para atualização monetária dos saldos dos depósitos de poupança e capitalizarão juros de 3% (três por cento) ao ano.

§ 1º O Conselho Curador do FGTS poderá determinar, anualmente, o crédito de remuneração adicional nas contas vinculadas,



calculada a partir dos resultados constantes dos relatórios de execução do orçamento e do balanço patrimonial do FGTS.

§ 2º Para as contas vinculadas dos trabalhadores optantes, existentes à data de 22 de setembro de 1971, a capitalização dos juros anuais dos depósitos obedecerá a seguinte progressão:

I - 3% (três por cento), durante os dois primeiros anos de permanência na mesma empresa;

II - 4% (quatro por cento), do terceiro ao quinto ano de permanência na mesma empresa;

III - 5% (cinco por cento), do sexto ao décimo ano de permanência na mesma empresa;

IV - 6% (seis por cento), a partir do décimo primeiro ano de permanência na mesma empresa.

§ 3º A atualização monetária e a capitalização de juros correrão à conta do FGTS e o respectivo crédito será efetuado na conta vinculada, no dia 10 (dez) de cada mês, com base no saldo existente no dia 10 (dez) do mês anterior, deduzidos os saques ocorridos no período.

Art. 20. Fica ressalvado o direito adquirido dos trabalhadores que, à data da promulgação da Constituição Federal de 1988, já tinham o direito à estabilidade no emprego nos termos do Capítulo V do Título IV da CLT.

§ 1º O tempo de serviço do trabalhador não optante do FGTS, anterior a 5 de outubro de 1988, em caso de despedida sem justa causa, reger-se-á, conforme o caso, pelos dispositivos constantes dos artigos 477, 478 e 497 da CLT.

§ 2º O tempo de serviço anterior a 5 de outubro de 1988 poderá ser transacionado entre empregador e empregado, respeitado o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) da indenização prevista.

§ 3º É facultado ao empregador desobrigar-se da responsabilidade da indenização relativa ao tempo de serviço anterior à opção, depositando na conta vinculada do trabalhador, até o último dia útil do mês previsto em lei para o pagamento de salário, o valor correspondente à indenização, aplicando-se ao depósito, no que couber, todas as disposições desta lei.



§ 4º Os trabalhadores poderão, a qualquer momento, optar pelo FGTS, com efeito retroativo a 1º de janeiro de 1967 ou à data de sua admissão, quando posterior àquela.

Art. 21. No caso da rescisão do contrato de trabalho enquadrada nas condições estabelecidas no artigo anterior, serão observados os seguintes critérios:

I - havendo indenização a ser paga, o empregador, mediante comprovação do seu pagamento, poderá sacar o saldo dos valores por ele depositados na conta individualizada do trabalhador, relativos ao período trabalhado na condição de não optante;

II - não havendo indenização a ser paga, ou decorrido o prazo prescricional para a reclamação de direitos por parte do trabalhador, o empregador poderá levantar, em seu favor, o saldo da respectiva conta individualizada, relativo ao período trabalhado na condição de não optante, mediante comprovação perante o órgão competente do Ministério do Trabalho.

Art. 22. Os empregadores ficam obrigados a:

I - incluir mensalmente, no comprovante de pagamento de salário de cada trabalhador, o valor recolhido e a recolher em sua conta vinculada no FGTS;

II - comprovar, no momento da homologação da rescisão do contrato de trabalho, o efetivo recolhimento das importâncias a que se refere o art. 16, nos termos em que dispuser o Regulamento;

III - depositar, na conta vinculada do trabalhador, até o primeiro dia útil anterior à data de rescisão do contrato de trabalho, os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houverem sido recolhidos, sem prejuízo das cominações legais;

IV - repassar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data de seu recebimento, o extrato das contas vinculadas ou qualquer outro documento encaminhado pelo Agente Operador aos trabalhadores que tenham optado por recebê-lo no endereço do empregador;

V - registrar, na Carteira de Trabalho e Previdência Social e



no comprovante de pagamento do salário, o número da conta vinculada do trabalhador e o código do empregador no FGTS.

Art. 23. Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, inclusive a indireta, depositará este, na conta vinculada do trabalhador, até o primeiro dia útil anterior à data de rescisão do contrato de trabalho, importância igual a 40% (quarenta por cento) do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros, somados aos valores devidos e não recolhidos, independentemente de terem sido efetuados saques.

§ 1º Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata o *caput* será de 20% (vinte por cento).

§ 2º Para fins do disposto no *caput*, compete ao Agente Operador informar o valor atualizado e acrescido dos juros correspondentes a todos os depósitos efetivamente realizados na conta vinculada.

§ 3º Quando não for possível atualizar os valores de todos os depósitos efetuados, utilizar-se-á como base de cálculo, para efeito da aplicação dos percentuais de que tratam o *caput* e o § 1º, o somatório das seguintes parcelas:

I - o equivalente a 8% (oito por cento) da última remuneração mensal paga ou devida, multiplicado pelo número de meses em que não puderam ser identificados os valores dos depósitos; e

II - o montante, atualizado e acrescido de juros, dos depósitos identificados.

§ 4º As importâncias mencionadas neste artigo e no inciso III do art. 22 deverão constar da documentação comprobatória dos valores devidos a título de rescisão do contrato de trabalho, observado o disposto no art. 477 da CLT, eximindo o empregador exclusivamente quanto aos valores discriminados.

§ 5º Na hipótese de aposentadoria espontânea e continuando o trabalhador a exercer suas atividades junto ao mesmo empregador, a indenização prevista no *caput* será calculada sobre todos os depósitos



no comprovante de pagamento do salário, o número da conta vinculada do trabalhador e o código do empregador no FGTS.

Art. 23. Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, inclusive a indireta, depositará este, na conta vinculada do trabalhador, até o primeiro dia útil anterior à data de rescisão do contrato de trabalho, importância igual a 40% (quarenta por cento) do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros, somados aos valores devidos e não recolhidos, independentemente de terem sido efetuados saques.

§ 1º Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata o *caput* será de 20% (vinte por cento).

§ 2º Para fins do disposto no *caput*, compete ao Agente Operador informar o valor atualizado e acrescido dos juros correspondentes a todos os depósitos efetivamente realizados na conta vinculada.

§ 3º Quando não for possível atualizar os valores de todos os depósitos efetuados, utilizar-se-á como base de cálculo, para efeito da aplicação dos percentuais de que tratam o *caput* e o § 1º, o somatório das seguintes parcelas:

I - o equivalente a 8% (oito por cento) da última remuneração mensal paga ou devida, multiplicado pelo número de meses em que não puderam ser identificados os valores dos depósitos; e

II - o montante, atualizado e acrescido de juros, dos depósitos identificados.

§ 4º As importâncias mencionadas neste artigo e no inciso III do art. 22 deverão constar da documentação comprobatória dos valores devidos a título de rescisão do contrato de trabalho, observado o disposto no art. 477 da CLT, eximindo o empregador exclusivamente quanto aos valores discriminados.

§ 5º Na hipótese de aposentadoria espontânea e continuando o trabalhador a exercer suas atividades junto ao mesmo empregador, a indenização prevista no *caput* será calculada sobre todos os depósitos



realizados na conta vinculada, a partir da data de início do benefício da aposentadoria.

SEÇÃO VIII - DOS SAQUES NAS CONTAS VINCULADAS

Art. 24. O trabalhador poderá movimentar recursos de sua conta vinculada no FGTS exclusivamente nas seguintes situações:

I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, **comprovada com o depósito dos valores de que tratam o inciso III do art. 22 e o art. 23;**

II - **extinção total da empresa, publicação da sentença declaratória de falência ou ainda falecimento do empregador individual, sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita do empregador, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;**

III - aposentadoria concedida pela Previdência Social ou por órgão ou entidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IV - falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago:

a) a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte; ou,

b) na falta de dependentes que atendam ao disposto na alínea anterior, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independentemente de inventário ou arrolamento;

V - pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional, desde que o mutuário conte com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS;

VI - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento habitacional;

VII - pagamento total ou parcial do preço da aquisição ou de construção de moradia própria, observadas as seguintes condições, além de outras definidas pelo Conselho Curador:



a) o titular da conta deverá contar com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS;

b) o titular da conta não deverá ser proprietário nem promitente comprador de outro imóvel, em qualquer parte do território nacional;

c) o imóvel não poderá ser objeto de venda, no prazo de 2 (dois) anos contados da data de sua aquisição;

d) a operação deverá ser financiável pelo SFH e preencher os requisitos que vierem a ser estabelecidos pelo Conselho Curador;

VIII - quando o trabalhador permanecer, por 3 (três) anos ininterruptos, fora do regime do FGTS;

IX - extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

X - suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 90 (noventa) dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.

XI - tratamento do trabalhador ou de qualquer de seus dependentes, descendentes e ascendentes em primeiro grau, quando acometido de neoplasia maligna ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS, nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador;

XII - aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização, regidos pela Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, permitida a utilização de 50% (cinquenta por cento) do saldo existente e disponível em sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na data em que exercer a opção.

§ 1º A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurará que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na sua conta vinculada durante o período de vigência do contrato de trabalho objeto da rescisão, atualizados monetariamente e acrescidos de juros, deduzidos os saques.

§ 2º Ocorrendo mudança de regime jurídico, por força do disposto no art. 39 da Constituição Federal, o servidor público poderá movimentar o saldo de sua conta vinculada exclusivamente nas situações previstas nos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII, XI e XII do *caput* deste artigo.

§ 3º Os recursos aplicados em quotas dos Fundos Mútuos de Privatização, referidos no inciso XII deste artigo, serão destinados a aquisições de



valores mobiliários, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e de programas estaduais de desestatização, desde que, em ambos os casos, tais destinações sejam aprovadas pelo Conselho Nacional de Desestatização.

§ 4º Os valores mobiliários de que trata o parágrafo anterior só poderão ser integralmente vendidos, pelos respectivos Fundos, seis meses após sua aquisição, podendo ser alienada, em prazo inferior, parcela equivalente a 10% (dez por cento) do valor adquirido, autorizada a livre aplicação do produto dessa alienação, nos termos da Lei nº 6.385, de 1976.

§ 5º As aplicações em Fundos Mútuos de Privatização são nominativas, impenhoráveis e, salvo as hipóteses previstas nos incisos I a IV e VI a XI deste artigo, indisponíveis por seus titulares.

§ 6º Decorrido o prazo mínimo de doze meses, contados da efetiva transferência das quotas para os Fundos Mútuos de Privatização, os titulares poderão optar pelo retorno para sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

§ 7º A cada período de seis meses, os titulares das aplicações em Fundos Mútuos de Privatização poderão transferi-las para outro fundo da mesma natureza.

§ 8º O montante das aplicações de que trata o § 3º deste artigo ficará limitado ao valor dos créditos contra o Tesouro Nacional de que seja titular o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

§ 9º Desde que preservada a participação individual dos quotistas, será permitida a constituição de clubes de investimento, visando a aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização.

§ 10. A garantia a que alude o § 2º do art. 16 não compreende as aplicações a que se refere o inciso XII deste artigo.

§ 11. O Imposto de Renda incidirá exclusivamente sobre os ganhos dos Fundos Mútuos de Privatização que excederem a remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, no mesmo período.

§ 12. Os recursos automaticamente transferidos da conta do titular no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em razão da aquisição de ações não afetarão a base de cálculo da multa rescisória de que trata o art. 23.



Art. 25. O saldo das contas vinculadas, cujos titulares não tenham exercido o direito de saque após 1 (um) ano, contado da data de aquisição desse direito, será incorporado ao patrimônio do FGTS, resguardado ao beneficiário a oportunidade de, a qualquer tempo, mediante requerimento e observado o disposto no artigo anterior, resgatar o montante incorporado, acrescido da atualização monetária e respectivos juros.

§ 1º Os valores recolhidos pelos empregadores e não individualizados no prazo de 1 (um) ano, contado da efetivação do depósito, serão, uma vez esgotadas todas as medidas cabíveis pelo Agente Operador e pelo Ministério do Trabalho, incorporados ao patrimônio do FGTS, preservando-se o direito de o empregador realizar o lançamento adequado dessa operação, visando à correspondente individualização.

§ 2º O Agente Operador colocará à disposição do Conselho Curador, na forma e nos prazos por ele estabelecidos, relatórios pertinentes às contas e aos valores a serem incorporados ao patrimônio do FGTS.

SEÇÃO IX - DA FISCALIZAÇÃO, DAS INFRAÇÕES E DA IMPOSIÇÃO DE MULTAS

Art. 26. Compete ao Ministério do Trabalho:

- I - fiscalizar o disposto nos artigos 16, 17, 20, 21, 22 e 23, bem assim as demais obrigações dos empregadores relacionadas com o FGTS;
- II - encaminhar, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, os elementos necessários à instauração de processo de inscrição em Dívida Ativa e de cobrança judicial dos débitos dos empregadores para com o FGTS.

Art. 27. Constituem infrações, para efeito desta lei:

- I - por parte do empregador:
 - a) não depositar tempestivamente a importância de que trata o art. 16;
 - b) deixar de computar, para efeito de cálculo dos depósitos do FGTS, parcela componente da remuneração;
 - c) deixar de efetuar os depósitos e os acréscimos legais,



após notificado pela fiscalização;

d) apresentar informações sobre o FGTS com erros ou omissões;

e) descumprir o disposto nos arts. 20 e 21, nos incisos I, II, IV e V do art. 22 e nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 23;

f) descumprir o disposto no inciso III do art. 22 e no *caput* e § 1º do art. 23.

II - descumprir o Agente Operador as obrigações estabelecidas no art. 9º;

III - descumprirem os agentes arrecadadores, pagadores e financeiros quaisquer das obrigações que lhes competem no âmbito do sistema do FGTS;

IV - infringir órgão ou entidade do sistema do FGTS qualquer dispositivo desta lei e das resoluções do Conselho Curador, para a qual não haja penalidade específica.

§ 1º Pela prática das ações previstas neste artigo, os infratores ficam sujeitos às seguintes multas:

I - de 5 (cinco) Unidades Fiscais de Referência - UFIR a 50 (cinquenta) UFIR por trabalhador, no caso das alíneas *d* e *e* do inciso I do *caput*.

II - de 20 (vinte) a 200 (duzentas) UFIR por trabalhador, no caso das alíneas *a*, *b* e *c* do inciso I do *caput*.

III - de 500 (quinhentas) a 1.200 (mil e duzentas) UFIR, no caso da alínea *f* do inciso I do *caput*;

IV - de 50 (cinquenta) a 50.000 (cinquenta mil) UFIR, na forma e condições estabelecidas pelo Conselho Curador, no caso dos incisos II e IV do *caput*;

V - 10% (dez por cento) do valor da operação, na forma estabelecida pelo Conselho Curador, sem prejuízos das cominações legais, no caso do inciso III.

§ 2º Nos casos de fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou desacato à fiscalização, assim como na reincidência, as multas especificadas no parágrafo anterior serão duplicadas, sem prejuízo das demais cominações legais.

§ 3º O processo de fiscalização, autuação e imposição de



multas de que trata o inciso I do § 1º rege-se-á pelo disposto no Título VII da CLT.

§ 4º O direito de apuração e constituição dos créditos do FGTS extingue-se após 10 (dez) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada.

§ 5º Quando julgado procedente o recurso interposto na forma do Título VII da CLT, os depósitos efetuados para garantia de instância serão restituídos, com os valores atualizados na forma da lei.

Art. 28. O Ministério do Trabalho deverá tornar disponíveis ao Conselho Curador, com a periodicidade que este estabelecer, dados, informações e relatórios que possibilitem a avaliação da ação fiscalizadora.

Art. 29. Compete à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional a inscrição em Dívida Ativa dos débitos para com o FGTS, bem como, diretamente ou por intermédio do Agente Operador, mediante convênio, a representação judicial e extrajudicial do FGTS, para a correspondente cobrança, relativamente aos depósitos dos empregadores, às multas e demais encargos previstos nesta lei.

§ 1º O FGTS fica isento de custas nos processos judiciais de cobrança de seus créditos.

§ 2º As despesas, inclusive as de sucumbência, que vierem a ser incorridas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e pelo Agente Operador para a realização da inscrição em Dívida Ativa, do ajuizamento e do controle e do acompanhamento dos processos judiciais, serão efetuadas a débito do FGTS.

§ 3º Os créditos relativos ao FGTS gozam dos mesmos privilégios atribuídos aos créditos trabalhistas.

§ 4º Na cobrança judicial dos créditos do FGTS incidirá um encargo de 10% (dez por cento), que reverterá para o Fundo, para ressarcimento dos custos por ele incorridos, que será reduzido para 5% (cinco por cento), se o pagamento se der antes do ajuizamento da cobrança.



Art. 30. Poderá o próprio trabalhador, seus dependentes e sucessores, ou ainda o sindicato a que estiver vinculado, e sem necessidade de instrumento procuratório, acionar diretamente o empregador para compeli-lo a efetuar o depósito, na conta vinculada, das importâncias devidas ao seu titular, devendo a Justiça do Trabalho notificar o Ministério do Trabalho, o Agente Operador e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional da propositura da ação.

§ 1º A sentença judicial deverá determinar, obrigatoriamente, o montante total a ser depositado pelo empregador, em decorrência dos atrasos no recolhimento das importâncias a que faz jus o titular da conta vinculada, discriminando os valores devidos, respectivamente, ao trabalhador e ao FGTS.

§ 2º Nas reclamações trabalhistas que objetivam o pagamento de parcelas relativas ao FGTS, ou que, direta ou indiretamente, impliquem essa obrigação de fazer, o juiz determinará que a empresa sucumbente proceda ao recolhimento imediato, nas respectivas contas vinculadas, das importâncias devidas a tal título, bem como dos encargos a favor do Fundo.

SEÇÃO X - DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE

Art. 31. A condição de regularidade perante o FGTS é atestada pelo Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.

§ 1º Para obter o CRF, o interessado deverá satisfazer as seguintes condições:

I - estar em dia com o recolhimento da importância de que trata o art. 16 ;

II - estar em dia com o pagamento das prestações das operações de crédito lastreadas em recursos do FGTS;

III - declarar, sob as penas do art. 299 do Código Penal, estar em dia no tocante ao registro de seus trabalhadores.

IV - estar em situação regular em relação às outras obrigações para com o Fundo;

§ 2º A apresentação do CRF é obrigatória nas seguintes situações:



I - habilitação em licitação promovida por órgão ou entidade da administração pública, ou por empresa controlada direta ou indiretamente pela União, Estado, Distrito Federal ou Município;

II - obtenção de empréstimos, financiamentos, parcelamento de débitos ou dispensa de juros, multa e atualização monetária junto a quaisquer entidades financeiras oficiais;

III - obtenção de favores creditícios, isenções, subsídios, auxílios, benefícios, incentivos fiscais, outorga ou concessão de serviços pelo Poder Público;

IV - transferência de domicílio para o exterior;

V - registro ou arquivamento, nos órgãos competentes, de alteração ou distrato de contrato social, de estatuto, ou de qualquer documento que implique modificação na estrutura jurídica do empregador ou na sua extinção;

VI - alienação de imóveis de propriedade de empregadores pessoas jurídicas;

VII - assinatura de quaisquer contratos ou convênios com órgãos e entidades da administração pública.

§ 3º As pessoas jurídicas que não satisfizerem as condições mencionadas no § 1º estarão, além das demais cominações legais, impedidas de:

I - pagar, aos diretores não-empregados, *pro labore*, gratificações, participação nos lucros e quaisquer outras importâncias a título de remuneração;

II - distribuir, sob qualquer forma, lucros, bonificações ou dividendos a seus sócios ou acionistas.

§ 4º A não comprovação da regularidade para com o FGTS constitui causa para suspensão ou resolução de contrato ou convênio firmado por órgão ou entidade referida no inciso I do § 2º.

§ 5º Constatada pela fiscalização do trabalho irregularidade concernente ao disposto no inciso III do § 1º, e não atendida a notificação da fiscalização no prazo concedido, o Ministério do Trabalho comunicará o fato ao Agente Operador, para efeito de cancelamento do CRF e suspensão do desembolso de recursos, no caso de o empregador ser tomador de recursos junto ao FGTS, até a regularização da situação que motivou a notificação.



SEÇÃO XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32. São isentos de tributos federais os atos e operações necessários à aplicação desta lei, quando praticados pelo Agente Operador, pelos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores, pelos empregadores e pelos agentes credenciados para atuar no âmbito do FGTS.

Parágrafo Único. Aplica-se o disposto neste artigo às importâncias devidas, nos termos desta lei, aos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores.

Art. 33. Os depósitos em conta vinculada, efetuados nos termos desta lei, constituirão despesas dedutíveis do lucro operacional dos empregadores e as importâncias levantadas a seu favor implicarão receita tributável.

Parágrafo único. Em se tratando de empregadores domésticos, o montante dos depósitos efetuados em conta vinculada de um empregado poderá ser deduzido do total de rendimentos tributáveis, para fins de determinação da base de cálculo do imposto de renda devido, observado o disposto no Regulamento.

Art. 34. Aos empregados representantes dos trabalhadores e de outras entidades representativas da sociedade civil, no Conselho Curador e nos conselhos mencionados na seção VI, são assegurados:

I - a estabilidade no emprego, desde a nomeação até um ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada através de processo judicial;

II - o abono das ausências ao trabalho decorrentes das atividades desses órgãos, computando-as como jornada efetivamente trabalhada, para todos os fins e efeitos legais.

Art. 35. Fica reduzida para 1,5% (um e meio por cento) a contribuição prevista pelas empresas ao Serviço Social do Comércio e ao Serviço



Social da Indústria e dispensadas estas entidades da subscrição compulsória a que alude o art. 21 da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Art. 36. A instituição financeira que atuou como banco depositário do FGTS é responsável pelos lançamentos efetuados nas contas vinculadas e pela regularização de eventuais diferenças, decorrentes de erros de lançamentos em contas vinculadas ou na individualização de depósitos, durante o período em que estas estiveram sob a sua administração.

Art. 37. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 38. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 39. Revogam-se a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; o inciso II do art. 1º da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988; a Lei nº 7.794, de 10 de junho de 1989; a Lei nº 8.406, de 9 de janeiro de 1992; a Lei nº 8.678, de 13 de julho de 1993; o art. 16 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993; a Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994, a Lei nº 8.922, de 25 de julho de 1994; a Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995, o art. 31 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997 e as demais disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 1997.


Deputado **JAIR MENEGUELLI**
2º Vice-Presidente no exercício
da Presidência



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROJETO DE LEI Nº 913-A, DE 1991
(DO SENADO FEDERAL)
PLS Nº 12/91**

Altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

SUMÁRIO

- I - Projeto inicial
- II - Projetos apensados: nºs 2.521/89, 4.664/90, 4.952/90, 5.542-B/90, 1.544/91, 5.790/90, 21/91, 162/91, 350/91, 43/91, 146/91, 340-C/91, 360/91, 417/91, 1.156/91, 1.402/91, 3.227/92, 461/91, 718/91, 1.040/91, 1.334/91, 1.378/91, 1.409/91, 1.559/91, 1.633/91, 1.662/91, 1.678/91, 2.202/91, 2.729/92, 1.761/91, 1.831/91, 1.851/91, 1.878/91, 1.929/91, 1.952/91, 2.371/91, 2.219/91, 2.257/91, 2.547/92, 2.607/92, 2.713/92, 2.879/92, 3.006/92, 3.113/92, 3.246/92, 3.670/93, 3.921/93, 3.944/93, 3.976/93, 3.982/93, 4.037/93, 4.068/93, 4.165/93, 4.191/93, 4.209/93, 4.586/94, 4.628/94, 4.659/94, 4.805/94, 060/95, 249/95, 271/95, 1.264/95, 555/95, 954/95, 1.175/95, 1.232/95, 1.251/95, 1.362/95, 1.540/96, 1.556/96, 1.617/96, 1.625/96, 1.757/96, 1.767/96, 2.047/96, 2.099/96, 2.116/96, 2.117/96, 2.131/96, 2.176/96, 2.198/96, 2.208/96, 2.212/96, 2.275/96, 2.583/96, 2.888/97, 2.922/97, 2.971/97, 3.145/97, 3.151/97, 3.183/97, 3.211/97, 3.218/97, 3.341/97, 3.348/97, 3.464/97, 3.545/97, 3.582/97, 3.583/97, 3.634/97 e 3.822/97.
- III - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:
- emenda apresentada na Comissão
 - termo de recebimento de emendas - 1991
 - termo de recebimento de emendas - 1995 (nova legislatura)
 - parecer do Relator
 - 1º substitutivo oferecido pelo Relator
 - emendas apresentadas ao substitutivo (9)
 - termo de recebimento de emendas ao substitutivo
 - parecer reformulado
 - 2º substitutivo oferecido pelo Relator
 - parecer da Comissão
 - substitutivo adotado pela Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 913-A/91

Nos termos do art. 119, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões de prazo para apresentação de emendas, a partir de 20/04/98, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 06 de maio de 1998.


Maria Linda Magalhães
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 913-A/91

Nos termos do art. 119, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Sra. Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões de prazo para apresentação de emendas, a partir de 27/08/99, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 3 de setembro de 1999.


Maria Linda Magalhães
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI nº 913, de 1991

(PLS nº 12, de 1991, na origem)

*Altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do
Tempo de Serviço - FGTS e dá outras providências.*

AUTOR: Senado Federal

RELATOR: Deputado Luiz Salomão

APENSOS: PL nº 2.521/89, PL nº 4.664/90, PL nº 4.952/90, PL nº 5.542/90, PL nº 5.790/90, PL nº 21/91, PL nº 43/91, PL nº 146/91, PL nº 162/91, PL nº 340/91, PL nº 350/91, PL nº 360/91, PL nº 417/91, PL nº 461/91, PL nº 718/91, PL nº 1.040/91, PL nº 1.156/91, PL nº 1.334/91, PL nº 1.378/91, PL nº 1.402/91, PL nº 1.409/91, PL nº 1.544/91, PL nº 1.559/91, PL nº 1.633/91, PL nº 1.662/91, PL nº 1.678/91, PL nº 1.761/91, PL nº 1.831/91, PL nº 1.851/91, PL nº 1.878/91, PL nº 1.929/91, PL nº 1.952/91, PL nº 2.202/91, PL nº 2.219/91, PL nº 2.257/91, PL nº 2.371/91, PL nº 2.547/92, PL nº 2.607/92, PL nº 2.713/92, PL nº 2.729/92, PL nº 2.879/92, PL nº 3.006/92, PL nº 3.113/92, PL nº 3.227/92, PL nº 3.246/92, PL nº 3.670/93, PL nº 3.921/93, PL nº 3.944/93, PL nº 3.976/93, PL nº 3.982/93, PL nº 4.037/93, PL nº 4.068/93, PL nº 4.165/93, PL nº 4.191/93, PL nº 4.209/93, PL nº 4.586/94, PL nº 4.628/94, PL nº 4.659/94, PL nº 4.805/94, PL nº 60/95, PL nº 249/95, PL nº 271/95, PL nº 555/95, PL nº 954/95, PL nº 1.175/95, PL nº 1.232/95, PL nº 1.251/95, PL nº 1.264/95, PL nº 1.362/95, PL nº 1.540/96, PL nº 1.556/96, PL nº 1.617/96, PL nº 1.625/96, PL nº 1.757/96, PL nº 1.767/96, PL nº 2.047/96, PL nº 2.099/96, PL nº 2.116/96, PL nº 2.117/96, PL nº 2.131/96, PL nº 2.176/96, PL nº 2.198/96, PL nº 2.208/96, PL nº 2.212/96, PL nº 2.275/96, PL nº 2.583/96, PL nº 2.888/97, PL nº 2.922/97 e PL nº 2.971/97; PL nº 3.145/97; PL nº 3.151/97; PL nº 3.183/97; PL nº 3.211/97; PL nº 3.218/97; PL nº 3.341/97; PL nº 3.348/97; PL nº 3.464/97; PL nº 3.545/97; PL nº 3.582/97; PL nº 3.583/97; PL nº 3.634/97 e PL nº 3.822/97.

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 913, de 1991, de autoria do Senado Federal, onde tramitou como PLS nº 12, de 1991, foi apresentado pelo então Senador Marco Maciel. Seu objeto principal é estender aos trabalhadores rurais e aos domésticos os direitos previstos na Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).



Na Câmara dos Deputados, foi distribuído ao exame das Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação.

Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), o projeto de lei em apreciação recebeu a apensação dos 102 projetos de lei acima epígrafados, que representam as iniciativas de mudanças na legislação que rege o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço propostas pelos membros das duas Casas do Congresso, em decorrência, principalmente, da repercussão dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do FGTS.

Tendo em vista a diversidade e a profundidade de propostas apresentadas, optou o Relator na CTASP, o ilustre Deputado Paulo Rocha, pela elaboração de Substitutivo às proposições apresentadas, tendo realizado intenso e profícuo trabalho de negociação, mediante consultas realizadas junto às centrais sindicais, às entidades patronais que têm assento no Conselho Curador do FGTS, aos órgãos e entidades do Governo Federal, especialmente o Ministério do Trabalho, a Secretaria de Política Urbana do então Ministério do Planejamento e Orçamento e a Caixa Econômica Federal, objetivando a construção de um texto consensual, capaz de merecer a aprovação de todos os interessados na matéria.

A Comissão, em reunião realizada em 10 de dezembro de 1997, aprovou unanimemente o parecer reformulado do Relator, coroando de êxito o trabalho de negociação por ele conduzido.

Na Comissão de Finanças e Tributação, a matéria deverá ser examinada quanto à sua adequação orçamentária e financeira, na forma prevista nos arts. 32, IX, *h*, e 53, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e, também, quanto ao mérito. Aberto o prazo regimental para apresentação de emendas, no período de 27.08.99 a 02.09.99, nesta Comissão não foi apresentada nenhuma emenda aos projetos de lei sob análise.

Com o propósito de facilitar a compreensão do processo, e economizar tempo, para que os projetos de lei em exame sejam o mais rapidamente decididos por esta Comissão, baseamos nosso Relatório no trabalho do ex-Deputado Vânio dos Santos, que, na legislatura passada, teve a incumbência de relatar a matéria, chegando a apresentar seu Parecer, que, por falta de tempo hábil, deixou de ser apreciado por esta Comissão.

Por sua vez, o Parecer do Deputado Vânio dos Santos já seguia, com o mesmo propósito de clareza e compreensão, a metodologia utilizada pelo Relator da CTASP, que consistiu em relatar os projetos de lei resumidamente, agrupados segundo o tema tratado ou o dispositivo da Lei nº 8.036/90 que pretendem alterar. Por essa razão, alguns projetos são enumerados mais de uma vez, por tratarem de mais de um tema. São os seguintes:

A) COMPOSIÇÃO, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO CURADOR (5 PROJETOS):

- **PROJETO DE LEI Nº 4.664, DE 1990**, do Dep. Paulo Paim – “Dispõe sobre a estabilidade no emprego dos representantes da categoria dos trabalhadores no Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, alterando a Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989.”

Veda a dispensa dos empregados representantes dos trabalhadores no Conselho Curador do FGTS a partir da nomeação até um ano após o final do mandato, salvo o cometimento de falta grave.



- Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas no prazo regimental.
- **PROJETO DE LEI Nº 360, DE 1991**, do Dep. Amaury Muller – “Introduz alterações na Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.”

Inclui na composição do Conselho Curador um representante do cooperativismo habitacional, a ser indicado pela Organização das Cooperativas Brasileiras, e determina que os financiamentos de programas habitacionais com recursos do FGTS sejam prioritariamente destinados às cooperativas habitacionais.

Submetido à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas, no prazo regimental.

- **PROJETO DE LEI Nº 1.334, DE 1991**, do Dep. Edésio Passos e outros – “Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.”

Acrescenta à composição do Conselho Curador mais nove membros, entre outras modificações relacionadas adiante.

- **PROJETO DE LEI Nº 1.556, DE 1996**, do Dep. Carlos Ayrton – “Dispõe sobre a retratação de opção pelo regime do FGTS e dá outras providências.”

A proposição contém as seguintes disposições:

- extingue o regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, restabelecendo a proteção contra a despedida arbitrária mediante indenização compensatória;
 - estabelece o prazo de um ano para o trabalhador que optou pelo regime do FGTS retratar-se da opção, mediante declaração escrita entregue ao seu empregador;
 - determina a transferência dos recursos depositados na conta vinculada do trabalhador para conta em nome do empregador;
 - extingue o Conselho Curador do FGTS, transferindo suas funções para a Caixa Econômica Federal, na qualidade de seu Agente Operador;
 - submete à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados o exame dos programas anuais e plurianuais e das contas do FGTS e ao Plenário da Câmara sua aprovação.
- **PROJETO DE LEI Nº 3.583, DE 1997**, do Senado Federal – “Dispõe sobre a obrigatoriedade de aprovação, pelo Congresso Nacional, das decisões do Conselho Curador do FGTS.”

Dispõe que as decisões do Conselho Curador do FGTS que alterem os critérios de distribuição dos recursos do FGTS aos Estados, Distrito Federal e Municípios sejam apreciadas pelo Congresso Nacional.

B) Garantia Exigida para Empréstimos (1 projeto):

- **PROJETO DE LEI Nº 1.831, DE 1991**, do Dep. Pauderney Avelino – “Altera dispositivos da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.”

Introduz a alternativa de garantia fidejussória nas aplicações de recursos do FGTS.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.



C) APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FGTS E DISTRIBUIÇÃO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (7 PROJETOS):

- **PROJETO DE LEI Nº 1.878, DE 1991**, do Dep. Rubens Bueno – “Altera o inciso III do artigo 10 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que ‘dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências’.”

Estabelece que pelo menos 50% dos recursos arrecadados sejam aplicados nos municípios de origem e em projetos julgados prioritários pelas respectivas prefeituras; e que apenas o restante dos recursos sejam aplicados considerando a demanda habitacional, a população e outros indicadores sociais, como preconiza a atual redação do inciso III do art. 10 da Lei nº 8.036/90.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 1.929, DE 1991**, do Dep. Evaldo Gonçalves – “Altera o artigo 10 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que ‘dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências’.”

Pretende que as aplicações dos recursos do FGTS sejam feitas obedecendo aos percentuais vigentes do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE e não mais de acordo com a demanda habitacional, a população e outros indicadores sociais, como prescreve o inciso III do art. 10, que intenta revogar.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 2.713, DE 1992**, do Senado Federal (na origem PLS 208/91) – “Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que ‘dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências’.”

Determina que o volume de recursos a serem aplicados nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, em conjunto, não poderá ser inferior a 40% do total dos recursos arrecadados pelo Fundo.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 1.362, DE 1995**, do Dep. Luciano Pizzatto – “Dá nova redação ao parágrafo 3º do artigo 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que ‘dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências’.”

Estabelece que o programa de aplicações dos recursos do FGTS deverá destinar, no mínimo, 60% (sessenta por cento) para investimentos em habitação popular, dos quais 10% (dez por cento) destinados à habitação rural.

- **PROJETO DE LEI Nº 2.922, DE 1997**, do Dep. Paulo Paim – “Altera a redação da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a fim de permitir a movimentação da conta vinculada e a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS no custeio da educação do trabalhador e de seus dependentes.”

Altera as destinações dos recursos do FGTS, excluindo infra-estrutura urbana e incluindo o financiamento de programas de educação para o trabalhador e seus dependentes; aloca 10% (dez por cento) do volume total de recursos para operações de crédito educativo; e autoriza a movimentação da conta vinculada para o pagamento de matrículas, mensalidades e outras despesas com educação e de prestações e do saldo



devedor de financiamento obtido no âmbito do Programa de Crédito Educativo, para o trabalhador ou seus dependentes.

- **PROJETO DE LEI Nº 2.971, DE 1997**, do Dep. Moisés Lipnik – "Altera a redação do § 3º do art. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências."

Determina que o programa de aplicações do FGTS deverá alocar, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos recursos para aplicação em habitação popular, sendo pelo menos 10% (dez por cento) dos recursos totais destinados a programas de aquisição de materiais de construção pelas populações de baixa renda.

- **PROJETO DE LEI Nº 3.582, DE 1997**, do Senado Federal – "Altera a Lei nº 8.036, de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências."

Introduz diversas modificações nos artigos 9º e 10 da Lei nº 8.036, resultando nas seguintes mudanças:

- altera a condição de empregador da Caixa Econômica Federal para agente financeiro;
- exclui todas as demais formas de garantias aplicáveis aos financiamentos com recursos do FGTS, deixando apenas a garantia real;
- reduz o prazo máximo de aplicação dos recursos do Fundo, de trinta para vinte e cinco anos;
- retira do texto da Lei nº 8.036/90 a expressão que determina que o risco de crédito das aplicações é da Caixa Econômica Federal;
- fixa, para os próximos 15 anos, os percentuais máximos de aplicação em habitação e saneamento respectivamente em 50% e 35%; e
- determina que os critérios para aplicação, segundo as unidades da Federação, sejam: em habitação: arrecadação bruta das contas vinculadas, população e demanda habitacional; em saneamento: déficit dos serviços de água e esgoto, e; em infraestrutura: população urbana de cada unidade da Federação.

D) CORREÇÃO DOS SALDOS DAS CONTAS VINCULADAS (5 PROJETOS):

- **PROJETO DE LEI Nº 5.790, DE 1990**, do Dep. Augusto Carvalho – "Dispõe sobre a correção de saldos das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990."

Dispõe que os saldos das contas vinculadas do FGTS sejam corrigidos, cumulativamente, a partir de 1º/07/88, em 26,06%; e, a partir de 1º/02/89, em 70,28%. Ressalva, entretanto, que para as categorias funcionais que obtiveram esses índices de reajuste somente seja feita a correção até o início do prazo de validade dos respectivos acordos coletivos ou decisões judiciais; e para as que tiveram índices inferiores aos referidos a correção seja feita pelo percentual restante. A proposição tem como objetivo repor as perdas patrimoniais decorrentes dos Planos Bresser e Verão.

Submetido às Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 2.879, DE 1992**, do Dep. Paulo Paim – "Dispõe sobre o saque do FGTS."



Determina que o montante existente na conta individual do FGTS do trabalhador lhe seja devido na data da rescisão sem justa causa do seu contrato de trabalho; que o empregador, ao comunicar o empregado da sua dispensa, dê, na mesma oportunidade, ciência ao banco depositário do dia em que ocorrerá a rescisão do contrato de trabalho; e que os depósitos do FGTS na conta individual do empregado deverão estar à sua disposição na mesma data da rescisão contratual, acrescidos da Taxa Referencial Diária.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 3.113, DE 1992**, do Dep. Jackson Pereira – “Dá nova redação ao parágrafo 5º do artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.”

Determina que o valor a ser sacado da conta vinculada seja atualizado monetariamente, por índice a ser estabelecido pelo Conselho Curador, entre a data do último crédito de juros e atualização monetária e a data do efetivo pagamento.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 4.586, DE 1994**, do Dep. Paulo Paim – “Dispõe sobre os juros e a correção monetária incidentes sobre os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.”

Determina que os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço sujeitem-se à correção monetária na forma e pelos critérios adotados para a caderneta de poupança, e que capitalizem juros à taxa de 6% (seis por cento) ao ano.

- **PROJETO DE LEI Nº 4.659, DE 1994**, do Dep. Luiz Salomão – “Altera dispositivo da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.”

Determina que os depósitos efetuados nas contas vinculadas sejam corrigidos monetariamente com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança, capitalizando juros de 6% ao ano.

E) EXTENSÃO DO FGTS AOS EMPREGADOS DOMÉSTICOS E RURAIS (4 PROJETOS):

- **PROJETO DE LEI Nº 2.521, DE 1989**, do Dep. José Egreja – “Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do Trabalhador Rural – FGTS-TR.”

Cria o Fundo de Garantia do Trabalhador Rural (FGTS-TR), regido por disposições semelhantes às contidas na Lei nº 8.036/90 e pelas seguintes disposições especiais:

- abrange empregados e empregadores, inclusive pessoas de direito público, que exerçam atividades rurais (agricultura, pecuária e exploração animal, extrativismo e exploração vegetal);
- os depósitos deverão ser realizados até o dia 30 de cada mês, em valor equivalente a 8% (oito por cento) da remuneração paga a cada empregado;
- o empregador com menos de 10 empregados pode efetuar o depósito trimestralmente, desde que atualizados os valores;
- na rescisão do contrato por justa causa, na vigência do contrato de trabalho ou na rescisão sem justa causa pelo empregado ou por justa causa pelo empregador, a conta



CÂMARA DOS DEPUTADOS

pode ser utilizada total ou parcialmente quando ocorrer necessidade grave e premente, pessoal ou familiar, ou casamento, aquisição de propriedade rural, aquisição de moradia própria, aquisição de equipamentos destinados à atividade de produtor rural ou de natureza autônoma ou para aplicações de capital em atividades diversas;

- gestão dos recursos pela Caixa Econômica Federal - CEF, segundo planejamento e normas do Conselho Curador, sendo o custeio da gestão financiado pelo diferencial de juros obtidos nas aplicações dos recursos em relação aos custos de capitalização do Fundo;
 - constituição do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do Trabalhador Rural - CCFGTS-TR, específico para os recursos do FGTS -TR, com competências similares às do Conselho Curador do FGTS, composto pelo presidente da CEF, que o presidirá, um representante do Ministério do Trabalho, um do Ministério da Agricultura, três dos empregadores rurais e três dos empregados rurais;
 - o CCFGTS - TR determinará as exigências para o credenciamento dos agentes financeiros, que dependerá de prévia autorização do BACEN, sendo dada prioridade ao Sistema de Crédito Rural Cooperativista;
 - as aplicações serão realizadas diretamente com trabalhadores rurais, em crédito fundiário (com juros máximos de 6% ao ano) e moradia própria;
 - são considerados trabalhadores rurais aqueles que, nos últimos 5 anos, tenham pelo menos 80% do tempo de trabalho em atividade rural como empregado ou pequeno produtor rural;
 - o financiamento para aquisição de moradia ou de propriedade rural só poderá ser realizada uma única vez por cada trabalhador;
 - competirá ao Ministério do Trabalho a verificação do cumprimento dos recolhimentos do FGTS-TR e a cobrança administrativa e judicial dos débitos porventura existentes.
- **PROJETO DE LEI Nº 21, DE 1991**, do Dep. Antônio Carlos Mendes Thame – “Altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.”

Determina que os direitos previstos na Lei nº 8.036/90 aplicam-se, igualmente, aos trabalhadores domésticos (a este encontram-se apensados os PLs nº 162/91 e nº 350/91).

Submetido às Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.
 - **PROJETO DE LEI Nº 162, DE 1991**, do Dep. Carlos Alberto Campista – “Estende aos empregados domésticos o direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.”

Estende aos empregados domésticos o direito aos depósitos do FGTS, definindo que o percentual referido no *caput* do artigo 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, incida sobre o salário em dinheiro devido e pago ao trabalhador, não podendo este valor, para o efeito de cálculo dos depósitos, ser inferior ao do salário mínimo.
 - **PROJETO DE LEI Nº 350, DE 1991**, do Dep. Carlos Cardinal – “Assegura ao empregado doméstico o direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.”



Assegura aos empregados domésticos o direito ao FGTS, definindo entretanto a contribuição mensal como correspondente a 8% do salário mínimo, independente, pois, do valor do salário do empregado doméstico, e o dia 30 do mês subsequente como o termo do prazo de recolhimento da contribuição.

F) PRESTAÇÃO, PELOS EMPREGADORES AOS EMPREGADOS, DE INFORMAÇÕES SOBRE A CONTA VINCULADA (1 PROJETO):

- **PROJETO DE LEI Nº 1.559, DE 1991**, do Dep. Saulo Coelho – “Altera o artigo 17 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para determinar que a comunicação relativa aos depósitos do FGTS conste do comprovante de pagamento do empregado e dá outras providências.”

Determina que no comprovante de pagamento do empregado conste o valor recolhido ao FGTS no mês e o saldo atualizado, até o mês anterior, da respectiva conta vinculada e a obrigação de as instituições financeiras depositárias prestarem aos empregadores as informações necessárias.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

G) MULTA NA RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO (1 PROJETO):

- **PROJETO DE LEI Nº 1.409, DE 1991**, do Dep. Victor Faccioni – “Dispõe sobre a multa a ser paga em caso de rescisão de contrato de trabalho, por parte do empregador.”

Objetiva fixar em lei que a base de cálculo da multa a ser paga pelo empregador na hipótese de rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, sem justa causa, ainda que indireta, inclua, além dos depósitos realizados, todos os devidos e não recolhidos, devendo o total ser atualizado monetariamente e acrescido de juros, e não deduza os saques porventura efetuados pelo trabalhador.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

H) SAQUE DO SALDO DA CONTA VINCULADA (66 PROJETOS), CONTEMPLANDO AS SEGUINTE HIPÓTESES DE LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS:

1. Por Pedido de Demissão:

- **PROJETO DE LEI Nº 5.542, DE 1990**, do Dep. José Serra – “Amplia as possibilidades de movimentação da conta vinculada do FGTS para os trabalhadores de baixa renda e dá outras providências.”

Acrescenta às hipóteses de saque previstas no art. 20 da Lei nº 8.036/90 as seguintes, relacionadas apenas aos trabalhadores com renda mensal de até cinco salários mínimos:

- necessidades graves e prementes, pessoais ou familiares, de trabalhador desempregado em virtude de rescisão por sua própria iniciativa ou por iniciativa da empresa, com justa causa;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- necessidade pessoal ou familiar, por motivo de doença, nos casos de comprovada urgência, em que a Previdência Social haja admitido reembolso das despesas realizadas;
- casamento;
- aquisição de materiais para construção ou ampliação de casa própria;
- aquisição de bens de que dependa o desenvolvimento de atividade própria e autônoma, vedada a sua alienação pelo prazo de dois anos.

Submetido à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto foi aprovado nos termos do parecer do Relator, Dep. Messias Góis, com adoção de emenda supressiva. Apreciado por esta Comissão de Finanças e Tributação, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, para exame de adequação orçamentária e financeira, o projeto, tendo recebido 3 emendas de autoria do Dep. Jackson Pereira, objetivando, respectivamente, elevar a faixa de renda dos trabalhadores com direito a saque de sua conta vinculada do FGTS, estender o limite de saque do FGTS ao total despendido, no caso de doença, e suprimir do texto a expressão "de baixa renda", foi aprovado, unanimemente, assim como as emendas apresentadas nesta Comissão e seu apenso, o PL nº 1.544/91. Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, não foram recebidas emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 2.116, DE 1996**, do Dep. Paulo Paim – "Dá nova redação ao inciso I do artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências."

Possibilita a movimentação da conta vinculada do FGTS também no caso de dispensa sem justa causa, a pedido do empregado.

2. Para Pagamento Mensal a Entidade de Medicina de Grupo ou Plano de Saúde:

- **PROJETO DE LEI Nº 4.805, DE 1994**, do Dep. João Faustino – "Dispõe sobre o acréscimo de inciso ao 'caput' do artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências."

Inclui entre as hipóteses de movimentação da conta vinculada do FGTS o pagamento mensal a entidade de medicina de grupo ou plano de saúde, em benefício do titular e de seus dependentes.

3. Por Tempo de Serviço:

- **PROJETO DE LEI Nº 340, DE 1991**, do Dep. Carlos Cardinal – "Permite ao optante pelo FGTS que realizar trinta anos de contribuições previdenciárias, sacar cinquenta por cento do saldo desse fundo e determina outras providências."

Permite ao trabalhador que completar trinta anos de contribuições previdenciárias ou sessenta anos de idade sacar 50% (cinquenta por cento) do saldo de sua conta vinculada do FGTS.

Submetido à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto foi aprovado na forma de substitutivo apresentado pelo Relator, Dep. André Benassi. Apreciado por esta Comissão de Finanças e



Tributação, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, para o exame de adequação orçamentária e financeira, o projeto foi aprovado por unanimidade. Da mesma forma na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, o projeto não recebeu emendas, no prazo regimental.

- **PROJETO DE LEI Nº 3.006, DE 1992**, do Dep. Magalhães Teixeira – “Acrescenta dispositivo ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do FGTS pelo trabalhador que opta pela permanência em atividade após contar com 35 anos de serviço.”

Permite a movimentação da conta vinculada ao trabalhador que tenha completado 35 (trinta e cinco) anos de serviço, mesmo que ele permaneça em atividade.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 4.628, DE 1994**, do Dep. Paulo Paim – “Modifica a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, facultando ao empregado com mais de um ano de trabalho numa mesma empresa movimentar livremente sua conta vinculada.”

Permite a livre movimentação da conta vinculada do FGTS ao trabalhador com mais de um ano de emprego na mesma empresa.

- **PROJETO DE LEI Nº 1.175, DE 1995**, do Dep. Elias Murad – “Altera o inciso III do artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do FGTS após a aquisição, pelo trabalhador, do tempo de serviço exigido para a aposentadoria.”

Permite a movimentação da conta vinculada do FGTS quando o trabalhador completar o tempo de serviço exigido para a aposentadoria.

- **PROJETO DE LEI Nº 1.232, DE 1995**, do Dep. Chico Vigilante – “Acrescenta inciso XI e parágrafo 6º ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.”

Autoriza a movimentação da conta vinculada do FGTS, limitada a 70% (setenta por cento) do valor do saldo, a cada vez que o trabalhador completar dez anos de trabalho, contínuos ou não, sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes.

- **PROJETO DE LEI Nº 1.251, DE 1995**, do Dep. Elias Murad – “Altera o inciso III do artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do FGTS após a aquisição, pelo trabalhador, do tempo de serviço exigido para a aposentadoria.”

Proposição exatamente igual ao PL nº 1.175/95, descrito acima.

- **PROJETO DE LEI Nº 3.145, DE 1997**, do Dep. Murilo Domingos – “Autoriza a utilização de 80% (oitenta por cento) do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS após 8 (oito) anos de recolhimento.”

Autoriza a movimentação de 80% (oitenta por cento) do saldo da conta vinculada do FGTS, após 8 anos de recolhimento.

4. Para pagamento de parte das prestações, na liquidação ou na amortização do saldo devedor ou no pagamento total ou parcial do preço de aquisição de um único imóvel no SFH e no sistema hipotecário:

- **PROJETO DE LEI Nº 417, DE 1991**, do Dep. Geraldo Alckmin Filho – “Dispõe sobre a movimentação da conta vinculada do FGTS para fins de aquisição de imóvel, alterando o artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.”



Objetiva estender a todos os contratos de financiamento habitacional a possibilidade de saque da conta vinculada do FGTS para pagamento de parte das prestações, liquidação ou amortização extraordinária, limitada, pela atual redação dos incisos VI e VII do artigo 20, aos financiamentos concedidos no âmbito do SFH ou às operações enquadráveis nas condições vigentes para o SFH.

Submetido às Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 2.219, DE 1991**, do Dep. Paulo Hartung – “Acrescenta parágrafo ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.”

Estende as hipóteses de saque para pagamento de parte das prestações, liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor ou pagamento total ou parcial do preço de aquisição de moradia própria, autorizadas para financiamentos habitacionais concedidos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, também aos financiamentos de um único imóvel residencial pelo sistema hipotecário.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 3.944, DE 1993**, dos Deputados Cyro Garcia e Ernesto Gradella – “Altera o artigo 35 do Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, no que se refere à movimentação das contas vinculadas dos trabalhadores no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.”

Pretende estender a possibilidade de movimentação da conta vinculada para o pagamento de prestações ou para liquidação ou amortização extraordinária, também aos mutuários de financiamentos habitacionais concedidos por Entidades Fechadas de Previdência Privada.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 3.976, DE 1993**, do Dep. Paulo Bernardo – “Dispõe sobre a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço nos financiamentos para aquisição da casa própria vinculados a entidades fechadas de previdência complementar.”

Objetiva estender aos financiamentos concedidos no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar as possibilidades de movimentação da conta vinculada que a legislação já contempla para os financiamentos concedidos no âmbito do SFH.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 3.464, DE 1997**, do Dep. Welson Gasparini – “Modifica dispositivos do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para permitir a movimentação da conta vinculada no pagamento de prestações, amortização ou liquidação relativos a financiamento habitacional.”

Permite a movimentação da conta vinculada do FGTS para o pagamento de prestações ou para a liquidação ou amortização extraordinária de financiamento habitacional concedido por qualquer sistema financeiro, elidindo a restrição da atual legislação, que só permite a movimentação no caso de financiamentos concedidos pelo SFH.



- **PROJETO DE LEI Nº 3.634, DE 1997**, do Dep. Feu Rosa – "Acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para permitir a movimentação da conta vinculada no pagamento de prestações habitacionais em atraso."

Permite a movimentação da conta vinculada do FGTS para o pagamento de prestações habitacionais em atraso relativas a financiamento concedido no âmbito do SFH.

5. Por ocasião das férias:

- **PROJETO DE LEI Nº 1.761, DE 1991**, da Dep. Sandra Cavalcanti – "Permite ao trabalhador utilizar o percentual que especifica, de sua conta vinculada do FGTS, por ocasião das férias anuais."

Autoriza o saque de até 10% (dez por cento) do saldo da conta vinculada, por ocasião das férias, aos trabalhadores com pelo menos cinco anos de serviços prestados à mesma empresa.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

6. Para pagamento de mensalidade escolar do trabalhador e de seus dependentes:

- **PROJETO DE LEI Nº 1.952, DE 1991**, do Dep. Ricardo Izar – "Acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir movimentação da conta vinculada do FGTS nos casos de pagamento de mensalidade escolar."

Permite o saque da conta vinculada do FGTS para o pagamento de mensalidades escolares do titular ou de seus dependentes.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 2.371, DE 1991**, do Dep. Valdenor Guedes – "Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o saque do FGTS para pagamento de mensalidades escolares." (Apenso ao PL nº 1.952/91)

Permite a movimentação da conta vinculada do FGTS para o pagamento de mensalidade escolar do trabalhador e de seus filhos menores.

- **PROJETO DE LEI Nº 954, DE 1995**, do Dep. Aírton Dipp – "Acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir movimentação da conta vinculada no FGTS no caso que especifica."

Permite a movimentação da conta vinculada do FGTS para pagamento de matrícula e de mensalidades escolares, em escolas de nível superior, para o titular ou seus dependentes.

- **PROJETO DE LEI Nº 1.540, DE 1996**, do Dep. Ricardo Izar – "Acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir movimentação da conta vinculada do FGTS nos casos de pagamento de mensalidade escolar."

Permite a movimentação da conta vinculada do FGTS para o pagamento de mensalidade escolar do titular ou de seus dependentes.

- **PROJETO DE LEI Nº 2.047, DE 1996**, do Dep. Augusto Nardes – "Permite a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para pagamento de parte da mensalidade escolar de cursos de 2º e 3º graus."



Permite a movimentação da conta vinculada do FGTS para o pagamento da mensalidade escolar do trabalhador ou de seus dependentes matriculados em cursos de 2º ou 3º grau, nas mesmas condições preconizadas pelo inciso V para o pagamento de prestações de financiamento habitacional concedido no âmbito do SFH.

- **PROJETO DE LEI Nº 2.099, DE 1996**, do Dep. Luiz Mainardi – “Altera o artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que ‘dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências’.”

Permite a movimentação da conta vinculada do FGTS para o custeio de curso universitário do trabalhador e de seus dependentes.

- **PROJETO DE LEI Nº 2.117, DE 1996**, do Dep. Nelson Bornier – “Permite a utilização de percentual do saldo da conta vinculada relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para o pagamento de mensalidades escolares.”

Permite a movimentação da conta vinculada do FGTS para o pagamento de mensalidades escolares do trabalhador ou de seus dependentes, até o limite de 30% (trinta por cento) do saldo da respectiva conta vinculada.

- **PROJETO DE LEI Nº 2.131, DE 1996**, do Dep. Ezídio Pinheiro – “Acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que ‘dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências’.”

Permite a movimentação da conta vinculada do FGTS para pagamento de mensalidades e demais encargos educacionais de curso universitário, para o trabalhador e seus dependentes.

- **PROJETO DE LEI Nº 2.176, DE 1996**, do Dep. Hugo Lagranha – “Dispõe sobre o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, pelos trabalhadores ou dependentes para pagamento de mensalidade de curso nível superior.”

Permite a movimentação da conta vinculada do FGTS para pagamento de mensalidade escolar do trabalhador ou de seus dependentes matriculados em cursos de 3º grau.

- **PROJETO DE LEI Nº 2.212, DE 1996**, do Dep. Wilson Cignachi – “Acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que ‘dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências’.”

Autoriza a movimentação da conta vinculada do FGTS para o pagamento de mensalidades escolares de curso superior para o trabalhador e seus dependentes.

- **PROJETO DE LEI Nº 2.922, DE 1997**, do Dep. Paulo Paim – “Altera a redação da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a fim de permitir a movimentação da conta vinculada e a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS no custeio da educação do trabalhador e de seus dependentes.” (já relatado anteriormente).

- **PROJETO DE LEI Nº 3.183, DE 1997**, do Dep. Raimundo Colombo – “Dispõe sobre a utilização de recursos da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para pagamento de matrícula e mensalidades escolares no ensino superior.”

Autoriza a movimentação da conta vinculada do FGTS para o pagamento de matrícula e mensalidades escolares do trabalhador ou de seus dependentes em instituições de ensino superior.

- **PROJETO DE LEI Nº 3.341, DE 1997**, do Dep. Aldo Arantes e outros – “Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, possibilitando ao estudante universitário a movimentação da conta



vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para pagamento das mensalidades em instituições de ensino superior, e dá outras providências."

Permite a movimentação da conta vinculada do FGTS para o pagamento de mensalidades em cursos de graduação e pós-graduação de instituições de ensino superior devidamente reconhecidas.

- **PROJETO DE LEI Nº 3.822, DE 1997**, do Dep. Edinho Bez – "Altera a Lei nº 8.036, de 1990, de forma a permitir a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, para o pagamento das mensalidades escolares do titular da conta, dos filhos e do cônjuge, cujo grupo familiar tenha renda inferior ou igual a trinta salários mínimos mensais."

Permite a movimentação da conta vinculada do FGTS para o pagamento de mensalidades de curso superior regular do trabalhador, do cônjuge e dos filhos de até 25 anos, desde que a renda familiar seja de até 30 salários mínimos, o pagamento se limite ao valor de até cinco mensalidades em cada semestre ou se destine a complementar o valor de bolsa de estudo fornecida pela própria instituição. O projeto de lei exclui do benefício os alunos que tiverem recebido o Crédito Educativo, e prevê a devolução dos recursos, devidamente corrigidos segundo os índices atualmente aplicados ao FGTS, ao final de doze meses após a conclusão do curso.

7. Para aquisição, construção, reforma ou ampliação da casa própria:

- **PROJETO DE LEI Nº 4.952, DE 1990**, do Dep. Geraldo Alckmin Filho – "Acrescenta dispositivo ao artigo 18 da Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989, visando a utilização da conta vinculada do trabalhador no FGTS para a construção da casa própria."

Determina que, a pedido do titular da conta vinculada, o saldo parcial ou total do FGTS lhe seja liberado para a construção de casa própria, no prazo de 15 dias da data do requerimento.

Submetido às Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 5.542, DE 1990**, do Dep. José Serra – "Amplia as possibilidades de movimentação da conta vinculada do FGTS para os trabalhadores de baixa renda e dá outras providências." (já relatado anteriormente).
- **PROJETO DE LEI Nº 43, DE 1991**, do Dep. Antonio Carlos Mendes Thame – "Amplia as possibilidades de movimentação da conta vinculada do FGTS para os trabalhadores de baixa renda e dá outras providências."

Introduz as seguintes situações em que o trabalhador poderá movimentar a sua conta vinculada do FGTS: por motivo de doença, nos casos de comprovada urgência; casamento; aquisição de material para construção ou ampliação da própria casa; e aquisição de bens de que dependa o desenvolvimento de atividade própria e autônoma.

Submetido às Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 1.156, DE 1991**, do Deputado Álvaro Valle – "Altera a legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço." (Apenso ao PL nº 417/91).



Estabelece de maneira ampla a possibilidade de movimentação da conta vinculada do FGTS para a aquisição e construção de moradia própria ou pagamento de prestação, e por motivo de casamento do trabalhador.

- **PROJETO DE LEI Nº 1.402, DE 1991**, do Dep. Ivandro Cunha Lima – “Altera a redação do inciso VII do artigo 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.” (Apenso ao PL nº 417/91)

Estabelece a possibilidade de movimentação, sem restrições, da conta vinculada do FGTS para o pagamento total ou parcial do preço de aquisição ou de construção de moradia própria.

Submetido à Comissão de Finanças e Tributação, anteriormente à apensação ao PL nº 4.101/89, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 1.544, DE 1991**, da Dep. Maria Luiza Fontenele - “Altera as hipóteses de movimentação da conta vinculada do trabalhador do FGTS previstas na Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.” (Apenso ao PL nº 5.542/90)

Possibilita a movimentação da conta vinculada para reforma ou ampliação de moradia própria de trabalhador de baixa renda, desde que se destine a dotar o imóvel de equipamentos hidráulicos ou sanitários, de cozinha, de área de serviço, de banheiro ou de dormitório para familiar que resida permanentemente no local e se encontre inadequadamente alojado, e o valor do imóvel não supere o máximo financiável pelo SFH.

Submetido à Comissão de Finanças e Tributação, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto foi aprovado, unanimemente, quanto à sua adequação financeira e orçamentária.

- **PROJETO DE LEI Nº 2.547, DE 1992**, do Senado Federal - “Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, dispondo sobre outras situações em que seja permitido ao trabalhador movimentar a sua conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.”

Dispõe que a conta vinculada pode ser movimentada para construção de imóvel residencial, uma única vez, desde que o titular seja proprietário ou promitente comprador de imóvel, que o valor a ser movimentado seja igual ou inferior ao valor de avaliação do terreno. A liberação dos recursos deverá ser feita em três parcelas iguais e mensais e a conclusão da obra deverá acontecer no prazo máximo de 6 meses após a liberação da última parcela.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 3.227, DE 1992**, do Dep. Werner Wanderer – “Libera o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para construção de imóvel residencial ou aquisição de imóvel residencial usado.” (Apenso ao PL nº 417/91)

Autoriza a movimentação da conta vinculada do FGTS no caso de construção residencial ou aquisição de imóvel residencial usado, desde que haja escritura pública definitiva do terreno onde será construído o imóvel ou do imóvel residencial a ser adquirido.

- **PROJETO DE LEI Nº 3.246, DE 1992**, do Dep. Alacid Nunes – “Dá nova redação ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.”



Permite a movimentação da conta vinculada do FGTS para o pagamento total ou parcial do preço de aquisição de moradia própria, inclusive impostos, taxas e custos notariais relacionados com a transação.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 271, DE 1995**, do Dep. Paulo Paim – “Acrescenta e modifica dispositivos do artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada na construção de moradia própria.”

Possibilita a movimentação da conta vinculada do FGTS no caso de construção de moradia própria e determina que a liberação dos recursos seja feita em parcelas, segundo cronograma físico-financeiro previamente apresentado pelo interessado ao agente financeiro.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 555, DE 1995**, do Dep. Corauci Sobrinho – “Acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.”

Possibilita a movimentação da conta vinculada do FGTS para a construção de casa própria em terreno recebido do Poder Público através de programas de lotes urbanizados.

- **PROJETO DE LEI Nº 1.617, DE 1996**, do Dep. Ayrton Xerez – “Autoriza a movimentação das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para aquisição de materiais para autoconstrução ou ampliação de casas destinadas a famílias de baixa renda e dá outras providências.”

Permite a movimentação da conta vinculada para aquisição de materiais para autoconstrução ou ampliação de moradia própria, condicionada a que o trabalhador tenha renda mensal de até R\$ 600,00 (seiscentos reais), disponha de título de propriedade ou seja possuidor de imóvel urbano, onde será realizada a construção ou ampliação, e apresente projeto de construção ou de ampliação de moradia devidamente aprovado pela Prefeitura Municipal. Determina ainda que os valores a serem movimentados deverão ser de, no mínimo, R\$ 1.000,00 (mil reais) e, no máximo, R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), podendo o trabalhador valer-se de conta do cônjuge ou dos filhos para compor o limite mínimo de saque, e que o direito de saque preconizado só poderá ser exercido uma única vez.

- **PROJETO DE LEI Nº 2.275, DE 1996**, do Dep. Welton Gasparini – “Autoriza a utilização de recursos das contas no FGTS para aquisição de materiais destinados à construção de casa própria.”

Autoriza a movimentação da conta vinculada do FGTS para a aquisição de materiais para a construção de casa própria, desde que o trabalhador disponha de terreno para a construção e apresente projeto de construção devidamente aprovado pela Prefeitura Municipal.

- **PROJETO DE LEI Nº 3.211, DE 1997**, do Senado Federal – “Acrescenta o inciso XII e o § 6º ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências”, a fim de permitir a utilização do FGTS para aquisição de terreno urbano ou rural destinado à construção da casa própria.”



Permite a movimentação da conta vinculada do FGTS para aquisição de terreno urbano ou rural destinado à construção da casa própria, desde que o trabalhador conte com o mínimo de três anos de contribuição ao FGTS, possua renda familiar de, no máximo, 700 reais e o terreno seja adquirido tendo como única finalidade a construção de moradia própria.

- **PROJETO DE LEI Nº 3.218, DE 1997**, do Dep. João Faustino – “Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para permitir ao trabalhador a utilização do FGTS na reconstrução ou reparo da casa própria em caso de calamidade pública.”

Permite a movimentação da conta vinculada do FGTS para reparo ou reconstrução de casa própria, em caso de calamidade pública, mediante comprovação dos órgãos locais de defesa civil.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

8. Para pagamento de impostos, taxas e custos notariais, relacionados à aquisição da casa própria:

- **PROJETO DE LEI Nº 3.246, DE 1992**, do Dep. Alacid Nunes – “Dá nova redação ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.” (já relatado anteriormente).



9. Para aquisição de instrumentos musicais:

- **PROJETO DE LEI Nº 4.068, DE 1993**, do Dep. Sarney Filho – "Introduz alteração no artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, permitindo a utilização da conta vinculada para aquisição de instrumentos musicais."

Permite a movimentação da conta vinculada do FGTS para aquisição de instrumentos musicais, para o titular ou seu dependente, desde que matriculado em estabelecimento de ensino musical.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

10. Por doença e para tratamento de saúde:

- **PROJETO DE LEI Nº 5.542, DE 1990**, do Dep. José Serra – "Amplia as possibilidades de movimentação da conta vinculada do FGTS para os trabalhadores de baixa renda e dá outras providências." (já relatado anteriormente).
- **PROJETO DE LEI Nº 43, DE 1991**, do Dep. Antônio Carlos Mendes Thame – "Amplia as possibilidades de movimentação da conta vinculada do FGTS para os trabalhadores de baixa renda e dá outras providências." (já relatado anteriormente).
- **PROJETO DE LEI Nº 3.982, DE 1993**, do Dep. Osmânio Pereira – "Dá nova redação ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências."

Insere na legislação atual como nova possibilidade de movimentação da conta vinculada do FGTS o pagamento dos custos de cirurgias, aquisição de aparelhos, equipamentos, próteses, terapias e medicamentos necessários à reabilitação ou amenização de deficiência física, sensorial ou mental, do trabalhador e de seus dependentes, com grave redução ou perda total da capacidade laborativa.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 2.208, DE 1996**, do Dep. Fausto Martello – "Acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada no FGTS, no caso que específica."

Permite a movimentação da conta vinculada quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus da AIDS (inciso já acrescentado pela Lei nº 8.922/94).

11. Por despedida com justa causa pelo empregador:

- **PROJETO DE LEI Nº 5.542, DE 1990**, do Dep. José Serra – "Amplia as possibilidades de movimentação da conta vinculada do FGTS para os trabalhadores de baixa renda e dá outras providências." (já relatado anteriormente).
- **PROJETO DE LEI Nº 1.378, DE 1991**, do Dep. Carrion Júnior – "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, permitindo o saque do FGTS nos casos de demissão com justa causa."

Possibilita a movimentação da conta vinculada no caso de demissão por justa causa.



Submetido à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

12. Por conversão de regime jurídico:

- **PROJETO DE LEI Nº 718, DE 1991**, do Dep. Tadashi Kuriki – "Dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 6º da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, referente ao saque do FGTS, pela conversão do regime dos servidores municipais."

Objetiva excluir os servidores municipais da vedação do saque da conta vinculada do FGTS no caso de mudança de regime de emprego, constante da redação original do parágrafo.

Submetido às Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 1.633, DE 1991**, do Dep. Carlos Alberto Campista – "Dispõe sobre o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS pelos servidores públicos civis incluídos no regime jurídico único previsto no artigo 39 da Constituição Federal."

Assegura aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e de suas autarquias e fundações públicas incluídos no regime jurídico único o direito de saque do saldo da conta vinculada do FGTS nas hipóteses de aposentadoria, falecimento, pagamento de parte das prestações, liquidação ou amortização extraordinária de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação ou pagamento parcial ou total do preço de aquisição de moradia própria; ou, ainda, em duas parcelas no mês de aniversário do titular, em 1992 e 1993. Reverte em favor da União, ou de suas autarquias e fundações públicas federais os saldos das contas individualizadas do FGTS de servidores não optantes abrangidos pelo Regime Jurídico Único.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 1.662, DE 1991**, do Deputado Zaire Rezende – "Dispõe sobre a natureza jurídica da conversão do regime celetista para o regime jurídico único do servidor público civil." (Apenso ao PL nº 1633/91)

Dispõe que a conversão do regime celetista de servidor público civil para o Regime Jurídico Único caracteriza rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.

- **PROJETO DE LEI Nº 1.678, DE 1991**, dos Deputados Tuga Angerami e Paulo Hartung – "Dispõe sobre o saque das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, pelos servidores públicos da União, Estados e Municípios, optantes pelo regime jurídico estatutário." (Apenso ao PL nº 1.633/91)

Permite aos funcionários públicos civis que tiverem seu regime jurídico transformado da CLT para o Estatutário movimentar suas contas vinculadas do FGTS nas hipóteses previstas na legislação e, a partir de janeiro de 1992, no mês de aniversário do titular.

- **PROJETO DE LEI Nº 2.202, DE 1991**, do Dep. Flávio Rocha – "Altera dispositivo da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, possibilitando o saque do FGTS pela conversão do regime e dá outras providências." (Apenso ao PL nº 1.633/91).



Permite o saque, pela conversão do regime de contratação, mediante requerimento escrito do servidor.

- **PROJETO DE LEI Nº 2.729, DE 1992**, do Dep. Neuto de Conto – Dispõe sobre o saque dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço pelos servidores públicos civis da União, Estados, Distrito Federal e Municípios." (Apenso ao PL nº 1.633/91).

Permite o saque dos saldos das contas do FGTS no caso de conversão para o Regime Jurídico Único, a partir de janeiro de 1993, na data do aniversário do servidor.

- **PROJETO DE LEI Nº 249, DE 1995**, do Dep. Sérgio Carneiro – "Acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e dá outras providências".

Possibilita a movimentação da conta vinculada do FGTS no caso de conversão do regime de trabalho, da Consolidação das Leis do Trabalho para o Regime Jurídico Único, no âmbito da administração pública.

- **PROJETO DE LEI Nº 2.198, DE 1996**, do Dep. José Augusto – "Acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências."

Autoriza a movimentação da conta vinculada do FGTS no caso de conversão do regime do contrato de trabalho, da Consolidação das Leis do Trabalho para o Regime Jurídico Único.

13. Das contas inativas:

- **PROJETO DE LEI Nº 3.670, DE 1993**, do Dep. Jackson Pereira – "Disciplina a movimentação das contas do FGTS."

Determina que o pagamento das contas vinculadas movimentáveis por não receberem depósitos há mais de três anos (art. 20, VIII, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990) seja feito 15% à vista e os 85% restantes em 18 prestações mensais e iguais. Determina ainda que as 18 parcelas sejam pagas somente a partir de três anos e meio de inatividade da conta e que sobre os saldos destas contas passem a correr juros de 12% ao ano, além da atualização monetária. Alternativamente, permite ao titular optar pelo saque integral do saldo, mediante a aquisição de certificado de privatização.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 1.264, DE 1995**, do Dep. Carlos Nelson – "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências".

Possibilita a movimentação da conta vinculada quando o trabalhador permanecer um ano ininterrupto fora do regime do FGTS, podendo o saque ser efetuado a partir do mês do aniversário do titular da conta.

- **PROJETO DE LEI Nº 2.583, DE 1996**, do Dep. Leonel Pavan – "Altera o inciso VIII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, de forma a permitir ao trabalhador o saque de sua conta após dois anos de inatividade."

Autoriza a movimentação da conta vinculada do FGTS quando o trabalhador permanecer dois anos ininterruptos fora do regime do FGTS.



14. Por casamento:

- **PROJETO DE LEI Nº 5.542, DE 1990**, do Dep. José Serra – “Amplia as possibilidades de movimentação da conta vinculada do FGTS para os trabalhadores de baixa renda e dá outras providências.” (já relatado anteriormente).
- **PROJETO DE LEI Nº 43, DE 1991**, do Dep. Antônio Carlos Mendes Thame – “Amplia as possibilidades de movimentação da conta vinculada do FGTS para os trabalhadores de baixa renda e dá outras providências.” (já relatado anteriormente).
- **PROJETO DE LEI Nº 461, DE 1991**, do Dep. Costa Ferreira – “Introduz alteração no artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.”

Autoriza o saque da conta vinculada do FGTS, por motivo de casamento, para trabalhadores de ambos os sexos.

Submetido às Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 1.156, DE 1991**, do Dep. Álvaro Valle – “Altera a legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.” (já relatado anteriormente).

15. Para desenvolvimento de atividade própria e autônoma:

- **PROJETO DE LEI Nº 5.542, DE 1990**, do Dep. José Serra – “Amplia as possibilidades de movimentação da conta vinculada do FGTS para os trabalhadores de baixa renda e dá outras providências.” (já relatado anteriormente).
- **PROJETO DE LEI Nº 43, DE 1991**, do Dep. Mendes Thame – “Amplia as possibilidades de movimentação da conta vinculada do FGTS para os trabalhadores de baixa renda e dá outras providências.” (já relatado anteriormente).

16. Para aquisição de linha telefônica:

- **PROJETO DE LEI Nº 4.209, DE 1993**, do Dep. Édson Silva – “Dispõe sobre a utilização do FGTS para aquisição de linhas telefônicas.”

Possibilita a movimentação da conta vinculada do FGTS para aquisição de linha telefônica, desde que o trabalhador já possua moradia própria.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

17. Para aquisição de veículo:

- **PROJETO DE LEI Nº 1.767, DE 1996**, do Dep. Antonio Carlos Pannunzio – “Acrescenta inciso XII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que ‘dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências’.”

Permite a movimentação da conta vinculada do FGTS para aquisição de veículo automático ou hidramático, com comandos adaptados, para portador de paraplegia.



- **PROJETO DE LEI Nº 2.888, DE 1997**, do Dep. Feu Rosa - "Permite a utilização dos recursos do FGTS para aquisição de veículo automotor."

Permite a movimentação da conta vinculada do FGTS para aquisição de veículo automotor, uma única vez e desde que o trabalhador seja proprietário de imóvel residencial.

18. Por falência da empresa:

- **PROJETO DE LEI Nº 3.151, DE 1997**, do Senado Federal - "Altera o inciso II do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a fim de permitir ao empregado a movimentação de sua conta vinculada no FGTS, quando da declaração judicial de falência da empresa."

Permite a movimentação da conta vinculada do FGTS quando da publicação de sentença declaratória de falência da empresa empregadora, sua extinção total, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades ou, ainda, o falecimento do empregador individual, sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão do contrato de trabalho.

19. Opção por Programa de Demissão Voluntária:

- **PROJETO DE LEI Nº 3.348, DE 1997**, do Dep. João Cóser - "Dispõe sobre a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS quando de rescisão do contrato de trabalho com base em Programa de Demissão Voluntária - PDV."

Determina a liberação automática do saldo da conta vinculada do FGTS quando a rescisão do contrato de trabalho se processar em consequência de programas de demissão voluntária, direito que estende aos empregados do setor privado, aos servidores públicos e empregados públicos.

I) DESTINAÇÃO DO SALDO DAS CONTAS VINCULADAS (2 PROJETOS):

- **PROJETO DE LEI Nº 1.040, DE 1991**, da Dep. Lúcia Braga - "Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço."

Determina que se não houver dependente habilitado em dois anos, a contar do óbito, o saldo da conta vinculada reverta a favor do sindicato da categoria a que pertencia o trabalhador falecido.

Submetido às Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 4.165, DE 1993**, do Dep. Murilo Pinheiro - "Dá nova redação ao inciso IV, do artigo 20, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que 'dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências'."

Determina que, em ocorrendo o falecimento do trabalhador, se no prazo de dois anos contados da data do óbito não houver dependentes ou herdeiros habilitados, o saldo da conta reverterá em benefício do sindicato a que pertencia o trabalhador.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.



J) MULTA PELO NÃO RECOLHIMENTO DOS DEPÓSITOS (2 PROJETOS):

- **PROJETO DE LEI Nº 2.607, DE 1992**, do Dep. João Tota – “Dispõe sobre penalidades às empresas que deixarem de recolher o FGTS.”

Dispõe que a empresa que deixar de recolher a contribuição devida ao FGTS estará sujeita, por recolhimento, à multa de um milhão de cruzeiros, acrescida de juros de 1% ao mês e correção monetária, cobrada em dobro na reincidência.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 1.757, DE 1996**, do Dep. Pedro Henry – “Altera o artigo 22 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.”

Determina que o empregador que não realizar os depósitos do FGTS no prazo ficará sujeito ao pagamento de correção monetária, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia útil e, também, às sanções previstas no Decreto-Lei nº 368, de 19 de dezembro de 1968. Ressalva, entretanto, que a multa fica limitada a 10% (dez por cento), se o pagamento for efetuado até 30 dias da notificação de débito; e, a 20% (vinte por cento), nos demais casos.

L) CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS (1 PROJETO):

- **PROJETO DE LEI Nº 4.037, DE 1993**, dos Dep. Cyro Garcia e Ernesto Gradella – “Acrescenta alínea ao artigo 27 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, exigindo a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS por parte de empresas da iniciativa privada para a obtenção de empréstimos ou financiamentos junto às entidades financeiras oficiais.”

Torna obrigatória a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS para obtenção, por parte dos empregadores, de empréstimos ou financiamentos junto a quaisquer entidades financeiras oficiais.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

M) PARCELAMENTO DE DÉBITOS (1 PROJETO):

- **PROJETO DE LEI Nº 3.921, DE 1993**, do Dep. Carlos Néllson – “Dispõe sobre a consolidação e o parcelamento dos débitos das instituições de ensino superior sem fins lucrativos para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.”

Determina que a Caixa Econômica Federal efetue a consolidação dos débitos das instituições de ensino superior sem fins lucrativos para com o FGTS, para serem quitados em 120 parcelas mensais. Sobre os débitos consolidados incidirá correção monetária, mas serão isentos de juros e multas, devendo os devedores requererem, no prazo de noventa dias, a consolidação e o parcelamento dos débitos junto à CEF. A proposição determina ainda o cancelamento da consolidação e do parcelamento se houver atraso de 3 (três) parcelas de pagamento do débito consolidado ou de operação normal.



Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

N) CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS COMO CRÉDITO PRIVILEGIADO (1 PROJETO):

- **PROJETO DE LEI Nº 146, DE 1991**, do Dep. Carlos Cardinal- "Dá nova redação ao parágrafo 1º do artigo 449 da Consolidação das Leis do Trabalho."

Modifica o § 1º do art. 449 da Consolidação das Leis do Trabalho, com o objetivo de incluir as contribuições devidas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço como crédito privilegiado, nos casos de falência ou concordata da empresa. Esta pretensão já foi atendida pela nova redação dada pela Lei nº 9.467, de 10 de julho de 1997, ao art. 2º da Lei nº 8.844/94.

Submetido às Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

O) CARTÃO DE IDENTIDADE CADASTRAL DO FGTS (1 PROJETO):

- **PROJETO DE LEI Nº 2.257, DE 1991**, do Dep. Clóvis Assis - "Cria o cartão de identidade cadastral do FGTS e dá outras providências."

Institui o Cartão de Identidade Cadastral do FGTS, similar ao CPF, como comprovante de inscrição no FGTS, a ser expedido por qualquer instituição financeira que recolhe o FGTS e entregue gratuitamente ao estabelecimento do trabalhador cadastrado no Ministério da Fazenda, pelo órgão arrecadador a que estiver jurisdicionado. O Cartão será extinto obrigatoriamente pela instituição que pagar aos dependentes do titular falecido a pensão por morte.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

P) INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONTAS VINCULADAS (1 PROJETO):

- **PROJETO DE LEI Nº 60, DE 1995**, da Dep. Rita Camata - "Dá nova redação ao art. 22 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências."

Determina que as importâncias cobradas pela Previdência Social, no exercício da fiscalização do FGTS, salvo a taxa de remuneração, sejam diretamente depositadas nas contas vinculadas ou individualizadas em relação às quais tenha havido a inadimplência da empresa.

Q) RETRATAÇÃO DA OPÇÃO PELO REGIME DO FGTS (1 PROJETO):

- **PROJETO DE LEI Nº 1.556, DE 1996**, do Dep. Carlos Airton - "Dispõe sobre a retratação de opção pelo regime do FGTS e dá outras providências." (já relatado anteriormente).

**R) ALTERAÇÕES ABRANGENTES (4 PROJETOS):**

- **PROJETO DE LEI Nº 1.334, DE 1991**, do Dep. Edésio Passos e outros 6 – Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.*

Introduz alterações em vários dispositivos da Lei nº 8.036/90 e acrescenta novas disposições ao tratamento da matéria, sendo, resumidamente, as seguintes as principais mudanças:

- acrescenta à composição do Conselho Curador mais nove membros, representando respectivamente o Congresso Nacional dos Movimentos de Moradia Popular, a Associação Brasileira das Empresas Públicas Municipais de Saneamento Básico, a Associação Brasileira de Companhias de Habitação Popular, o Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socio-Econômicas (DIEESE), o Instituto dos Economistas do Brasil, o Instituto de Engenharia do Brasil, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Fórum Nacional das Prefeituras Municipais e os Conselhos Estaduais de Habitação; designa as formas de indicação destes representantes e suas garantias no exercício do cargo;
- cria os Conselhos Estaduais de Habitação, constituídos de dois representantes do Poder Executivo Estadual, um representante do Poder Legislativo Estadual, um representante da Caixa Econômica Federal, dois representantes dos empregados, dois representantes dos empregadores, um representante dos movimentos de moradia popular, um representante das Companhias de Habitação Popular, um representante do setor de saneamento básico, um representante da Associação Brasileira de Empresas de Crédito Imobiliário e Poupança – ABECIP, um representante da Associação Brasileira dos Institutos de Cooperativas – ABICOP e um representante da seção estadual do Fórum Nacional de Prefeituras Municipais. Competirá aos Conselhos Estaduais de Habitação estabelecer os parâmetros para a alocação de recursos do FGTS a serem aplicados na sua unidade da Federação, elaborar propostas de alocação de recursos do FGTS destinados ao Estado; atuar em conjunto com órgãos federais e municipais de habitação e com as concessionárias de energia e saneamento, acompanhar o desempenho de programas habitacionais, avaliando seus benefícios; e subsidiar o Conselho Curador do FGTS no acompanhamento da arrecadação, entre outras competências;
- cria os Conselhos Municipais de Habitação, com competências semelhantes às dos Conselhos Estaduais, para atuação no âmbito municipal;
- determina que a remuneração mínima dos recursos do FGTS seja idêntica à atribuída aos depósitos da caderneta de poupança e que 20% (vinte por cento) dos recursos destinados a habitação popular sejam alocados ao atendimento da população de renda de até 3 (três) salários mínimos mensais;
- estabelece prazo final para a centralização das contas do FGTS;
- determina que os depósitos realizados fora do prazo sejam considerados, para todos os efeitos, como integrantes do saldo correspondente ao dia dez do mês de competência;
- retira da Lei nº 8.036 expressões que garantem procedimento diferenciado para a capitalização dos juros enquanto não ocorrer a centralização das contas na Caixa Econômica Federal;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- determina que os depósitos se façam acompanhar de relação nominal dos trabalhadores titulares das contas e que o Agente Operador adote modelo operacional que assegure a perfeita identificação dos titulares das contas e do emissor dos documentos de autorização de saques;
- assegura ao trabalhador o direito de receber diretamente do banco depositário ou do Agente Operador extrato informativo da evolução de suas contas vinculadas e faculta a entidade sindical, independentemente de procuração, representar os trabalhadores junto ao empregador, banco depositário ou Agente Operador para obter informações sobre o FGTS;
- dispõe que os saques realizados pelo trabalhador, no curso do contrato de trabalho, integram a base de cálculo da multa rescisória;
- determina a atualização monetária dos saques, até a data da efetiva liberação do valor, em favor do titular da conta;
- assegura a possibilidade de os sindicatos, sem necessidade de instrumento de procuração, acionarem, na Justiça do Trabalho, empresas para compeli-las a efetuar os depósitos do FGTS;
- determina que nas contratações de empréstimos e liberação de desembolsos de operações realizadas com recursos do FGTS seja exigida do tomador a comprovação de recolhimento das contribuições e de demais compromissos que tiver junto ao FGTS;
- estabelece a obrigatoriedade de, no prazo de 90 dias após a publicação da lei, o Agente Operador do FGTS disponibilizar ao Conselho Curador cadastro único do universo de contas ativas e inativas do FGTS; e do Ministério do Trabalho e da Previdência Social adequar os formulários utilizados no recolhimento das contribuições à Previdência Social e ao FGTS para unificar num só documento esses recolhimentos;
- estabelece a exigência de licitação para que empreendimentos possam receber empréstimos com recursos do FGTS, salvo quando executados diretamente pelo poder público ou por seus órgãos da administração direta ou indireta, ou pelos próprios beneficiários finais; e
- determina ao Governo Federal providências para a constituição e instalação de uma Diretoria Operacional do FGTS na Caixa Econômica Federal, com a finalidade de adotar procedimentos administrativos e contábeis visando a segregar os recursos do Fundo dos demais recursos daquela instituição.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 1.851, DE 1991**, do Dep. Jackson Pereira – "Altera dispositivos da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências".

Altera diversos dispositivos da Lei nº 8.036/90, para estabelecer:

- a emissão mensal de extratos das contas vinculadas;
- o fornecimento, no prazo de cinco dias, de extrato avulso, facultada a cobrança de tarifa;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- a possibilidade de assinatura de convênio entre a Caixa Econômica Federal e o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS para a fiscalização do recolhimento do FGTS;
- o repasse de recursos às contas vinculadas no prazo de 48 horas e a atualização monetária e a capitalização dos juros calculadas a contar da data do repasse pelo agente arrecadador ou a partir do segundo dia útil da arrecadação, após a centralização de contas;
- a mudança da taxa de juros incidente sobre os depósitos das contas vinculadas, de 3% (três por cento) para 6% (seis por cento);
- a obrigatoriedade de pagamento de indenização de 40% (quarenta por cento) dos depósitos, no caso de despedida pelo empregador, sem justa causa, apenas para as pessoas jurídicas;
- a incorporação ao Fundo das contas vinculadas sem depósito por mais de cinco anos;
- a movimentação da conta vinculada do FGTS, no caso de doença do trabalhador ou de seus dependentes, para o pagamento de despesas médicas;
- a perda, para o Fundo, dos depósitos a serem efetuados na conta vinculada do trabalhador nos doze meses subseqüentes à comprovação, no caso de simulação ou fraude para conseguir a movimentação da conta vinculada por motivo de doença.

Submetido à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, anteriormente à apensação ao PL nº 913/91, o projeto não recebeu emendas.

- **PROJETO DE LEI Nº 4.191, DE 1993**, do Senado Federal (PLS nº 105/92, na origem) – “Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.”

Este projeto de lei foi apresentado no Senado Federal pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Destinada a Examinar Irregularidades na Administração do FGTS do Trabalhador.

Tendo em vista que altera substancialmente quase toda a legislação do FGTS, revogando a Lei nº 8.036/90, apresentamos apenas um resumo dos seus pontos principais:

- incorpora ao FGTS os recursos provenientes da aplicação das disponibilidades financeiras do Fundo;
- introduz mudanças na composição, nas competências e no funcionamento do Conselho Curador do FGTS;
- inclui entre as competências do Órgão Gestor a de eleger as operações, os projetos e as suplementações a serem financiadas com recursos do FGTS;
- amplia as competências do Agente Operador (Caixa Econômica Federal);
- determina a constituição de Fundo de Liquidez, destinado ao atendimento de gastos eventuais não previstos, com remuneração mínima idêntica à dos depósitos de poupança;
- determina que a solicitação de crédito por pessoa jurídica de direito público, ou por entidade da administração indireta de qualquer esfera de governo, seja, necessariamente, precedida de licitação para a realização da obra;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- define como critérios para a concessão de prioridade a projetos que demandem financiamento com recursos do FGTS a preferência aos tomadores de empréstimos que tenham sistemática e pontualmente honrado suas obrigações para com o FGTS e aos que tenham corretamente cumprido as metas físicas e de atendimento às populações beneficiárias, estipuladas em projetos anteriores; a preferência aos projetos que propiciem maior geração de empregos por unidade monetária investida e aos que tenham sido analisados, aprovados e priorizados por conselhos estaduais permanentes especialmente criados para este fim;
- equipara à apropriação indébita o não recolhimento do FGTS no prazo de sessenta dias, a contar da data em que é devido, ficando o empregador caracterizado como depositário infiel;
- acrescenta ao rol de obrigações dos empregadores as seguintes: a) afixar em quadro de aviso o comprovante do recolhimento do depósito efetuado em cada conta vinculada; b) permitir ao trabalhador, ao Conselho Curador e aos sindicatos o acesso aos comprovantes de recolhimento dos depósitos no FGTS; c) comprovar, no ato da homologação de rescisão de contrato de trabalho, o efetivo recolhimento, à conta vinculada do trabalhador, de todos os depósitos devidos; e d) anotar, na Carteira de Trabalho, o número da conta vinculada do trabalhador no FGTS;
- dispõe que sejam considerados como base de cálculo da multa rescisória por despedida sem justa causa todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, além dos valores devidos mas não recolhidos, independentemente de terem sido efetuados ou não saques na conta vinculada; e que, para cada um dos meses em que não for comprovado o recolhimento dos valores devidos, deverá ser utilizado, como base de cálculo, 8% (oito por cento) da última remuneração devida;
- mantém as atuais hipóteses de saque do saldo da conta vinculada, incluindo somente o saque para servidores públicos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal que tiverem seus empregos transformados em cargos pela adoção do Regime Jurídico Único;
- comete ao Conselho Curador a competência de, na hipótese de pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, definir os requisitos a serem preenchidos caso a operação seja realizada fora do Sistema Financeiro da Habitação;
- determina a incorporação, ao patrimônio do FGTS, dos saldos das contas não individualizadas e das contas vinculadas sem depósito por mais de cinco anos, resguardado o direito do beneficiário requerer, a qualquer tempo, o montante incorporado; a Caixa Econômica Federal deverá publicar no Diário Oficial e afixar em suas agências a relação dos dados disponíveis das contas que serão incorporadas;
- estabelece que a fiscalização deverá ser exercida, de forma articulada e complementar, pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério da Previdência Social, e que o Ministério do Trabalho, mediante requerimento de sindicato, fica obrigado a realizar uma fiscalização extraordinária em empresas que apresentarem aviso prévio a cinquenta ou mais trabalhadores;
- determina que ao órgão que proceder à fiscalização competirá fazer o levantamento dos débitos porventura existentes e fornecer à Caixa Econômica Federal os elementos necessários à instauração de processo de cobrança judicial;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- eleva os recolhimentos ao FGTS à categoria de créditos privilegiados, no caso de falência ou fechamento da empresa;
- remete ao Conselho Curador a competência de estabelecer a validade do Certificado de Regularidade do FGTS.
- **PROJETO DE LEI Nº 1.625, DE 1996**, do Dep. Moacyr Andrade – “Estabelece condições para a movimentação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.”

Contém as seguintes disposições:

- não será devida qualquer importância sobre o montante da conta vinculada quando a rescisão de contrato ocorrer a pedido do empregado;
- autoriza a movimentação da conta vinculada do FGTS quando a extinção do contrato de trabalho se der a pedido do trabalhador;
- a ocorrência de saque na conta vinculada, na forma prevista no projeto de lei, inabilita o trabalhador para novo saque durante o período de 36 (trinta e seis) meses, exceto nos casos previstos nos incisos III e IV do art. 20 da Lei nº 8.036.
- **PROJETO DE LEI Nº 3.545, DE 1997**, da Dep. Alcione Athayde – “Dispõe sobre a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para aquisição de valores mobiliários, no âmbito de programas de desestatização, e dá outras providências.”

Permite ao titular de conta vinculada do FGTS optar por transferir até 50% do saldo de sua conta vinculada e, ao longo do tempo, até 100% dos novos depósitos nela efetuados para um Fundo de Garantia de Livre Escolha - FGLE, destinado inicialmente à aquisição de ações no âmbito do Programa Nacional de Desestatização e de seus congêneres estaduais. A proposição estabelece que os FGLE serão organizados exclusivamente por entidades sindicais e administrados por entidades financeiras credenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. O Projeto de Lei assegura a portabilidade das cotas do FGLE e a possibilidade de o trabalhador sacar seus rendimentos segundo as mesmas modalidades do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990. As competências do Agente Operador são acrescidas, com o fito de adaptar sua atuação ao acompanhamento do FGLE.



II - VOTO DO RELATOR

Os números do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS são grandiosos. Segundo informações divulgadas pela Caixa Econômica Federal em sua *home-page*, este Fundo tem um patrimônio total de cerca de 51 bilhões de reais, distribuídos em 52 milhões de contas ativas e 9 milhões de contas inativas. Em 1998, a arrecadação do Fundo foi de R\$ 16,7 bilhões, com um crescimento nominal em relação a 1997 de 29,4%. Em contrapartida, os saques alcançaram R\$ 17,2 bilhões, dos quais R\$ 2,4 bilhões somente para a aquisição de imóveis residenciais.

A magnitude e a importância do FGTS para a sociedade brasileira dão conta da enorme responsabilidade desta Casa ao analisar e decidir sobre as propostas de mudança na atual legislação do Fundo. Mais do que tudo é necessário equilíbrio e negociação para que se atendam às demandas, preservando, contudo, os fundamentos que disciplinaram a constituição deste magnífico patrimônio do trabalhador brasileiro.

O FGTS é um fundo criado com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa e constituído mediante a contribuição mensal, efetuada pelos empregadores, de 8% (oito por cento), incidente sobre a remuneração de seus empregados. Embora criado com este objetivo, o FGTS tornou-se, por outro lado, uma importante fonte de recursos para o financiamento do desenvolvimento urbano e habitacional do País. Praticamente todas as unidades da Federação, de uma forma ou de outra, foram contempladas com financiamentos baseados em recursos do FGTS, para investimentos em saneamento, infra-estrutura urbana ou construção de moradias.

Entretanto, o FGTS foi alvo de manipulações e de desvios na gestão de seus recursos. Favorecimento político e contratações danosas, realizadas principalmente com o setor público, comprometeram os retornos dos financiamentos e, conseqüentemente, sua capacidade de apoiar novos investimentos. Nos financiamentos habitacionais, as contribuições ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) foram insuficientes para contrabalançar as conseqüências do mecanismo de equivalência salarial. Duramente atingido por estes desequilíbrios, diretamente e por ser o maior credor do FCVS, o FGTS passou a merecer fundadas desconfianças de que, se nada fosse feito, poderia ser conduzido à ruína, em detrimento dos direitos de milhões de trabalhadores brasileiros.

As preocupações levaram a mudanças. O movimento dos trabalhadores em defesa de seu patrimônio resultou, no início da década de 90, em significativas alterações na gestão de recursos do FGTS, consubstanciadas na Lei nº 7.839/89, esta imediatamente aperfeiçoada pela Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, com a criação de um conselho curador do Fundo integrado também por representantes dos trabalhadores.

A nova composição do Conselho Curador do FGTS, partilhada entre governo, representantes dos trabalhadores e dos empregadores, resultou numa maior transparência das aplicações e dos números do FGTS, evidenciando claramente os problemas de sua gestão.

Em 1991, em conseqüência das denúncias de má utilização dos recursos e de casos de corrupção envolvendo a aplicação dos recursos do FGTS, foi instituída a “Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Destinada a Examinar Irregularidades na Administração do FGTS do Trabalhador”. A publicidade obtida pelos trabalhos desta Comissão levou muitos parlamentares a apresentar projetos de lei objetivando prevenir fraudes e manipulações dos recursos, reforçando o controle sobre a arrecadação e a gestão do FGTS. Os 103 projetos de



lei ora analisados fazem parte desse esforço do Congresso Nacional de aperfeiçoar a legislação que atualmente rege o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e, tendo em vista que já se demora o pronunciamento desta Casa, entendemos ser da maior urgência que esta Comissão de Finanças decida sobre a matéria.

Com relação ao exame preliminar de adequação orçamentária e financeira das proposições, expressamos que, na conformidade das disposições contidas no Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, somente aquelas proposições "que importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública, quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual" estão sujeitas ao exame de admissibilidade.

As matérias tratadas no projeto de lei em exame, assim como nos seus apensos, na proporção que propõem alterar a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, não têm repercussão direta ou indireta no Orçamento da União, eis que se referem a aspectos de natureza eminentemente extra-orçamentária, mormente revestidos de caráter essencialmente normativo, sem impacto financeiro ou orçamentário públicos, reportando-se tão-somente a regular disposições compreendidas em sistema alheio aos diplomas legais prescritos pelo RICD – ainda que resultem em implicações financeiras – estando assim fora do alcance e campo de abrangência limitados pela norma regimental.

Apesar do Projeto de Lei ser adequado do ponto de vista orçamentário e financeiro, o Substitutivo adotado pela Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, em seu art. 33, fere frontalmente o estabelecido na LDO para o corrente exercício, Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998, na medida que implica em renúncia fiscal. De fato, ao tornar dedutíveis do lucro operacional – das empresas empregadoras – ou dos rendimentos tributáveis – das pessoas físicas empregadoras domésticas – os depósitos em conta vinculada do FGTS dos empregados, o Substitutivo contraria o art. 59 da LDO, que assim prescreve:

"Art. 59 (55). Não será aprovado projeto de lei ou editada medida provisória que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, sem a prévia estimativa de renúncia de receita correspondente, devendo o Poder Executivo, quando solicitado pelo órgão deliberativo do Poder Legislativo, efetua-la no prazo máximo de 90 (noventa) dias" (grifo nosso).

Quanto ao mérito, cabe a esta Comissão manifestar-se sobre os aspectos da matéria pertinentes ao seu campo temático, especificamente sua relação com o sistema financeiro nacional e com o fornecimento de crédito.

Tendo em vista que a matéria tramita há quase 10 anos no Congresso e que intensas negociações políticas já foram conduzidas, sobretudo no âmbito da CTASP, para agilizar o processo, nosso voto seria no sentido de apoiar o Substitutivo ali aprovado, cujas inovações, em relação à atual legislação, são as seguintes:

- *Competência para o Conselho Curador fixar remuneração adicional para as contas vinculadas.*

O Substitutivo da CTASP prevê a possibilidade de o Conselho Curador, com base nos resultados anuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, determinar a



distribuição das receitas adicionais entre as contas vinculadas. Esta fórmula vem substituir a rigidez na remuneração das contas vinculadas, e representará enorme estímulo à redução dos custos administrativos e à melhor aplicação das disponibilidades financeiras.

- *Regulamentação do direito dos empregados domésticos ao Fundo de Garantia.*

Estende aos empregados domésticos o direito aos depósitos do FGTS, que passam a ser recolhidos sobre a parcela salarial paga em dinheiro, não podendo esta, para efeito do cálculo do recolhimento, ser inferior a um salário mínimo.

- *Ampliação do controle social sobre as operações realizadas no âmbito do sistema do FGTS.*

O Substitutivo da CTASP prevê, explicitamente, que não se aplica o sigilo bancário às contas vinculadas. Desse modo, o Conselho Curador, o trabalhador, o sindicato e os demais interessados poderiam ter acesso às informações e documentos do sistema FGTS, na forma em que dispusesse o Regulamento. O empregador, ademais, ficaria obrigado a inserir, no contracheque de seu empregado, o número da sua conta no FGTS e o valor recolhido no mês, para que o trabalhador possa compará-lo com o extrato do Agente Operador. Como justificado adiante, na parte referente ao sigilo, resolveu-se depois que somente o Conselho Curador, além naturalmente do titular da conta, deva ter acesso às informações sobre os depósitos.

- *Redefinição das competências do Conselho Curador, do Gestor da Aplicação e do Agente Operador.*

As mudanças têm por objetivo eliminar ou reduzir os atritos institucionais causados por imprecisões nos dispositivos da Lei nº 8.036/90 que tratam desse tema. O Conselho Curador passa a dispor de efetivos instrumentos para o exercício da curatela do Fundo, enquanto as funções de planejamento e de execução, na área de aplicação dos recursos, ficam claramente divididas entre o Gestor da Aplicação e o Agente Operador.

- *Definição precisa das competências do Ministério do Trabalho, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e do Agente Operador.*

As definições se referem aos processos de fiscalização, notificação de débitos, inscrição dos créditos do FGTS na Dívida Ativa e cobrança judicial dos mesmos, no que diz respeito aos recolhimentos dos empregadores.

- *Os recursos do FGTS passam a financiar exclusivamente investimentos em habitação e saneamento.*

O Substitutivo propunha a exclusão das aplicações em infra-estrutura urbana, previstas na Lei nº 8.036/90, sob o argumento de que estas geram menores possibilidades de retorno e, por isso, devem ser prioritariamente financiadas por recursos fiscais. Como explicado adiante, as razões que justificavam a exclusão não prevalecem mais, de modo que há consenso sobre a necessidade de sua alteração.

- *Gestão descentralizada e transparência nos processos de formulação, acompanhamento, controle e avaliação de programas de aplicação, bem como de seleção de propostas de operações de crédito.*

Inspirada no exemplo de alguns Estados que, espontaneamente, instituíram comissões mistas de representantes dos trabalhadores, administrações públicas e



empresários, torna-se compulsória a criação de conselhos estaduais paritários que atuarão, em articulação com o Gestor da Aplicação, na definição, acompanhamento e avaliação de programas de aplicação para a unidade da federação, na alocação dos recursos e na seleção de propostas de operações de crédito.

- *Revisão integral das penalidades e multas existentes e definição de novas penalidades.*

O Substitutivo revisa o sistema de multas e penalidades a serem aplicadas aos empregadores e demais agentes que compõem o sistema do FGTS, com o objetivo de reduzir a sonegação e dotar o Conselho Curador e o Agente Operador de instrumentos para assegurar a eficiência das operações do Fundo. A pedido do próprio Conselho Curador, fizemos nova revisão liberalizadora, no sentido de tornar mais realista o projeto e de criar a possibilidade concreta de solução dos problemas de inadimplência.

- *Incorporação das modificações introduzidas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.036/90 pelo art. 31 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997.*

As modificações se referem à aplicação voluntária de *parte* do saldo da conta vinculada do trabalhador em Fundos Mútuos de Privatização - FGTS, compostos por ações de empresas incluídas nos programas nacional e estaduais de desestatização.

- *Novas hipóteses de movimentação e de saque do saldo da conta vinculada do FGTS.*

O Substitutivo dá tratamento equilibrado à possibilidade de movimentação da conta vinculada do FGTS. Muito embora a ampliação ou modificação das condições de saque das contas vinculadas tenha sido objeto da maioria esmagadora das proposições em exame, o Substitutivo da CTASP, considerando principalmente a necessidade de recuperar a importância e o valor do Fundo, fortalecendo-o ao invés de permitir seu enfraquecimento mediante a possibilidade indiscriminada de saques, aceitou poucas propostas de modificação, minimizando as hipóteses de movimentação da conta vinculada. Como resultado, a movimentação se restringirá a quatro possibilidades, a saber: a despedida pelo empregador, o acesso à moradia, o tratamento de doença grave do trabalhador ou seu dependente e a cessação dos depósitos na conta.

As possibilidades de saque ligadas à aquisição de moradia passam, segundo o Substitutivo, a ser realizadas nas condições a serem estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS, que poderá, a seu critério, definir as *situações* em que imóveis não financiáveis pelas regras do Sistema Financeiro da Habitação - SFH possam ser objeto de movimentação da conta vinculada do titular, para pagamento de prestações ou quitação do saldo devedor de financiamento habitacional, aquisição ou construção de moradia própria.

O trabalhador poderá, ainda, sacar o FGTS para *tratamento* nos casos de AIDS ou neoplasia maligna, nas condições definidas pelo Conselho Curador. A extensão desse direito às situações em que os dependentes são acometidos dessas doenças graves é apenas a concretização legal de direito que já vinha sendo adquirido nos tribunais. Por outro lado, a redação desse inciso tornou-se mais precisa, na medida em que especifica que o saque se dá em função do tratamento, e não apenas em virtude de o trabalhador, ou seu dependente, ser acometido da doença.



Considerando, também, a existência de inúmeros Municípios e vários Estados que ainda não implementaram mudança de regime jurídico de seus servidores, incluiu-se a possibilidade de que os servidores submetidos a alteração de regime jurídico movimentem suas contas nos casos de aposentadoria, falecimento, nas modalidades relacionadas à aquisição de moradia e quando a conta permanecer inativa por três anos ininterruptos. A mudança de regime jurídico, em si, não é considerada no Substitutivo como situação geradora do direito à movimentação de conta, inclusive porque o servidor não perde seu emprego e sua fonte de renda.

Quando estávamos com o Relatório a ser submetido à Comissão de Finanças e Tributação pronto para a discussão e posterior deliberação, inclusive vencida a etapa da leitura e distribuição do voto, fomos surpreendidos pela apresentação intempestiva e retardatária do Conselho Curador do FGTS, trazidas por assessores legislativos da Caixa Econômica Federal.

Parecia inacreditável que o Conselho do Fundo, que se tornará o grande ator responsável pela regulamentação e aplicação dos dispositivos previstos no projeto em discussão, não tivesse aportado sua contribuição. Segundo todas as informações recebidas da assessoria e do Relator da CTASP, a CEF estava plenamente de acordo com o substitutivo votado em dezembro de 1997.

Diante do dilema entre retardar a votação para a substituição do Substitutivo da CTASP, com as sub-emendas que pretendia apresentar, por um novo Substitutivo a ser submetido à Comissão de Finanças e Tributação, ou correr o risco de alguma obstrução por parte de membros da bancada governista, interessados em atender ao Conselho Curador do FGTS, optamos pela primeira alternativa.

Por conseguinte, para atender às sugestões do Conselho Curador do FGTS, acatamos ainda as seguintes alterações:

- Abertura na redação do dispositivo que possibilita a compensação de créditos dos empregadores com débitos do FGTS, antes limitada à compensação com créditos decorrentes de depósitos relativos aos trabalhadores não optantes com contratos rescindidos;
- Supressão dos dispositivos que genericamente garantiam o acesso de interessados aos documentos e informações do FGTS, por considerar que a expressão “interessados” é ampla e imprecisa e que o acesso às informações já é garantido aos titulares das contas;
- Substituição das referências ao Certificado de Regularidade do FGTS pela expressão “certificação de regularidade”, com o fim de permitir novas formas de certificação de regularidade de situação, eventualmente por meio eletrônico ou similar;
- Supressão do dispositivo que transferia à União o risco de crédito das operações com recursos do FGTS realizadas até 12 de outubro de 1989;
- Supressão da exclusão dos depósitos do FGTS do sigilo bancário, garantido pelo art. 38 da Lei nº 4.595, de 31.12.64, uma vez que se trata de direito garantido pela Constituição e não se vislumbra nenhuma vantagem para os titulares de conta com a exclusão proposta;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Alteração dos percentuais de multa aplicáveis aos débitos em atraso, que no Substitutivo, além de muitas faixas, preconizava taxas elevadíssimas, o que certamente dificultaria a recuperação de valores em atraso. Adotou-se, então, duas faixas de multas, em conformidade com a Medida Provisória nº 1.923, que atualmente disciplina a matéria;
- Fixação da atualização dos depósitos do FGTS com base na atualização dos depósitos da caderneta de poupança do dia 1º de cada mês, tendo em vista que a caderneta tem seu valor atualizado de acordo com sua data de aniversário;
- Substituição da expressão “a qualquer momento” pela expressão “durante a vigência do contrato de trabalho”, para especificar melhor a oportunidade de opção do trabalhador não optante pelo regime do FGTS;
- Alteração da redação do dispositivo que disciplina o prazo para o depósito relativo à rescisão do contrato de trabalho de forma a adequá-lo ao prazo previsto no art. 477 da CLT, que dispõe sobre o pagamento das verbas relativas à rescisão do contrato de trabalho;
- Instituição da obrigação de os empregadores manterem cadastros atualizados de seus empregados e de responderem pelos prejuízos que lhes causarem, por omissão ou incorreção das informações;
- Redução de três anos para um ano do prazo para que o titular fora do regime do FGTS possa movimentar sua conta vinculada;
- Inclusão do Órgão Gestor de Mão-de-Obra, ao lado dos sindicatos, como competente para declarar a suspensão do contrato de trabalho por período superior a 90 (noventa) dias, hipótese que autoriza ao trabalhador a movimentação de sua conta vinculada do FGTS;
- Possibilidade de o titular sacar os recursos aplicados em Fundos Mútuos de Privatização para efetuar o pagamento de prestações de financiamento habitacional;
- Extensão da isenção de custas processuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, ou de eventual substituto processual, em todos os processos de que for parte e não apenas naqueles de cobrança de seus créditos;
- Extensão da responsabilidade financeira das instituições financeiras em relação ao FGTS também aos sucessores, tendo em vista que muitas operações de fusão, incorporação e mudança de controle acionário têm acontecido no Sistema Financeiro Nacional.

Justificada a delonga indesejada, provocada pelos entendimentos com os representantes da CEF, em nome dos conselheiros curadores do FGTS, os quais pretendiam ainda mais poderes para a gestão do Fundo, que julgamos inoportunos, tivemos de elaborar novo Substitutivo, que incorpora as contribuições dos Deputados Paulo Rocha e Vânio dos Santos, a quem rendemos nossas homenagens, e introduz algumas modificações importantes, no sentido de aperfeiçoar o projeto. A saber:



- Supressão do dispositivo que propunha tornar dedutíveis do lucro operacional – das empresas empregadoras – ou dos rendimentos tributáveis – das pessoas físicas empregadoras domésticas – os depósitos em conta vinculada do FGTS dos empregados, o que configuraria a inadequação orçamentária e financeira do Substitutivo, pelas razões já expostas;
- Inclusão dos projetos de infra-estrutura entre os passíveis de financiamento com recursos do FGTS;

A mudança leva em conta dois fatos: (i) as necessidades de financiamento de infra-estrutura urbana por parte dos municípios são tão importantes quanto a demanda por apoio financeiro para construir habitações ou redes de água e esgotos. Muitas vezes, urbanizar áreas carentes é mais eficiente e eficaz que promover a construção de moradias em outros locais, especialmente quando estes também precisam de infra-estrutura; (ii) nos últimos anos, o País evoluiu bastante nos mecanismos de cobrança e de execução de garantias dos contratos de financiamento celebrados entre instituições financeiras sob controle da União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Não há, portanto, por que negar esta fonte de financiamento aos municípios interessados em investir em infra-estrutura.

- Redução da faixa salarial dos destinatários com prioridade para os financiamentos do FGTS para 10 (dez) salários mínimos, aos quais deverão ser destinados 60% (sessenta por cento) dos recursos disponíveis para investimento.

Afinal, é esta faixa de renda que não tem acesso a outras linhas de financiamento para a construção habitacional. Os segmentos de classe média alta já equacionaram seu problema, de financiamento da casa própria, seja através de auto-financiamento (condomínios fechados, poupança própria) ou do financiamento dos construtores, com ou sem a presença de agentes financeiros. O importante agora é direcionar os recursos do FGTS para a população de baixa renda, sem contudo discriminar os trabalhadores de rendas médias.

Diante do exposto, somos pela não implicação da matéria em aumento de despesa ou diminuição de receita, não cabendo a esta Comissão realizar exame de adequação quanto aos aspectos financeiro e orçamentário públicos do Projeto de Lei nº 913/91 e de seus apensos, como também das emendas a eles apresentadas, e pela inadequação orçamentária e financeira do Substitutivo adotado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Quanto ao mérito, somos pela rejeição dos Projetos de Lei nº 2.521/89, nº 5.790/90, nº 340/91, nº 360/91, nº 461/91, nº 718/91, nº 1.040/91, nº 1.633/91, nº 1.662/91, nº 1.678/91, nº 1.761/91, nº 1.878/91, nº 1.929/91, nº 1.952/91, nº 2.202/91, nº 2.257/91, nº 2.371/91, nº 2.713/92 (PLS nº 208/91), nº 2.729/92, nº 2.879/92, nº 3.006/92, nº 3.670/93, nº 3.921/93, nº 4.068/93, nº 4.165/93, nº 4.209/93, nº 4.628/94, nº 4.805/94, nº 60/95, nº 249/95, nº 954/95, nº 1.175/95, nº 1.232/95, nº 1.251/95, nº 1.264/95, nº 1.362/95, nº 1.540/96, nº 1.556/96, nº 1.767/96, nº 2.047/96, nº 2.099/96, nº 2.116/96, nº 2.117/96, nº 2.131/96, nº 2.176/96, nº 2.198/96, nº 2.212/96, nº 2.583/96, nº 2.888/97, nº 2.922/97, nº 2.971/97, nº 3.145/97, nº 3.183/97, nº 3.211/97, nº 3.218/97, nº 3.348/97, nº 3.341/97, nº 3.582/97, nº 3.545/97; nº 3.583/97, nº 3.634/97 e nº 3.822/97; e pela aprovação dos Projetos de Lei nº 913/91, nº 4.664/90, nº 4.952/90, nº 5.542/90, nº 21/91, nº 43/91, nº 146/91, nº 162/91, nº 350/91, nº 417/91, nº 1.156/91, nº 1.334/91, nº 1.378/91, nº 1.402/91, nº 1.409/91, nº 1.544/91, nº



CÂMARA DOS DEPUTADOS

1.559/91, nº 1.831/91, nº 1.851/91, nº 2.219/91, nº 2.547/92 (PLS nº 263/91), nº 2.607/92, nº 3.113/92, nº 3.227/92, nº 3.246/92, nº 3.944/93, nº 3.976/93, nº 3.982/93, nº 4.037/93, nº 4.191/93, nº 4.586/94, nº 4.659/94, nº 271/95, nº 555/95, nº 1.617/96, nº 1.625/96, nº 1.757/96, nº 2.208/96 nº 2.275/96, nº 3.151/97 e 3.464/97, na forma do Substitutivo anexo

Sala da Comissão, 12 de ~~NOVEMBRO~~ de 1999.


Deputado Luiz Salomão

Relator

90844100.044



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 913, DE 1991

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O Congresso Nacional decreta:

SEÇÃO I

DOS OBJETIVOS E DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, tem por objetivos:

- I - constituir pecúlio para o trabalhador amparado por esta lei;
- II - atuar como mecanismo de redução da rotatividade de mão-de-obra;
- III - inibir a despedida imotivada;
- IV - atuar como mecanismo de redução dos déficits de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana.



Art. 2º O FGTS é constituído pelos saldos das contas vinculadas dos trabalhadores, de que trata a Seção VII, e pelos seguintes recursos:

I - depósitos efetuados pelos empregadores nas contas vinculadas dos trabalhadores;

II - rendimentos da aplicação financeira das disponibilidades do Fundo;

III - dotações orçamentárias específicas;

IV - resultados das operações de crédito mencionadas no art. 11;

V - multas, atualização monetária e juros moratórios;

VI - demais receitas patrimoniais e financeiras; e

VII - outros valores que lhe venham a ser atribuídos.

Art. 3º Integram o sistema do FGTS:

I - o Conselho Curador;

II - o Gestor da Aplicação;

III - o Ministério do Trabalho e Emprego;

IV - o Agente Operador;

V - a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

VI - os trabalhadores e os empregadores;

VII - os agentes financeiros;

VIII - os agentes arrecadadores e pagadores;

IX - os conselhos de que trata a Seção VI;

X - demais órgãos e entidades, públicos ou privados, que atuem ou venham a atuar no âmbito do FGTS.



SEÇÃO II

DO CONSELHO CURADOR

Art. 4º O Conselho Curador do FGTS será integrado por 3 (três) representantes dos trabalhadores, 3 (três) dos empregadores e 6 (seis) do Governo Federal, dos seguintes órgãos e entidades:

- I - órgão federal encarregado da formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano,
- II - Ministério do Trabalho e Emprego;
- III - Ministério da Fazenda;
- IV - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- V - Caixa Econômica Federal; e
- VI - Banco Central do Brasil.

§ 1º A Presidência do Conselho Curador será exercida pelo representante do Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 2º Os representantes do Governo Federal, titulares e suplentes, serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e entidades ao Ministro do Trabalho, que os nomeará.

§ 3º Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores, titulares e suplentes, serão indicados ao Ministro do Trabalho:

I - pelas centrais sindicais e demais entidades de âmbito nacional que representem, no mínimo, duas categorias profissionais, no caso dos trabalhadores;

II - pelas confederações nacionais das categorias econômicas ou outras entidades nacionais representativas do empresariado, no caso dos empregadores.



§ 4º Os representantes dos trabalhadores e empregadores serão nomeados pelo Ministro do Trabalho para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 5º O Conselho Curador reunir-se-á:

I - ordinariamente a cada bimestre, por convocação de seu Presidente ou, esgotado o prazo regimental, por qualquer de seus membros; e

II - extraordinariamente, em caso de relevância e urgência, se convocado por seu Presidente ou por pelo menos 3 (três) de seus membros.

§ 6º Os representantes titulares dos trabalhadores e dos empregadores que não comparecerem a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das reuniões no exercício ou, ainda, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, salvo por motivo de força maior, perderão seu mandato, assumindo seu suplente.

§ 7º Para o efeito da recondução prevista no § 4º, o suplente que assumir a condição de titular terá seu período de mandato considerado a partir de sua nomeação na condição de suplente.

§ 8º O representante governamental que não comparecer ou não se fizer representar por seu suplente, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, salvo por motivo de força maior, estará sujeito às sanções previstas na Lei 8.112, de 12 de dezembro de 1990, e demais dispositivos legais pertinentes.

§ 9º As decisões do Conselho Curador serão tomadas com a presença da maioria absoluta de seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade.

§ 10. Competirá ao Ministério do Trabalho e Emprego proporcionar ao Conselho Curador os meios necessários ao exercício de sua competência, para o que contará com uma Secretaria Executiva.

§ 11. A Secretaria Executiva do Conselho Curador contará, além de um Secretário Executivo, aprovado pelo Conselho Curador, com pessoal de apoio técnico-administrativo e grupo de auditoria permanente.



§ 12. O Conselho Curador disporá de um grupo de apoio permanente, composto por assessores técnicos, indicados pelos conselheiros, com o objetivo de subsidiar tecnicamente o Conselho Curador.

§ 13. O Ministério do Trabalho e Emprego poderá requisitar, sem ônus para o FGTS, servidores da administração pública direta e indireta, para o desempenho de atividades técnicas no âmbito da Secretaria Executiva do Conselho Curador, sem prejuízo dos direitos e vantagens relativos ao cargo ou à função.

§ 14. A inobservância dos princípios e regras estabelecidos nesta lei, por membro do Conselho Curador, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, sem prejuízo de outras penalidades.

Art. 5º Ao Conselho Curador compete:

I - aprovar diretrizes, critérios e programas para a aplicação dos recursos do FGTS, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação e saneamento estabelecidas pelo Governo Federal;

II - estabelecer diretrizes e critérios para a distribuição dos recursos por unidade da federação, observados, dentre outros, os déficits habitacionais, de saneamento e de infra-estrutura urbana e a arrecadação bruta do FGTS;

III - aprovar o orçamento e os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais, e suas respectivas revisões;

IV - acompanhar e avaliar a execução orçamentária e a gestão econômica e financeira do FGTS, bem como o desempenho e os resultados econômicos e sociais dos programas de aplicação;

V - acompanhar e avaliar os resultados da ação fiscal e da cobrança judicial dos débitos para com o FGTS;

VI - pronunciar-se sobre as contas do FGTS, antes do seu encaminhamento ao Tribunal de Contas da União;

VII - estabelecer as diretrizes e os critérios para a constituição e manutenção do Fundo de Liquidez, de que trata o art. 10;



VIII - estabelecer diretrizes para aplicação das disponibilidades financeiras do FGTS, inclusive o Fundo de Liquidez;

IX - estabelecer as condições de utilização dos saldos das contas vinculadas para o pagamento de obrigações decorrentes de financiamento habitacional, de aquisição e de construção de moradia própria, observadas as necessidades dos trabalhadores de baixa renda e o equilíbrio econômico-financeiro do FGTS;

X - estabelecer critérios e condições para parcelamento de débitos para com o FGTS, decorrentes de atrasos no recolhimento das importâncias devidas pelos empregadores e no pagamento das operações de crédito contratadas com recursos do Fundo;

XI - fixar critérios e condições para a compensação entre créditos do empregador e débitos resultantes do não recolhimento de contribuições vencidas;

XII - estabelecer a forma e o valor da remuneração do Agente Operador, inclusive pelo risco de crédito;

XIII - fixar as formas e os valores de remuneração dos agentes financeiros, dos agentes arrecadadores e pagadores e, quando for o caso, das demais entidades que prestem serviços ou atuem no âmbito do FGTS;

XIV - definir, para os casos em que esta lei exige atualização monetária, o índice a ser utilizado, na falta de previsão legal;

XV - adotar as providências cabíveis para a correção dos atos praticados pelo Gestor da Aplicação, pelo Agente Operador e pelos demais órgãos e entidades que integram o sistema FGTS, que se mostrem incompatíveis com o disposto nesta lei e demais normas relativas ao Fundo, ou que prejudiquem o desempenho e o cumprimento de suas finalidades;

XVI - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas relativas ao FGTS, nas matérias de sua competência;

XVII - fazer publicar suas decisões no Diário Oficial da União; e

XVIII - aprovar seu regimento interno.



Parágrafo único. Os documentos e informações referentes ao FGTS são de livre acesso aos membros do Conselho Curador, no exercício de suas atribuições, nos casos e dentro dos prazos de atendimento previstos no Regulamento.

SEÇÃO III

DO GESTOR DA APLICAÇÃO

Art. 6º O órgão federal encarregado da política de desenvolvimento urbano será o Gestor da Aplicação, ao qual compete:

I - definir diretrizes, critérios e programas para a aplicação dos recursos do FGTS, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação e saneamento estabelecidas pelo Governo Federal, encaminhando-as para aprovação do Conselho Curador;

II - definir e alocar os recursos para os programas de aplicação;

III - definir as prioridades, a metodologia e os critérios que nortearão a elaboração dos orçamentos, no tocante às aplicações, e os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais;

IV - regulamentar os programas de aplicação;

V - definir critérios a serem observados na seleção de propostas de operação de crédito, para fins de contratação;

VI - estabelecer diretrizes e normas para os conselhos mencionados na Seção VI, no exercício das suas competências no âmbito do FGTS;

VII - submeter ao Conselho Curador, na forma e nas datas por ele estipuladas, em conjunto com o Agente Operador, os orçamentos anuais e os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais, e suas respectivas revisões;

VIII - acompanhar e avaliar a execução física e orçamentária dos programas de aplicação implementados pelo Agente Operador, encaminhando ao Conselho Curador, na forma e periodicidade por ele definida, relatórios que permitam o efetivo exercício da competência prevista no inciso IV do art. 5º;

IX - praticar os demais atos necessários à gestão da aplicação do Fundo, de acordo com as diretrizes, critérios e programas aprovados pelo Conselho Curador.



SEÇÃO IV

DO AGENTE OPERADOR

Art. 7º A Caixa Econômica Federal - CEF atuará na condição de Agente Operador, devendo manter, para tanto, estruturas diretiva, administrativa e operacional compatíveis com a execução das ações e atividades mencionadas nesta lei.

Art. 8º Ao Agente Operador compete:

I - centralizar os recursos do FGTS e manter, em contabilidade própria e em separado, os registros das movimentações do Fundo, inclusive as disponibilidades;

II - abrir, manter e controlar, discriminadas por titular, as contas vinculadas;

III - fornecer periodicamente, ou a qualquer tempo, por solicitação do interessado, extratos e quaisquer outros documentos relativos às contas vinculadas;

IV - contratar operações de crédito a serem financiadas com recursos do FGTS;

V - responder pelo risco do crédito referente às operações que contratar, na forma e nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador;

VI - expedir atos normativos referentes aos procedimentos administrativo-operacionais a serem observados por empregadores, trabalhadores, agentes financeiros, rede arrecadadora e pagadora, bem como outras entidades integrantes do sistema do FGTS, observadas, no que couber, as competências do Conselho Curador, do Gestor da Aplicação e do Ministério do Trabalho e Emprego;

VII - habilitar os agentes ou entidades que atuam no âmbito do FGTS;

VIII - acompanhar, controlar, fiscalizar e promover auditorias nas entidades integrantes do sistema do FGTS, inclusive cooperativas, relativamente aos recursos do Fundo;

IX - aplicar aos agentes que atuem no âmbito do FGTS, em caso de descumprimento desta lei, sem prejuízo das penalidades estabelecidas no art. 27, as seguintes sanções:

a) advertência escrita, com recomendações;

b) suspensão temporária, total ou parcial, da remuneração;

c) suspensão, total ou parcial, da habilitação;

d) cancelamento da habilitação.

X - determinar a intervenção em instituições não financeiras tomadoras de recursos do FGTS, nas situações previstas em Regulamento;

XI - elaborar os orçamentos anuais e suas respectivas revisões, bem como os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais, observados:

a) o disposto no inciso III do art. 6º;



b) as propostas de recursos correspondentes às despesas de investimento e de formação de recursos humanos, necessárias ao exercício das atividades de fiscalização e de cobrança judicial dos débitos para com o Fundo, constantes dos planos anuais de trabalho encaminhados ao Conselho Curador, respectivamente, pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

XII - elaborar e submeter à apreciação do Conselho Curador, no prazo por ele definido, as contas do FGTS;

XIII - submeter ao Conselho Curador, na forma e nas datas por ele estipuladas, relatórios demonstrativos das aplicações das disponibilidades financeiras do FGTS;

XIV - submeter ao Conselho Curador, na forma e nas datas por ele estipuladas, em conjunto com o Gestor da Aplicação, os orçamentos anuais e os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais, e suas respectivas revisões;

XV - definir e manter sistema de acompanhamento de índices e custos de obras de habitação, saneamento e de infra-estrutura urbana, assegurando sua divulgação periódica;

XVI - tornar disponíveis ao Gestor da Aplicação e ao Ministério do Trabalho e Emprego, na forma e periodicidade por eles definidas, dados, informações e relatórios que permitam, respectivamente, o acompanhamento da execução dos programas de aplicação e o exercício das atividades de fiscalização do recolhimento das importâncias devidas ao FGTS pelos empregadores;

XVII - certificar a regularidade de situação dos empregadores perante o FGTS;

XVIII - manter por 10 (dez) anos, na forma original, microfilmados ou por outros meios previstos em lei, os documentos que comprovem as movimentações das contas vinculadas;

XIX - exercer outras atribuições correlatas no âmbito do FGTS, nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador.

SEÇÃO V

DO FUNDO DE LIQUIDEZ E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 9º Os recursos de que tratam os incisos I a VII do art. 2º, deduzidos os compromissos e encargos do FGTS, serão aplicados em operações de crédito e na constituição e manutenção de um Fundo de Liquidez.

Art. 10. O Fundo de Liquidez será destinado a garantir o pagamento dos saques nas contas vinculadas, nas situações em que o montante de saques exceda o total das receitas correntes.



Parágrafo único. O Fundo de Liquidez e demais disponibilidades financeiras devem ter remuneração mínima, inclusive juros, idêntica à atribuída aos depósitos de poupança.

Art. 11. As operações de crédito com recursos do FGTS serão realizadas pelo Agente Operador, por intermédio dos agentes financeiros, observados os seguintes requisitos básicos:

I - garantias:

- a) hipoteca do imóvel objeto da operação de crédito;
- b) caução de créditos hipotecários próprios, relativos a financiamentos concedidos com recursos do agente financeiro;
- c) caução dos créditos hipotecários vinculados aos imóveis objeto de financiamento;
- d) hipoteca sobre outros imóveis de propriedade do agente financeiro, desde que livres e desembaraçados de quaisquer ônus;
- e) cessão de créditos do agente financeiro, derivados de financiamentos concedidos com recursos próprios, garantidos por penhor ou hipoteca;
- f) hipoteca sobre imóvel de propriedade de terceiros;
- g) seguro de crédito;
- h) vinculação de receitas, inclusive tarifárias, nas aplicações contratadas com pessoa jurídica de direito público ou de direito privado a ela vinculada;
- i) aval em nota promissória;
- j) fiança bancária;
- l) alienação fiduciária de bens móveis em garantia;
- m) fiança pessoal;
- n) outras, a critério do Conselho Curador do FGTS;

II - atualização monetária igual à das contas vinculadas;

III - prazo máximo de 30 (trinta) anos;

IV - obrigação de contrapartida financeira dos tomadores de recursos, ou, nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador, em bens e serviços.

§ 1º As garantias discriminadas no inciso I do *caput* serão admitidas, singular ou supletivamente, considerada a suficiência de cobertura para os créditos concedidos, nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador.

§ 2º A rentabilidade média das operações de crédito deverá ser suficiente à remuneração das contas vinculadas e à cobertura de todos os demais custos administrativos e operacionais incorridos pelo FGTS.



§ 3º As operações de crédito de que trata o *caput* serão destinadas a financiar exclusivamente programas habitacionais, de saneamento e de infra-estrutura urbana.

§ 4º O programa de aplicações deverá destinar no mínimo 60% (sessenta por cento) dos recursos para investimentos em habitação destinados à população com renda familiar de até 10 (dez) salários mínimos.

§ 5º Terão preferência, na contratação de operações de crédito, os programas habitacionais voltados a beneficiários com renda familiar de até 3 (três) salários mínimos complementados com recursos fiscais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em conjunto ou isoladamente, destinados a subsidiar a prestação do beneficiário final.

§ 6º As operações de crédito, quando realizadas com pessoa jurídica, deverão observar contrapartida mínima, de acordo com diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador.

§ 7º As contratações de operações de crédito serão precedidas de comprovação de regularidade do tomador quanto às suas obrigações perante o Fundo, sem prejuízo das demais exigências previstas em lei.

Art. 12. As operações de crédito terão suas parcelas de desembolso provisionadas, de forma a assegurar as condições necessárias ao cumprimento do cronograma físico-financeiro dos empreendimentos.

SEÇÃO VI

DA GESTÃO DESCENTRALIZADA DAS APLICAÇÕES

Art. 13. A gestão descentralizada das aplicações dos recursos do FGTS tem por objetivos:

- I - o aumento da eficiência na alocação dos recursos;
- II - a democratização do acesso e do processo de seleção das propostas de operações de crédito com recursos do FGTS;
- III - a ampliação do controle social sobre as aplicações.

Art. 14. Terão preferência, na contratação das operações de crédito, os programas e projetos analisados e aprovados por conselhos instituídos por lei, nos Estados e no Distrito Federal.

Parágrafo único. No âmbito das aplicações do FGTS, respeitadas as diretrizes gerais do Conselho Curador do FGTS, os conselhos mencionados no *caput* atuarão:

- I - na definição, no acompanhamento e na avaliação de programas de aplicação para a unidade da federação;
- II - na alocação dos recursos, nos níveis microrregional e municipal;
- III - na seleção das propostas de operação de crédito;



IV - no exercício de outras competências, mediante convênio celebrado com o Gestor da Aplicação.

Art. 15. O conselho de que trata o artigo precedente deverá atender, no mínimo, os seguintes requisitos:

I - composição paritária, com representantes do Estado e dos Municípios, e de entidades não governamentais, com abrangência estadual, representativas dos interesses dos beneficiários e de empresários ligados aos setores de habitação, saneamento e infraestrutura urbana;

II - renovação periódica das representações da sociedade civil, por meio da fixação de mandatos que não ultrapassem 2 (dois) anos;

III - estrutura técnico-administrativa, própria ou proporcionada por órgão ou entidade do governo estadual, capaz de assegurar os meios necessários ao exercício de suas competências;

IV - normas de funcionamento que assegurem a publicidade de seus atos;

V - procedimentos democráticos de deliberação.

SEÇÃO VII

DAS CONTAS VINCULADAS

Art. 16. Os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 (sete) de cada mês, na conta vinculada de cada trabalhador, a importância correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração a este paga ou devida, a qualquer título, no mês anterior.

§ 1º As contas vinculadas são impenhoráveis.

§ 2º O saldo das contas vinculadas é garantido pela União, que poderá instituir seguro especial para esse fim.

§ 3º Entende-se por empregador a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão-de-obra, independentemente da responsabilidade solidária e subsidiária a que eventualmente venha obrigar-se.

§ 4º Considera-se trabalhador toda pessoa física que prestar, mediante remuneração, serviços a empregador, a locador ou tomador de mão-de-obra, excluídos:

I - os trabalhadores eventuais e os autônomos;

II - os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.



§ 5º Em se tratando de empregado doméstico, como definido pela Lei n.º 5.859, de 11 de dezembro de 1972, o percentual referido no *caput* incidirá sobre o salário pago ou devido ao trabalhador em dinheiro, não podendo o salário, para cálculo do recolhimento ao FGTS, ser inferior a um salário mínimo.

§ 6º O recolhimento em atraso da importância mencionada no *caput* sujeitará o empregador ao pagamento de atualização monetária equivalente à Taxa Referencial de Juros (TR) do dia 1º de cada mês, ou outro índice que vier a sucedê-lo, incidente a partir da data em que era devida até a data do efetivo recolhimento, acrescida de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês ou fração, além de multa, que será aplicada nos seguintes termos:

I – cinco por cento, quando o pagamento for realizado no mês do vencimento da obrigação;

II – dez por cento, quando o pagamento for realizado a partir do mês seguinte ao do vencimento da obrigação.

Art. 17. Para os fins previstos nesta lei, as empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista poderão equiparar seus diretores não empregados aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS.

Parágrafo único. Considera-se diretor aquele que exerça cargo de administração previsto em lei, estatuto ou contrato social, independentemente da denominação do cargo.

Art. 18. Os depósitos dos empregadores nas contas vinculadas, feitos na rede arrecadadora, serão repassados ao Agente Operador no segundo dia útil subsequente à data de seu recolhimento, passando a integrar o saldo da conta vinculada a partir do dia 10 (dez) do mês de sua ocorrência, quando efetuados até o dia 7 de cada mês.

§ 1º Os depósitos realizados fora do prazo estabelecido no *caput* serão remunerados com atualização monetária e juros, como se realizados no prazo regulamentar.

§ 2º Sobre os valores repassados ao Agente Operador a partir do terceiro dia útil subsequente à data de seu recolhimento incidirão juros de mora equivalentes à remuneração das disponibilidades financeiras do FGTS, além de multa idêntica à prevista nos incisos I e II do § 6º do art. 16.

Art. 19. Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão atualizados monetariamente com base nos parâmetros fixados para atualização monetária dos saldos dos depósitos de poupança com aniversário no dia 1º do mês e capitalizarão juros de 3% (três por cento) ao ano.

§ 1º O Conselho Curador do FGTS poderá determinar, anualmente, o crédito de remuneração adicional nas contas vinculadas, calculada a partir dos resultados constantes dos relatórios de execução do orçamento e do balanço patrimonial do FGTS.

§ 2º Para as contas vinculadas dos trabalhadores optantes, existentes à data de 22 de setembro de 1971, a capitalização dos juros anuais dos depósitos obedecerá a seguinte progressão:



I - 3% (três por cento), durante os dois primeiros anos de permanência na mesma empresa;

II - 4% (quatro por cento), do terceiro ao quinto ano de permanência na mesma empresa;

III - 5% (cinco por cento), do sexto ao décimo ano de permanência na mesma empresa;

IV - 6% (seis por cento), a partir do décimo primeiro ano de permanência na mesma empresa.

§ 3º A atualização monetária e a capitalização de juros correrão à conta do FGTS e o respectivo crédito será efetuado na conta vinculada, no dia 10 (dez) de cada mês, com base no saldo existente no dia 10 (dez) do mês anterior, deduzidos os saques ocorridos no período.

Art. 20. Fica ressalvado o direito adquirido dos trabalhadores que, à data da promulgação da Constituição Federal de 1988, já tinham o direito à estabilidade no emprego nos termos do Capítulo V do Título IV da CLT.

§ 1º O tempo de serviço do trabalhador não optante do FGTS anterior a 5 de outubro de 1988, em caso de despedida sem justa causa, reger-se-á, conforme o caso, pelos dispositivos constantes dos artigos 477, 478 e 497 da CLT.

§ 2º O tempo de serviço anterior a 5 de outubro de 1988 poderá ser transacionado entre empregador e empregado, respeitado o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) da indenização prevista.

§ 3º É facultado ao empregador desobrigar-se da responsabilidade da indenização relativa ao tempo de serviço anterior à opção, depositando na conta vinculada do trabalhador, até o último dia útil do mês previsto em lei para o pagamento de salário, o valor correspondente à indenização, aplicando-se ao depósito, no que couber, todas as disposições desta lei.

§ 4º Os trabalhadores poderão, durante a vigência do contrato de trabalho, optar pelo FGTS, com efeito retroativo a 1º de janeiro de 1967 ou à data de sua admissão, quando posterior àquela.

Art. 21. No caso da rescisão do contrato de trabalho enquadrada nas condições estabelecidas no artigo anterior, serão observados os seguintes critérios:

I - havendo indenização a ser paga, o empregador, mediante comprovação do seu pagamento, poderá sacar o saldo dos valores por ele depositados na conta individualizada do trabalhador, relativos ao período trabalhado na condição de não optante;

II - não havendo indenização a ser paga, ou decorrido o prazo prescricional para a reclamação de direitos por parte do trabalhador, o empregador poderá levantar, em seu favor, o saldo da respectiva conta individualizada, relativo ao período trabalhado na condição de não optante, mediante comprovação perante o órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 22. Os empregadores ficam obrigados a:



I - incluir mensalmente, no comprovante de pagamento de salário de cada trabalhador, o valor recolhido e a recolher em sua conta vinculada no FGTS;

II - comprovar, no momento da homologação da rescisão do contrato de trabalho, o efetivo recolhimento das importâncias a que se refere o art. 16, nos termos em que dispuser o Regulamento;

III - depositar, na conta vinculada do trabalhador, observados os prazos estabelecidos no § 6º do art. 477 da CLT, os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houverem sido recolhidos, sem prejuízo das cominações legais cabíveis;

IV - repassar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data de seu recebimento, o extrato das contas vinculadas ou qualquer outro documento encaminhado pelo Agente Operador aos trabalhadores;

V - registrar, na Carteira de Trabalho e Previdência Social e no comprovante de pagamento do salário, o número da conta vinculada do trabalhador e o código do empregador no FGTS.

VI - manter atualizados, junto ao Agente Operador, os dados cadastrais dos trabalhadores com contratos de trabalho vigentes, respondendo financeiramente por todos os prejuízos causados pela omissão ou incorreção de informações.

Art. 23. Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, inclusive a indireta, depositará este, na conta vinculada do trabalhador, nos prazos previstos no § 6º do art. 477 da CLT, importância igual a 40% (quarenta por cento) do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros, somados aos valores devidos e não recolhidos, independentemente de terem sido efetuados saques.

§ 1º Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata o *caput* será de 20% (vinte por cento).

§ 2º Para fins do disposto no *caput*, compete ao Agente Operador informar o valor atualizado e acrescido dos juros correspondentes a todos os depósitos efetivamente realizados na conta vinculada.

§ 3º Quando não for possível atualizar os valores de todos os depósitos efetuados, utilizar-se-á como base de cálculo, para efeito da aplicação dos percentuais de que tratam o *caput* e o § 1º, o somatório das seguintes parcelas:

I - o equivalente a 8% (oito por cento) da última remuneração mensal paga ou devida, multiplicado pelo número de meses em que não puderam ser identificados os valores dos depósitos; e

II - o montante, atualizado e acrescido de juros, dos depósitos identificados.

§ 4º As importâncias mencionadas neste artigo e no inciso III do art. 22 deverão constar da documentação comprobatória dos valores devidos a título de rescisão do contrato de trabalho, observado o disposto no art. 477 da CLT, eximindo o empregador exclusivamente quanto aos valores discriminados.



§ 5º Na hipótese de aposentadoria espontânea e continuando o trabalhador a exercer suas atividades junto ao mesmo empregador, a indenização prevista no *caput* será calculada sobre todos os depósitos realizados na conta vinculada, a partir da data de início do benefício da aposentadoria.

SEÇÃO VIII

DOS SAQUES NAS CONTAS VINCULADAS

Art. 24. O trabalhador poderá movimentar recursos de sua conta vinculada no FGTS exclusivamente nas seguintes situações:

I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior;

II - extinção total da empresa, publicação da sentença declaratória de falência ou ainda falecimento do empregador individual, sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita do empregador, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;

III - aposentadoria concedida pela Previdência Social ou por órgão ou entidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IV - falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago:

a) a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte; ou,

b) na falta de dependentes que atendam ao disposto na alínea anterior, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independentemente de inventário ou arrolamento;

V - pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional, desde que o mutuário conte com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS;

VI - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento habitacional;

VII - pagamento total ou parcial do preço da aquisição ou de construção de moradia própria, observadas as seguintes condições, além de outras definidas pelo Conselho Curador:

a) o titular da conta deverá contar com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS;

b) o titular da conta não deverá ser proprietário nem promitente comprador de outro imóvel, em qualquer parte do território nacional;



c) o imóvel não poderá ser objeto de venda, no prazo de 2 (dois) anos contados da data de sua aquisição;

d) a operação deverá preencher os requisitos que vierem a ser estabelecidos pelo Conselho Curador;

VIII - quando o trabalhador permanecer, por período igual ou superior a 1 (um) ano ininterrupto, fora do regime do FGTS;

IX - extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

X - suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 90 (noventa) dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional ou Órgão Gestor de Mão-de-Obra – OGMO, quando se tratar de trabalhador avulso portuário.

XI - tratamento do trabalhador ou de qualquer de seus dependentes, descendentes e ascendentes em primeiro grau, quando acometido de neoplasia maligna ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS, nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador;

XII - aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização, regidos pela Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, permitida a utilização de 50% (cinquenta por cento) do saldo existente e disponível em sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na data em que exercer a opção.

§ 1º A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurará que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na sua conta vinculada durante o período de vigência do contrato de trabalho objeto da rescisão, atualizados monetariamente e acrescidos de juros, deduzidos os saques.

§ 2º Ocorrendo mudança de regime jurídico, por força do disposto no art. 39 da Constituição Federal, o servidor público poderá movimentar o saldo de sua conta vinculada exclusivamente nas situações previstas nos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII, XI e XII do *caput* deste artigo.

§ 3º Os recursos aplicados em quotas dos Fundos Mútuos de Privatização, referidos no inciso XII deste artigo, serão destinados a aquisições de valores mobiliários, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e de programas estaduais de desestatização, desde que, em ambos os casos, tais destinações sejam aprovadas pelo Conselho Nacional de Desestatização.

§ 4º Os valores mobiliários de que trata o parágrafo anterior só poderão ser integralmente vendidos, pelos respectivos Fundos, seis meses após sua aquisição, podendo ser alienada, em prazo inferior, parcela equivalente a 10% (dez por cento) do valor adquirido, autorizada a livre aplicação do produto dessa alienação, nos termos da Lei nº 6.385, de 1976.

§ 5º As aplicações em Fundos Mútuos de Privatização são nominativas, impenhoráveis e, salvo as hipóteses previstas nos incisos I a XI deste artigo, indisponíveis a seus titulares.



§ 6º Decorrido o prazo mínimo de doze meses, contados da efetiva transferência das quotas para os Fundos Mútuos de Privatização, os titulares poderão optar pelo retorno para sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

§ 7º A cada período de seis meses, os titulares das aplicações em Fundos Mútuos de Privatização poderão transferi-las para outro fundo da mesma natureza.

§ 8º O montante das aplicações de que trata o § 3º deste artigo ficará limitado ao valor dos créditos contra o Tesouro Nacional de que seja titular o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

§ 9º Desde que preservada a participação individual dos quotistas, será permitida a constituição de clubes de investimento, visando a aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização.

§ 10. A garantia a que alude o § 2º do art. 16 não compreende as aplicações a que se refere o inciso XII deste artigo.

§ 11. O Imposto de Renda incidirá exclusivamente sobre os ganhos dos Fundos Mútuos de Privatização que excederem a remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, no mesmo período.

§ 12. Os recursos automaticamente transferidos da conta do titular no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em razão da aquisição de ações não afetarão a base de cálculo da multa rescisória de que trata o art. 23.

Art. 25. O saldo das contas vinculadas cujos titulares não tenham exercido o direito de saque após 1 (um) ano, contado da data de aquisição desse direito, será incorporado ao patrimônio do FGTS, resguardado ao beneficiário a oportunidade de, a qualquer tempo, mediante requerimento e observado o disposto no artigo anterior, resgatar o montante incorporado, acrescido da atualização monetária e respectivos juros.

§ 1º Os valores recolhidos pelos empregadores e não individualizados no prazo de 1 (um) ano, contado da efetivação do depósito, serão, uma vez esgotadas todas as medidas cabíveis pelo Agente Operador e pelo Ministério do Trabalho e Emprego, incorporados ao patrimônio do FGTS, preservando-se o direito de o empregador realizar o lançamento adequado dessa operação, visando à correspondente individualização.

§ 2º O Agente Operador colocará à disposição do Conselho Curador, na forma e nos prazos por ele estabelecidos, relatórios pertinentes às contas e aos valores a serem incorporados ao patrimônio do FGTS.



SEÇÃO IX

DA FISCALIZAÇÃO, DAS INFRAÇÕES E DA IMPOSIÇÃO DE MULTAS

Art. 26. Compete ao Ministério do Trabalho e Emprego:

I - fiscalizar o disposto nos artigos 16, 17, 20, 21, 22 e 23, bem assim as demais obrigações dos empregadores relacionadas com o FGTS;

II - encaminhar, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, os elementos necessários à instauração de processo de inscrição em Dívida Ativa e de cobrança judicial dos débitos dos empregadores para com o FGTS.

Art. 27. Constituem infrações, para efeito desta lei:

I - por parte do empregador:

- a) não depositar tempestivamente a importância de que trata o art. 16;
- b) deixar de computar, para efeito de cálculo dos depósitos do FGTS, parcela componente da remuneração;
- c) deixar de efetuar os depósitos e os acréscimos legais, após notificado pela fiscalização;
- d) apresentar informações sobre o FGTS com erros ou omissões;
- e) descumprir o disposto nos arts. 20 e 21, nos incisos I, II, IV e V do art. 22 e nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 23;
- f) descumprir o disposto no inciso III do art. 22 e no *caput* e § 1º do art. 23.

II - descumprir o Agente Operador as obrigações estabelecidas no art. 8º;

III - descumprirem os agentes arrecadadores, pagadores e financeiros quaisquer das obrigações que lhes competem no âmbito do sistema do FGTS;

IV - descumprir órgão ou entidade do sistema do FGTS qualquer dispositivo desta lei e das resoluções do Conselho Curador, para a qual não haja penalidade específica.

§ 1º Pela prática das ações previstas neste artigo, os infratores ficam sujeitos às seguintes multas:

I - de 5 (cinco) Unidades Fiscais de Referência - UFIR a 50 (cinquenta) UFIR por trabalhador, no caso das alíneas d e e do inciso I do *caput*.

II - de 20 (vinte) a 200 (duzentas) UFIR por trabalhador, no caso das alíneas a, b e c do inciso I do *caput*.

III - de 500 (quinhentas) a 1.200 (mil e duzentas) UFIR, no caso da alínea f do inciso I do *caput*;

IV - de 50 (cinquenta) a 50.000 (cinquenta mil) UFIR, na forma e condições estabelecidas pelo Conselho Curador, no caso dos incisos II e IV do *caput*;



V - 10% (dez por cento) do valor da operação, na forma estabelecida pelo Conselho Curador, sem prejuízos das cominações legais, no caso do inciso III.

§ 2º Nos casos de fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou desacato à fiscalização, assim como na reincidência, as multas especificadas no parágrafo anterior serão duplicadas, sem prejuízo das demais cominações legais.

§ 3º O processo de fiscalização, autuação e imposição de multas de que trata o inciso I do § 1º reger-se-á pelo disposto no Título VII da CLT.

§ 4º O direito de apuração e constituição dos créditos do FGTS extingue-se após 10 (dez) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada.

§ 5º Quando julgado procedente o recurso interposto na forma do Título VII da CLT, os depósitos efetuados para garantia de instância serão restituídos, com os valores atualizados na forma da lei.

Art. 28. O Ministério do Trabalho e Emprego deverá tornar disponíveis ao Conselho Curador, com a periodicidade que este estabelecer, dados, informações e relatórios que possibilitem a avaliação da ação fiscalizadora.

Art. 29. Compete à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional a inscrição em Dívida Ativa dos débitos para com o FGTS, bem como, diretamente ou por intermédio do Agente Operador, mediante convênio, a representação judicial e extrajudicial do FGTS, para a correspondente cobrança, relativamente aos depósitos dos empregadores, às multas e demais encargos previstos nesta lei.

§ 1º O FGTS fica isento de custas nos processos judiciais em que for parte, estendendo-se igual tratamento ao eventual substituto processual.

§ 2º As despesas, inclusive as de sucumbência, que vierem a ser incorridas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e pelo Agente Operador para a realização da inscrição em Dívida Ativa, do ajuizamento e do controle e do acompanhamento dos processos judiciais, serão efetuadas a débito do FGTS.

§ 3º Os créditos relativos ao FGTS gozam dos mesmos privilégios atribuídos aos créditos trabalhistas.

§ 4º Na cobrança judicial dos créditos do FGTS incidirá um encargo de 10% (dez por cento), que reverterá para o Fundo, para ressarcimento dos custos por ele incorridos, que será reduzido para 5% (cinco por cento), se o pagamento se der antes do ajuizamento da cobrança.

Art. 30. Poderá o próprio trabalhador, seus dependentes e sucessores, ou ainda o sindicato a que estiver vinculado, e sem necessidade de instrumento procuratório, acionar diretamente o empregador para compeli-lo a efetuar o depósito, na conta vinculada, das importâncias devidas ao seu titular, devendo a Justiça do Trabalho notificar o Ministério do



Trabalho e Emprego, o Agente Operador e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional da propositura da ação.

§ 1º A sentença judicial deverá determinar, obrigatoriamente, o montante total a ser depositado pelo empregador, em decorrência dos atrasos no recolhimento das importâncias a que faz jus o titular da conta vinculada, discriminando os valores devidos, respectivamente, ao trabalhador e ao FGTS.

§ 2º Nas reclamações trabalhistas que objetivam o pagamento de parcelas relativas ao FGTS, ou que, direta ou indiretamente, impliquem essa obrigação de fazer, o juiz determinará que a empresa sucumbente proceda ao recolhimento imediato, nas respectivas contas vinculadas, das importâncias devidas a tal título, bem como dos encargos a favor do Fundo.

SEÇÃO X

DA CERTIFICAÇÃO DE REGULARIDADE

Art. 31. A condição de regularidade perante o FGTS é atestada pelo Agente Operador, que estabelecerá os meios a serem utilizados.

§ 1º Para obter a certificação de regularidade, o interessado deverá satisfazer as seguintes condições:

- I - estar em dia com o recolhimento da importância de que trata o art. 16 ;
- II - estar em dia com o pagamento das prestações das operações de crédito lastreadas em recursos do FGTS;
- III - declarar, sob as penas do art. 299 do Código Penal, estar em dia no tocante ao registro de seus trabalhadores.
- IV - estar em situação regular em relação às outras obrigações para com o Fundo;

§ 2º A comprovação da condição de regularidade é obrigatória nas seguintes situações:

- I - habilitação em licitação promovida por órgão ou entidade da administração pública, ou por empresa controlada direta ou indiretamente pela União, Estado, Distrito Federal ou Município;
- II - obtenção de empréstimos, financiamentos, parcelamento de débitos ou dispensa de juros, multa e atualização monetária junto a quaisquer entidades financeiras oficiais;
- III - obtenção de favores creditícios, isenções, subsídios, auxílios, benefícios, incentivos fiscais, outorga ou concessão de serviços pelo Poder Público;
- IV - transferência de domicílio para o exterior;



V - registro ou arquivamento, nos órgãos competentes, de alteração ou distrato de contrato social, de estatuto, ou de qualquer documento que implique modificação na estrutura jurídica do empregador ou na sua extinção;

VI - alienação de imóveis de propriedade de empregadores pessoas jurídicas;

VII - assinatura de quaisquer contratos ou convênios com órgãos e entidades da administração pública.

§ 3º As pessoas jurídicas que não satisfizerem as condições mencionadas no § 1º estarão, além das demais cominações legais, impedidas de:

I - pagar, aos diretores não-empregados, pró-labore, gratificações, participação nos lucros e quaisquer outras importâncias a título de remuneração;

II - distribuir, sob qualquer forma, lucros, bonificações ou dividendos a seus sócios ou acionistas.

§ 4º A não comprovação da regularidade para com o FGTS constitui causa para suspensão ou resolução de contrato ou convênio firmado por órgão ou entidade referida no inciso I do § 2º.

§ 5º Constatada pela fiscalização do trabalho irregularidade concernente ao disposto no inciso III do § 1º, e não atendida a notificação da fiscalização no prazo concedido, o Ministério do Trabalho e Emprego comunicará o fato ao Agente Operador, para efeito de cancelamento da eventual certificação expedida e suspensão do desembolso de recursos, no caso de o empregador ser tomador de recursos junto ao FGTS, até a regularização da situação que motivou a notificação.

SEÇÃO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32. São isentos de tributos federais os atos e operações necessários à aplicação desta lei, quando praticados pelo Agente Operador, pelos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores, pelos empregadores e pelos agentes credenciados para atuar no âmbito do FGTS.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo às importâncias devidas, nos termos desta lei, aos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores.

Art. 33. Aos empregados representantes dos trabalhadores e de outras entidades representativas da sociedade civil, no Conselho Curador e nos conselhos mencionados na Seção VI, são assegurados:

I - a estabilidade no emprego, desde a nomeação até um ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada através de processo judicial;



II - o abono das ausências ao trabalho decorrentes das atividades desses órgãos, computando-as como jornada efetivamente trabalhada, para todos os fins e efeitos legais.

Art. 34. Fica reduzida para 1,5% (um e meio por cento) a contribuição prevista pelas empresas ao Serviço Social do Comércio e ao Serviço Social da Indústria e dispensadas estas entidades da subscrição compulsória a que alude o art. 21 da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Art. 35. A instituição financeira que atuou como banco depositário do FGTS, ou seu sucessor, é responsável pelos lançamentos efetuados nas contas vinculadas e pela regularização de eventuais diferenças, por intermédio de reposição financeira ao FGTS, decorrentes de erros de lançamentos em contas vinculadas ou na individualização de depósitos, durante o período em que estas estiveram sob a sua administração.

Art. 36. Na hipótese de quitação integral dos débitos para com o FGTS, referentes a competências anteriores a setembro de 1999 e desde que o pagamento ocorra até 90 após a publicação desta lei, quer estejam eles em cobrança administrativa ou judicial, notificados ou não, e ainda que amparados por acordo de parcelamento, a multa e os juros de mora, mencionados no art. 16, § 6º, serão reduzidos à metade.

Art. 37. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 38. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 39. Revogam-se a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; o inciso II do art. 1º da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988; a Lei nº 7.794, de 10 de junho de 1989; a Lei nº 8.406, de 9 de janeiro de 1992; a Lei nº 8.678, de 13 de julho de 1993; o art. 16 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993; a Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994; a Lei nº 8.922, de 25 de julho de 1994; a Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995, o art. 31 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997 e as demais disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 12 de novembro de 1999.

Deputado Luiz Salomão

Relator

Las/voto e parecer FGTS nov



CÂMARA DOS DEPUTADOS


COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS AO SUBSTITUTIVO

PROJETO DE LEI Nº 913-A/91

Nos termos do art. 119, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões de prazo para apresentação de emendas, a partir de 22/11/99, por cinco sessões. Esgotado o prazo não foram recebidas emendas ao substitutivo oferecido pelo relator.

Sala da Comissão, em 30 de novembro de 1999.


Maria Linda Magalhães
Secretária



COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 913-A, DE 1991

III - PARECER DA COMISSÃO


A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu, unanimemente, pela não implicação da matéria com aumento de despesa ou diminuição de receita, não cabendo realizar exame de adequação quanto aos aspectos financeiro e orçamentário públicos do Projeto de Lei nº 913-A/91 e dos PL's nºs 2.521/89, 4.664/90, 4.952/90, 5.542/90, 1.544/91, 5.790/90, 21/91, 162/91, 350/91, 43/91, 146/91, 340/91, 360/91, 417/91, 1.156/91, 1.402/91, 3.227/92, 461/91, 718/91, 1.040/91, 1.334/91, 1.378/91, 1.409/91, 1.559/91, 1.633/91, 1.662/91, 1.678/91, 2.202/91, 2.729/92, 1.761/91, 1.831/91, 1.851/91, 1.878/91, 1.929/91, 1.952/91, 2.371/91, 2.219/91, 2.257/91, 2.547/92, 2.607/92, 2.713/92, 2.879/92, 3.006/92, 3.113/92, 3.246/92, 3.670/93, 3.921/93, 3.944/93, 3.976/93, 3.982/93, 4.037/93, 4.068/93, 4.165/93, 4.191/93, 4.209/93, 4.586/94, 4.628/94, 4.659/94, 4.805/94, 60/95, 249/95, 271/95, 1.264/95, 555/95, 954/95, 1.175/95, 1.232/95, 1.251/95, 1.362/95, 1.540/96, 1.556/96, 1.617/96, 1.625/96, 1.757/96, 1.767/96, 2.047/96, 2.099/96, 2.116/96, 2.117/96, 2.131/96, 2.176/96, 2.198/96, 2.208/96, 2.212/96, 2.275/96, 2.583/96, 2.888/97, 2.922/97, 2.971/97, 3.145/97, 3.151/97, 3.183/97, 3.211/97, 3.218/97, 3.341/97, 3.348/97, 3.464/97, 3.545/97, 3.582/97, 3.583/97, 3.634/97 e 3.822/97, apensados, como também das emendas a eles apresentadas, e pela inadequação financeira e orçamentária do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Quanto ao mérito, pela rejeição dos PL's nºs 2.521/89, 5.790/90, 340/91, 360/91, 461/91, 718/91, 1.040/91, 1.633/91, 1.662/91, 1.678/91, 1.761/91, 1.878/91, 1.929/91, 1.952/91, 2.202/91, 2.257/91, 2.371/91, 2.713/92 (PLS nº 208/91), 2.729/92, 2.879/92, 3.006/92, 3.670/93, 3.921/93, 4.068/93, 4.165/93, 4.209/93, 4.628/94, 4.805/94,



60/95, 249/95, 954/95, 1.175/95, 1.232/95, 1.251/95, 1.264/95, 1.362/95, 1.540/96, 1.556/96, 1.767/96, 2.047/96, 2.099/96, 2.116/96, 2.117/96, 2.131/96, 2.176/96, 2.198/96, 2.212/96, 2.583/96, 2.888/97, 2.922/97, 2.971/97, 3.145/97, 3.183/97, 3.211/97, 3.218/97, 3.348/97, 3.341/97, 3.582/97, 3.545/97, 3.583/97, 3.634/97 e 3.822/97, apensados; e pela aprovação do Projeto de Lei nº 913-A/91 e dos PL's nºs 4.664/90, 4.952/90, 5.542/90, 21/91, 43/91, 146/91, 162/91, 350/91, 417/91, 1.156/91, 1.334/91, 1.378/91, 1.402/91, 1.409/91, 1.544/91, 1.559/91, 1.831/91, 1.851/91, 2.219/91, 2.547/92 (PLS nº 263/91), 2.607/92, 3.113/92, 3.227/92, 3.246/92, 3.944/93, 3.976/93, 3.982/93, 4.037/93, 4.191/93, 4.586/94, 4.659/94, 271/95, 555/95, 1.617/96, 1.625/96, 1.757/96, 2.208/96, 2.275/96, 3.151/97 e 3.464/97, apensados, com Substitutivo, nos termos do parecer do relator, Deputado Luiz Salomão.

Estiveram presentes os Senhores Deputados Max Rosenmann, Presidente em exercício; Rodrigo Maia e Armando Monteiro, Vice-Presidentes; Deusdeth Pantoja, José Aleksandro, José Ronaldo, Manoel Castro, Paes Landim, Cezar Schirmer, Edinho Bez, Germano Rigotto, Milton Monti, Antonio Kandir, Custódio Mattos, José Militão, Manoel Salviano, Carlito Merss, José Pimentel, Milton Temer, Ricardo Berzoini, Fetter Júnior, Iberê Ferreira, Odelmo Leão, Basílio Villani, Félix Mendonça, Luiz Salomão, Dr. Evilásio, Marcos Cintra, Antonio Jorge, Pedro Bittencourt, Eunício Oliveira, Jurandil Juarez, Antonio Cambraia, Luiz Carlos Haully e Neuton Lima.

Sala da Comissão, em 8 de dezembro de 1999.


Deputado Max Rosenmann
Presidente em exercício



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 913, DE 1991

SUBSTITUTIVO ADOTADO - CFT

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo
de Serviço - FGTS.

O Congresso Nacional decreta:

SEÇÃO I

DOS OBJETIVOS E DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, tem por objetivos:

- I - constituir pecúlio para o trabalhador amparado por esta lei;
- II - atuar como mecanismo de redução da rotatividade de mão-de-obra;
- III - inibir a despedida imotivada;
- IV - atuar como mecanismo de redução dos déficits de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana.



Art. 2º O FGTS é constituído pelos saldos das contas vinculadas dos trabalhadores, de que trata a Seção VII, e pelos seguintes recursos:

I - depósitos efetuados pelos empregadores nas contas vinculadas dos trabalhadores;

II - rendimentos da aplicação financeira das disponibilidades do Fundo;

III - dotações orçamentárias específicas;

IV - resultados das operações de crédito mencionadas no art. 11;

V - multas, atualização monetária e juros moratórios;

VI - demais receitas patrimoniais e financeiras; e

VII - outros valores que lhe venham a ser atribuídos.

Art. 3º Integram o sistema do FGTS:

I - o Conselho Curador;

II - o Gestor da Aplicação;

III - o Ministério do Trabalho e Emprego;

IV - o Agente Operador;

V - a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

VI - os trabalhadores e os empregadores;

VII - os agentes financeiros;

VIII - os agentes arrecadadores e pagadores;

IX - os conselhos de que trata a Seção VI;

X - demais órgãos e entidades, públicos ou privados, que atuem ou venham a atuar no âmbito do FGTS.



SEÇÃO II

DO CONSELHO CURADOR

Art. 4º O Conselho Curador do FGTS será integrado por 3 (três) representantes dos trabalhadores, 3 (três) dos empregadores e 6 (seis) do Governo Federal, dos seguintes órgãos e entidades:

- I - órgão federal encarregado da formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano,
- II - Ministério do Trabalho e Emprego;
- III - Ministério da Fazenda;
- IV - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- V - Caixa Econômica Federal; e
- VI - Banco Central do Brasil.

§ 1º A Presidência do Conselho Curador será exercida pelo representante do Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 2º Os representantes do Governo Federal, titulares e suplentes, serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e entidades ao Ministro do Trabalho, que os nomeará.

§ 3º Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores, titulares e suplentes, serão indicados ao Ministro do Trabalho:

I - pelas centrais sindicais e demais entidades de âmbito nacional que representem, no mínimo, duas categorias profissionais, no caso dos trabalhadores;

II - pelas confederações nacionais das categorias econômicas ou outras entidades nacionais representativas do empresariado, no caso dos empregadores.



§ 4º Os representantes dos trabalhadores e empregadores serão nomeados pelo Ministro do Trabalho para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 5º O Conselho Curador reunir-se-á:

I - ordinariamente a cada bimestre, por convocação de seu Presidente ou, esgotado o prazo regimental, por qualquer de seus membros; e

II - extraordinariamente, em caso de relevância e urgência, se convocado por seu Presidente ou por pelo menos 3 (três) de seus membros.

§ 6º Os representantes titulares dos trabalhadores e dos empregadores que não comparecerem a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das reuniões no exercício ou, ainda, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, salvo por motivo de força maior, perderão seu mandato, assumindo seu suplente.

§ 7º Para o efeito da recondução prevista no § 4º, o suplente que assumir a condição de titular terá seu período de mandato considerado a partir de sua nomeação na condição de suplente.

§ 8º O representante governamental que não comparecer ou não se fizer representar por seu suplente, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, salvo por motivo de força maior, estará sujeito às sanções previstas na Lei 8.112, de 12 de dezembro de 1990, e demais dispositivos legais pertinentes.

§ 9º As decisões do Conselho Curador serão tomadas com a presença da maioria absoluta de seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade.

§ 10. Competirá ao Ministério do Trabalho e Emprego proporcionar ao Conselho Curador os meios necessários ao exercício de sua competência, para o que contará com uma Secretaria Executiva.

§ 11. A Secretaria Executiva do Conselho Curador contará, além de um Secretário Executivo, aprovado pelo Conselho Curador, com pessoal de apoio técnico-administrativo e grupo de auditoria permanente.



§ 12. O Conselho Curador disporá de um grupo de apoio permanente, composto por assessores técnicos, indicados pelos conselheiros, com o objetivo de subsidiar tecnicamente o Conselho Curador.

§ 13. O Ministério do Trabalho e Emprego poderá requisitar, sem ônus para o FGTS, servidores da administração pública direta e indireta, para o desempenho de atividades técnicas no âmbito da Secretaria Executiva do Conselho Curador, sem prejuízo dos direitos e vantagens relativos ao cargo ou à função.

§ 14. A inobservância dos princípios e regras estabelecidos nesta lei, por membro do Conselho Curador, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, sem prejuízo de outras penalidades.

Art. 5º Ao Conselho Curador compete:

I - aprovar diretrizes, critérios e programas para a aplicação dos recursos do FGTS, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação e saneamento estabelecidas pelo Governo Federal;

II - estabelecer diretrizes e critérios para a distribuição dos recursos por unidade da federação, observados, dentre outros, os déficits habitacionais, de saneamento e de infra-estrutura urbana e a arrecadação bruta do FGTS;

III - aprovar o orçamento e os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais, e suas respectivas revisões;

IV - acompanhar e avaliar a execução orçamentária e a gestão econômica e financeira do FGTS, bem como o desempenho e os resultados econômicos e sociais dos programas de aplicação;

V - acompanhar e avaliar os resultados da ação fiscal e da cobrança judicial dos débitos para com o FGTS;

VI - pronunciar-se sobre as contas do FGTS, antes do seu encaminhamento ao Tribunal de Contas da União;

VII - estabelecer as diretrizes e os critérios para a constituição e manutenção do Fundo de Liquidez, de que trata o art. 10;



VIII - estabelecer diretrizes para aplicação das disponibilidades financeiras do FGTS, inclusive o Fundo de Liquidez;

IX - estabelecer as condições de utilização dos saldos das contas vinculadas para o pagamento de obrigações decorrentes de financiamento habitacional, de aquisição e de construção de moradia própria, observadas as necessidades dos trabalhadores de baixa renda e o equilíbrio econômico-financeiro do FGTS;

X - estabelecer critérios e condições para parcelamento de débitos para com o FGTS, decorrentes de atrasos no recolhimento das importâncias devidas pelos empregadores e no pagamento das operações de crédito contratadas com recursos do Fundo;

XI - fixar critérios e condições para a compensação entre créditos do empregador e débitos resultantes do não recolhimento de contribuições vencidas;

XII - estabelecer a forma e o valor da remuneração do Agente Operador, inclusive pelo risco de crédito;

XIII - fixar as formas e os valores de remuneração dos agentes financeiros, dos agentes arrecadadores e pagadores e, quando for o caso, das demais entidades que prestem serviços ou atuem no âmbito do FGTS;

XIV - definir, para os casos em que esta lei exige atualização monetária, o índice a ser utilizado, na falta de previsão legal;

XV - adotar as providências cabíveis para a correção dos atos praticados pelo Gestor da Aplicação, pelo Agente Operador e pelos demais órgãos e entidades que integram o sistema FGTS, que se mostrem incompatíveis com o disposto nesta lei e demais normas relativas ao Fundo, ou que prejudiquem o desempenho e o cumprimento de suas finalidades;

XVI - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas relativas ao FGTS, nas matérias de sua competência;

XVII - fazer publicar suas decisões no Diário Oficial da União; e

XVIII - aprovar seu regimento interno.



Parágrafo único. Os documentos e informações referentes ao FGTS são de livre acesso aos membros do Conselho Curador, no exercício de suas atribuições, nos casos e dentro dos prazos de atendimento previstos no Regulamento.

SEÇÃO III

DO GESTOR DA APLICAÇÃO

Art. 6º O órgão federal encarregado da política de desenvolvimento urbano será o Gestor da Aplicação, ao qual compete:

I - definir diretrizes, critérios e programas para a aplicação dos recursos do FGTS, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação e saneamento estabelecidas pelo Governo Federal, encaminhando-as para aprovação do Conselho Curador;

II - definir e alocar os recursos para os programas de aplicação;

III - definir as prioridades, a metodologia e os critérios que nortearão a elaboração dos orçamentos, no tocante às aplicações, e os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais;

IV - regulamentar os programas de aplicação;

V - definir critérios a serem observados na seleção de propostas de operação de crédito, para fins de contratação;

VI - estabelecer diretrizes e normas para os conselhos mencionados na Seção VI, no exercício das suas competências no âmbito do FGTS;

VII - submeter ao Conselho Curador, na forma e nas datas por ele estipuladas, em conjunto com o Agente Operador, os orçamentos anuais e os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais, e suas respectivas revisões;

VIII - acompanhar e avaliar a execução física e orçamentária dos programas de aplicação implementados pelo Agente Operador, encaminhando ao Conselho Curador, na forma e periodicidade por ele definida, relatórios que permitam o efetivo exercício da competência prevista no inciso IV do art. 5º;

IX - praticar os demais atos necessários à gestão da aplicação do Fundo, de acordo com as diretrizes, critérios e programas aprovados pelo Conselho Curador.



SEÇÃO IV

DO AGENTE OPERADOR

Art. 7º A Caixa Econômica Federal - CEF atuará na condição de Agente Operador, devendo manter, para tanto, estruturas diretiva, administrativa e operacional compatíveis com a execução das ações e atividades mencionadas nesta lei.

Art. 8º Ao Agente Operador compete:

I - centralizar os recursos do FGTS e manter, em contabilidade própria e em separado, os registros das movimentações do Fundo, inclusive as disponibilidades;

II - abrir, manter e controlar, discriminadas por titular, as contas vinculadas;

III - fornecer periodicamente, ou a qualquer tempo, por solicitação do interessado, extratos e quaisquer outros documentos relativos às contas vinculadas;

IV - contratar operações de crédito a serem financiadas com recursos do FGTS;

V - responder pelo risco do crédito referente às operações que contratar, na forma e nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador;

VI - expedir atos normativos referentes aos procedimentos administrativo-operacionais a serem observados por empregadores, trabalhadores, agentes financeiros, rede arrecadadora e pagadora, bem como outras entidades integrantes do sistema do FGTS, observadas, no que couber, as competências do Conselho Curador, do Gestor da Aplicação e do Ministério do Trabalho e Emprego;

VII - habilitar os agentes ou entidades que atuam no âmbito do FGTS;

VIII - acompanhar, controlar, fiscalizar e promover auditorias nas entidades integrantes do sistema do FGTS, inclusive cooperativas, relativamente aos recursos do Fundo;

IX - aplicar aos agentes que atuem no âmbito do FGTS, em caso de descumprimento desta lei, sem prejuízo das penalidades estabelecidas no art. 27, as seguintes sanções:

a) advertência escrita, com recomendações;

b) suspensão temporária, total ou parcial, da remuneração;

c) suspensão, total ou parcial, da habilitação;

d) cancelamento da habilitação.

X - determinar a intervenção em instituições não financeiras tomadoras de recursos do FGTS, nas situações previstas em Regulamento;

XI - elaborar os orçamentos anuais e suas respectivas revisões, bem como os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais, observados:

a) o disposto no inciso III do art. 6º ;



b) as propostas de recursos correspondentes às despesas de investimento e de formação de recursos humanos, necessárias ao exercício das atividades de fiscalização e de cobrança judicial dos débitos para com o Fundo, constantes dos planos anuais de trabalho encaminhados ao Conselho Curador, respectivamente, pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

XII - elaborar e submeter à apreciação do Conselho Curador, no prazo por ele definido, as contas do FGTS;

XIII - submeter ao Conselho Curador, na forma e nas datas por ele estipuladas, relatórios demonstrativos das aplicações das disponibilidades financeiras do FGTS;

XIV - submeter ao Conselho Curador, na forma e nas datas por ele estipuladas, em conjunto com o Gestor da Aplicação, os orçamentos anuais e os planos de contratação e metas físicas, anuais e plurianuais, e suas respectivas revisões;

XV - definir e manter sistema de acompanhamento de índices e custos de obras de habitação, saneamento e de infra-estrutura urbana, assegurando sua divulgação periódica;

XVI - tornar disponíveis ao Gestor da Aplicação e ao Ministério do Trabalho e Emprego, na forma e periodicidade por eles definidas, dados, informações e relatórios que permitam, respectivamente, o acompanhamento da execução dos programas de aplicação e o exercício das atividades de fiscalização do recolhimento das importâncias devidas ao FGTS pelos empregadores;

XVII - certificar a regularidade de situação dos empregadores perante o FGTS;

XVIII - manter por 10 (dez) anos, na forma original, microfilmados ou por outros meios previstos em lei, os documentos que comprovem as movimentações das contas vinculadas;

XIX - exercer outras atribuições correlatas no âmbito do FGTS, nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador.

SEÇÃO V

DO FUNDO DE LIQUIDEZ E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 9º Os recursos de que tratam os incisos I a VII do art. 2º, deduzidos os compromissos e encargos do FGTS, serão aplicados em operações de crédito e na constituição e manutenção de um Fundo de Liquidez.

Art. 10. O Fundo de Liquidez será destinado a garantir o pagamento dos saques nas contas vinculadas, nas situações em que o montante de saques exceda o total das receitas correntes.



Parágrafo único. O Fundo de Liquidez e demais disponibilidades financeiras devem ter remuneração mínima, inclusive juros, idêntica à atribuída aos depósitos de poupança.

Art. 11. As operações de crédito com recursos do FGTS serão realizadas pelo Agente Operador, por intermédio dos agentes financeiros, observados os seguintes requisitos básicos:

I - garantias:

- a) hipoteca do imóvel objeto da operação de crédito;
- b) caução de créditos hipotecários próprios, relativos a financiamentos concedidos com recursos do agente financeiro;
- c) caução dos créditos hipotecários vinculados aos imóveis objeto de financiamento;
- d) hipoteca sobre outros imóveis de propriedade do agente financeiro, desde que livres e desembaraçados de quaisquer ônus;
- e) cessão de créditos do agente financeiro, derivados de financiamentos concedidos com recursos próprios, garantidos por penhor ou hipoteca;
- f) hipoteca sobre imóvel de propriedade de terceiros;
- g) seguro de crédito;
- h) vinculação de receitas, inclusive tarifárias, nas aplicações contratadas com pessoa jurídica de direito público ou de direito privado a ela vinculada;
- i) aval em nota promissória;
- j) fiança bancária;
- l) alienação fiduciária de bens móveis em garantia;
- m) fiança pessoal;
- n) outras, a critério do Conselho Curador do FGTS;

II - atualização monetária igual à das contas vinculadas;

III - prazo máximo de 30 (trinta) anos;

IV - obrigação de contrapartida financeira dos tomadores de recursos, ou, nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador, em bens e serviços.

§ 1º As garantias discriminadas no inciso I do *caput* serão admitidas, singular ou supletivamente, considerada a suficiência de cobertura para os créditos concedidos, nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador.

§ 2º A rentabilidade média das operações de crédito deverá ser suficiente à remuneração das contas vinculadas e à cobertura de todos os demais custos administrativos e operacionais incorridos pelo FGTS.



§ 3º As operações de crédito de que trata o *caput* serão destinadas a financiar exclusivamente programas habitacionais, de saneamento e de infra-estrutura urbana.

§ 4º O programa de aplicações deverá destinar no mínimo 60% (sessenta por cento) dos recursos para investimentos em habitação destinados à população com renda familiar de até 10 (dez) salários mínimos.

§ 5º Terão preferência, na contratação de operações de crédito, os programas habitacionais voltados a beneficiários com renda familiar de até 3 (três) salários mínimos complementados com recursos fiscais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em conjunto ou isoladamente, destinados a subsidiar a prestação do beneficiário final.

§ 6º As operações de crédito, quando realizadas com pessoa jurídica, deverão observar contrapartida mínima, de acordo com diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador.

§ 7º As contratações de operações de crédito serão precedidas de comprovação de regularidade do tomador quanto às suas obrigações perante o Fundo, sem prejuízo das demais exigências previstas em lei.

Art. 12. As operações de crédito terão suas parcelas de desembolso provisionadas, de forma a assegurar as condições necessárias ao cumprimento do cronograma físico-financeiro dos empreendimentos.

SEÇÃO VI

DA GESTÃO DESCENTRALIZADA DAS APLICAÇÕES

Art. 13. A gestão descentralizada das aplicações dos recursos do FGTS tem por objetivos:

- I - o aumento da eficiência na alocação dos recursos;
- II - a democratização do acesso e do processo de seleção das propostas de operações de crédito com recursos do FGTS;
- III - a ampliação do controle social sobre as aplicações.

Art. 14. Terão preferência, na contratação das operações de crédito, os programas e projetos analisados e aprovados por conselhos instituídos por lei, nos Estados e no Distrito Federal.

Parágrafo único. No âmbito das aplicações do FGTS, respeitadas as diretrizes gerais do Conselho Curador do FGTS, os conselhos mencionados no *caput* atuarão:

- I - na definição, no acompanhamento e na avaliação de programas de aplicação para a unidade da federação;
- II - na alocação dos recursos, nos níveis microrregional e municipal;
- III - na seleção das propostas de operação de crédito;



IV - no exercício de outras competências, mediante convênio celebrado com o Gestor da Aplicação.

Art. 15. O conselho de que trata o artigo precedente deverá atender, no mínimo, os seguintes requisitos:

I - composição paritária, com representantes do Estado e dos Municípios, e de entidades não governamentais, com abrangência estadual, representativas dos interesses dos beneficiários e de empresários ligados aos setores de habitação, saneamento e infraestrutura urbana;

II - renovação periódica das representações da sociedade civil, por meio da fixação de mandatos que não ultrapassem 2 (dois) anos;

III - estrutura técnico-administrativa, própria ou proporcionada por órgão ou entidade do governo estadual, capaz de assegurar os meios necessários ao exercício de suas competências;

IV - normas de funcionamento que assegurem a publicidade de seus atos;

V - procedimentos democráticos de deliberação.

SEÇÃO VII

DAS CONTAS VINCULADAS

Art. 16. Os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 (sete) de cada mês, na conta vinculada de cada trabalhador, a importância correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração a este paga ou devida, a qualquer título, no mês anterior.

§ 1º As contas vinculadas são impenhoráveis.

§ 2º O saldo das contas vinculadas é garantido pela União, que poderá instituir seguro especial para esse fim.

§ 3º Entende-se por empregador a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão-de-obra, independentemente da responsabilidade solidária e subsidiária a que eventualmente venha obrigar-se.

§ 4º Considera-se trabalhador toda pessoa física que prestar, mediante remuneração, serviços a empregador, a locador ou tomador de mão-de-obra, excluídos:

I - os trabalhadores eventuais e os autônomos;

II - os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.



§ 5º Em se tratando de empregado doméstico, como definido pela Lei n.º 5.859, de 11 de dezembro de 1972, o percentual referido no *caput* incidirá sobre o salário pago ou devido ao trabalhador em dinheiro, não podendo o salário, para cálculo do recolhimento ao FGTS, ser inferior a um salário mínimo.

§ 6º O recolhimento em atraso da importância mencionada no *caput* sujeitará o empregador ao pagamento de atualização monetária equivalente à Taxa Referencial de Juros (TR) do dia 1º de cada mês, ou outro índice que vier a sucedê-lo, incidente a partir da data em que era devida até a data do efetivo recolhimento, acrescida de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês ou fração, além de multa, que será aplicada nos seguintes termos:

I – cinco por cento, quando o pagamento for realizado no mês do vencimento da obrigação;

II – dez por cento, quando o pagamento for realizado a partir do mês seguinte ao do vencimento da obrigação.

Art. 17. Para os fins previstos nesta lei, as empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista poderão equiparar seus diretores não empregados aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS.

Parágrafo único. Considera-se diretor aquele que exerça cargo de administração previsto em lei, estatuto ou contrato social, independentemente da denominação do cargo.

Art. 18. Os depósitos dos empregadores nas contas vinculadas, feitos na rede arrecadadora, serão repassados ao Agente Operador no segundo dia útil subsequente à data de seu recolhimento, passando a integrar o saldo da conta vinculada a partir do dia 10 (dez) do mês de sua ocorrência, quando efetuados até o dia 7 de cada mês.

§ 1º Os depósitos realizados fora do prazo estabelecido no *caput* serão remunerados com atualização monetária e juros, como se realizados no prazo regulamentar.

§ 2º Sobre os valores repassados ao Agente Operador a partir do terceiro dia útil subsequente à data de seu recolhimento incidirão juros de mora equivalentes à remuneração das disponibilidades financeiras do FGTS, além de multa idêntica à prevista nos incisos I e II do § 6º do art. 16.

Art. 19. Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão atualizados monetariamente com base nos parâmetros fixados para atualização monetária dos saldos dos depósitos de poupança com aniversário no dia 1º do mês e capitalizarão juros de 3% (três por cento) ao ano.

§ 1º O Conselho Curador do FGTS poderá determinar, anualmente, o crédito de remuneração adicional nas contas vinculadas, calculada a partir dos resultados constantes dos relatórios de execução do orçamento e do balanço patrimonial do FGTS.

§ 2º Para as contas vinculadas dos trabalhadores optantes, existentes à data de 22 de setembro de 1971, a capitalização dos juros anuais dos depósitos obedecerá a seguinte progressão:



I - 3% (três por cento), durante os dois primeiros anos de permanência na mesma empresa;

II - 4% (quatro por cento), do terceiro ao quinto ano de permanência na mesma empresa;

III - 5% (cinco por cento), do sexto ao décimo ano de permanência na mesma empresa;

IV - 6% (seis por cento), a partir do décimo primeiro ano de permanência na mesma empresa.

§ 3º A atualização monetária e a capitalização de juros correrão à conta do FGTS e o respectivo crédito será efetuado na conta vinculada, no dia 10 (dez) de cada mês, com base no saldo existente no dia 10 (dez) do mês anterior, deduzidos os saques ocorridos no período.

Art. 20. Fica ressalvado o direito adquirido dos trabalhadores que, à data da promulgação da Constituição Federal de 1988, já tinham o direito à estabilidade no emprego nos termos do Capítulo V do Título IV da CLT.

§ 1º O tempo de serviço do trabalhador não optante do FGTS anterior a 5 de outubro de 1988, em caso de despedida sem justa causa, reger-se-á, conforme o caso, pelos dispositivos constantes dos artigos 477, 478 e 497 da CLT.

§ 2º O tempo de serviço anterior a 5 de outubro de 1988 poderá ser transacionado entre empregador e empregado, respeitado o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) da indenização prevista.

§ 3º É facultado ao empregador desobrigar-se da responsabilidade da indenização relativa ao tempo de serviço anterior à opção, depositando na conta vinculada do trabalhador, até o último dia útil do mês previsto em lei para o pagamento de salário, o valor correspondente à indenização, aplicando-se ao depósito, no que couber, todas as disposições desta lei.

§ 4º Os trabalhadores poderão, durante a vigência do contrato de trabalho, optar pelo FGTS, com efeito retroativo a 1º de janeiro de 1967 ou à data de sua admissão, quando posterior àquela.

Art. 21. No caso da rescisão do contrato de trabalho enquadrada nas condições estabelecidas no artigo anterior, serão observados os seguintes critérios:

I - havendo indenização a ser paga, o empregador, mediante comprovação do seu pagamento, poderá sacar o saldo dos valores por ele depositados na conta individualizada do trabalhador, relativos ao período trabalhado na condição de não optante;

II - não havendo indenização a ser paga, ou decorrido o prazo prescricional para a reclamação de direitos por parte do trabalhador, o empregador poderá levantar, em seu favor, o saldo da respectiva conta individualizada, relativo ao período trabalhado na condição de não optante, mediante comprovação perante o órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 22. Os empregadores ficam obrigados a:



I - incluir mensalmente, no comprovante de pagamento de salário de cada trabalhador, o valor recolhido e a recolher em sua conta vinculada no FGTS;

II - comprovar, no momento da homologação da rescisão do contrato de trabalho, o efetivo recolhimento das importâncias a que se refere o art. 16, nos termos em que dispuser o Regulamento;

III - depositar, na conta vinculada do trabalhador, observados os prazos estabelecidos no § 6º do art. 477 da CLT, os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houverem sido recolhidos, sem prejuízo das cominações legais cabíveis;

IV - repassar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data de seu recebimento, o extrato das contas vinculadas ou qualquer outro documento encaminhado pelo Agente Operador aos trabalhadores;

V - registrar, na Carteira de Trabalho e Previdência Social e no comprovante de pagamento do salário, o número da conta vinculada do trabalhador e o código do empregador no FGTS.

VI - manter atualizados, junto ao Agente Operador, os dados cadastrais dos trabalhadores com contratos de trabalho vigentes, respondendo financeiramente por todos os prejuízos causados pela omissão ou incorreção de informações.

Art. 23. Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, inclusive a indireta, depositará este, na conta vinculada do trabalhador, nos prazos previstos no § 6º do art. 477 da CLT, importância igual a 40% (quarenta por cento) do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros, somados aos valores devidos e não recolhidos, independentemente de terem sido efetuados saques.

§ 1º Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata o *caput* será de 20% (vinte por cento).

§ 2º Para fins do disposto no *caput*, compete ao Agente Operador informar o valor atualizado e acrescido dos juros correspondentes a todos os depósitos efetivamente realizados na conta vinculada.

§ 3º Quando não for possível atualizar os valores de todos os depósitos efetuados, utilizar-se-á como base de cálculo, para efeito da aplicação dos percentuais de que tratam o *caput* e o § 1º, o somatório das seguintes parcelas:

I - o equivalente a 8% (oito por cento) da última remuneração mensal paga ou devida, multiplicado pelo número de meses em que não puderam ser identificados os valores dos depósitos; e

II - o montante, atualizado e acrescido de juros, dos depósitos identificados.

§ 4º As importâncias mencionadas neste artigo e no inciso III do art. 22 deverão constar da documentação comprobatória dos valores devidos a título de rescisão do contrato de trabalho, observado o disposto no art. 477 da CLT, eximindo o empregador exclusivamente quanto aos valores discriminados.



§ 5º Na hipótese de aposentadoria espontânea e continuando o trabalhador a exercer suas atividades junto ao mesmo empregador, a indenização prevista no *caput* será calculada sobre todos os depósitos realizados na conta vinculada, a partir da data de início do benefício da aposentadoria.

SEÇÃO VIII

DOS SAQUES NAS CONTAS VINCULADAS

Art. 24. O trabalhador poderá movimentar recursos de sua conta vinculada no FGTS exclusivamente nas seguintes situações:

I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior;

II - extinção total da empresa, publicação da sentença declaratória de falência ou ainda falecimento do empregador individual, sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita do empregador, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;

III - aposentadoria concedida pela Previdência Social ou por órgão ou entidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IV - falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago:

a) a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte; ou,

b) na falta de dependentes que atendam ao disposto na alínea anterior, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independentemente de inventário ou arrolamento;

V - pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional, desde que o mutuário conte com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS;

VI - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento habitacional;

VII - pagamento total ou parcial do preço da aquisição ou de construção de moradia própria, observadas as seguintes condições, além de outras definidas pelo Conselho Curador:

a) o titular da conta deverá contar com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS;

b) o titular da conta não deverá ser proprietário nem promitente comprador de outro imóvel, em qualquer parte do território nacional;



c) o imóvel não poderá ser objeto de venda, no prazo de 2 (dois) anos contados da data de sua aquisição;

d) a operação deverá preencher os requisitos que vierem a ser estabelecidos pelo Conselho Curador;

VIII - quando o trabalhador permanecer, por período igual ou superior a 1 (um) ano ininterrupto, fora do regime do FGTS;

IX - extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

X - suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 90 (noventa) dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional ou Órgão Gestor de Mão-de-Obra – OGMO, quando se tratar de trabalhador avulso portuário.

XI - tratamento do trabalhador ou de qualquer de seus dependentes, descendentes e ascendentes em primeiro grau, quando acometido de neoplasia maligna ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS, nas condições estabelecidas pelo Conselho Curador;

XII - aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização, regidos pela Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, permitida a utilização de 50% (cinquenta por cento) do saldo existente e disponível em sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na data em que exercer a opção.

§ 1º A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurará que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na sua conta vinculada durante o período de vigência do contrato de trabalho objeto da rescisão, atualizados monetariamente e acrescidos de juros, deduzidos os saques.

§ 2º Ocorrendo mudança de regime jurídico, por força do disposto no art. 39 da Constituição Federal, o servidor público poderá movimentar o saldo de sua conta vinculada exclusivamente nas situações previstas nos incisos III, IV, V, VI, VII, VIII, XI e XII do *caput* deste artigo.

§ 3º Os recursos aplicados em quotas dos Fundos Mútuos de Privatização, referidos no inciso XII deste artigo, serão destinados a aquisições de valores mobiliários, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e de programas estaduais de desestatização, desde que, em ambos os casos, tais destinações sejam aprovadas pelo Conselho Nacional de Desestatização.

§ 4º Os valores mobiliários de que trata o parágrafo anterior só poderão ser integralmente vendidos, pelos respectivos Fundos, seis meses após sua aquisição, podendo ser alienada, em prazo inferior, parcela equivalente a 10% (dez por cento) do valor adquirido, autorizada a livre aplicação do produto dessa alienação, nos termos da Lei nº 6.385, de 1976.

§ 5º As aplicações em Fundos Mútuos de Privatização são nominativas, impenhoráveis e, salvo as hipóteses previstas nos incisos I a XI deste artigo, indisponíveis a seus titulares.



§ 6º Decorrido o prazo mínimo de doze meses, contados da efetiva transferência das quotas para os Fundos Mútuos de Privatização, os titulares poderão optar pelo retorno para sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

§ 7º A cada período de seis meses, os titulares das aplicações em Fundos Mútuos de Privatização poderão transferi-las para outro fundo da mesma natureza.

§ 8º O montante das aplicações de que trata o § 3º deste artigo ficará limitado ao valor dos créditos contra o Tesouro Nacional de que seja titular o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

§ 9º Desde que preservada a participação individual dos quotistas, será permitida a constituição de clubes de investimento, visando a aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização.

§ 10. A garantia a que alude o § 2º do art. 16 não compreende as aplicações a que se refere o inciso XII deste artigo.

§ 11. O Imposto de Renda incidirá exclusivamente sobre os ganhos dos Fundos Mútuos de Privatização que excederem a remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, no mesmo período.

§ 12. Os recursos automaticamente transferidos da conta do titular no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em razão da aquisição de ações não afetarão a base de cálculo da multa rescisória de que trata o art. 23.

Art. 25. O saldo das contas vinculadas cujos titulares não tenham exercido o direito de saque após 1 (um) ano, contado da data de aquisição desse direito, será incorporado ao patrimônio do FGTS, resguardado ao beneficiário a oportunidade de, a qualquer tempo, mediante requerimento e observado o disposto no artigo anterior, resgatar o montante incorporado, acrescido da atualização monetária e respectivos juros.

§ 1º Os valores recolhidos pelos empregadores e não individualizados no prazo de 1 (um) ano, contado da efetivação do depósito, serão, uma vez esgotadas todas as medidas cabíveis pelo Agente Operador e pelo Ministério do Trabalho e Emprego, incorporados ao patrimônio do FGTS, preservando-se o direito de o empregador realizar o lançamento adequado dessa operação, visando à correspondente individualização.

§ 2º O Agente Operador colocará à disposição do Conselho Curador, na forma e nos prazos por ele estabelecidos, relatórios pertinentes às contas e aos valores a serem incorporados ao patrimônio do FGTS.



SEÇÃO IX

DA FISCALIZAÇÃO, DAS INFRAÇÕES E DA IMPOSIÇÃO DE MULTAS

Art. 26. Compete ao Ministério do Trabalho e Emprego:

I - fiscalizar o disposto nos artigos 16, 17, 20, 21, 22 e 23, bem assim as demais obrigações dos empregadores relacionadas com o FGTS;

II - encaminhar, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, os elementos necessários à instauração de processo de inscrição em Dívida Ativa e de cobrança judicial dos débitos dos empregadores para com o FGTS.

Art. 27. Constituem infrações, para efeito desta lei:

I - por parte do empregador:

- a) não depositar tempestivamente a importância de que trata o art. 16;
- b) deixar de computar, para efeito de cálculo dos depósitos do FGTS, parcela componente da remuneração;
- c) deixar de efetuar os depósitos e os acréscimos legais, após notificado pela fiscalização;
- d) apresentar informações sobre o FGTS com erros ou omissões;
- e) descumprir o disposto nos arts. 20 e 21, nos incisos I, II, IV e V do art. 22 e nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 23;
- f) descumprir o disposto no inciso III do art. 22 e no *caput* e § 1º do art. 23.

II - descumprir o Agente Operador as obrigações estabelecidas no art. 8º;

III - descumprirem os agentes arrecadadores, pagadores e financeiros quaisquer das obrigações que lhes competem no âmbito do sistema do FGTS;

IV - descumprir órgão ou entidade do sistema do FGTS qualquer dispositivo desta lei e das resoluções do Conselho Curador, para a qual não haja penalidade específica.

§ 1º Pela prática das ações previstas neste artigo, os infratores ficam sujeitos às seguintes multas:

I - de 5 (cinco) Unidades Fiscais de Referência - UFIR a 50 (cinquenta) UFIR por trabalhador, no caso das alíneas d e e do inciso I do *caput*.

II - de 20 (vinte) a 200 (duzentas) UFIR por trabalhador, no caso das alíneas a, b e c do inciso I do *caput*.

III - de 500 (quinhentas) a 1.200 (mil e duzentas) UFIR, no caso da alínea f do inciso I do *caput*;

IV - de 50 (cinquenta) a 50.000 (cinquenta mil) UFIR, na forma e condições estabelecidas pelo Conselho Curador, no caso dos incisos II e IV do *caput*;



V - 10% (dez por cento) do valor da operação, na forma estabelecida pelo Conselho Curador, sem prejuízos das cominações legais, no caso do inciso III.

§ 2º Nos casos de fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou desacato à fiscalização, assim como na reincidência, as multas especificadas no parágrafo anterior serão duplicadas, sem prejuízo das demais cominações legais.

§ 3º O processo de fiscalização, autuação e imposição de multas de que trata o inciso I do § 1º reger-se-á pelo disposto no Título VII da CLT.

§ 4º O direito de apuração e constituição dos créditos do FGTS extingue-se após 10 (dez) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada.

§ 5º Quando julgado procedente o recurso interposto na forma do Título VII da CLT, os depósitos efetuados para garantia de instância serão restituídos, com os valores atualizados na forma da lei.

Art. 28. O Ministério do Trabalho e Emprego deverá tornar disponíveis ao Conselho Curador, com a periodicidade que este estabelecer, dados, informações e relatórios que possibilitem a avaliação da ação fiscalizadora.

Art. 29. Compete à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional a inscrição em Dívida Ativa dos débitos para com o FGTS, bem como, diretamente ou por intermédio do Agente Operador, mediante convênio, a representação judicial e extrajudicial do FGTS, para a correspondente cobrança, relativamente aos depósitos dos empregadores, às multas e demais encargos previstos nesta lei.

§ 1º O FGTS fica isento de custas nos processos judiciais em que for parte, estendendo-se igual tratamento ao eventual substituto processual.

§ 2º As despesas, inclusive as de sucumbência, que vierem a ser incorridas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e pelo Agente Operador para a realização da inscrição em Dívida Ativa, do ajuizamento e do controle e do acompanhamento dos processos judiciais, serão efetuadas a débito do FGTS.

§ 3º Os créditos relativos ao FGTS gozam dos mesmos privilégios atribuídos aos créditos trabalhistas.

§ 4º Na cobrança judicial dos créditos do FGTS incidirá um encargo de 10% (dez por cento), que reverterá para o Fundo, para ressarcimento dos custos por ele incorridos, que será reduzido para 5% (cinco por cento), se o pagamento se der antes do ajuizamento da cobrança.

Art. 30. Poderá o próprio trabalhador, seus dependentes e sucessores, ou ainda o sindicato a que estiver vinculado, e sem necessidade de instrumento procuratório, acionar diretamente o empregador para compeli-lo a efetuar o depósito, na conta vinculada, das importâncias devidas ao seu titular, devendo a Justiça do Trabalho notificar o Ministério do



Trabalho e Emprego, o Agente Operador e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional da propositura da ação.

§ 1º A sentença judicial deverá determinar, obrigatoriamente, o montante total a ser depositado pelo empregador, em decorrência dos atrasos no recolhimento das importâncias a que faz jus o titular da conta vinculada, discriminando os valores devidos, respectivamente, ao trabalhador e ao FGTS.

§ 2º Nas reclamações trabalhistas que objetivam o pagamento de parcelas relativas ao FGTS, ou que, direta ou indiretamente, impliquem essa obrigação de fazer, o juiz determinará que a empresa sucumbente proceda ao recolhimento imediato, nas respectivas contas vinculadas, das importâncias devidas a tal título, bem como dos encargos a favor do Fundo.

SEÇÃO X

DA CERTIFICAÇÃO DE REGULARIDADE

Art. 31. A condição de regularidade perante o FGTS é atestada pelo Agente Operador, que estabelecerá os meios a serem utilizados.

§ 1º Para obter a certificação de regularidade, o interessado deverá satisfazer as seguintes condições:

I - estar em dia com o recolhimento da importância de que trata o art. 16 ;

II - estar em dia com o pagamento das prestações das operações de crédito lastreadas em recursos do FGTS;

III - declarar, sob as penas do art. 299 do Código Penal, estar em dia no tocante ao registro de seus trabalhadores.

IV - estar em situação regular em relação às outras obrigações para com o Fundo;

§ 2º A comprovação da condição de regularidade é obrigatória nas seguintes situações:

I - habilitação em licitação promovida por órgão ou entidade da administração pública, ou por empresa controlada direta ou indiretamente pela União, Estado, Distrito Federal ou Município;

II - obtenção de empréstimos, financiamentos, parcelamento de débitos ou dispensa de juros, multa e atualização monetária junto a quaisquer entidades financeiras oficiais;

III - obtenção de favores creditícios, isenções, subsídios, auxílios, benefícios, incentivos fiscais, outorga ou concessão de serviços pelo Poder Público;

IV - transferência de domicílio para o exterior;



V - registro ou arquivamento, nos órgãos competentes, de alteração ou distrato de contrato social, de estatuto, ou de qualquer documento que implique modificação na estrutura jurídica do empregador ou na sua extinção;

VI - alienação de imóveis de propriedade de empregadores pessoas jurídicas;

VII - assinatura de quaisquer contratos ou convênios com órgãos e entidades da administração pública.

§ 3º As pessoas jurídicas que não satisfizerem as condições mencionadas no § 1º estarão, além das demais cominações legais, impedidas de:

I - pagar, aos diretores não-empregados, pró-labore, gratificações, participação nos lucros e quaisquer outras importâncias a título de remuneração;

II - distribuir, sob qualquer forma, lucros, bonificações ou dividendos a seus sócios ou acionistas.

§ 4º A não comprovação da regularidade para com o FGTS constitui causa para suspensão ou resolução de contrato ou convênio firmado por órgão ou entidade referida no inciso I do § 2º.

§ 5º Constatada pela fiscalização do trabalho irregularidade concernente ao disposto no inciso III do § 1º, e não atendida a notificação da fiscalização no prazo concedido, o Ministério do Trabalho e Emprego comunicará o fato ao Agente Operador, para efeito de cancelamento da eventual certificação expedida e suspensão do desembolso de recursos, no caso de o empregador ser tomador de recursos junto ao FGTS, até a regularização da situação que motivou a notificação.

SEÇÃO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32. São isentos de tributos federais os atos e operações necessários à aplicação desta lei, quando praticados pelo Agente Operador, pelos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores, pelos empregadores e pelos agentes credenciados para atuar no âmbito do FGTS.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo às importâncias devidas, nos termos desta lei, aos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores.

Art. 33. Aos empregados representantes dos trabalhadores e de outras entidades representativas da sociedade civil, no Conselho Curador e nos conselhos mencionados na Seção VI, são assegurados:

I - a estabilidade no emprego, desde a nomeação até um ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada através de processo judicial;



II - o abono das ausências ao trabalho decorrentes das atividades desses órgãos, computando-as como jornada efetivamente trabalhada, para todos os fins e efeitos legais.

Art. 34. Fica reduzida para 1,5% (um e meio por cento) a contribuição prevista pelas empresas ao Serviço Social do Comércio e ao Serviço Social da Indústria e dispensadas estas entidades da subscrição compulsória a que alude o art. 21 da Lei n.º 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Art. 35. A instituição financeira que atuou como banco depositário do FGTS, ou seu sucessor, é responsável pelos lançamentos efetuados nas contas vinculadas e pela regularização de eventuais diferenças, por intermédio de reposição financeira ao FGTS, decorrentes de erros de lançamentos em contas vinculadas ou na individualização de depósitos, durante o período em que estas estiveram sob a sua administração.

Art. 36. Na hipótese de quitação integral dos débitos para com o FGTS, referentes a competências anteriores a setembro de 1999 e desde que o pagamento ocorra até 90 após a publicação desta lei, quer estejam eles em cobrança administrativa ou judicial, notificados ou não, e ainda que amparados por acordo de parcelamento, a multa e os juros de mora, mencionados no art. 16, § 6º, serão reduzidos à metade.

Art. 37. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 38. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 39. Revogam-se a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; o inciso II do art. 1º da Lei nº 7.670, de 8 de setembro de 1988; a Lei nº 7.794, de 10 de junho de 1989; a Lei nº 8.406, de 9 de janeiro de 1992; a Lei nº 8.678, de 13 de julho de 1993; o art. 16 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993; a Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994, a Lei nº 8.922, de 25 de julho de 1994; a Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995, o art. 31 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997 e as demais disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 8 de dezembro de 1999.


Deputado MAX ROSENMANN
Presidente em exercício



**PROJETO DE LEI Nº 913-B, DE 1991
(DO SENADO FEDERAL)
PLS Nº 12/91**

Altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

SUMÁRIO

I - Projeto inicial

II - Projetos apensados: nºs 2.521/89, 4.664/90, 4.952/90, 5.542/90, 1.544/91, 5.790/90, 21/91, 162/91, 350/91, 43/91, 146/91, 340/91, 360/91, 417/91, 1.156/91, 1.402/91, 3.227/92, 461/91, 718/91, 1.040/91, 1.334/91, 1.378/91, 1.409/91, 1.559/91, 1.633/91, 1.662/91, 1.678/91, 2.202/91, 2.729/92, 1.761/91, 1.831/91, 1.851/91, 1.878/91, 1.929/91, 1.952/91, 2.371/91, 2.219/91, 2.257/91, 2.547/92, 2.607/92, 2.713/92, 2.879/92, 3.006/92, 3.113/92, 3.246/92, 3.670/93, 3.921/93, 3.944/93, 3.976/93, 3.982/93, 4.037/93, 4.068/93, 4.165/93, 4.191/93, 4.209/93, 4.586/94, 4.628/94, 4.659/94, 4.805/94, 60/95, 249/95, 271/95, 1.264/95, 555/95, 954/95, 1.175/95, 1.232/95, 1.251/95, 1.362/95, 1.540/96, 1.556/96, 1.617/96, 1.625/96, 1.757/96, 1.767/96, 2.047/96, 2.099/96, 2.116/96, 2.117/96, 2.131/96, 2.176/96, 2.198/96, 2.208/96, 2.212/96, 2.275/96, 2.583/96, 2.888/97, 2.922/97, 2.971/97, 3.145/97, 3.151/97, 3.183/97, 3.211/97, 3.218/97, 3.341/97, 3.348/97, 3.464/97, 3.545/97, 3.582/97, 3.583/97, 3.634/97 e 3.822/97)

III - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

- emenda apresentada na Comissão
- termo de recebimento de emendas – 1991
- termo de recebimento de emendas – 1995 (nova legislatura)
- parecer do relator
- 1º substitutivo oferecido pelo Relator
- emendas apresentadas ao substitutivo (9)
- termo de recebimento de emendas ao substitutivo
- parecer reformulado
- 2º substitutivo oferecido pelo Relator
- parecer da Comissão
- substitutivo adotado pela Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- IV - Na Comissão de Finanças e Tributação:
- termo de recebimento de emendas - 1998
 - termo de recebimento de emendas - 1999 (nova legislatura)
 - parecer do Relator
 - substitutivo oferecido pelo relator
 - termo de recebimento de emendas ao substitutivo
 - parecer da Comissão
 - substitutivo adotado pela Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Publique-se.

Em 16/2/2000

Presidente

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Of.P- nº 394/99

Brasília, 8 de dezembro de 1999.

Senhor Presidente,

Comunico a V.Exa., em cumprimento ao disposto no art. 58, do Regimento Interno, que esta Comissão concluiu, unanimemente, pela não implicação da matéria com aumento de despesa ou diminuição de receita, não cabendo realizar exame de adequação quanto aos aspectos financeiro e orçamentário públicos do Projeto de Lei nº 913-A/91, do Senado Federal, e dos PL's nºs 2.521/89, 4.664/90, 4.952/90, 5.542/90, 1.544/91, 5.790/90, 21/91, 162/91, 350/91, 43/91, 146/91, 340/91, 360/91, 417/91, 1.156/91, 1.402/91, 3.227/92, 461/91, 718/91, 1.040/91, 1.334/91, 1.378/91, 1.409/91, 1.559/91, 1.633/91, 1.662/91, 1.678/91, 2.202/91, 2.729/92, 1.761/91, 1.831/91, 1.851/91, 1.878/91, 1.929/91, 1.952/91, 2.371/91, 2.219/91, 2.257/91, 2.547/92, 2.607/92, 2.713/92, 2.879/92, 3.006/92, 3.113/92, 3.246/92, 3.670/93, 3.921/93, 3.944/93, 3.976/93, 3.982/93, 4.037/93, 4.068/93, 4.165/93, 4.191/93, 4.209/93, 4.586/94, 4.628/94, 4.659/94, 4.805/94, 60/95, 249/95, 271/95, 1.264/95, 555/95, 954/95, 1.175/95, 1.232/95, 1.251/95, 1.362/95, 1.540/96, 1.556/96, 1.617/96, 1.625/96, 1.757/96, 1.767/96, 2.047/96, 2.099/96, 2.116/96, 2.117/96, 2.131/96, 2.176/96, 2.198/96, 2.208/96, 2.212/96, 2.275/96, 2.583/96, 2.888/97, 2.922/97, 2.971/97, 3.145/97, 3.151/97, 3.183/97, 3.211/97, 3.218/97, 3.341/97, 3.348/97, 3.464/97, 3.545/97, 3.582/97, 3.583/97, 3.634/97 e 3.822/97, apensados, como também das emendas a eles apresentadas, e pela inadequação financeira e orçamentária do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Quanto ao mérito, pela rejeição dos PL's nºs 2.521/89, 5.790/90,

A Sua Excelência o Senhor
Deputado MICHEL TEMER
Presidente da Câmara dos Deputados

SECRETARIA-GERAL DA MESA	
Recebido	
Órgão SEATA	N.º 468/02
Data:	Hora:
Ass: Sandra	Ponto: 5595



340/91, 360/91, 461/91, 718/91, 1.040/91, 1.633/91, 1.662/91, 1.678/91, 1.761/91, 1.878/91, 1.929/91, 1.952/91, 2.202/91, 2.257/91, 2.371/91, 2.713/92 (PLS nº 208/91), 2.729/92, 2.879/92, 3.006/92, 3.670/93, 3.921/93, 4.068/93, 4.165/93, 4.209/93, 4.628/94, 4.805/94, 60/95, 249/95, 954/95, 1.175/95, 1.232/95, 1.251/95, 1.264/95, 1.362/95, 1.540/96, 1.556/96, 1.767/96, 2.047/96, 2.099/96, 2.116/96, 2.117/96, 2.131/96, 2.176/96, 2.198/96, 2.212/96, 2.583/96, 2.888/97, 2.922/97, 2.971/97, 3.145/97, 3.183/97, 3.211/97, 3.218/97, 3.348/97, 3.341/97, 3.582/97, 3.545/97, 3.583/97, 3.634/97 e 3.822/97, apensados; e pela aprovação do Projeto de Lei nº 913-A/91 e dos PL's nºs 4.664/90, 4.952/90, 5.542/90, 21/91, 43/91, 146/91, 162/91, 350/91, 417/91, 1.156/91, 1.334/91, 1.378/91, 1.402/91, 1.409/91, 1.544/91, 1.559/91, 1.831/91, 1.851/91, 2.219/91, 2.547/92 (PLS nº 263/91), 2.607/92, 3.113/92, 3.227/92, 3.246/92, 3.944/93, 3.976/93, 3.982/93, 4.037/93, 4.191/93, 4.586/94, 4.659/94, 271/95, 555/95, 1.617/96, 1.625/96, 1.757/96, 2.208/96, 2.275/96, 3.151/97 e 3.464/97, apensados, com Substitutivo.

Cordiais Saudações,


Deputado MAX ROSENMANN
Presidente em exercício

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Objeto:
Origem: SEATA N.º 46800
Data:
Ass: Sanabria Hora:
Ponto: 5544



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 913-A/91

Nos termos do art. 119, *caput* e inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Senhor Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões, prazo para recebimento de emendas a partir de 12/04/00, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto e aos seus 102 (cento e dois) apensados.

Sala da Comissão, em 24 de abril de 2000


DAMACI PIRES DE MIRANDA
Secretária Substituta

REQUERIMENTO

(Do Sr. Felipe Maia)

Requer seja declarada, de ofício, a prejudicialidade do PL nº 913, de 1991.

Senhor Presidente,

Tendo sido designado, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, como relator do Projeto de Lei nº 913, de 1991, pude verificar, após exame acurado do processo – que engloba nada menos que 102 projetos de lei correlatos – que os Substitutivos aprovados, em 1997, pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT), encarregadas do exame de mérito da matéria, encontram-se completamente defasados em face das inúmeras mudanças que foram introduzidas na legislação pertinente nesses dezessete anos em que o processo se encontra tramitando na Câmara dos Deputados. Essa defasagem também se estende às demais proposições aprovadas nas comissões de mérito, a começar pela proposição principal, senão vejamos.

O projeto principal, PL nº 913, de 1991, do Senado Federal, visa tão-somente igualar os trabalhadores rurais e os empregados domésticos aos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com relação ao acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Quanto aos primeiros, a isonomia deu-se com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Em relação aos segundos, a Lei n.º 10.208, de 23 de março de 2001, acrescentou o art. 3º-A à Lei n.º 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, a fim de determinar que é facultada a inclusão do empregado doméstico no FGTS, mediante requerimento do



75F5DE4926

empregador. Em 2006, nova tentativa de tornar obrigatório o regime do FGTS para o empregado doméstico não logrou êxito, na medida em que dispositivo do art. 4º da Lei n.º 11.324, prevendo tal situação, foi vetado pelo Presidente da República.

Ao tramitar na CTASP e na CFT, o projeto de lei em questão recebeu a apensação de inúmeras outras proposições de iniciativa de deputados e senadores que dispõem sobre os mais variados temas relativos ao FGTS, notadamente quanto à criação de hipóteses de movimentação das contas vinculadas, razão pela qual os relatores apresentaram Substitutivos com o objetivo de dispor sobre o FGTS como um todo, revogando a Lei n.º 8.036/90.

Na CTASP, em reunião do dia 10 de dezembro de 1997, foram aprovados unanimemente, com substitutivo, o Projeto de Lei n.º 913/91 e os Projetos de Lei n.ºs 4.664/90, 4.952/90, 5.542/90, 21/91, 43/91, 146/91, 162/91, 350/91, 417/91, 1.156/91, 1.334/91, 1.378/91, 1.402/91, 1.409/91, 1.544/91, 1.559/91, 1.831/91, 1.851/91, 2.219/91, 2.547/92, 2.607/92, 3.113/92, 3.227/92, 3.246/92, 3.944/93, 3.976/93, 3.982/93, 4.037/93, 4.191/93 (PLS 105/92, de autoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do FGTS), 4.586/94, 4.659/94, 271/95, 555/95, 1.617/96, 1.625/96, 1.757/96, 2.208/96, 2.275/96, 3.151/97 e 3.464/97 apensados, as emendas de 01, 02, 04, 06 e 08/97 apresentadas ao substitutivo, e rejeitados os Projetos de Lei n.ºs 2.521/89, 5.790/90, 340/91, 360/91, 461/91, 718/91, 1.040/91, 1.633/91, 1.662/91, 1.678/91, 1.761/91, 1.878/91, 1.929/91, 1.952/91, 2.202/91, 2.257/91, 2.371/91, 2.713/92, 2.729/91, 2.879/92, 3.006/92, 3.670/93, 3.921/93, 4.068/93, 4.165/93, 4.209/93, 4.628/94, 4.805/94, 60/95, 249/95, 954/95, 1.175/95, 1.232/95, 1.251/95, 1.264/95, 1.362/95, 1.540/96, 1.556/96, 1.767/96, 2.047/96, 2.099/96, 2.116/96, 2.117/96, 2.131/96, 2.176/96, 2.198/96, 2.212/96, 2.583/96, 2.888/97, 2.922/97, 2.971/97, 3.145/97, 3.183/97, 3.211/97, 3.218/97, 3.348/97, 3.341/97, 3.582/97, 3.545/97; 3.583/97, 3.634/97 e 3.822/97, apensados, a emenda 01/91 apresentada ao 913/91, e as emendas de 03, 05, 07 e 09/97 apresentadas ao substitutivo, nos termos do parecer reformulado do relator, Deputado Paulo Rocha.

A CFT, em reunião ordinária realizada no dia 8 de dezembro de 1999, concluiu, unanimemente, pela não implicação da matéria com aumento de despesa ou diminuição de receita, não cabendo realizar exame de adequação quanto aos aspectos financeiro e orçamentário públicos do Projeto de Lei n.º 913-



75F5DE4926

A e dos Projetos de Lei n.ºs 2.521/89, 4.664/90, 4.952/90, 5.542/90, 1.544/91, 5.790/90, 21/91, 162/91, 350/91, 43/91, 146/91, 340/91, 360/91, 417/91, 1.156/91, 1.402/91, 3.227/92, 461/91, 718/91, 1.040/91, 1.334/91, 1.378/91, 1.409/91, 1.559/91, 1.633/91, 1.662/91, 1.678/91, 2.202/91, 2.729/92, 1.761/91, 1.831/91, 1.851/91, 1.878/91, 1.929/91, 1.952/91, 2.371/91, 2.219/91, 2.257/91, 2.547/92, 2.607/92, 2.713/92, 2.879/92, 3.006/92, 3.113/92, 3.246/92, 3.670/93, 3.921/93, 3.944/93, 3.976/93, 3.982/93, 4.037/93, 4.068/93, 4.165/93, 4.191/93, 4.209/93, 4.586/94, 4.628/94, 4.659/94, 4.805/94, 60/95, 249/95, 271/95, 1.264/95, 555/95, 954/95, 1.175/95, 1.232/95, 1.251/95, 1.362/95, 1.540/96, 1.556/96, 1.617/96, 1.625/96, 1.757/96, 1.767/96, 2.047/96, 2.099/96, 2.116/96, 2.117/96, 2.131/96, 2.176/96, 2.198/96, 2.208/96, 2.212/96, 2.275/96, 2.583/96, 2.888/97, 2.922/97, 2.971/97, 3.145/97, 3.151/97, 3.183/97, 3.211/97, 3.218/97, 3.341/97, 3.348/97, 3.464/97, 3.545/97, 3.582/97, 3.583/97, 3.634/97 e 3.822/97 apensados, como também das emendas a eles apresentadas, e pela inadequação financeira e orçamentária do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Quanto ao mérito, o voto foi pela rejeição dos PLs n.ºs 2.521/89, 5.790/90, 340/91, 360/91, 461/91, 1.040/91, 1.633/91, 1.662/91, 1.678/91, 1.761/91, 1.878/91, 1.929/91, 1.952/91, 2.202/91, 2.257/91, 2.371/91, 2.713/92, 2.729/92, 2.879/92, 3.006/92, 3.670/93, 3.921/93, 4.068/93, 4.165/93, 4.209/93, 4.628/94, 4.805/94, 60/95, 249/95, 954/95, 1.175/95, 1.232/95, 1.251/95, 1.264/95, 1.362/95, 1.540/96, 1.556/96, 1.767/96, 2.047/96, 2.099/96, 2.116/96, 2.117/96, 2.131/96, 2.176/96, 2.198/96, 2.212/96, 2.583/96, 2.888/97, 2.922/97, 2.971/97, 3.145/97, 3.183/97, 3.211/97, 3.218/97, 3.348/97, 3.341/97, 3.582/97, 3.545/97, 3.583/97, 3.634/97 e 3.822/97 apensados; e pela aprovação do Projeto de Lei 913-A/91 e dos PLs n.ºs 4.664/90, 4.952/90, 5.542/90, 21/91, 43/91, 146/91, 162/91, 350/91, 417/91, 1.156/91, 1.334/91, 1.378/91, 1.402/91, 1.409/91, 1.544/91, 1.559/91, 1.831/91, 1.851/91, 2.219/91, 2.547/92, 2.607/92, 3.113/92, 3.227/92, 3.246/92, 3.944/93, 3.976/93, 3.982/93, 4.037/93, 4.191/93, 4.586/94, 4.659/94, 271/95, 555/95, 1.617/96, 1.625/96, 1.757/96, 2.208/96, 2.275/96, 3.151/97 e 3.464/97 apensados, com substitutivo, nos termos do parecer do relator, Deputado Luiz Salomão.

Das 102 proposições, a maior parte dispõe sobre pontos específicos da legislação que regula o FGTS, as quais são citadas a seguir, agrupadas segundo os temas tratados:

A) COMPOSIÇÃO, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO CURADOR (5 projetos): **Projetos de Lei n.ºs 4.664, de 1990,**



75F5DE4926

360, de 1991; 1.334, de 1991; 1.556, de 1996, e 3.583, de 1997.

B) GARANTIA EXIGIDA PARA EMPRÉSTIMOS (1 projeto):
Projeto de Lei n.º 1.831, de 1991.

C) APLICAÇÕES DOS RECURSOS DO FGTS E DISTRIBUIÇÃO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (7 projetos): **Projetos de Lei n.ºs 1.878, de 1991; 1.929, de 1991; 2.713, de 1992; 1.362, de 1995; 2.922, de 1997; 2.971, de 1997 e 3.582, de 1997.**

D) CORREÇÃO DOS SALDOS DAS CONTAS VINCULADAS (5 projetos): **Projetos de Lei n.ºs 5.790, de 1990; 2.879, de 1992; 3.113, de 1992; 4.586, de 1994 e 4.659, de 1994.**

E) EXTENSÃO DO FGTS AOS DOMÉSTICOS E RURAIS (4 projetos): **Projetos de Lei n.ºs 2.521, de 1989; 21, de 1991; 162, de 1991, e 350, de 1991.**

F) OBRIGAÇÃO DE OS EMPREGADORES PRESTAREM AOS EMPREGADOS INFORMAÇÕES SOBRE A CONTA VINCULADA (1 projeto): **Projeto de Lei n.º 1.559, de 1991.**

G) MULTA NA RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO (1 projeto): **Projeto de Lei n.º 1.409, de 1991.**

H) SAQUE DO SALDO DA CONTA VINCULADA (66 projetos), contemplando as seguintes hipóteses de levantamento dos depósitos:

1. *POR PEDIDO DE DEMISSÃO*: **Projetos de Lei n.ºs 5.542, de 1990 e 2.116, de 1996.**
2. *PARA PAGAMENTO MENSAL À ENTIDADE DE MEDICINA DE GRUPO OU PLANO DE SAÚDE*: **Projeto de Lei n.º 4.805, de 1994.**
3. *POR TEMPO DE SERVIÇO*: **Projetos de Leis n.º 340, de 1991; 3.006, de 1992; 4.628, de 1994; 1.175, de 1995; 1.232, de 1995; 1.251, de 1995, e 3.145, de 1997.**
4. *PARA PAGAMENTO DE PARTE DAS PRESTAÇÕES NA LIQUIDAÇÃO OU NA AMORTIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR OU NO PAGAMENTO TOTAL OU PARCIAL DO PREÇO DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEL ÚNICO NO SFH E NO SISTEMA HIPOTECÁRIO*: **PLS N.ºS 417, de 1991; 2.219, de**



75F5DE4926

1991; 3.944, de 1993; 3.976, de 1993; 3.464, de 1997; e 3.634, de 1997.

5. *POR OCASIÃO DAS FÉRIAS*: Projeto de Lei 1.761, de 1991.
6. *PARA PAGAMENTO DE MENSALIDADE ESCOLAR DO TRABALHADOR E DE SEUS DEPENDENTES*: Projetos de Lei nº s 1.952, de 1991; 2.371, de 1991; 954, de 1995; 1.540, de 1996; 2.047, de 1996; 2.099, de 1996; 2.117, de 1996; 2.131, de 1996; 2.176, de 1996; 2.212, de 1996; 2.922, de 1997; 3.183, de 1997; 3.341, de 1997; 3.822, de 1997;
7. *PARA AQUISIÇÃO, CONSTRUÇÃO, REFORMA OU AMPLIAÇÃO DA CASA PRÓPRIA*: Projetos de Lei n.ºs 5.542, de 1990; 4.952, de 1990; 43, de 1991; 1.156, de 1991; 1.402, de 1991; 1.544, de 1991; 2.547, de 1992; 3.227, de 1992; 3.246, de 1992; 271, de 1995; 555, de 1995; 1.617, de 1996; 2.275, de 1996; 3.211, de 1997; 3.218, de 1997;
8. *PARA PAGAMENTO DE IMPOSTOS, TAXAS E CUSTOS NOTARIAIS, RELACIONADOS À AQUISIÇÃO DA CASA PRÓPRIA*: Projeto de Lei n.º 3.246, de 1992.
9. *PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS*: Projeto de Lei n.º 4.068, de 1993.
10. *POR DOENÇA E PARA TRATAMENTO DE SAÚDE*: Projetos de Lei n.ºs 5.542, de 1990; 43, de 1991; 3.982, de 1993 e 2.208, de 1996.
11. *POR DESPEDIDA COM JUSTA CAUSA*: Projetos de Lei n.ºs 5.542, de 1990 e 1.378, de 1991.
12. *POR CONVERSÃO DE REGIME JURÍDICO DO SERVIDOR PÚBLICO*: Projetos de Lei n.ºs 718, de 1991; 1.633, de 1991; 1.662, de 1991; 1.678, de 1991; 2.202, de 1991; 2.729, de 1992; 249, de 1995 e 2.198, de 1996.
13. *PELA INATIVIDADE DA CONTA*: Projetos de Lei n.º 3.670, de 1993; 1.264, de 1995 e 2.583, de 1996.
14. *POR CASAMENTO*: Projetos de Lei n.ºs 5.542, de 1990; 43, de 1991; 461, de 1991 e 1.156, de 1991.
15. *PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADE PRÓPRIA E AUTÔNOMA*: Projetos de Lei n.ºs 5.542, de 1990 e 43, de



75F5DE4926

1991.

16. *PARA AQUISIÇÃO DE LINHA TELEFÔNICA*: **Projeto de Lei n.º 4.209, de 1993.**

17. *PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO*: **Projetos de Lei n.º 1.767, de 1996 e 2.888, de 1997.**

18. *POR FALÊNCIA DA EMPRESA*: **Projeto de Lei n.º 3.151, de 1997.**

19. *OPÇÃO POR PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA*: **Projeto de Lei n.º 3.348, de 1997.**

I) DESTINAÇÃO DO SALDO DAS CONTAS VINCULADAS

(2 projetos): **Projetos de Lei n.º 1.040, de 1991 e 4.165, de 1993.**

J) MULTA PELO NÃO RECOLHIMENTO DOS DEPÓSITOS

(2 projetos): **Projetos de Lei n.º 2.607, de 1992 e 1.757, de 1996.**

L) CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS (1

projeto): **Projeto de Lei n.º 4.037, de 1993.**

M) PARCELAMENTO DE DÉBITOS (1 projeto): **Projeto de**

Lei n.º 3.921, de 1993.

N) CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS COMO CRÉDITO

PRIVILEGIADO (1 projeto): **Projeto de Lei n.º 146, de 1991.**

O) CARTÃO DE IDENTIDADE CADASTRAL DO FGTS (1

projeto): **Projeto de Lei n.º 2.257, de 1991.**

P) INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONTAS VINCULADAS (1

projeto): **Projeto de Lei n.º 60, de 1995.**

Q) RETRATAÇÃO DA OPÇÃO PELO REGIME DO FGTS (1

projeto): **Projeto de Lei n.º 1.556, de 1996.**

R) ALTERAÇÕES ABRANGENTES (4 projetos): **Projetos de**

Lei n.º 1.334, de 1991; Projeto de Lei n.º 1.851, de 1991; Projeto de Lei n.º 4.191, de 1993, do Senado Federal (PLS 105/92, na origem); Projeto de Lei n.º 1.625, de 1996 e 3.545, de 1997.



75F5DE4926

Os Substitutivos aprovados nas Comissões de mérito alteram toda a estrutura do FGTS. Em sendo aprovados esses textos, haverá uma nova legislação sobre o tema, com a revogação da legislação vigente que regulamenta o FGTS: a Lei n.º 8.036, de 1990.

Porém esses textos foram elaborados há mais de uma década. Se naquela época traziam uma redação atual e modernizadora, hoje estão ultrapassados, na medida em que a Lei n.º 8.036, de 1990 – que serviu de base para os substitutivos – sofreu várias alterações visando atender às necessidades específicas dos trabalhadores e às mudanças socioeconômicas pelas quais passaram o País. Com a aprovação dos Substitutivos da CTASP e da CFT, serão revogadas, por exemplo, as novas hipóteses de saque, objeto de mais de 90% das proposições apensadas e o Fundo de Investimento do FGTS – FI-FGTS.

Assim, as alterações procedidas na Lei n.º 8.036/90, de 1997 para cá, além de acrescentar situações de saque, mudaram parte da estrutura do Fundo, nos seguintes aspectos:

- Composição do Conselho Curador do FGTS (art. 3º) – Medida Provisória n.º 2.216, de 2001;
- Competência do Conselho Curador (art. 5º) – Lei n.º 9.711, de 1998, e Lei n.º 11.491, de 2001 (que criou o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS);
- Competência do Agente Operador do FGTS, a Caixa Econômica Federal (art. 7º) – Lei n.º 11.491, de 2007;
- Requisitos necessários às aplicações com recursos do FGTS (art. 9º) – Lei n.º 9.467, de 1997, Lei n.º 10.931, de 2004, Medida Provisória n.º 2.196-3, de 2001, e Medida Provisória n.º 2.197-43¹, de 2001;
- Sistemática de contribuição do empregador (art.15) – Lei n.º 9.711, de 1998, e Lei n.º 10.097, de 2000;
- Multa em caso de dispensa do empregado sem justa causa (art. 18) – Lei n.º 9.491, de 1997;

¹ A Medida Provisória n.º 2.197-43, de 2001, Dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação - SFH, altera as Leis n.ºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.



75F5DE4926

- Acréscimo do art. 19-A pela Medida Provisória n.º 2.164-41², de 2001;
- Movimentação da conta vinculada do trabalhador (art. 20)– Medida Provisória n.º 2.197-43, de 2001; Lei n.º 2.164-41, de 2001 (a conta vinculada poderá ser movimentada quando o dependente for portador do vírus HIV; quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes estiver em estágio terminal, em razão de doença grave; quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a 70 anos); Medida Provisória n.º 2.197-43, de 2001; Lei n.º 10.878, de 2004 (o trabalhador poderá sacar seus recursos no FGTS em caso de necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorra de desastre natural) e Lei n.º 11.491, de 2007 (poderá ser feita a movimentação da conta para integralização de cotas do FI-FGTS);
- Realização dos depósitos (art. 22) – Lei n.º 9.964, de 2000;
- Infrações à Lei n.º 8.036, de 1990 (art. 22) – Medida Provisória n.º 2.197-43, de 2001;
- Inserção dos arts. 29-A , 29-B, 29-C e 29-D pela Medida Provisória n.º 2.164-41 e 1.197-43, de 2001.

Muitas dessas modificações são semelhantes às matérias objeto dos projetos apensados, sendo que algumas alteraram a sistemática vigente do FGTS e, por isso, não são cabíveis de serem incorporadas, nesta Comissão, aos substitutivos aprovados, sem que haja alteração no mérito das proposições em exame.

Uma das mais significativas modificações ocorridas no sistema do FGTS foi a edição da Lei Complementar n.º 110, de 29 de junho de

² A Medida Provisória n.º 2.164-41, de 2001, Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis n.ºs 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências.



2001, que instituiu contribuições sociais e autorizou créditos de complementos de atualização monetária nas contas vinculadas.

Foram duas as contribuições que passaram a ser devidas pelos empregadores. A primeira de 10% sobre o montante de todos os depósitos devidos durante a vigência do contrato de trabalho, acrescido das remunerações aplicáveis às contas vinculadas. Essa contribuição somente é recolhida na dispensa sem justa causa do trabalhador e não tem prazo de exigência. A segunda é mensal e corresponde a 0,5% da remuneração devida, no mês anterior, ao empregado. Tal tributo, segundo o § 2º do art. 2º da referida lei complementar, é devido pelo prazo de 60 meses, contados de sua exigibilidade.

Esses tributos foram criados para fazer face ao crédito feito pela CEF nas contas vinculadas, a expensas do FGTS, do complemento de atualização monetária resultante da aplicação, cumulativa, dos percentuais de 16,64% e de 44,08% sobre os saldos das contas mantidas no período de 1º de dezembro de 1988 a 28 de fevereiro de 1989 e durante o mês de abril de 1990, respectivamente. Os complementos referem-se aos expurgos inflacionários ocorridos nos planos econômicos denominados de Verão e Collor 1, reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal em apreciação de ação individual.

Outrossim, na análise de matérias relativas ao FGTS, em qualquer instância, não podemos nos esquecer que esse Fundo é um instituto jurídico de natureza complexa e que, segundo o professor e Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) – Maurício Godinho Delgado, tem caráter multidimensional. A principal dimensão é a trabalhista, porém outras existem de igual magnitude, como a sua dimensão social de destinação variada. Sua globalidade de valores (cerca de R\$ 170 bilhões, sendo R\$ 21 bilhões de patrimônio líquido) constitui um fundo dirigido a viabilizar financeiramente a execução de programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana. Esses programas, destinados principalmente aos trabalhadores de baixo poder aquisitivo, lhes são mais benéficos do que especificamente o pequeno valor dos depósitos em suas contas vinculadas (60% das contas têm saldo de até um salário mínimo). Daí a importância da preservação do patrimônio do FGTS, hoje, praticamente, a única fonte de recursos de que dispõem estados e municípios para o financiamento de tais empreendimentos.

Considerando, pois, que a esta CCJC incumbe tão-somente analisar a constitucionalidade da matéria, não lhe competindo qualquer



75F5DE4926

apreciação quanto ao mérito, e que a matéria perdeu completamente a oportunidade de ser apreciada nesta Casa, devendo os autores, caso ainda tenham interesse no assunto, e o Poder Executivo, se quiser modificar a estrutura do FGTS (de sua iniciativa privativa), apresentar novas propostas de acordo com a atual sistemática do Fundo, devolvemos o processo a V.Exa para **requerer seja declarada a prejudicialidade** do Projeto de Lei n.º 913, de 1991, e de seus apensados, nos termos previstos no art. 164, I, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em de de 2008.


Deputado FELIPE MAIA

2008_1261_Felipe Maia_127



75F5DE4926



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Ofício nº 76/95

Brasília, 17 de abril de 1995.

Defiro. Apense-se ao Pl n.º 913/91 o Pl n.º 249/95. Oficie-se ao Requerente e, após, publique-se.

Em 05/05/95



PRESIDENTE

Senhor Presidente

Nos termos do Art. 142, do Regimento Interno, requero a V.Exa. a apensação do Projeto de Lei nº 249/95 - do Sr. Sérgio Carneiro - que acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e dá outras providências", ao Projeto de Lei nº 913/91 - do Senado Federal (PLS nº 12/91) - que "altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências", por tratarem de matéria correlata.

Atenciosamente,



Deputado WIGBERTO TARTUCE
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **LUÍS EDUARDO**
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
NESTA

CÂMARA

19

GABINETE

JEN

Assessoria nº 1301/95

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Recebido

Origem: Presidência

Nº 1260

Data: 19/4/95

Folha: 12/15

Ass: *df*

Ponto: 5610

IDENTIFICAÇÃO

NUMERO NA ORIGEM : PL. 00249 1995 PROJETO DE LEI (CD)

ORGAO DE ORIGEM : CAMARA DOS DEPUTADOS

29 03 1995

CAMARA : PL. 00249 1995

AUTOR - DEPUTADO : SERGIO CARNEIRO.

PDT

BA

EMENTA

ACRESCENTA INCISO AO ARTIGO 20 DA LEI 8036, DE 11 DE MAIO DE 1990, QUE DISPÕE SOBRE O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

(PERMITINDO A MOVIMENTAÇÃO DA CONTA VINCULADA DO FGTS QUANDO HOUVER CONVERSÃO DO REGIME DE TRABALHO DO EMPREGADO QUE, CONTRATADO PELA CLT, SEJA SUBMETIDO A REGIME JURIDICO UNICO, NO AMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DIRETA, INDIRETA OU FUNDACIONAL, DE QUALQUER DOS PODERES DA UNIAO, ESTADOS, DF E MUNICIPIOS).

- PODER TERMINATIVO DAS COMISSOES - ARTIGO 24, INCISO II.

OBSERVAÇÕES

PRAZO NA CTASP - 11 04 95.

INDEXAÇÃO ALTERAÇÃO, LEGISLAÇÃO FEDERAL, (FGTS).

AUTORIZAÇÃO, TRABALHADOR, MOVIMENTAÇÃO, CONTA VINCULADA, (FGTS),

CONVERSÃO, ALTERAÇÃO, REGIME DE TRABALHO, EMPREGADO, (CLT), REGIME

JURIDICO UNICO, AMBITO, ADMINISTRAÇÃO DIRETA, ADMINISTRAÇÃO

INDIRETA, ADMINISTRAÇÃO FUNDACIONAL, PODER, UNIAO FEDERAL, ESTADOS,

MUNICIPIOS, (DF).

LEGISL-CITADA

LEI 008036 DE 1990

DESPACHO INICIAL

(CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PUBLICO (CTASP)

(CD) COM. FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)

(CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)

ULTIMA AÇÃO

TRCOM EM TRAMITAÇÃO NAS COMISSOES

11 04 1995 (CD) COORD. COMISSOES PERMANENTES (CD) (SCP)
ENCAINHADO A CTASP.

TRAMITAÇÃO

29 03 1995 (CD) PLENARIO (PLEN)

APRESENTAÇÃO DO PROJETO PELO DEP SERGIO CARNEIRO.

10 04 1995 (CD) MESA DIRETORA

DESPACHO A CTASP, CFT (ARTIGO 54 DO RI) E CCJR (ARTIGO 54 DO RI).

10 04 1995 (CD) PLENARIO (PLEN)

LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATERIA.

I0601* FIM DE DOCUMENTOS NA LISTA. TECLE ENTER OU OUTRO COMANDO.

SEARCH - QUERY

00005 PL A 00913 1991

PL.009131991 DOCUMENT=

1 OF

1

IDENTIFICAÇÃO

NUMERO NA ORIGEM : PLS 00012 1991 PROJETO DE LEI (SF)

ORGAO DE ORIGEM : SENADO FEDERAL

20 05 1991

CAMARA : PL. 00913 1991

AUTOR

SENADOR : MARCO MACIEL.

PFL

PE

EMENTA

ALTERA A LEGISLAÇÃO QUE DISPÕE SOBRE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

(ESTENDENDO O DIREITO AO FGTS AOS TRABALHADORES RURAIS).

- PODER TERMINATIVO DAS COMISSOES - ARTIGO 24, INCISO II.

INDEXAÇÃO ALTERAÇÃO, LEGISLAÇÃO, (FGTS).

EXTENSÃO, (FGTS), TRABALHADOR RURAL.

LEGISL-CITADA

LEI 008036 DE 1990

DESPACHO INICIAL

(CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PUBLICO (CTASP)

(CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)

PROPOS-ANEXADAS

PL. 02521 1989

PL. 04664 1990

PL. 04952 1990

PL. 05542 1990

PL. 05790 1990

PL. 00021 1991

PL. 00043 1991

PL. 00146 1991

PL. 00340 1991

PL. 00360 1991

PL. 00417 1991

PL. 00461 1991

PL. 00718 1991

PL. 01040 1991

PL. 01334 1991

PL. 01378 1991

PL. 01409 1991

PL. 01559 1991

PL. 01633 1991

PL. 01761 1991

PL. 01831 1991

PL. 01851 1991

PL. 01878 1991

PL. 01929 1991

PL. 01952 1991

PL. 02219 1991

PL. 02257 1991

PL. 02547 1992

PL. 02607 1992

PL. 02713 1992

PL. 02879 1992

PL. 03670 1993

PL. 03006 1992

PL. 03113 1992

PL. 03246 1992

PL. 04068 1993

PL. 04191 1993

PL. 04165 1993

PL. 04209 1993

PL. 04628 1994

PL. 03921 1993

PL. 04037 1993

PL. 03982 1993

PL. 03976 1993

PL. 03944 1993

PL. 04659 1994

PL. 04586 1994

PL. 04628 1994

PL. 04805 1994

PL. 00060 1995

ULTIMA AÇÃO

TRCOM EM TRAMITAÇÃO NAS COMISSOES

14 03 1995 (CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PUBLICO (CTASP)

RELATOR DEP PAULO ROCHA.

TRAMITAÇÃO

20 05 1991 (CD) MESA DIRETORA
DESPACHO A CCJR (ADM) E CTASP.

20 05 1991 (CD) PLENARIO (PLEN)
LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATERIA.
DCN1 21 05 91 PAG 6838 COL 01.

05 08 1991 (CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)
PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 05 A 09 08 91.
DCN1 03 08 91 AG 12563 COL 01.

09 08 1991 (CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)
NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS.

05 08 1991 (CD) COM. CONST. E JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)
RELATOR DEP JESUS TAJRA.

03 10 1991 (CD) MESA DIRETORA
DESPACHO A CTASP E CCJR (ARTIGO 54 DO RI).
REDISTRIBUIDO RESOLUÇÃO 10/91.

18 11 1991 (CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PUBLICO (CTASP)
PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 18 A 22 11 91.
DCN1 15 11 91 PAG 23401 COL 02.

25 11 1991 (CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PUBLICO (CTASP)
APRESENTAÇÃO DE EMENDA PELO DEP PAULO MANDARINO.

16 06 1993 (CD) MESA DIRETORA
DEFERIDO OF S/N, DA CTASP, SOLICITANDO APENSAÇÃO A ESTE
DOS PL. 2521/89, PL. 4664/90, PL. 4952/90, PL. 5542/90,
PL. 5790/90, PL. 21/91, PL. 43/91, PL. 146/91,
PL. 340/91, PL. 360/91, PL. 417/91, PL. 461/91,
PL. 718/91, PL. 1040/91, PL. 1334/91, PL. 1378/91,
PL. 1409/91, PL. 1559/91, PL. 1633/91, PL. 1761/91,
PL. 1831/91, PL. 1851/91, PL. 1878/91, PL. 1929/91,
PL. 1952/91, PL. 2219/91, PL. 2257/91, PL. 2547/92,
PL. 2607/92, PL. 2713/92, PL. 2879/92,
PL. 3006/92, PL. 3113/92, PL. 3246/92 E
PL. 3670/93.

14 10 1993 (CD) MESA DIRETORA
DEFERIDO OFICIO S/N, DA CTASP, SOLICITANDO A APENSAÇÃO
DO PL. 4068/93 E PL. 4191/93 A ESTE.
DCN1 15 10 93 PAG 22060 COL 01.

09 11 1993 (CD) MESA DIRETORA
DEFERIDO REQUERIMENTO S/N, DA CTASP, SOLICITANDO A
APENSAÇÃO DO PL. 4165/93 A ESTE.
DCN1 10 11 93 PAG 24342 COL 02.

12 11 1993 (CD) MESA DIRETORA
DEFERIDO OFICIO S/N, DA CTASP, SOLICITANDO A APENSAÇÃO
DO PL. 4209/93, A ESTE.
DCN1 13 11 93 PAG 24686 COL 02.

22 06 1994 (CD) MESA DIRETORA
DEFERIDO OF 243/94, DA CTASP, SOLICITANDO A APENSAÇÃO DOS
PL. 3921/93, PL. 3944/93, PL. 3976/93, PL. 3982/93 E
PL. 4037/93 A ESTE. INDEFERIDO A APENSAÇÃO DO PL. 1269/91
A ESTE.
DCN1 23 06 94 PAG 10161 COL 01.

01 07 1994 (CD) MESA DIRETORA
DEFERIDO OF 248/94, DA CTASP, SOLICITANDO A APENSAÇÃO
DO PL. 4586/94 A ESTE.

18 11 1991 (CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PUBLICO (CTASP)
RELATOR DEP PAULO ROCHA.
DCN1 19 11 91 PAG 23657 COL 01.

14 03 1995 (CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PUBLICO (CTASP)
PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 05 SESSÕES.

22 03 1995 (CD) COM. TRA. ADM. E SERV. PUBLICO (CTASP)
NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS.

31 03 1995 (CD) MESA DIRETORA
DEFERIDO OF 32/95, DA CTASP, SOLICITANDO A APENSAÇÃO
DO PL. 60/95 A ESTE.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 913, DE 1991

(Do Senado Federal)

PLS Nº 12, DE 1991

Altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ADM); DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - ARTIGO 24, II).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O § 3º do art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), passa a ter a seguinte redação:

"Art. 15 -

§ 3º - Aos trabalhadores rurais e aos trabalhadores domésticos aplicam-se, igualmente, os direitos previstos nesta Lei."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 9 DE MAIO DE 1991


SENADO MAURO BENEVIDES
PRESIDENTE

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI Nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do
Tempo de Serviço e dá outras provi-
dências.

.....
Art. 15 - Para os fins previstos nesta Lei, todos os empregados ficam obrigados a depositar, até o dia sete de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a oito por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas na remuneração as parcelas de que tratam os arts. 457 e 458 da CLT e a gratificação de Natal a que se refere a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, com as modificações da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965.

§ 1º - Entende-se por empregador a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão-de-obra, independente da responsabilidade solidária e/ou subsidiária a que eventualmente venha obrigá-lo.

§ 2º - Considera-se trabalhador toda pessoa física que prestar serviços a empregador, a locador ou tomador de mão-de-obra, excluídos os eventuais, os autônomos e os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.

§ 3º - Os trabalhadores domésticos poderão ter acesso ao regime do FGTS, na forma que vier a ser prevista em lei.
.....
.....

S I N O P S E

Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1991

Altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

Apresentado pelo Senador Marco Maciel

Lido no expediente da Sessão de 05/03/91, e publicado no DCN (Seção II) de 06/3/91 e distribuído à CAS. (decisão terminativa), onde poderá receber emendas, após publicadas e distribuído em avulsos, pelo prazo de 5 dias úteis.

Em 29/04/91, é lido o Parecer nº 67/91-CAS. A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do Ofício nº 4/91, do Presidente da CAS, comunicando a aprovação da matéria na reunião de 24/4/91. É aberto um prazo de cinco dias para interposição de recurso por um décimo da composição da Casa, para que o projeto seja apreciado pelo Plenário, esgotado esse prazo, sem a interposição de recurso, a matéria será despachada à Câmara dos Deputados. À SSCLS.

Em 07/05/91, A Presidência comunica o término do prazo para interposição de recurso no sentido de inclusão em Ordem do Dia da matéria apreciada conclusivamente pela Comissão de Assuntos Sociais. À Câmara dos Deputados com o Ofício SM/Nº.504, de 9.5.91

SM/Nº 504

Em 9 de maio de 1991

Senhor Primeiro Secretário

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição.

Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1991, constante dos autógrafos juntos, que "altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 09 / 05 / 91. Ao Senhor
Secretário-Geral da Mesa


Deputado INOCÊNCIA OLIVEIRA

Primeiro Secretário


SENADOR LUCÍDIO PORTELLA

Primeiro Secretário, em exercício

A Sua Excelência o Senhor

Deputado INOCÊNCIA OLIVEIRA

DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

jv/.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI

Nº 249, DE 1995

(Do Sr. Sérgio Carneiro)

Acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e dá outras providências".

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do inciso XI

"art 20

XI - conversão do regime de trabalho do empregado que, contratado pela Consolidação das Leis do Trabalho, seja submetido a Regime Jurídico Único, no âmbito da administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A conversão do regime de trabalho do empregado, contratado pela CLT, para servidor público, em virtude de lei, conforme prevê o art. 39 da CONSTITUIÇÃO FEDERAL, faz cessar os depósitos na conta vinculada do FGTS.

Essa passagem representa uma ruptura na relação empregatícia e o trabalhador não se enquadra mais na definição de empregado em sentido estrito.

No entanto não ocorre a liberação dos depósitos já efetuados, pela ausência de dispositivo legal que autorize a movimentação da conta vinculada do FGTS no caso de conversão de regime contratual.

Dessa forma, criou-se uma situação paradoxal. Os servidores são titulares de depósitos bancários no FGTS, cujo sistema é incompatível com o regime estatutário. Esses servidores gozam do direito a estabilidade, enquanto o FGTS tem por finalidade indenizar o tempo de serviço do empregado não detentor de tal direito.

Ora, essa situação, inusitada na conjuntura brasileira, tanto no âmbito federal, estadual quanto no municipal, tem gerado uma sobrecarga de ações na Justiça Federal, com julgamentos divergentes, de que decorre jurisprudência não pacífica e contraditória.

Ocorre que a maioria dos membros da Magistratura Federal Brasileira entende que coibir a movimentação dessa conta, no caso evidenciado, constitui afronta ao direito adquirido, porque a conversão de regime de celetista para estatutário constitui rescisão contratual dos servidores mutantes, com a consequente cessação dos depósitos, o que, por si só, garante ao beneficiário o direito ao saque de seu depósito se assim o desejar.

Diante dos fatos, estamos propondo esta iniciativa para que se coloque fim a polêmica jurisprudencial sobre o assunto e a superlotação de ações no Judiciário Brasileiro, já tão moroso e sufocado, e, em especial, para que se faça justiça ao servidor, respeitando-lhe o direito constitucional consagrado pelo art. 5º, inciso XXXVI, da Carta Magna.

Por via da mesma, a Lei nº 8.063/90, tera, em seu art. 20, o inciso XI que permite a movimentação da conta vinculada do FGTS ao servidor que, por imperativo legal, teve seu contrato de trabalho convertido de celetista para estatutário.

Considerando a importância e o alcance social do projeto, solicito o apoio dos ilustres Pares desta Casa para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1995.


Deputado SÉRGIO CARNEIRO

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PFLA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - C&D

CONSTITUIÇÃO

1988

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

CAPÍTULO VII

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO II

DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1.º A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 2.º Aplica-se a esses servidores o disposto no art. 7.º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII e XXX.

LEI Nº 8.036 – DE 11 DE MAIO DE 1990¹

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.

Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I – despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovada com pagamento dos valores de que trata o art. 18;

II – extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, ou ainda falecimento do empregador individual sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;

III – aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV – falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;

V – pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, desde que

a) o mutuário conte com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de doze meses;

c) o valor do abatimento atinja, no máximo, oitenta por cento do montante da prestação.

VI – liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de dois anos para cada movimentação;

VII – pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:

a) o mutuário deverá contar com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes;

b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;

VIII – quando permanecer três anos ininterruptos, a partir da vigência desta Lei, sem crédito de depósitos;

IX – extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1979;

X – suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a noventa dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.

§ 1º A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurará que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na conta vinculada durante o período de vigência do último contrato de trabalho, acrescida de juros e atualização monetária, deduzidos os saques.

§ 2º O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando a beneficiar os trabalhadores de baixa renda e a preservar o equilíbrio financeiro do FGTS.

§ 3º O direito de adquirir moradia com recursos do FGTS, pelo trabalhador, só poderá ser exercido para um único imóvel.

§ 4º O imóvel objeto de utilização do FGTS somente poderá ser objeto de outra transação com recursos do Fundo, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 5º O pagamento da retirada após o período previsto em regulamento, implicará atualização monetária dos valores devidos.

Art. 7º Revogam-se o § 1º do art. 6º da Lei nº 8.162⁽²⁾, de 8 de janeiro de 1991, e demais disposições em contrário.

Brasília, 13 de julho de 1993; 172º da Independência e 105º da República.

ITAMAR FRANCO
Fernando Henrique Cardoso
Walter Barelli

LEI Nº 8.922, DE 25 DE JULHO DE 1994

Acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036⁽¹⁾, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI:

«Art. 20.

XI — quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna.»

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de julho de 1994; 173º da Independência e 106º da República.

ITAMAR FRANCO
Marcelo Pimentel


SGM/P nº 487/95

Brasília, 05 de Maio de 1995

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 76/95, de 17.04.95, a propósito da apensação do Projeto de Lei nº 249/95, que "acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e dá outras providências", ao Projeto de Lei nº 913/91, que "altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências", comunico a Vossa Excelência o deferimento do pedido, nos termos regimentais.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.


LUÍS EDUARDO
Presidente

Excelentíssimo Senhor

Deputado **WIGBERTO TARTUCE**

Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

N E S T A



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, D

Defiro. Apensem-se ao Projeto de Lei nº 913/91 os Projetos de Lei nºs 3.921/93, 3.944/93, 3.976/93, 3.982/93 e 4.037/93. Indefiro a apensação do Projeto de Lei nº 1.269/91 ao Projeto de Lei nº 913, de 1991, por já ter sido apreciado pela primeira Comissão de mérito. Publique-se.
Em 22/06/94

Presidente

Ofício nº 243/94

Brasília, 14 de junho de 1994.

Senhor Presidente

Nos termos do art. 142, do Regimento Interno, requeiro a V.Exa. as apensações dos Projetos de Lei nºs 1.269-A/91 - do Sr. Agostinho Valente e outros (4) - que "dispõe sobre a movimentação da conta vinculada do FGTS pelos funcionários da MINASCAIXA"; 3.921/93 - do Sr. Carlos Nelson - que "dispõe sobre a consolidação e o parcelamento dos débitos das instituições de ensino superior sem fins lucrativos para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS"; 3.944/93 - do Sr. Cyro Garcia e Ernesto Gradella - que "altera o artigo do Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, no que se refere à movimentação das contas vinculadas dos trabalhadores no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS"; 3.976/93 - do Sr. Paulo Bernardo - que "dispõe sobre a utilização do Fundo de Garantia nos financiamentos para aquisição da casa própria vinculados a entidades fechadas de previdência complementar"; 3.982/93 - do Sr. Osmânio Pereira - que dá nova redação ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e dá outras providências"; 4.037/93 - do Srs. Cyro Garcia e Ernesto Gradella - que "acrescenta alínea ao artigo 27 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, exigindo a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS por parte de empresas da iniciativa privada para a obtenção de empréstimos ou financiamentos junto às entidades financeiras oficiais", ao Projeto de Lei nº 913/91 - do Senado Federal (PLS nº 12/91) - que "altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências", por tratarem de matérias correlatas.

Atenciosamente,


Deputado **PAULO ROCHA**
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA**
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
NESTA

RECEBIDO

13 JUN 94

GABINETE

1881

SECRETARIA - GERAL DA MESA

Recebido

Ordem: 1881

Data: 13/6/94

Ass: 4

1881
18:05
Porta: 0334



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Defiro a apensação dos Projetos nºs.
4068 e 4191, de 1993 ao PL nº 913/91.
Publique-se.
Em 14/10/93


Presidente

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO

(Do Sr. PAULO ROCHA)

Solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei Nº 913, de 1991, (PLS 12/91, na origem) e dos projetos de lei abaixo relacionados, com a apensação destes últimos ao primeiro.

Senhor Presidente,

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) tem sido objeto de constante atenção por parte dos parlamentares que compõem as duas Casas do Congresso Nacional. Este interesse pode ser medido pela existência de uma centena de proposições em tramitação que tratam direta ou indiretamente do tema e, mais recentemente, pela criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que apontou inúmeras irregularidades e deficiências na arrecadação, gestão de contas vinculadas e aplicação dos recursos do FGTS.

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público tem procurado tratar a problemática do FGTS dentro de uma perspectiva global, com o objetivo de contribuir para recuperar o equilíbrio financeiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, historicamente ameaçado pelo grau de sonegação, pela administração pouco competente das contas vinculadas e por critérios e sistemáticas escusos de aplicação de seus recursos.

Neste contexto, esta Comissão criou uma Subcomissão Especial para analisar as proposições existentes na Casa, relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e discutir um projeto único. Esta Subcomissão promoveu um ciclo de debates ,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

intitulado " Os Rumos do FGTS ", com a finalidade de colher subsídios, junto à sociedade civil, ao Conselho Curador do FGTS, ao Poder Executivo e aos parlamentares, para a elaboração de um substitutivo aagrangendo às proposições que se encontram em tramitação nesta Casa.

A principal preocupação de todas as entidades - encampada por esta Comissão - é de que o aperfeiçoamento da Legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço seja realizada de forma cuidadosa e integrada, de modo a preservar a harmonia entre arrecadação, saques e aplicações.

Em virtude do exposto requieiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 142 e 143 do Regimento Interno, a exemplo do Requerimento de nossa autoria de ferido por Vossa Excelência em 16.06.93, a tramitação conjunta do Projeto de Lei Nº 913, de 1991, (PLS 12/91, na origem) e dos projetos de lei abaixo relacionados, com a apensação destes últimos ao primeiro:

PL 4037/93

PL 4068/93

PL 4191/93

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 1993.



Deputado PAULO ROCHA

Coordenador da Subcomissão Especial do FGTS
Vice-Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração
e Serviço Público

E M E N T A

Altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.
(Estendendo o direito ao FGTS aos Trabalhadores rurais).

SENADO FEDERAL

SEN. MARCO MACIEL - PFL/PE
PLS Nº 12/ 91

A N D A M E N T O

Sancionado ou promulgado

COMISSÕES

PODER LEGISLATIVO

Artigo 24, Inciso III
(Res. 17/89)

MESA

Despacho: Às Comissões de Constituição e Justiça e de Redação (ADM); de Trabalho, de Administração e Serviço Público - Art. 24, II.

Publicado no Diário Oficial de

PLENÁRIO

Vetado

20.05.91

É lido e vai a imprimir.

DCN 21.05.91, pág. 6838, col. 01.

Razões do veto-publicadas no

05.08.91

COMISSÃO DE CONST. JUSTIÇA/REDAÇÃO

Distribuída ao(a) relator(a), Dep. JESUS TAJRA.

DCN ____/____/____, pag.____, col.____

APENSADOS: PL. 2521/89 1831/91
4664/90 1851/91
1878/91
4952/90 1929/91
1952/91
5542/90 2219/91
5790/90 2257/91
21/91 2547/92
43/91 2607/92
146/91
340/91 2713/92
360/91 2819/92
417/91 3006/92
461/91
718/91 3113/92
1040/91 3246/92
1334/91 3670/93
1378/91
1409/91
1559/91
1633/91
1761/91

05.08.91

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Prazo para apresentação de emendas: 05 a 09.08.91.

DCN 03/08/91, pág. 12563, col. 01

09.08.91

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Não foram apresentadas emendas.

REDISTRIBUÍDO - Resolução 10/91

Comissão: de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e, de Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54, RI) - Art. 24, II.

DCN ____/____/____, pag.____, col.____

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

18.11.91

Distribuído ao relator, Dep. PAULO ROCHA.

DCN 19/11/91, pág. 23657 col. 01

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

18.11.91

Prazo para apresentação de emendas: 18. a 22.11.91.

DCN 15/11/91, pág. 23401 col. 02

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

25.11.91

Foi apresentada emenda pelo Dep. PAULO MANDARINO.

MESA

16.06.93

Deferido Ofício s/nº da CTASP, solicitando a apensação dos Pls. 2521/89, 4664/90, 4952/90, 5542/90, 5790/90, 21/91, 43/91, 146/91, 340/91, 360/91, 417/91, 461/91, 718/91, 1040/91, 1334/91, 1378/91, 1409/91, 1559/91, 1633/91, 1761/91, 1831/91, 1851/91, 1878/91, 1929/91, 1952/91, 2219/91, 2257/91, 2547/92, 2607/92, 2713/92, 2879/92, 3006/92, 3113/92, 3246/92 e 3670/93, a este.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 913, DE 1991

(Do Senado Federal)

PLS Nº 12, DE 1991

Altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ADM); DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - ARTIGO 24, II).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O § 3º do art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), passa a ter a seguinte redação:

"Art. 15 -

§ 3º - Aos trabalhadores rurais e aos trabalhadores domésticos aplicam-se, igualmente, os direitos previstos nesta Lei."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 9 DE MAIO DE 1991


SENADO MAURO BENEVIDES
PRESIDENTE

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI Nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do
Tempo de Serviço e dá outras provi-
dências.

Art. 15 - Para os fins previstos nesta Lei, todos os empregados ficam obrigados a depositar, até o dia sete de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a oito por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas na remuneração as parcelas de que tratam os arts. 457 e 458 da CLT e a gratificação de Natal a que se refere a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, com as modificações da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965.

§ 1º - Entende-se por empregador a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão-de-obra, independente da responsabilidade solidária e/ou subsidiária a que eventualmente venha obrigá-lo.

§ 2º - Considera-se trabalhador toda pessoa física que prestar serviços a empregador, a locador ou tomador de mão-de-obra, excluídos os eventuais, os autônomos e os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.

§ 3º - Os trabalhadores domésticos poderão ter acesso ao regime do FGTS, na forma que vier a ser prevista em lei.

S I N O P S E

Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1991

Altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

Apresentado pelo Senador Marco Maciel

Lido no expediente da Sessão de 05/03/91, e publicado no DCN (Seção II) de 06/3/91 e distribuído à CAS. (decisão terminativa), onde poderá receber emendas, após publicadas e distribuído em avulsos, pelo prazo de 5 dias úteis.

Em 29/04/91, é lido o Parecer nº 67/91-CAS. A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do Ofício nº 4/91, do Presidente da CAS, comunicando a aprovação da matéria na reunião de 24/4/91. É aberto um prazo de cinco dias para interposição de recurso por um décimo da composição da Casa, para que o projeto seja apreciado pelo Plenário, esgotado esse prazo, sem a interposição de recurso, a matéria será despachada à Câmara dos Deputados. À SSCLS.

Em 07/05/91, A Presidência comunica o término do prazo para interposição de recurso no sentido de inclusão em Ordem do Dia da matéria apreciada conclusivamente pela Comissão de Assuntos Sociais. À Câmara dos Deputados com o Ofício SM/Nº.504, de 9.5.91

SM/Nº504

Em 9 de maio de 1991

Senhor Primeiro Secretário

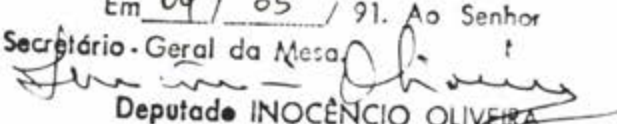
Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição.

Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1991, constante dos autógrafos juntos, que "altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 09 / 05 / 91. Ao Senhor
Secretário-Geral da Mesa


Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA
Primeiro Secretário


SENADOR LUCÍDIO PORTELLA

Primeiro Secretário, em exercício

A Sua Excelência o Senhor

Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA

DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

jv/.

de 19 93

A U T O R

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SEÇÃO DE SINOPSE

PROJETO DE LEI N.º 4.191

E M E N T A Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.

SENADO FEDERAL
PLS Nº 105/92
CPI MISTA-FGTS

A N D A M E N T O

Sanctionado ou promulgado

Publicado no Diário Oficial de

Vetado

Razões do veto-publicadas no

MESA

Despacho: As Comissões de Desenvolvimento Urbano e Interior; de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54).

PLENÁRIO

E lido e vai a imprimir.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 4.191, DE 1993

(Do Senado Federal)

PLS Nº 105/92

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR; DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54))

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, passa a reger-se por esta Lei.

Art. 2º O FGTS é constituído pelos saldos das contas vinculadas a que se refere esta Lei e outros recursos a ele incorporados, devendo ser aplicados com atualização monetária e juros, de modo a assegurar a cobertura de suas obrigações.

§ 1º Constituem recursos incorporados ao FGTS, nos termos do "caput" deste artigo:

a) quaisquer montantes obtidos com a aplicação das disponibilidades financeiras do FGTS, inclusive os resultados auferidos no período compreendido entre o recolhimento da contribuição pelo empregador e seu depósito na conta vinculada do trabalhador, bem como no período entre a liberação de recursos para desembolso e seu efetivo recebimento pelo tomador do empréstimo;

b) dotações orçamentárias específicas;

c) resultados das operações de crédito com recursos do FGTS;

d) multas, correção monetária e juros moratórios devidos;

e) demais receitas patrimoniais e financeiras.

§ 2º As contas vinculadas em nome dos trabalhadores são absolutamente impenhoráveis.

Art. 3º O Ministério do Bem-Estar Social, o Ministério do Trabalho, a Caixa Econômica Federal, o Conselho Curador do FGTS e demais entidades que atuem no âmbito do FGTS serão responsáveis pelo fiel cumprimento e observância dos critérios estabelecidos nesta Lei, sua regulamentação e nas resoluções aprovadas pelo Conselho Curador.

CAPÍTULO II

Do Conselho Curador

Art. 4º O FGTS será regido segundo normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador, integrado por quatro representantes da categoria dos trabalhadores e quatro

representantes da categoria dos empregadores, além de um representante de cada uma das seguintes entidades: Ministério do Trabalho, Ministério da Fazenda, Ministério do Bem-Estar Social, Caixa Econômica Federal e Banco Central do Brasil.

§ 1º A Presidência do Conselho Curador, anualmente renovada, será rotativa entre as representações do Governo, dos trabalhadores e dos empregadores, na forma prevista em seu Regimento Interno.

§ 2º Os órgãos oficiais far-se-ão representar, no caso dos Ministérios, pelos Ministros de Estado e, no caso da Caixa Econômica Federal, por seu Presidente, na qualidade de membros titulares, cabendo-lhes indicar seus respectivos suplentes ao Presidente da República, que os nomeará.

§ 3º Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores e seus respectivos suplentes, que poderão ser reconduzidos uma única vez, serão indicados ao Presidente da República, com antecedência mínima de três meses do término de cada mandato:

I - pelas centrais sindicais e confederações nacionais das categorias profissionais, no caso dos trabalhadores;

II - pelas confederações nacionais das categorias econômicas, bem assim outras entidades representativas do empresariado, no caso dos empregadores.

§ 4º O Presidente da República nomeará, para um mandato de dois anos, os membros do Conselho Curador que escolher, dentre os indicados na forma do parágrafo anterior, e que tenham sido aprovados previamente pelo Senado Federal após arguição pública.

§ 5º O Conselho Curador definirá anualmente as datas, horários e locais em que deverão ser realizadas suas reuniões ordinárias, que terão periodicidade bimestral, cabendo à Secretaria Executiva, de que trata o § 15, encaminhar a cada membro titular e suplente a pauta e o material pertinente, na forma e com a antecedência estabelecidas no Regimento Interno do colegiado.

§ 6º Havendo necessidade, qualquer membro titular poderá convocar reunião extraordinária, na forma em que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 7º O cancelamento de reunião ordinária ou extraordinária já convocada só poderá ocorrer com expressa anuência de pelo menos sete dos membros titulares.

§ 8º Na ausência do Presidente do Conselho Curador em reunião ordinária ou extraordinária, a Presidência será exercida por um dos membros titulares, escolhido pelos conselheiros presentes, preferencialmente entre os representantes da bancada a que pertença o Presidente.

§ 9º As decisões do Conselho serão tomadas com a presença de, no mínimo, sete de seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade.

§ 10 As despesas porventura exigidas para o comparecimento às reuniões do Conselho constituirão ônus das respectivas entidades representadas.

§ 11 Os representantes titulares dos trabalhadores e dos empregadores que não comparecerem a três reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas, salvo motivo de força maior devidamente comprovado nos termos regimentais, perderão seu mandato, assumindo seu suplente pelo prazo restante.

§ 12 O representante governamental que não comparecer, ou não se fizer representar por seu suplente, a três reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas, salvo motivo de força maior devidamente comprovado nos termos regimentais, estará sujeito às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

§ 13 As ausências ao trabalho dos representantes dos trabalhadores no Conselho Curador, decorrentes das atividades desse órgão, serão abonadas, computando-se como jornada efetivamente trabalhada para todos os fins e efeitos legais.

§ 14 Aos membros do Conselho Curador, enquanto representantes dos trabalhadores, efetivos e suplentes, é assegurada a estabilidade no emprego, da nomeação até um ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada através de processo judicial.

§ 15 Competirá ao Ministério do Trabalho proporcionar ao Conselho Curador os meios necessários ao exercício de sua competência, para o que contará com uma Secretaria Executiva do Conselho Curador do FGTS.

§ 16 O Ministério do Trabalho poderá requisitar servidores da Administração Federal direta, autárquica e fundacional para o desempenho de atividades técnicas no âmbito da Secretaria Executiva do Conselho Curador.

Art. 5º Ao Conselho Curador do FGTS compete:

I - estabelecer as diretrizes e os programas de alocação de todos os recursos do FGTS, de acordo com os critérios definidos nesta Lei, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana estabelecidas pelo Governo Federal;

II - acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas aprovados;

III - apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do FGTS;

IV - apreciar e aprovar as campanhas institucionais no âmbito do FGTS;

V - pronunciar-se sobre as contas do FGTS, antes do seu encaminhamento ao Tribunal de Contas da União para os fins legais;

VI - adotar as providências cabíveis para a correção, suspensão da eficácia ou declaração da nulidade de atos, que estejam em desacordo com o disposto nesta Lei e nos demais instrumentos normativos dela decorrentes, praticados pelo Ministério do Bem-Estar Social, pela Caixa Econômica Federal, pelos órgãos e entidades responsáveis pela fiscalização dos recolhimentos e pela inscrição e cobrança judicial dos débitos para com o FGTS, bem como por outros agentes credenciados;

VII - determinar às autoridades competentes a adoção de providências necessárias ao cumprimento desta Lei e demais instrumentos normativos dela decorrentes, que não tenham sido implementadas oportunamente, fixando prazo para o seu atendimento;

VIII - oficiar ao Ministério Público, nos casos em que a inobservância desta Lei e demais instrumentos normativos dela decorrentes implique a instauração de ação penal pública ou ação civil pública;

IX - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao FGTS, nas matérias de sua competência;

X - fixar as normas e valores de remuneração do agente operador, dos agentes promotores, dos agentes financeiros, inclusive os estabelecimentos bancários que prestem serviços de arrecadação e pagamento do FGTS, e, quando for o caso, das demais entidades que prestem serviços ao Fundo;

XI - fixar os critérios e condições para parcelamento de débitos para com o FGTS, decorrentes de atrasos nos recolhimentos de contribuições e no pagamento das prestações de empréstimos concedidos com recursos do Fundo;

XII - fixar critérios para o exercício da fiscalização e avaliar periodicamente os resultados da ação fiscal;

XIII - definir condições, observada a legislação aplicável, para a ampliação e aperfeiçoamento do controle sobre os recolhimentos e as aplicações do FGTS, por parte dos trabalhadores e suas entidades representativas;

XIV - definir periodicamente, para o agente gestor, a ordem de prioridades a ser dada aos critérios constantes do art. 11 desta Lei, a ser utilizada na eleição dos projetos objeto de operações de crédito com recursos do FGTS;

XV - definir periodicamente, para o agente operador, a ordem de prioridades a ser dada aos critérios constantes do art. 11 desta Lei, a ser utilizada na elaboração do plano de desembolsos de que trata o art. 8º, XII, desta Lei;

XVI - aprovar o plano de desembolsos de que trata o art. 8º, inciso XII, desta Lei;

XVII - estabelecer critérios para credenciamento, bem como as atribuições dos agentes financeiros, inclusive a Caixa Econômica Federal, agentes promotores e outras entidades que atuem no âmbito do FGTS;

XVIII - apreciar e aprovar as metas, propostas pelo Ministério do Bem-Estar Social, a serem alcançadas, com recursos do FGTS, nos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana;

XIX - definir, para os casos em que esta Lei exige atualização monetária, o índice a ser utilizado, quando este não tenha sido especificado;

XX - definir a tarifa a ser cobrada ao titular ou empregador por emissão de extrato avulso da conta vinculada do trabalhador;

XXI - decidir se é devido ou não, total ou parcialmente, nos termos do parágrafo único deste artigo, o pagamento à Caixa Econômica Federal dos valores correspondentes a cada um dos itens que compõem a sua tarifa e remuneração;

XXII - aprovar o manual de informações básicas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, instituído pela Lei nº 8.406, de 9 de janeiro de 1992;

XXIII - divulgar, no Diário Oficial da União, todas as decisões proferidas pelo Conselho, bem como as contas do FGTS e os respectivos pareceres emitidos;

XXIV - aprovar seu regimento interno;

XXV - representar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em juízo.

Parágrafo único. As tarifas e remunerações fixadas pelo Conselho Curador deverão, na medida do possível, ser estabelecidas de forma discriminada, ficando o pagamento do montante atribuído a determinado item condicionado à comprovação da efetiva e adequada prestação daquele serviço.

CAPÍTULO III

Do Gestor da Aplicação e do Agente Operador do FGTS

Art. 6º A gestão da aplicação do FGTS será efetuada pelo Ministério do Bem-Estar Social, cabendo à Caixa Econômica Federal o papel de agente operador.

Parágrafo único. O Ministério do Bem-Estar Social e a Caixa Econômica Federal deverão dar pleno cumprimento aos programas anuais aprovados pelo Conselho Curador, sendo que eventuais alterações somente poderão ser processadas mediante prévia anuência daquele colegiado.

SEÇÃO I

Do Gestor da Aplicação do FGTS

Art. 7º Ao Ministério do Bem-Estar Social, na qualidade de gestor da aplicação do FGTS, compete:

I - praticar todos os atos necessários à gestão da aplicação do Fundo, de acordo com as diretrizes e programas estabelecidos pelo Conselho Curador;

II - elaborar e submeter ao Conselho Curador, até 30 de setembro de cada ano, os orçamentos anuais e planos plurianuais de aplicação dos recursos para os exercícios subsequentes, discriminando, por Unidade da Federação, os beneficiários e as condições financeiras dos planos e programas;

III - eleger as operações, os projetos e as suplementações a serem financiados com recursos do FGTS, dentre os recomendados pela CEF, com base nos critérios estabelecidos nesta Lei e nas resoluções do Conselho Curador;

IV - acompanhar a execução dos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana, decorrentes de aplicação de recursos do FGTS, implementados pela CEF;

V - submeter à apreciação do Conselho Curador, até 30 de abril de cada ano, as contas do FGTS do exercício anterior;

VI - subsidiar o Conselho Curador com estudos técnicos necessários ao desempenho das funções deste colegiado, nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana;

VII - propor ao Conselho Curador as metas a serem alcançadas, com recursos do FGTS, nos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana.

SEÇÃO II

Do Agente Operador do FGTS

Art. 8º À Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador, compete:

I - manter centralizados os recursos do FGTS em contas próprias, manter e controlar as contas vinculadas unificadas por titular e emitir bimestralmente ou, a qualquer tempo, por solicitação do titular, os extratos individuais correspondentes às contas vinculadas, enviando-os ao domicílio bancário ou ao endereço indicado pelo titular;

II - emitir, a qualquer tempo, por solicitação do empregador e mediante o pagamento de tarifa, extratos individuais correspondentes às contas vinculadas dos seus empregados;

III - participar da rede arrecadadora e pagadora do FGTS;

IV - credenciar os agentes financeiros, inclusive os que participam da rede arrecadadora e pagadora, agentes promotores e outras entidades que atuem no âmbito do FGTS, segundo diretrizes e critérios emanados do Conselho Curador;

V - expedir atos normativos referentes aos procedimentos administrativo-operacionais a serem observados pelos agentes financeiros, inclusive pela rede arrecadadora e pagadora, bem como outras entidades integrantes do sistema do FGTS, de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Curador e ouvido, quando for o caso, o Banco Central do Brasil;

VI - expedir atos normativos referentes aos procedimentos administrativo-operacionais a serem observados pelos empregadores e trabalhadores, no âmbito do FGTS, de

acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Curador e ouvidos o Ministério do Trabalho e o Conselho Gestor do Cadastro Nacional do Trabalhador;

VII - definir os procedimentos operacionais necessários à contratação e execução dos projetos no âmbito dos programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana, a serem financiados com recursos do FGTS, ouvido o Conselho Curador;

VIII - elaborar as análises de viabilidade e de adequação jurídica, econômico-financeira e técnica dos projetos de habitação popular, infraestrutura urbana e saneamento básico a serem financiados com recursos do FGTS;

IX - responder pelo risco de crédito referente às operações de empréstimos que recomendar à aprovação pelo agente gestor das aplicações, aportando os valores emprestados no mesmo prazo e condições estabelecidos para o tomador dos recursos, sendo admitido seguro especial para este fim, a critério do Conselho Curador;

X - implementar os atos emanados do Ministério do Bem-Estar Social relativos à alocação e aplicação dos recursos do FGTS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador.

XI - acompanhar a execução físico-financeira das obras, zelando pela correta aplicação dos recursos do FGTS;

XII - submeter, bimestralmente, à aprovação do Conselho Curador o plano, para o trimestre seguinte, de desembolso dos recursos relativos a operações de crédito contratadas e em andamento, com definição da ordem de prioridades de atendimento e dos valores respectivos;

XIII - manter expressas, nos contratos de empréstimos, as condições de desembolso das parcelas, inclusive quanto a data e fator de atualização, em caso de atraso, conforme diretrizes do Conselho Curador;

XIV - informar aos diretamente interessados os motivos de eventuais paralisações na tramitação ou de rejeição dos pedidos de empréstimos, de acordo com as diretrizes do Conselho Curador;

XV - publicar periodicamente, no Diário Oficial da União, os parâmetros regionais de custos de obras de habitação, saneamento e infraestrutura, explicitando a metodologia de coleta dos preços;

XVI - publicar periodicamente, no Diário Oficial da União, o montante de recursos disponíveis para contratação, por Unidade da Federação e por área de aplicação;

XVII - publicar periodicamente, no Diário Oficial da União, os extratos dos contratos de empréstimos celebrados com recursos do FGTS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador;

XVIII - elaborar balancetes mensais, balanços anuais e relatórios gerenciais referentes aos recursos do FGTS, encaminhando-os ao agente gestor e ao Conselho Curador, no prazo e condições por este fixados;

XIX - fornecer, até 31 de julho de cada ano, ao agente gestor, os elementos necessários à elaboração do orçamento anual do FGTS;

XX - emitir Certificado de Regularidade do FGTS.

CAPÍTULO IV

Das Aplicações dos Recursos do FGTS

Art. 9º Os recursos de que trata o art. 2º serão aplicados em operações de crédito e na constituição e manutenção de um Fundo de Liquidez para o atendimento de gastos eventuais não previstos.

Parágrafo único. O Fundo de Liquidez deve ter remuneração mínima, inclusive juros, idêntica à atribuída aos depósitos das cadernetas de poupança.

Art. 10. As operações de crédito com recursos do FGTS poderão ser realizadas diretamente pela Caixa Econômica Federal, enquanto agente financeiro, e pelas entidades por ela credenciadas para esse fim, exclusivamente segundo diretrizes e critérios técnicos fixados pelo Conselho Curador, observados os seguintes requisitos:

- I** - garantia real;
- II** - atualização monetária igual à das contas vinculadas;
- III** - taxa de juros média mínima, por projeto, de três por cento ao ano;
- IV** - prazo máximo de vinte e cinco anos;
- V** - obrigação de contrapartida dos contratantes de financiamentos nos investimentos a serem realizados;

VI - análise de impactos ambientais, quando for o caso.

§ 1º A rentabilidade média das operações de crédito deverá ser suficiente à remuneração das contas vinculadas e à cobertura de todos os demais custos administrativos e operacionais incorridos pelo FGTS.

§ 2º As operações de crédito com recursos do FGTS deverão ser realizadas nas áreas de habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbana.

§ 3º O programa de aplicações deverá destinar, no mínimo, sessenta por cento para investimentos em habitação popular.

§ 4º A distribuição, por Unidade da Federação, do montante de desembolsos anuais previstos deve ser estabelecida pelo Conselho Curador, com base em critérios técnicos que levem em consideração as demandas por habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbana, bem assim outros indicadores econômico-financeiros e sociais.

§ 5º Só pode ser contratada operação de crédito com pessoa jurídica de direito público que ofereça, como garantia adicional, vinculação de receita.

§ 6º Quando o agente promotor for pessoa jurídica de direito público ou entidade da administração indireta de qualquer esfera de governo, a solicitação de crédito deverá ser precedida de licitação para realização da obra, devidamente comprovada pela anexação de documentação contendo, no mínimo, o projeto básico, o edital de licitação e a ata de julgamento das propostas.

Art. 11. As contratações e os desembolsos referentes a projetos de financiamento com recursos do FGTS devem ser priorizados de acordo com os seguintes critérios, além de outros definidos pelo Conselho Curador:

I - preferência aos tomadores de empréstimos que tenham sistemática e pontualmente honrado suas obrigações para com o FGTS, inclusive no que se refere ao regular retorno de prestações de empréstimos lastreados em recursos do Fundo;

II - preferência, dentre os que já tenham obtido financiamentos lastreados em recursos do FGTS, àqueles que tenham corretamente cumprido as metas físicas e de atendimento às populações beneficiárias, estipuladas nos projetos;

III - preferência, em cada área, aos projetos que propiciarem maior geração de empregos por unidade monetária investida;

IV - preferência, dentre os que parcelaram seus débitos junto ao FGTS, àqueles que optaram por menores prazos do que o máximo permitido para aquela situação, tendo efetuado pontualmente os pagamentos das parcelas;

V - preferência aos projetos que, atendidos os requisitos e condições estipulados nesta Lei, tenham sido analisados, aprovados e priorizados por conselhos estaduais permanentes especialmente criados para este fim, compostos paritariamente por representantes governamentais, dos trabalhadores e dos empregadores;

VI - preferência, no caso de desembolsos, ao atendimento de obras já iniciadas.

Parágrafo único. O Ministério do Trabalho fornecerá ao agente gestor os parâmetros técnicos para a aferição do disposto no inciso III deste artigo.

CAPÍTULO IV

Dos Depósitos e do Direito ao FGTS

Art. 12. Os empregadores, ainda que entidades filantrópicas, ficam obrigados a depositar, até o dia sete de cada mês, na conta vinculada de cada trabalhador, a importância correspondente a oito por cento da remuneração a este paga ou devida no mês anterior, incluídas na remuneração as parcelas de que tratam os arts. 457 e 458 da CLT e a gratificação de Natal a que se refere a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, com as modificações da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965.

§ 1º Entende-se por empregador a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão-de-obra, independente da responsabilidade solidária e/ou subsidiária a que eventualmente venha obrigar-se.

§ 2º Considera-se trabalhador toda pessoa física que prestar serviços a empregador, a locador ou tomador de mão-de-obra, excluídos os eventuais, os autônomos e os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.

§ 3º Os trabalhadores domésticos poderão ter acesso ao regime do FGTS, na forma que vier a ser prevista em lei.

§ 4º O recolhimento em atraso da importância mencionada no "caput" sujeitará o empregador ao pagamento de atualização monetária diária, a partir da data em que era devido até a data do efetivo pagamento, incidindo ainda, sobre o valor atualizado, juros de mora de um por cento ao mês e multa de vinte por cento.

§ 5º Se o débito for pago até o último dia útil do mês do seu vencimento, a multa prevista neste artigo será reduzida para dez por cento.

§ 6º O agente operador, com base nas diretrizes do Conselho Gestor do Cadastro Nacional do Trabalhador, estabelecerá modelos operacionais que assegurem a perfeita identificação do titular da conta e do empregador.

Art. 13. O não recolhimento do FGTS no prazo de sessenta dias, a contar da data em que é devido, equipara-se a apropriação indébita, caracterizando o empregador como depositário infiel, sujeito às cominações legais.

Art. 14. Para os fins previstos nesta Lei, as empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista poderão equiparar seus diretores não empregados aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS.

Parágrafo único. Considera-se diretor aquele que exerça cargo de administração previsto em lei, estatuto ou contrato social, independente da denominação do cargo.

Art. 15. Os depósitos feitos na rede arrecadadora credenciada, relativos ao FGTS, serão transferidos à Caixa Econômica Federal no primeiro dia útil subsequente à data em que tenham sido efetuados, passando a integrar o saldo da conta vinculada do trabalhador a partir do dia dez do mês de sua ocorrência, quando efetuados no prazo regulamentar.

Parágrafo único. O depósito realizado fora do prazo será contabilizado no saldo no dia dez subsequente, após atualização monetária e capitalização de juros.

Art. 16. Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão corrigidos monetariamente com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança e capitalizarão juros de três por cento ao ano.

§ 1º A atualização monetária e a capitalização de juros correrão à conta do Fundo e o respectivo crédito será efetuado na conta vinculada, no dia dez de cada mês, com base no saldo existente no dia dez do mês anterior ou no primeiro dia útil subsequente, caso o dia dez seja feriado bancário, deduzidos os saques ocorridos no período.

§ 2º Para as contas vinculadas dos trabalhadores optantes existentes à data de 22 de setembro de 1971, a capitalização dos juros dos depósitos continuará a ser feita na seguinte progressão, salvo no caso de mudança de empresa, quando a capitalização dos juros passará a ser feita à taxa de três por cento ao ano:

- I - três por cento, durante os dois primeiros anos de permanência na mesma empresa;
- II - quatro por cento, do terceiro ao quinto ano de permanência na mesma empresa;
- III - cinco por cento, do sexto ao décimo ano de permanência na mesma empresa;
- IV - seis por cento, a partir do décimo primeiro ano de permanência na mesma empresa.

§ 3º O saldo das contas vinculadas é garantido pelo Governo Federal, podendo ser instituído seguro especial para esse fim.

Art. 17. Os estabelecimentos bancários que já tenham sido depositários de contas vinculadas do FGTS passam, a partir da publicação desta Lei, à condição de agentes recebedores e pagadores do Fundo, mediante recebimento de tarifa, atendido o disposto nos arts. 5º, X e XVII, e art. 8º, IV, desta Lei.

Art. 18. Fica ressalvado o direito adquirido dos trabalhadores que, à data da promulgação da Constituição Federal de 1988, já tinham o direito à estabilidade no emprego, nos termos do Capítulo V do Título IV da CLT.

§ 1º O tempo de serviço do trabalhador não optante do FGTS, anterior a 5 de outubro de 1988, em caso de rescisão sem justa causa pelo empregador ou extinção da empresa por falecimento do empregador individual, ou ainda por extinção da empresa sem a ocorrência de motivo de força maior, rege-se-á, conforme o caso, pelos dispositivos constantes dos arts. 477, 478, 485 e 497 da CLT.

§ 2º O tempo de serviço anterior à atual Constituição poderá ser transacionado entre empregador e empregado, respeitado o limite mínimo de sessenta por cento da indenização prevista.

§ 3º É facultado ao empregador desobrigar-se da responsabilidade da indenização relativa ao tempo de serviço anterior à opção, depositando na conta vinculada do

trabalhador, até o último dia útil do mês previsto em lei para o pagamento de salário, o valor correspondente à indenização, aplicando-se ao depósito, no que couber, todas as disposições desta Lei.

§ 4º Os trabalhadores poderão a qualquer momento optar pelo FGTS com efeito retroativo a 1º de janeiro de 1967 ou à data de sua admissão, quando posterior àquela, aplicando-se a suas contas vinculadas, no que couber, o disposto no art. 16, § 2º, desta Lei.

CAPÍTULO V

Das obrigações dos empregadores

Art. 19. Os empregadores ficam obrigados a:

I - comunicar mensalmente, a cada trabalhador, o valor recolhido a sua conta vinculada no FGTS;

II - afixar, em quadro de aviso situado em local de livre e fácil acesso no estabelecimento, comprovante do recolhimento do depósito efetuado em cada conta vinculada, no primeiro dia útil subsequente a sua efetivação;

III - permitir, ao trabalhador, ao Conselho Curador e aos sindicatos das categorias profissionais a que pertençam os trabalhadores da empresa, independentemente de instrumento de procuração, o acesso aos comprovantes de recolhimento dos depósitos efetuados nas contas vinculadas e demais documentos complementares indispensáveis à averiguação do correto recolhimento;

IV - comprovar, no momento da homologação da rescisão do contrato de trabalho, o efetivo recolhimento das importâncias a que se refere o Art. 12, relativo a todo o período de vigência do contrato de trabalho, valendo, para tanto, cópia de extrato discriminado fornecido pela Caixa Econômica Federal ou outro documento aprovado pelo Conselho Curador;

V - repassar imediatamente o extrato das contas vinculadas, recebido da Caixa Econômica Federal, aos trabalhadores que tenham optado pelo seu encaminhamento ao endereço da empresa;

VI - anotar, na Carteira de Trabalho e Previdência Social, o número da conta vinculada do trabalhador no FGTS.

CAPÍTULO VI

Da Rescisão ou Extinção do Contrato de Trabalho

Art. 20. Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por parte do empregador, ficará este obrigado a pagar diretamente ao empregado os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior que ainda não houver sido recolhido, sem prejuízo das cominações legais.

§ 1º Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, pagará este diretamente ao trabalhador importância igual a quarenta por cento do montante, atualizado monetariamente e acrescido dos respectivos juros, de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, somados aos valores devidos mas não recolhidos, independentemente de terem sido efetuados ou não saques na conta vinculada.

§ 2º Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata o § 1º será de vinte por cento.

§ 3º Para os meses que o empregador não apresentar os comprovantes mencionados no art. 19, IV, utilizar-se-á como base de cálculo para efeito da aplicação dos percentuais de que tratam os parágrafos anteriores o equivalente a oito por cento da última remuneração devida, multiplicado pelo número desses meses.

§ 4º As importâncias de que trata este artigo deverão constar do recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho, observado o disposto no art. 477 da CLT, e eximirão o empregador exclusivamente quanto aos valores discriminados.

Art. 21. No caso de extinção do contrato de trabalho prevista no art. 18 desta Lei, serão observados os seguintes critérios:

I - havendo indenização a ser paga, o empregador, mediante comprovação do pagamento daquela, poderá sacar o saldo dos valores por ele depositados na conta individualizada do trabalhador;

II - não havendo indenização a ser paga, ou decorrido o prazo prescricional para a reclamação de direitos por parte do trabalhador, o empregador poderá levantar em seu favor

o saldo da respectiva conta individualizada, mediante comprovação perante o órgão competente do Ministério do Trabalho.

CAPÍTULO VII

- Dos Saques

Art. 22. O trabalhador poderá sacar recursos de sua conta vinculada no FGTS nas seguintes situações:

I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior;

II - extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, ou ainda falecimento do empregador individual sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;

III - aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV - falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago:

a) a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte; ou,

b) na falta de dependentes que atendam ao disposto na alínea anterior, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independentemente de inventário ou arrolamento;

V - pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, desde que:

a) o mutuário conte com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de doze meses;

c) o valor do abatimento atinja, no máximo, oitenta por cento do montante da prestação;

VI - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e haja interstício mínimo de dois anos para cada movimentação;

VII - pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:

a) o mutuário deverá contar com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes;

b) seja a operação financiada pelo Sistema Financeiro de Habitação ou, se realizada fora deste, preencha os requisitos estabelecidos pelo Conselho Curador;

VIII - quando a conta vinculada permanecer três anos ininterruptos, a contar de 14 de maio de 1990, sem crédito de depósitos relativos a contratos de trabalho que vigoravam na data de sua efetivação;

IX - extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

X - suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a noventa dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.

§ 1º A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurará que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na sua conta vinculada durante o período de vigência do contrato de trabalho objeto da rescisão, atualizados monetariamente e acrescidos de juros, deduzidos os saques.

§ 2º A regulamentação da situação prevista no inciso X assegurará que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na sua conta vinculada em função do exercício do trabalho avulso, atualizados monetariamente e acrescidos de juros, deduzidos os saques.

§ 3º O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando a beneficiar os trabalhadores de baixa renda e a preservar o equilíbrio financeiro do FGTS.

§ 4º Na aquisição de moradia com recursos depositados em sua conta vinculada no FGTS, o trabalhador terá que satisfazer as seguintes condições:

I - não ser proprietário nem promitente comprador de outro imóvel; e

II - não haver utilizado recursos de sua conta vinculada para outro imóvel, cuja aquisição ou contratação de financiamento tenha ocorrido há menos de cinco anos.

§ 9º Na hipótese de um empregador apresentar, em um mês, aviso prévio a cinquenta ou mais trabalhadores, o Ministério do Trabalho fica obrigado, mediante requerimento do sindicato da categoria profissional a que pertençam os trabalhadores, a efetuar, em cinco dias úteis, uma fiscalização extraordinária no local.

§ 10. Efetuada a fiscalização nos termos do parágrafo precedente, o órgão fiscalizador fornecerá ao sindicato que requereu a fiscalização, um laudo sobre a regularidade ou não dos recolhimentos do empregador para o FGTS, devendo o sindicato levá-lo imediatamente ao conhecimento dos trabalhadores interessados.

Art. 25. No caso de fraude ou simulação com vistas a possibilitar o saque dos recursos depositados na conta vinculada do trabalhador no FGTS, nas situações previstas no art. 22, I e II, desta Lei, fica o empregador obrigado a recolher ao Fundo o montante sacado, atualizado monetariamente até o dia do efetivo recolhimento.

Parágrafo único. O empregador mencionado no "caput" estará sujeito ainda, sem prejuízo das demais cominações legais, ao pagamento de multa, a favor do FGTS, no valor correspondente a quarenta por cento do montante, atualizado monetariamente e acrescido dos respectivos juros, de todos os depósitos por ele realizados na conta vinculada do trabalhador ou devidos, mas não recolhidos.

Art. 26. O Ministério do Trabalho deverá encaminhar ao Conselho Curador, com a periodicidade que este estabelecer, relatório que possibilite uma adequada e completa avaliação da ação fiscalizadora.

Art. 27. Compete ao órgão que proceder à fiscalização, além dos procedimentos previstos no Título VII da CLT, fazer o levantamento dos débitos porventura existentes e fornecer à Caixa Econômica Federal os elementos necessários à instauração de processo de cobrança judicial.

Art. 28. Sem prejuízo do disposto no art. 29, a Caixa Econômica Federal, de posse dos elementos fornecidos na forma do artigo anterior, deverá proceder à cobrança judicial dos débitos levantados.

Parágrafo único. A Caixa Econômica Federal deverá informar aos trabalhadores interessados, diretamente ou através do sindicato da categoria, da propositura da ação.

Art. 29. Poderá o próprio trabalhador, seus dependentes e sucessores, ou ainda o sindicato a que estiver vinculado, na qualidade de substituto processual da categoria profissional e sem necessidade de instrumento procuratório, acionar diretamente a empresa por intermédio da Justiça do Trabalho, para compeli-la a efetuar o depósito das importâncias devidas nos termos desta Lei.

Parágrafo único. O Conselho Curador e a Caixa Econômica Federal deverão ser notificados da propositura da reclamação.

Art. 30. É competente a Justiça do Trabalho para julgar os dissídios entre os trabalhadores e os empregadores decorrentes da aplicação desta Lei, mesmo quando a Caixa Econômica Federal figurar como litisconsorte.

Parágrafo único. Na reclamatórias trabalhistas que objetivam o ressarcimento de parcelas relativas ao FGTS, ou que, direta ou indiretamente, impliquem essa obrigação de fazer, o juiz determinará que a empresa sucumbente proceda ao recolhimento imediato das importâncias devidas a tal título.

Art. 31. Constituem-se créditos privilegiados, em caso de falência ou fechamento da empresa, os recolhimentos de que trata o art. 12 desta Lei.

CAPÍTULO X

Do Certificado de Regularidade

Art. 32. A apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS, com validade estabelecida pelo Conselho Curador e fornecido pela Caixa Econômica Federal, é obrigatória nas seguintes situações:

a) habilitação e licitação promovida por órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, direta, indireta ou fundacional ou por entidade controlada direta ou indiretamente pela União, Estado e Município;

b) obtenção, por parte da União, Estados e Municípios, ou por órgãos da Administração Federal, Estadual e Municipal, direta, indireta ou fundacional, ou indiretamente pela União, Estados ou Municípios, de empréstimos ou financiamentos junto a quaisquer entidades financeiras oficiais;

c) obtenção de favores creditícios, isenções, subsídios, auxílios, outorga ou concessão de serviços ou quaisquer outros benefícios concedidos por órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, salvo quando destinados a saldar débitos para com o FGTS;

- d) transferência de domicílio para o exterior;
- e) registro ou arquivamento, nos órgãos competentes, de alteração ou distrato de contrato social, de estatuto, ou de qualquer documento que implique modificação na estrutura jurídica do empregador ou na sua extinção.

CAPÍTULO XI

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 33. Por descumprimento ou inobservância de quaisquer das obrigações que lhe compete como agente arrecadador e pagador, a Caixa Econômica Federal ou o agente financeiro por ela credenciado fica sujeito ao pagamento de multa equivalente a dez por cento do valor da operação, sem prejuízo das demais cominações legais.

Art. 34. Por descumprimento ou inobservância de quaisquer das obrigações que lhe compete como agente operador, a Caixa Econômica Federal fica sujeita, sem prejuízo das demais cominações legais, ao pagamento de multa, a ser fixada pelo Conselho Curador, variável de cem mil cruzeiros reais a cem milhões de cruzeiros reais, atualizados monetariamente a contar de 1º de julho de 1992.

Art. 35. São isentos de tributos federais os atos e operações necessários à aplicação desta Lei, quando praticados pela Caixa Econômica Federal, pelos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores, pelos empregadores e pelos estabelecimentos bancários.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo às importâncias devidas, nos termos desta Lei, aos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores.

Art. 36. Os depósitos em conta vinculada, efetuados nos termos desta Lei, constituirão despesas dedutíveis do lucro operacional dos empregadores e as importâncias levantadas a seu favor implicarão receita tributável.

Art. 37. Fica reduzida para um e meio por cento a contribuição prevista pelas empresas ao Serviço Social do Comércio e ao Serviço Social da Indústria e dispensadas estas entidades da subscrição compulsória a que alude o art. 21 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Art. 38. O Conselho Curador do FGTS que se encontre instalado na data da publicação desta Lei manterá sua composição até o final do mandato dos seus membros representantes da sociedade civil, estando sujeito, entretanto, ao disposto nesta Lei, quanto à alternância da presidência, aos procedimentos a serem adotados relacionados a suas reuniões e às sanções impostas aos que não comparecerem às reuniões.

Art. 39. O banco que, até a entrada em vigor desta Lei, não houver transferido para a Caixa Econômica Federal o cadastro de contas vinculadas que mantenha, estará sujeito, sem prejuízo das demais sanções constantes do art. 24 da Lei nº 8.036:

I - ao pagamento de multa correspondente a um por cento do saldo das contas vinculadas por cada mês de atraso na centralização das contas na CEF, a contar da data da publicação desta Lei;

II - às mesmas obrigações atribuídas à CEF, com relação às contas vinculadas que permanecer administrando.

Art. 40. Verificando-se mudança de emprego, a conta vinculada, mantida até então por banco depositário que não haja centralizado as contas vinculadas que administra, será transferida para a Caixa Econômica Federal.

Art. 41. A Caixa Econômica Federal deverá proceder à cobrança judicial dos débitos levantados antes da vigência desta Lei.

Art. 42. O agente operador deverá submeter ao Conselho Curador, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Lei, a proposta a que se refere o § 7º do art. 22, a qual deve ser apreciada e aprovada por aquele colegiado em sessenta dias.

Art. 43. O Poder Executivo expedirá o Regulamento desta Lei no prazo de sessenta dias a contar da data de sua promulgação.

Art. 44. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e as demais disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 22 DE SETEMBRO DE 1993


SENADOR HUMBERTO LUCENA
PRESIDENTE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

LEI Nº 8.406, de 3 de Janeiro de 1992

Dispõe sobre a publicação de informações relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social e pela Caixa Econômica Federal.

LEI Nº 4.090 - DE 13 DE JULHO DE 1962¹

Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores

LEI Nº 4.749 - DE 12 DE AGOSTO DE 1965²

Dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090 de 13 de julho de 1962

LEI Nº 8.036 - DE 11 DE MAIO DE 1990¹

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências

LEI Nº 6.019 - DE 3 DE JANEIRO DE 1974¹

Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências

LEI Nº 4.380, DE 21 DE AGOSTO DE 1964

Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional de Habitação (BNH), e sociedades de crédito imobiliário, as letras imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências

DECRETO-LEI Nº 5.452 - DE 1.º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho

Título II
REMUNERAÇÃO

Art. 457. Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber

§ 1º Integram o salário, não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagem e abonos pagos pelo empregador

§ 2º Não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de cinquenta por cento do salário percebido pelo empregado.

§ 3º Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também aquela que for cobrada pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, e qualquer título e destinada à distribuição aos empregados

Art. 458. Além do pagamento em dinheiro, compreendem-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações in natura que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas.

§ 1º Os valores atribuídos às prestações in natura deverão ser justos e razoáveis, não podendo exceder, em cada caso, os dois percentuais das parcelas componentes do salário mínimo (arts. 81 e 82).

§ 2º Não serão considerados como salário, para os efeitos previstos neste artigo, os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local de trabalho, para a prestação dos respectivos serviços.

Art. 459. O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a um mês, salvo no que concerne a comissões, percentagens e gratificações.

§ 1º Quando o pagamento houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado, o mais tardar, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido

Art. 460. Na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquele que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente, ou do que for habitualmente pago para serviço semelhante.

Título V
RESCISÃO

Art. 477. É assegurado a todo empregado, não existindo prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato, e quando não haja sido dado motivo para cessação das relações de trabalho, o direito de haver do empregador uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa.

§ 1º O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de 1 (um) ano de

serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

§ 2º O instrumento de rescisão ou recibo de quitação, qualquer que seja a causa ou forma de dissolução do contrato, deve ter especificada a natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminado o seu valor, sendo válida a quitação, apenas, relativamente às mesmas parcelas.

§ 3º Quando não existir na localidade nenhum dos órgãos previstos neste artigo, a assistência será prestada pelo Representante do Ministério Público, ou, onde houver, pelo Defensor Público e, na falta ou impedimento destes, pelo Juiz de Paz.

§ 4º O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho, em dinheiro ou em cheque visado, conforme acordem as partes, salvo se o empregado for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro.

§ 5º Qualquer compensação no pagamento de que trata o parágrafo anterior não poderá exceder o equivalente a um mês de remuneração do empregado.

§ 6º O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado nos seguintes prazos:

a) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato; ou

b) até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.

§ 7º O ato da assistência na rescisão contratual (parágrafos 1º e 2º) será sem ônus para o trabalhador e empregador.

§ 8º A inobservância do disposto no § 6º deste artigo sujeitará o infrator à multa de 160 UFIR, por trabalhador, bem assim ao pagamento da multa a favor do empregado, em valor equivalente ao seu salário, devidamente corrigido pelo índice de variação do BTN, salvo quando, comprovadamente, o trabalhador der causa à mora.

§ 9º VETADO.



Art. 478. A indenização devida pela rescisão de contrato por prazo indeterminado será de um mês de remuneração por ano de serviço efetivo, ou por ano e fração igual ou superior a seis meses.

§ 1º O primeiro ano de duração do contrato por prazo indeterminado é considerado como período de experiência, e, antes que se complete, nenhuma indenização será devida.

§ 2º Se o salário for pago por dia, o cálculo da indenização terá por base 30 (trinta) dias.

§ 3º Se pago por hora, a indenização apurar-se-á na base de 240 (duzentas e quarenta) horas por mês.

§ 4º Para os empregados que trabalhem à comissão ou que tenham direito a percentagens, a indenização será calculada pela média das comissões ou percentagens percebidas nos últimos 12 (doze) meses de serviço.

§ 5º Para os empregados que trabalhem por tarefa ou serviço feito, a indenização será calculada na base média do tempo costumadamente gasto pelo interessado para realização de seu serviço, calculando-se o valor do que seria feito durante trinta dias.

Art. 479. Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado, será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato.

Parágrafo único. Para a execução do que dispõe o presente artigo, o cálculo da parte variável ou incerta dos salários será feito de acordo com o prescrito para o cálculo da indenização referente à rescisão dos contratos por prazo indeterminado.

Art. 485. Quando cessar a atividade da empresa por morte do empregador, os empregados terão direito, conforme o caso, à indenização se referem os arts. 477 e 497.



Art. 497. Extinguindo-se a empresa, sem a ocorrência de motivo de força maior, ao empregado estável despedido é garantida a indenização por rescisão do contrato por prazo indeterminado, paga em dobro.

Art. 498. O empregado estável despedido terá direito a indenização por rescisão do contrato por prazo indeterminado, paga em dobro.

S I N O P S E

Projeto de Lei do Senado nº 105, de 1992

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.

Apresentado pela Comissão Mista de Inquérito destinada a examinar Irregularidades na Administração do FGTS do Trabalhador.

Lido no expediente da Sessão de 20/6/91, e publicado no DCN (Seção II) de 21/6/91.

Em 17/9/91, em reunião realizada nesta data, foi instalada a Comissão do FGTS e foi aprovado Ofício nº 001/91-CPMI, propondo a prorrogação por mais sessenta dias, do prazo concedido a esse órgão técnico.

Em 24/9/91, foram eleitos o Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o Senador Garibaldi Alves Filho e o Deputado Maurílio Ferreira Lima. Designado como Relator o Deputado Ciro Gomes.

Em 01/10/91, reunida a Comissão para ouvir o depoimento dos Senhores Douglas Gerson Braga - Representante da CUT; Arnaldo Gonçalves - Delegado junto à Federação dos Metalúrgicos de Santos - SP; Luís Felipe Soares Batista - Representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras; Lourenço Ferreira do Prado - Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito-Contel e Paulo Safady Simão - Vice-Presidente da Federação Nacional da Indústria e Presidente do Sindicato da Construção Civil do Estado de Minas Gerais.

Em 8/10/91, reunida a Comissão para ouvir os depoimentos dos Senhores: Francisco Chagas Porcino Costa - Diretor da Confederação Nacional do Comércio e Presidente da Federação do Comércio de Alagoas; Fahia Tahan Sab - Presidente do Sindicato Nacional dos Agentes de Inspeção do Trabalho; José Antônio Pastoriza Pontoura - Vice-Presidente Nacional dos Agentes de Inspeção do Trabalho e Eduardo Barros Vieira - Presidente da Associação dos Agentes de Inspeção do Trabalho de Minas Gerais.

Em 22/10/91, reunida a Comissão para ouvir os depoimentos dos Senhores: José Arnaldo Rossi - Presidente do INSS; Maria Amélia Sasaki - Diretora Substituta de Relações do Trabalho do INSS;

Rodolfo Guimarães Peano - Ex-Diretor de Relações do Trabalho do INSS; Jefferson Delano Pinni - Ex-Coordenador de Relações do Trabalho do INSS e Orlando Vilanova - Ex-Secretário de Relações de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho.

Em 29/10/91, reunida a Comissão para ouvir o depoimento do Senhor Álvaro Figueiredo de Mendonça Júnior - Presidente da Caixa Econômica Federal.

Em 13/11/91, reunida a Comissão para ouvir os depoimentos dos Senhores: Nilson Mourão - Deputado Estadual pelo Estado do Acre e Lucas Piratá - Funcionário da Caixa Econômica Federal do Estado de São Paulo.

Em 19/11/91, reunida a Comissão para ouvir o depoimento do Senhor Antônio Rogério Magri - Ministro do Trabalho e da Previdência Social.

Em 20/11/91, prorrogado o prazo da Comissão por trinta dias, de acordo com o Requerimento nº 791/91-CN.

Em 26/11/91, reunida a Comissão para ouvir os depoimentos dos Senhores: João Batista Raimo - Presidente do Grupo COMIND; Lucas Pirajá de Oliveira Rosa - Funcionário da C.E.F e Manuel Adriano Gonçalves - Funcionário da C.E.F.

Em 03/12/91, reunida a Comissão para ouvir os depoimentos dos Senhores: Ronald Guimarães Levisohn - Presidente do Grupo Delfin e Lucas Pirajá de Oliveira Rosa - Funcionário da C.E.F.

Em 06/12/91, foi prorrogado o prazo da Comissão por sessenta dias, de acordo com o RQS nº 801/91-CN.

Em 17/3/92, reunida a Comissão para ouvir o depoimento do Senhor Antônio Rogério Magri - Ex-Ministro do Trabalho e da Previdência Social.

Em 19/3/92, reunida a Comissão para ouvir o depoimento da Senhora Margarida Procópio - Ex-Ministra da Ação Social e dos Senhores Walter Anichino - Funcionário do Ministério da Ação Social e Romon Arnus - Funcionário do Ministério da Ação Social.

Em 22/4/92, prorrogado o prazo da Comissão por mais sessenta dias, de acordo com o RQS 06/92-CN. Reunida a Comissão para ouvir os depoimentos dos Senhores: Marcos Montenegro - Presidente da Assemae; Wanderlei Oliveira Melo - Presidente da Aesbe; Paulo Bezerric Júnior - Secretário Nacional de Saneamento e Carlos Chabes Pinheiro Ramos - Diretor de Saneamento da C.E.F.

Em 5/5/92, reunida a Comissão para ouvir os depoimentos dos Senhores: Ivo Mendes Lima - Secretário Nacional de Habitação; José Carlos Guimarães - Diretor da Habitação da C.E.F; Edson Zacarias Rodrigues - Presidente da Abicoop e Lires Marques - Presidente da A.B.C.

Em 14/5/92, reunida a Comissão para ouvir os depoimentos dos Senhores: Engenheiro Henrique Ludovice - Presidente do CREA-DF e Engenheiro Admilson O. e Silva - Presidente do CREA-AC.

Em 27/5/92, prorrogado o prazo da Comissão por mais quinze dias, de acordo com o Requerimento nº 54/92-CN.

Em 10/6/92, reunida a Comissão para ouvir o depoimento do Senhor Governador do Acre, Romildo Magalhães.

Em 25/6/92, anexado às fls. 53 a 94, Relatório Final aprovado pela Comissão, com os Anexos I e II. Anexado às fls. 95 a 123, anexo VIII, do Relatório Final, referente ao Projeto de Lei apresentado pela Comissão. Anexado às fls. 124 a 134, Anexo IX, do Relatório Final, referente às considerações do Deputado Paulo Mandarino, sobre o Projeto de Lei apresentado pela Comissão. Anexado às fls. 135 a 155, Anexo X, do Relatório Final, referente às considerações da Bancada dos Trabalhadores no Conselho Curador do FGTS, sobre o Projeto de Lei apresentado pela Comissão.

Em 29/6/92, anexado Requerimento nº 56-A/92-CN, prorrogando o prazo da Comissão por mais quinze dias.

Em 8/7/92, anexado a folha 156, Ofício S/Nº do Deputado Antonio Brito, solicitando a inclusão de seu nome no referido projeto.

Em 9/7/92, a Presidência comunica ao Plenário o recebimento do Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a examinar o cumprimento das disposições legais relativas à destinação dos recursos e as irregularidades na administração do FGTS do trabalhador, concluindo pela apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 1992.

Em 22/7/92, a Presidência comunica ao Plenário o término dos trabalhos da Comissão, concluindo pela apresentação do Relatório nº 9, de 1992-CN.

Em 7/8/92, A Presidência comunica ao Plenário o término do prazo para oferecimento de emendas, sendo que, ao mesmo foram oferecidas 11 emendas, as de nºs 1, 2, 3, 4, 7, 8 e 11, de autoria do Senador Valmir Campelo e as de nºs 5, 6, 9 e 10, de autoria do Senador Gerson Camata. A Comissão de Assuntos Sociais.

Em 27/1/93, é lido e posteriormente aprovado o RQS nº 100/93, subscrito pelo Senador Humberto Lucena e outros Líderes, de urgência para a matéria (art. 336, alínea "c" do Regimento Interno).

Em 3/2/93, é lido e aprovado o Requerimento nº 111/93, subscrito pelo Senador Esperidião Amin e outros Senadores, de extinção da urgência. A matéria volta a tramitação normal.

Em 4/2/93, o Senador Ney Suassuna encaminhou 7(sete) emendas ao projeto que receberam os nºs 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18, anexadas ao processado (fls. 171 a 177).

Em 1/9/93, é lido e aprovado o Requerimento nº 854/93, de urgência para a matéria, subscrito pelos Senadores Jonas Pinheiro, Eptácio Cafeteira, Marco Maciel e demais Líderes.

Em 14/9/93, anunciada matéria, é proferido pelo Senador Garibaldi Alves Filho, Relator designado em substituição à Comissão de Assuntos Sociais, parecer de plenário favorável ao projeto e à emenda nº 6, com às emendas nºs 19 a 25-R, que oferece e contrários às demais.

Em 15/9/93, aprovado o projeto e as Emendas nºs 6, 19 a 25, de parecer favorável, sendo rejeitadas as Emendas nºs 1 a 5, 7 a 18, de parecer contrário, após usarem da palavra os Senadores Esperidião Amin e Garibaldi Alves Filho. À CDIR para redação final. Leitura do Parecer nº 307/93-CDIR (Relator Senador Júlio Campos), oferecendo a redação final. Aprovada

À Câmara dos Deputados com o Ofício SM/Nº.753, de 22.09.93

1993-09-22 14:43

1993-09-22 14:43 040035

1993-09-22 14:43 040035

SM/Nº.753

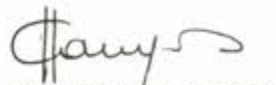
Em 22 de setembro de 1993

Senhor Primeiro-Secretário

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da

Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 105, de 1992, constante dos autógrafos em anexo, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências".

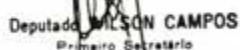
Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.



SENADOR JÚLIO CAMPOS
Primeiro Secretário

PRIMEIRA SECRETARIA

Em ____/____/9____, Ao Senhor
Secretário-Geral da Mesa.



Deputado WILSON CAMPOS
Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Deputado WILSON CAMPOS
DD. Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

EMENTA Introduz alteração no artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, permitindo a utilização da conta vinculada para aquisição de instrumentos musicais.

SARNEY FILHO
(PFL-MA)

ANDAMENTO
COMISSÕES
PODER TERMINATIVO
Artigo 24, Incise II
(Res. 17/89)

Sancionado ou promulgado

Publicado no Diário Oficial de

Vetado

Razões do veto-publicadas no

17.08.93

PLENÁRIO

Fala o autor, apresentando o projeto.

DCN 18.08.93, pág. 16617, col. 02.

MESA

Despacho: Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54) - (Art.24, II).

PLENÁRIO

É lido e vai a imprimir.

08.09.93

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Distribuído ao relator, Dep. PAULO ROCHA.

08.09.93

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Prazo para apresentação de emendas: 08 a 14.09.93

VIDE-VERSO.....

ANDAMENTO

PL. 4.068/93

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

15.09.93 Não foram apresentadas emendas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 4.068, DE 1993

(Do Sr. Sarney Filho)

Introduz alteração no artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, permitindo a utilização da conta vinculada para aquisição de instrumentos musicais.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART.54) - ART.24, II)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 20, da Lei nº 8 036, de 11 de maio de 1990, passa a vigor acrescido do seguinte inciso XI:

"Art. 20.....
....."

XI - aquisição de instrumentos musicais, nacionais ou importados, para si ou dependentes, desde que regularmente matriculados em estabelecimento de ensino musical.

....."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, aos

J U S T I F I C A Ç Ã O

O Brasil está enfrentando autêntico processo de abastardamento cultural, com as atividades nesse se tor quase que estagnadas, especialmente no campo da música.

Essa situação é lastimável, e para ela contribui, dentre outros fatores, o elevadíssimo preço de compra dos instrumentos musicais.

Em verdade, a maioria desses instrumentos é im portada, e seu custo inviabiliza, totalmente, sua aquisição pela maioria dos instrumentistas e dos estudantes de música.

Pois bem, uma forma para incentivar-se as ati vidades musicais no País, seguramente será ensejar - se aos trabalhadores a possibilidade de aquisição de instrumentos musicais, para si próprios ou dependen-

tes, desde que comprovado que estejam matriculados -
em estabelecimento de ensino musical.

Essa medida, irrecusavelmente, reverterá em
benefício da cultura nacional, motivo pelo qual te
mos convicção de seu acolhimento.

Sala das Sessões, aos

17/08/73

Deputado SARNEY FILHO

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEL"

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990

*Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
e dá outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, passa a reger-se por esta Lei.

Art. 2º. O FGTS é constituído pelos saldos das contas vinculadas a que se refere esta Lei e outros recursos a ele incorporados, devendo ser aplicados com atualização monetária e juros, de modo a assegurar a cobertura de suas obrigações.

§ 1º - Constituem recursos incorporados ao FGTS, nos termos do caput deste artigo:

- a) eventuais saldos apurados nos termos do art. 12, § 4º;
- b) dotações orçamentárias específicas;
- c) resultados das aplicações dos recursos do FGTS;
- d) multas, correção monetária e juros moratórios devidos;
- e) demais receitas patrimoniais e financeiras.

§ 2º - As contas vinculadas em nome dos trabalhadores são absolutamente impenhoráveis.

Art. 3º. O FGTS será regido segundo normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador, integrado por três representantes da categoria dos trabalhadores e três representantes da categoria dos empregadores, além de um representante de cada uma das seguintes entidades: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Ministério do Trabalho e da Previdência Social, Ministério da Ação Social, Caixa Econômica Federal e Banco Central do Brasil.

§ 1º - A Presidência do Conselho Curador será exercida pelo representante do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

§ 2º - Os órgãos oficiais far-se-ão representar, no caso dos Ministérios, pelos Ministros de Estado e, no caso dos demais órgãos, por seus Presidentes, na qualidade de membros titulares, cabendo-lhes indicar seus suplentes ao Presidente do Conselho Curador, que os nomeará.

§ 3º - Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores e seus respectivos suplentes serão indicados pelas respectivas centrais sindicais e confederações nacionais e nomeados pelo Ministro do Trabalho e da Previdência Social, e terão mandato de 2 anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 4º - O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente, a cada bimestre, por convocação de seu Presidente. Esgotado esse período, não tendo ocorrido convocação, qualquer de seus membros poderá fazê-la, no prazo de quinze dias. Havendo necessidade, qualquer membro poderá convocar reunião extraordinária, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 5º - As decisões do Conselho serão tomadas com a presença, no mínimo, de sete de seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade.

§ 6º - As despesas porventura exigidas para o comparecimento às reuniões do Conselho constituirão ônus das respectivas entidades representadas.

§ 7º - As ausências ao trabalho dos representantes dos trabalhadores no Conselho Curador, decorrentes das atividades desse órgão, serão abonadas, computando-se como jornada efetivamente trabalhada para todos os fins e efeitos legais.

§ 8º - Competirá ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social proporcionar ao Conselho Curador os meios necessários ao exercício de sua competência, para o que contará com uma Secretaria Executiva do Conselho Curador do FGTS.

§ 9º - Aos membros do Conselho Curador, enquanto representantes dos trabalhadores, efetivos e suplentes, é assegurada a estabilidade no emprego, da nomeação até um ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada através de processo sindical.

Art. 4º. A gestão da aplicação do FGTS será efetuada pelo Ministério da Ação Social, cabendo à Caixa Econômica Federal - CEF o papel de Agente Operador.

Art. 5º. Ao Conselho Curador do FGTS compete:

I - estabelecer as diretrizes e os programas de alocação de todos os recursos do FGTS, de acordo com os critérios definidos nesta Lei, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana estabelecidas pelo Governo Federal;

II - acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas aprovados;

III - apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do FGTS;

IV - pronunciar-se sobre as contas do FGTS, antes do seu encaminhamento aos órgãos de controle interno para os fins legais;

V - adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos do Ministério da Ação Social e da Caixa Econômica Federal, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades no que concerne aos recursos do FGTS;

VI - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao FGTS, nas matérias de sua competência;

VII - aprovar seu regimento interno;

VIII - fixar as normas e valores de remuneração do Agente Operador e dos Agentes Financeiros;

IX - fixar critérios para parcelamento de recolhimentos em atraso;

X - fixar critério e valor de remuneração para o exercício da fiscalização;

XI - divulgar, no Diário Oficial da União, todas as decisões proferidas pelo Conselho, bem como as contas do FGTS e os respectivos pareceres emitidos.

Art. 6º. Ao Ministério da Ação Social, na qualidade de gestor da aplicação do FGTS, compete:

I - praticar todos os atos necessários à gestão da aplicação do Fundo, de acordo com as diretrizes e programas estabelecidos pelo Conselho Curador;

II - expedir atos normativos relativos à alocação dos recursos para implementação dos programas aprovados pelo Conselho Curador;

III - elaborar orçamentos anuais e planos plurianuais de aplicação dos recursos, discriminando-os por Unidade da Federação, submetendo-os até 31 de julho ao Conselho Curador do Fundo;

IV - acompanhar a execução dos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana, decorrentes de aplicação de recursos do FGTS, implementados pela CEF;

V - submeter à apreciação do Conselho Curador as contas do FGTS;

VI - subsidiar o Conselho Curador com estudos técnicos necessários ao aprimoramento operacional dos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana;

VII - definir as metas a serem alcançadas nos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana.

Art. 7º. À Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Operador, cabe:

I - centralizar os recursos do FGTS, manter e controlar as contas vinculadas, e emitir regularmente os extratos individuais correspondentes às contas vinculadas e participar da rede arrecadadora dos recursos do FGTS;

II - expedir atos normativos referentes aos procedimentos administrativo-operacionais dos bancos depositários, dos agentes financeiros, dos empregadores e dos trabalhadores, integrantes do sistema do FGTS;

III - definir os procedimentos operacionais necessários à execução dos programas de habitação popular, saneamento básico e infra-estrutura urbana, estabelecidos pelo Conselho Curador com base nas normas e diretrizes de aplicação elaboradas pelo Ministério da Ação Social;

IV - elaborar as análises jurídica e econômico-financeira dos projetos de habitação popular, infra-estrutura urbana e saneamento básico a serem financiados com recursos do FGTS;

V - emitir Certificado de Regularidade do FGTS;

VI - elaborar as contas do FGTS, encaminhando-as ao Ministério da Ação Social;

VII - implementar os atos emanados do Ministério da Ação Social relativos à alocação e aplicação dos recursos do FGTS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador.

Parágrafo único. - O Ministério da Ação Social e a Caixa Econômica Federal deverão dar pleno cumprimento aos programas anuais em andamento, aprovados pelo Conselho Curador, sendo que eventuais alterações somente poderão ser processadas mediante prévia anuência daquele colegiado.

Art. 8º. O Ministério da Ação Social, a Caixa Econômica Federal e o Conselho Curador do FGTS serão responsáveis pelo fiel cumprimento e observância dos critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 9º. As aplicações com recursos do FGTS poderão ser realizadas diretamente pela Caixa Econômica Federal, pelos demais órgãos integrantes do Sistema Financeiro da Habitação - SFH e pelas entidades para esse fim credenciadas pelo Banco Central do Brasil como agentes financeiros, exclusivamente segundo critérios fixados pelo Conselho Curador, em operações que preencham os seguintes requisitos:

I - garantia real;

II - correção monetária igual à das contas vinculadas;

III - taxa de juros média mínima, por projeto, de três por cento ao ano;

IV - prazo máximo de vinte e cinco anos.

§ 1º - A rentabilidade média das aplicações deverá ser suficiente à cobertura de todos os custos incorridos pelo Fundo e ainda à formação de reserva técnica para o atendimento de gastos eventuais não previstos, sendo da Caixa Econômica Federal o risco de crédito.

§ 2º - Os recursos do FGTS deverão ser aplicados em habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbana. As disponibilidades financeiras devem ser mantidas em volume que satisfaça as condições de liquidez e remuneração mínima necessária à preservação do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º - O programa de aplicações deverá destinar, no mínimo, sessenta por cento para investimentos em habitação popular.

§ 4º - Os projetos de saneamento básico e infra-estrutura urbana, financiados com recursos do FGTS, deverão ser complementares aos programas habitacionais.

§ 5º - Nos financiamentos concedidos a pessoa jurídica de direito público será exigida garantia real ou vinculação de receitas.

Art. 10. O Conselho Curador fixará diretrizes e estabelecerá critérios técnicos para as aplicações dos recursos do FGTS, visando a:

I - exigir a participação dos contratantes de financiamentos nos investimentos a serem realizados;

II - assegurar o cumprimento, por parte dos contratantes inadimplentes, das obrigações decorrentes dos financiamentos obtidos;

III - evitar distorções na aplicação entre as regiões do País, considerando para tanto a demanda habitacional, a população e outros indicadores sociais.

Art. 11. Os depósitos feitos na rede bancária, a partir de 1º de outubro de 1989, relativos ao FGTS, serão transferidos à Caixa Econômica Federal no segundo dia útil subsequente à data em que tenham sido efetuados.

Art. 12. No prazo de um ano, a contar da promulgação desta Lei, a Caixa Econômica Federal assumirá o controle de todas as contas vinculadas, nos termos do item I do art. 7º, passando os demais estabelecimentos bancários, findo esse prazo, à condição de agentes recebedores e pagadores do FGTS, mediante recebimento de tarifa, a ser fixada pelo Conselho Curador.

§ 1º - Enquanto não ocorrer a centralização prevista no *caput* deste artigo, o depósito efetuado ao decorrer do mês será contabilizado no saldo da conta vinculada do trabalhador, no primeiro dia útil do mês subsequente.

§ 2º - Até que a Caixa Econômica Federal implemente as disposições do *caput* deste artigo, as contas vinculadas continuarão sendo abertas em estabelecimento bancário escolhido pelo empregador, dentre os para tanto autorizados pelo Banco Central do Brasil, em nome do trabalhador.

§ 3º - Verificando-se mudança de emprego, até que venha a ser implementada a centralização prevista no *caput* deste artigo, a conta vinculada será transferida para o estabelecimento bancário da escolha do novo empregador.

§ 4º - Os resultados financeiros auferidos pela Caixa Econômica Federal no período entre o repasse dos bancos e o depósito nas contas vinculadas dos trabalhadores destinar-se-ão à cobertura das despesas de administração do FGTS e ao pagamento da tarifa aos bancos depositários, devendo os eventuais saldos ser incorporados ao patrimônio do Fundo nos termos do art. 2º, § 1º.

§ 5º - Após a centralização das contas vinculadas, na Caixa Econômica Federal, o depósito realizado no prazo regulamentar passa a integrar o sal-

do da conta vinculada do trabalhador a partir do dia dez do mês de sua ocorrência. O depósito realizado fora do prazo será contabilizado no saldo no dia dez subsequente, após atualização monetária e capitalização de juros.

Art. 13. Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão corrigidos monetariamente com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança e capitalização de juros de três por cento ao ano.

§ 1º - Até que ocorra a centralização prevista no item I do art. 7º, a atualização monetária e a capitalização de juros correrão à conta do Fundo e o respectivo crédito será efetuado na conta vinculada no primeiro dia útil de cada mês, com base no saldo existente no primeiro dia útil do mês anterior, deduzidos os saques ocorridos no período.

§ 2º - Após a centralização das contas vinculadas, na Caixa Econômica Federal, a atualização monetária e a capitalização de juros correrão à conta do Fundo e o respectivo crédito será efetuado na conta vinculada, no dia dez de cada mês, com base no saldo existente no dia dez do mês anterior ou no primeiro dia útil subsequente, caso o dia dez seja feriado bancário, deduzidos os saques ocorridos no período.

§ 3º - Para as contas vinculadas dos trabalhadores optantes existentes à data de 22 de setembro de 1971, a capitalização dos juros dos depósitos continuará a ser feita na seguinte progressão, salvo no caso de mudança de empresa, quando a capitalização dos juros passará a ser feita à taxa de três por cento ao ano:

I - três por cento, durante os dois primeiros anos de permanência na mesma empresa;

II - quatro por cento, do terceiro ao quinto ano de permanência na mesma empresa;

III - cinco por cento, do sexto ao décimo ano de permanência na mesma empresa;

IV - seis por cento, a partir do décimo primeiro ano de permanência na mesma empresa.

§ 4º - O saldo das contas vinculadas é garantido pelo Governo Federal, podendo ser instituído seguro especial para esse fim.

Art. 14. Fica ressalvado o direito adquirido dos trabalhadores que, à data da promulgação da Constituição Federal de 1988, já tinham o direito à estabilidade no emprego nos termos do Capítulo V do Título IV da CLT.

§ 1º - O tempo do trabalhador não optante do FGTS, anterior a 5 de outubro de 1988, em caso de rescisão sem justa causa pelo empregador, reger-se-á pelos dispositivos constantes dos arts. 477, 478 e 497 da CLT.

§ 2º - O tempo de serviço anterior à atual Constituição poderá ser transacionado entre empregador e empregado, respeitado o limite mínimo de sessenta por cento da indenização prevista.

§ 3º - É facultado ao empregador desobrigar-se da responsabilidade da indenização relativa ao tempo de serviço anterior à opção, depositando na conta vinculada do trabalhador, até o último dia útil do mês previsto em lei para o pagamento de salário, o valor correspondente à indenização, aplicando-se ao depósito, no que couber, todas as disposições desta Lei.

§ 4º - Os trabalhadores poderão a qualquer momento aptar pelo FGTS com efeito retroativo a 1º de janeiro de 1967 ou à data de sua admissão, quando posterior àquela.

Art. 15. Para os fins previstos nesta Lei, todos os empregados ficam obrigados a depositar, até o dia sete de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a oito por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas na remuneração as parcelas de que tratam os arts. 457 e 458 da CLT e a gratificação de Natal a que se refere a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, com as modificações da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965.

§ 1º - Entende-se por empregador a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, da administração pública direta, indireta ou fundamental de qualquer dos Poderes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão-de-obra, independente da responsabilidade solidária e/ou subsidiária a que eventualmente venha obrigá-lo.

§ 2º - Considera-se trabalhador toda pessoa física que prestar serviços a empregador, a locador ou tomador de mão-de-obra, excluídos os eventuais, os autônomos e os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.

§ 3º - Os trabalhadores domésticos poderão ter acesso ao regime do FGTS, na forma que vier a ser prevista em lei.

Art. 16. Para efeito desta Lei, as empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista poderão equiparar seus diretores não empregados aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS. Considera-se diretor aquele que exerça cargo de administração previsto em lei, estatuto ou contrato social, independente da denominação do cargo.

Art. 17. Os empregadores se obrigam a comunicar mensalmente aos trabalhadores os valores recolhidos ao FGTS e repassar-lhes todas as informações sobre suas contas vinculadas recebidas na Caixa Econômica Federal ou dos bancos depositários.

Art. 18. Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por parte do empregador, ficará este obrigado a pagar diretamente ao empregado os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior que ainda não houver sido recolhido, sem prejuízo das cominações legais.

§ 1º - Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, pagará este diretamente ao trabalhador importância igual a quarenta por cento do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.

§ 2º - Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata o § 1º será de vinte por cento.

§ 3º - As importâncias de que trata este artigo deverão constar do recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho, observado o disposto no art. 477 da CLT, e eximirão o empregador exclusivamente quanto aos valores discriminados.

Art. 19. No caso de extinção do contrato de trabalho prevista no art. 14 desta Lei, serão observados os seguintes critérios:

I - havendo indenização a ser paga, o empregador, mediante comprovação do pagamento daquela, poderá sacar o saldo dos valores por ele depositados na conta individualizada do trabalhador;

II - não havendo indenização a ser paga, ou decorrido o prazo prescricional para a reclamação de direitos por parte do trabalhador, o empregador poderá levantar em seu favor o saldo da respectiva conta individualizada, mediante comprovação perante o órgão competente do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovada com pagamento dos valores de que trata o art. 18;

II - extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, ou ainda falecimento do empregador individual sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;

III - aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV - falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido e requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;

V - pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, desde que:

a) o mutuário conte com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de doze meses;

c) o valor do abatimento atinja, no máximo, oitenta por cento do montante da prestação;

VI - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de dois anos para cada movimentação;

VII - pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:

a) o mutuário deverá contar com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes;

b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;

VIII - quando permanecer três anos ininterruptos, a partir da vigência desta Lei, sem crédito de depósitos;

IX - extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1979;

X - suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a noventa dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.

§ 1º - A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurará que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na conta vinculada durante o período de vigência do último contrato de trabalho, acrescida de juros e atualização monetária, deduzidos os saques.

§ 2º - O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando a beneficiar os trabalhadores de baixa renda e a preservar o equilíbrio financeiro do FGTS.

§ 3º - O direito de adquirir moradia com recursos de FGTS pelo trabalhador, só poderá ser exercido para um único imóvel.

§ 4º - O imóvel objeto de utilização do FGTS somente poderá ser objeto de outra transação com recursos do Fundo, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 5º - O pagamento da retirada após o período previsto em regulamento, implicará atualização monetária dos valores devidos.

Art. 21. Após a centralização das contas de que trata o art. 12 desta Lei, o saldo da conta não individualizada e da conta vinculada sem depósito há mais de cinco anos será incorporado ao patrimônio do FGTS, resguardado o direito do beneficiário de reclamar, a qualquer tempo, a reposição do valor transferido, mediante comprovação.

Art. 22. O empregador que não realizar os depósitos previstos nesta Lei no prazo fixado no art. 15, responderá pela atualização monetária da importância correspondente. Sobre o valor atualizado dos depósitos incidirão ainda juros de mora de um por cento ao mês e multa de vinte por cento, sujeitando-se, também, às obrigações e sanções previstas no Decreto-lei nº 368, de 19 de dezembro de 1968.

§ 1º - A atualização monetária de que trata o caput deste artigo será cobrada por dia de atraso, tomando-se por base os índices de variação do Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTN Fiscal) ou, na falta deste, do título que vier a sucedê-lo, ou ainda, a critério do Conselho Curador, por outro indicador da inflação diária.

§ 2º - Se o débito for pago até o último dia útil do mês do seu vencimento, a multa prevista neste artigo será reduzida para dez por cento.

§ 3º - Para efeito de levantamento de débito para com o FGTS, o percentual de oito por cento incidirá sobre a remuneração atualizada até a data da respectiva operação.

Art. 23. Competirá ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social a verificação, em nome da Caixa Econômica Federal, do cumprimento do disposto nesta Lei, especialmente quanto à apuração dos débitos e das infrações praticadas pelos empregadores ou tomadores de serviço, notificando-se para efetuarem e comprovarem os depósitos correspondentes e cumprirem as demais determinações legais, podendo, para tanto, contar com o concurso de outros órgãos do Governo Federal, na forma que vier a ser regulamentada.

§ 1º - Constituem infrações para efeito desta Lei:

I - não depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS;

II - omitir as informações sobre a conta vinculada do trabalhador;

III - apresentar as informações ao Cadastro Nacional do Trabalhador, dos trabalhos beneficiários, com erros ou omissões;

IV - deixar de computar, para efeito de cálculo dos depósitos do FGTS, parcela componente da remuneração;

V - deixar de efetuar os depósitos e os acréscimos legais, após notificado pela fiscalização.

§ 2º - Pela infração do disposto no § 1º deste artigo, o infrator estará sujeito às seguintes multas por trabalhador prejudicado:

a) de dois a cinco BTN, no caso dos incisos II e III;

b) de dez a cem BTN, no caso dos incisos I, IV e V.

§ 3º - Nos casos de fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou descato à fiscalização, assim como na reincidência, a multa especificada no parágrafo anterior será duplicada, sem prejuízo das demais cominações legais.

§ 4º - Os valores das multas, quando não recolhidas no prazo legal, serão atualizadas monetariamente até a data de seu efetivo pagamento, através de sua conversão pelo ITN Fiscal.

§ 5º - O processo de fiscalização, de autuação e de imposição de multas reger-se-á pelo disposto no Título VII da CLT, respeitado o privilégio do FGTS à prescrição trintenária.

§ 6º - Quando julgado procedente o recurso interposto na forma do Título VII da CLT, os depósitos efetuados para garantia de instância serão restituídos com os valores atualizados na forma da lei.

§ 7º - A rede arrecadadora e a Caixa Econômica Federal deverão prestar ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social as informações necessárias à fiscalização.

Art. 24. Por descumprimento ou inobservância de quaisquer das obrigações que lhe compete como agente arrecadador, pagador e mantenedor do cadastro de contas vinculadas, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador, fica o banco depositário sujeito ao pagamento de multa equivalente a dez por cento do montante da conta do empregado, independentemente das demais cominações legais.

Art. 25. Poderá o próprio trabalhador, seus dependentes e sucessores, ou ainda o Sindicato a que estiver vinculado, acionar diretamente a empresa por intermédio da Justiça do Trabalho, para compelir a a efetuar o depósito das importâncias devidas nos termos desta Lei.

Parágrafo único - A Caixa Econômica Federal e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverão ser notificados da propositura da reclamação.

Art. 26. É competente a Justiça do Trabalho para julgar os dissídios entre os trabalhadores e os empregadores decorrentes da aplicação desta Lei, mesmo quando a Caixa Econômica Federal e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social figurarem como litisconsortes.

Parágrafo único - Nas reclamações trabalhistas que objetivem o ressarcimento de parcelas relativas ao FGTS, ou que, direta ou indiretamente, impliquem essa obrigação de fazer, o juiz determinará que a empresa sucumbente proceda ao recolhimento imediato das importâncias devidas a tal título.

Art. 27. A apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, é obrigatório nas seguintes situações:

a) habilitação e licitação promovida por órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, Direta, Indireta ou Fundacional ou por entidade controlada direta ou indiretamente pela União, Estado e Município;

b) obtenção, por parte da União, Estados e Municípios, ou por órgãos da Administração Federal, Estadual e Municipal, Direta, Indireta, ou Fundacional, ou indiretamente pela União, Estados ou Municípios, de empréstimos ou financiamentos junto a quaisquer entidades financeiras oficiais;

c) obtenção de favores creditícios, isenções, subsídios, auxílios, outorga ou concessão de serviços ou quaisquer outros benefícios concedidos concedidos por órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, salvo quando destinados a saldar débitos para com o FGTS;

d) transferência de domicílio para o exterior;

e) registro ou arquivamento, nos órgãos competentes, de alteração ou distrato de contrato social, de estatuto, ou de qualquer documento que implique modificação na estrutura jurídica do empregador ou na sua extinção.

Art. 28. São isentos de tributos federais os atos e operações necessários à aplicação desta Lei, quando praticados pela Caixa Econômica Federal, pelos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores, pelos empregados e pelos estabelecimentos bancários.

Parágrafo único - Aplica-se o disposto neste artigo às importâncias devidas, nos termos desta Lei, aos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores.

Art. 29. Os depósitos em conta vinculada, efetuados nos termos desta Lei, constituirão despesas dedutíveis do lucro operacional dos empregadores e as importâncias levantadas a seu favor implicarão receita tributável.

Art. 30. Fica reduzida para um e meio por cento a contribuição devida pelas empresas ao Serviço Social do Comércio e ao Serviço Social da

Indústria e dispensadas estas entidades da subscrição compulsória a que alude o art. 21 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Art. 31. O Poder Executivo expedirá o Regulamento desta Lei no prazo de sessenta dias a contar da data de sua promulgação.

Art. 32. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989, e as demais disposições em contrário.

Brasília, em 11 de maio de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

FERNANDO COLLOR DE MELLO

Zélia M. Cardoso de Mello

Antonio Magri

Margarida Proença



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE

Defiro a apensação do Projeto de Lei nº
4.586/94 ao Projeto de Lei nº 913/91.
Oficie-se ao Autor e, após, publique-se.
Em 01/07/94

ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS

Presidente

Ofício nº 248/94

Brasília, 15 de junho de 1994.

Senhor Presidente

Nos termos do art. 142, do Regimento Interno, requieiro a V.Exa. a apensação do Projeto de Lei nº 4.586/94 - do Sr. Paulo Paim - que "dispõe sobre os juros e a correção monetária incidentes sobre os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço", ao Projeto de Lei nº 913/91 - do Senado Federal (PLS nº 12/91) - que "altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências", por tratarem de matéria correlata.

Atenciosamente,

Deputado **PAULO ROCHA**
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA**
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
NESTA

JANUÁRIO

16.00097

GABINETE

IDENTE

SECRETARIA - GERAL DA MESA	
Recebido	
Órgão <i>Presidência</i>	n.º <i>1908</i>
Data: <i>10/06/97</i>	Hora: <i>13:00</i>
Ass.: <i>[assinatura]</i>	Ponto: <i>5541</i>

2521/89	2257/91	954/95	3151/97
4664/90 - termo CCJR e CTASP	2547/92	1175/95	3183/97
4952/90 - termo CCJR e CTASP	2607/92 - termo CTASP	1232/95	3211/97
5542/90 (1544/91) publicação B e termo CTASP (s/ apenso)	2713/92 - termo CTASP	1251/95	3218/97 - termo CTASP
5790/90 - termo CCJR e CTASP	2879/92 - termo CTASP	1362/95	3341/97
21/91 (162/91 - 350/91) - termo CCJR e CTASP	3006/92 - termo CTASP	1540/96	3348/97
43/91 - termo CCJR e CTASP	3113/92 - termo CTASP	1556/96	3464/97
146/91 - termo CCJR e CTASP	3246/92 - termo CTASP	1617/96	3545/97
340/91 - publicação C - termo CTASP	3670/93 - termo CTASP	1625/96	3582/97
360/91 - termo CCJR e CTASP	3921/93 - termo CTASP	1757/96	3583/97
417/91 (1156/91, 1402/91, 3227/92) - termo CCJR e CTASP	3944/93 - termo CTASP	1767/96	3634/97
461/91 - termo CCJR e CTASP	3976/93 - termo CTASP	2047/96	3822/97
718/91 - termo CCJR e CTASP	3982/93 - termo CTASP	2099/96	<p>PL 913/91</p> <p>APENSADOS</p> <p>(números em negrito - despacho inicial: apense-se ao PL 913/91)</p>
1040/91 - termo CCJR e CTASP	4037/93 - termo CTASP	2116/96	
1334/91	4068/93 - termo CTASP	2117/96	
1378/91 - termo CCJR e CTASP	4165/93 - termo CTASP	2131/96	
1409/91 - termo CTASP	4191/93	2176/96	
1559/91	4209/93	2198/96	
1633/91 (1662/91, 1678/91, 2202/91, 2729/92)	4586/94	2208/96	
1761/91	4628/94	2212/96	
1831/91	4659/94	2275/96	
1851/91	4805/94	2583/96	
1878/91	60/95	2888/97	
1929/91	249/95	2922/97	
1952/91 (2371/91)	271/95 (1264/95) - termo CTASP	2971/97	
2219/91	555/95	3145/97	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 3.921/97

Nos termos do art. 24, § 1º, combinado com o art. 166, e do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a reabertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 10/08/99, por cinco sessões. Esgotado o prazo, foi recebida 1 (uma) emenda ao Projeto.

Sala da Comissão, em 17 de agosto de 1999.

Sueli de Souza
Secretária substituta



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA Nº
CTASD 001/99

PROPOSIÇÃO

PL 3921 / 97

DEPOSITIVO:

☒ SUPRESSIVA☐ SUBSTITUTIVA☐ ADITIVA DE☐ ABOLITIVATIVA☐ MODIFICATIVA

CLASSIFICAÇÃO

COMISSÃO TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

AUTOR

DEPUTADO MARCIO FORTES

PARTIDO

PSDB

UF

RJ

PÁGINA

1 / 1

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o item II do parágrafo do art. 18 do Projeto de Lei da Câmara de nº 3.921, de 1997, de autoria do Deputado Paulo Paim, pelas razões apresentadas na justificativa a seguir.

Justificativa

A aposentadoria concedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, seja especial, por tempo de serviço ou proporcional, por ser prevista em Lei e ser um ato volitivo do próprio empregado, não pode originar nenhuma culpa às partes celebrantes do contrato de trabalho de forma a justificar indenizações por rescisão contratual, seja a favor do empregado, seja a favor do empregador.

Pela análise dos fatos que circunstanciam a aposentadoria, especial, integral ou proporcional, o espírito do legislador e a sábia jurisprudência assim o considera, conforme as lições exaradas em ementas resultantes dos julgamentos dos processos R.O. 6.913, pela Terceira Turma do Egrégio TRT da 3ª região, relatado pela Emin. Juíza Alice Monteiro de Barros, e o R.O. 0271, pela Quarta Turma do Egrégio TRT da 3ª região, relatado pelo Emin. Juiz Orestes Campos Gonçalves, "a aposentadoria espontânea e definitiva extingue o contrato de trabalho, e o tempo de serviço anterior não se soma ao do contrato de trabalho celebrado posteriormente com o mesmo empregador"

Assim, não há porque se penalizar uma das partes celebrantes de um Contrato de Trabalho nos casos de extinção decorrente de aposentadoria, dado que o pagamento de indenização através de parcela proporcional aos depósitos em conta vinculada do FGTS está previsto na Lei Maior (Constituição Federal) e em Leis Ordinárias como penalização ao empregador que promova demissões injustificadas. Ressaltamos que o caso é de simples extinção de um contrato.

A prevalecer orientação legal, conforme preceitua o Projeto de Lei, estará o legislador criando um ônus extra às empresas sem eleger fontes de custeio, o que inevitavelmente e a exemplo de outras aberrações de cunho populistas, somente encarecerá a produção, em prejuízo da formalidade do emprego e, por conseguinte, de toda sociedade.

INSTRUÇÕES NO VERSO

PARLAMENTAR

13 / 08 / 99

DATA

ASSINATURA



CÂMARA DOS DEPUTADO
COMISSÃO DE TRABALHO, I
50ª LEGISLATU

Defiro. Apense-se o PL nº 3.582/97 ao PL nº 913/91.
Oficie-se à Comissão requerente e, após, publique-se.

Em 13/11/97.


PRESIDENTE

Ofício nº 385/97

Brasília, 22 de setembro de 1997.

Senhor Presidente

Nos termos do art. 142 do Regimento Interno, requiero a V. Exa. a apensação do Projeto de Lei nº 3.582/97 - do Senado Federal (PLS nº 106/96) - que "altera a Lei nº 8.036, de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências" ao Projeto de Lei nº 913/91 - do Senado Federal (PLS nº 12/91) - que "altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências", por se tratar de matéria correlata.

Atenciosamente,



Deputado **OSVALDO BIOLCHI**
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MICHEL TEMER**
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
N E S T A

SECRETARIA	
Assessoria	
Presidência	3882/97
24/09/97	11:40
Ass:	

SGM/P nº 1103

Brasília, 13 de novembro de 1997.

Senhor Presidente

Em atenção ao Ofício nº 398/97, de 25 de setembro de 1997, contendo solicitação de apensação do Projeto de Lei nº 3.582/97, que altera a Lei nº 8.036, de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências, ao Projeto de Lei nº 913/91, que altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências, comunico a Vossa Excelência o deferimento do pedido, nos termos do art. 142 do Regimento Interno.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.


MICHEL TEMER
Presidente

A Sua Excelência o Senhor

Deputado **OSVALDO BIOLCHI**

Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

N E S T A



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE
50ª LEGISLATURA

Defiro. Apense-se o PL nº 3.583/97 ao PL nº 913/91.
Oficie-se à Comissão requerente e, após, publique-se.

Em 06/10/97.


PRESIDENTE

Ofício nº 398/97

Brasília, 25 de setembro de 1997.

Senhor Presidente

Nos termos do art. 142 do Regimento Interno, requiero a V. Exa. a apensação do Projeto de Lei nº 3.583/97 - do Senado Federal (PLS nº 126/95) - que "dispõe sobre a obrigatoriedade de aprovação, pelo Congresso Nacional, das decisões do Conselho Curador do FGTS" ao Projeto de Lei nº 913/91 - do Senado Federal (PLS nº 12/91) - que "altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências", por se tratar de matéria correlata.

Atenciosamente,

Deputado **OSVALDO BIOLCHI**

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MICHEL TEMER**
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
N E S T A

SECRET	
Recebido	
Origem	RES
Data:	05-09-97
Ass:	(S)
	n.º 3898/92
	Hora: 17:30
	Ponto: 1418

SGM/P nº 964

Brasília, 16 de outubro de 1997.

Senhor Presidente

Em atenção ao Ofício nº 398/97, de 25 de setembro de 1997, contendo solicitação de apensação do Projeto de Lei nº 3.583/97, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de aprovação, pelo Congresso Nacional, das decisões do Conselho Curador do FGTS ao Projeto de Lei nº 913/91, que altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências*, comunico a Vossa Excelência o deferimento do pedido, nos termos do art. 142 do Regimento Interno.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.


MICHEL TEMER
Presidente

A Sua Excelência o Senhor

Deputado **OSVALDO BIOLCHI**

Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

N E S T A



CÂMARA DOS DEPUTADOS


COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
50ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ofício nº 280/97

Brasília, 22 de julho de 1997.


Defiro a apensação do PL nº 3.211/97 ao PL nº 913/91 (RICD, art 142). Oficie-se à Comissão Requerente e, após, publique-se.
Em 05/08/1997.

Senhor Presidente


PRESIDENTE

Nos termos do Art. 142 do Regimento Interno, requiero a V. Exa. a apensação do Projeto de Lei nº 3.211/97 - do Senado Federal (PLS 35/95) - que "acrescenta o inciso XII e o § 6º ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que 'dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências', a fim de permitir a utilização do FGTS para a aquisição de terreno urbano ou rural destinado à construção da casa própria" ao Projeto de Lei nº 913/91 - do Senado Federal (PLS 12/91) - que "altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências", por se tratar de matéria correlata.

Atenciosamente,


Deputado **OSVALDO BIOLCHI**
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MICHEL TEMER**
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
N E S T A

SECRETARIA GERAL DA	
Linha	
Presidência	Nº 2879
23/07/97	Horas: 10:11
Samaha	Posto: 5594

SGM/P nº 738

Brasília, 05 de agosto de 1997.

Senhor Presidente

Em atenção ao Ofício nº 280/97, de 22 de julho de 1997, contendo solicitação de apensação do Projeto de Lei nº 3.211/97, que *acrescenta o inciso XII e o § 6º ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que 'dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências', a fim de permitir a utilização do FGTS para a aquisição de terreno urbano ou rural destinado à construção da casa própria ao Projeto de Lei nº 913/91, que altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências*, comunico a Vossa Excelência o deferimento do pedido, nos termos do art. 142 do Regimento Interno.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.


MICHEL TEMER
Presidente

A Sua Excelência o Senhor

Deputado **OSVALDO BIOLCHI**

Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

N E S T A



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, D
50ª LEGISLATUF

Defiro. Apense-se o PL nº 3.218/97 ao PL nº 913/91.
Oficie-se à Comissão requerente e, após, publique-se.

Em 06/10/97.


PRESIDENTE

Ofício nº 387/97

Brasília, 23 de setembro de 1997.

Senhor Presidente

Nos termos do art. 142 do Regimento Interno, requiero a V. Exa. a apensação do Projeto de Lei nº 3.218/97 - do Sr. João Faustino - que "altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para permitir ao trabalhador a utilização do FGTS na reconstrução ou reparo da casa própria em caso de calamidade pública" ao Projeto de Lei nº 913/91 - do Senado Federal (PLS nº 12/91) - que "altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências", por se tratar de matéria correlata.

Atenciosamente,



Deputado **OSVALDO BIOLCHI**

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MICHEL TEMER**
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
N E S T A

SECRETARIA		
Ass: Presidência	3881/97	e
Data: 24/09/97	11:40	

SGM/P nº 471

Brasília, 06 de outubro de 1997.

Senhor Presidente

Em atenção ao Ofício nº 398/97, de 25 de setembro de 1997, contendo solicitação de apensação do Projeto de Lei nº 3.218/97, que *altera a Lei nº 8.036, de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para permitir ao trabalhador a utilização do FGTS na reconstrução ou reparo da casa própria em caso de calamidade pública*, ao Projeto de Lei nº 913/91, que *altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências*, comunico a Vossa Excelência o deferimento do pedido, nos termos do art. 142 do Regimento Interno.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.


MICHEL TEMER
Presidente

A Sua Excelência o Senhor

Deputado **OSVALDO BIOLCHI**

Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

N E S T A



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE
50ª LEGISLATURA

Defiro. Apense-se o Projeto de Lei nº 3.151/97 ao Projeto de Lei nº 913/97. Oficie-se à Comissão requerente e, após, publique-se.

Em 02/07/97.


PRESIDENTE


Ofício nº 220/97

Brasília, 17 de junho de 1997.

Senhor Presidente

Nos termos do Art. 142 do Regimento Interno, requiero a V. Exa. a apensação do Projeto de Lei nº 3.151/97 - do Senado Federal (PLS 309/95) - que "altera o inciso II do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a fim de permitir ao empregado a movimentação de sua conta vinculada no FGTS, quando da declaração judicial da falência da empresa" ao Projeto de Lei nº 913/91 - do Senado Federal (PLS 12/91) - que "altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências", por se tratar de matéria correlata.

Atenciosamente,


Deputado **OSVALDO BIOLCHI**
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MICHEL TEMER**
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
N E S T A

SECRETARIA - GERAL DA M...	
Ass. Dico	
Origem: Presidência	n.º 2423/97
Data: 19/06/97	Hora: 11:30
Ass.: jul	Ponto: 5754

SGM/P nº 633 /97

Brasília, 02 de julho de 1997.

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 220/97, datado de 17 de junho de 1997, no qual Vossa Excelência solicita, com fulcro no art. 142 do Regimento Interno, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 3.151/97 - do Senado Federal que altera o inciso II do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a fim de permitir ao empregado a movimentação de sua conta vinculada no FGTS, quando da declaração judicial da falência da empresa e 913/91 - do Senado Federal que altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e dá outras providências, comunico-lhe que deferi o pleito nos termos regimentais.

Colho o ensejo para expressar a Vossa Excelência protestos de alta estima e distinta consideração.


MICHEL TEMER
Presidente

RECEBI O ORIGINAL	
Em, _____	às _____ hs
Folha: _____	
Ponto: _____	

A Sua Excelência o Senhor

Deputado **OSVALDO BIOLCHI**

Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

NESTA

AM 2423194

CÂMARA DOS DEPUTADOS
E R R A T A

(Republica-se em virtude de novo despacho do Sr. Presidente:)

ONDE SE LÊ:

PROJETO DE LEI Nº 913, DE 1991
(DO SENADO FEDERAL)
PLS Nº 12/91

Altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências

(AS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

LEIA-SE:

PROJETO DE LEI Nº 913, DE 1991
(DO SENADO FEDERAL)
PLS Nº 12/91

Altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências

(AS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)



913/91

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Of. nº 22/96

Brasília, 3 de setembro de 1996

Senhor Diretor,

Em razão da constituição e instalação dos trabalhos da Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer sobre o Projeto de Lei nº 4.425, de 1994, do Senado Federal, "que proíbe a exclusão de cobertura de despesas com tratamento de determinadas doenças em contratos que asseguram atendimento médico-hospitalar pelas empresas privadas de seguro saúde ou assemelhadas" e demais propostas em tramitação nesta Casa que versam sobre "Planos e Seguros de Saúde", conforme Ato do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados anexo, solicito de V. Sa. as providências necessárias para que sejam encaminhadas a esta Coordenação as vias de tramitação das seguintes proposições: PL 913/91 e apensados, PL 929/91, PL 4076/73 e apensados, PL 4214/93 e apensados, PL 4417/94, PL 4572/94, PR 67/95, PL 975/95, PL 944/95, PL 1289/95, PL 1292/95, PL 1390/95, PL 4425/94, PL 1405/96, PL 1930/96, PL 1975/96 e PL 2104/96.

Cumprе informar que os projetos relacionados acima, através de pesquisa realizada junto à Sinopse, podem não consistir na totalidade das proposições às quais a Comissão Especial deva se pronunciar.

Atenciosamente,

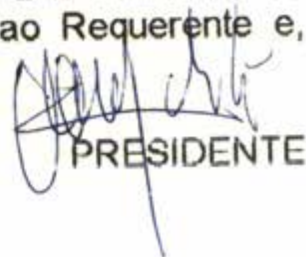

SILVIO AVELINO DA SILVA
Diretor

Ilmo. Sr.
CÍCERO RODRIGUES
Diretor da Coordenação de Comissões Permanentes



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Defiro. Desapense-se o PL nº 2.113/96 do
PL nº 913/91. Oficie-se ao Requerente e,
após, publique-se.
Em 25/07/96.


PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº , DE 1996

Senhor Presidente,

Foi apresentado pelo Deputado abaixo assinado, o projeto de lei nº 2113/96, que tem por objetivo permitir aos titulares do Fundo de Garantia, sacar seu crédito, para o fim de arcar com as mensalidades dos cursos de 2º grau e superior.

A Presidência houve por bem, apensar o referido projeto ao projeto de lei nº 913/91, oriundo do Senado e de autoria do então Senador Marco Maciel e que tem por objetivo estender direitos e Fundo de Garantia aos trabalhadores rurais e domésticos, em cujo projeto já existem apensados, nada menos do que 72 (setenta e duas) outras proposições.

Ao que consta, esse apensamento decorreu do entendimento de que "todos os projetos relacionados com o Fundo de Garantia" deveriam ter a apensação automática.

Acontece, Senhor Presidente, que o nosso regimento interno tem como norma geral a tramitação autônoma dos projetos de lei, abrindo apenas uma exceção, isto é, quando a proposição tem, no mérito e no seu objetivo, matérias idênticas ou conexas, vale dizer matérias iguais. (art. 139, do Regimento Interno)

Ora, basta a simples leitura do objetivo e do mérito dos projetos para se constatar, de plano, que são projetos totalmente distintos e autônomos.

Não há, na verdade, nenhuma identidade ou conexão entre ambos, pois o nosso visa amparar o estudante, autorizando utilizar seu patrimônio, que é o Fundo de Garantia, para garantir sua profissionalização ou estudo. Já o do Senado, visa ampliar direitos dos trabalhadores rurais e domésticos.

Daí a necessidade do desapensamento. Além disso, temos a aduzir ainda que o projeto do Senado, tem tramitação diversa, já que passou pelo Senado. Indaga-se: Como o nosso projeto poderia, apensado, chegar ao Senado ?

E mais, dois outros projetos, posteriores, ou sejam, os projetos números 2552/92 e 3943/93 tiveram tramitação independente e também previam saques do Fundo de Garantia (cópia anexas) e foram transformados em Lei.

Na realidade, a manutenção do apensamento, acarretaria, pura e simplesmente, o arquivamento do projeto, subtraindo da Casa, a oportunidade de sua apreciação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Finalmente, trata-se de projeto de grande alcance social e educacional, merecendo, pois, a apreciação do Congresso Nacional.

Isto posto, confiante no alto espírito de justiça que tem norteadado a atuação de Vossa Excelência, é que aguardo o deferimento da presente, a fim de ser desapensado o projeto de lei nº 2113/96 e possa ter tramitação independente.

Por ser justiça, aguardo deferimento.

Brasília, 23 de julho de 1996.


Deputado MAURÍCIO NAJAR

SGM/P nº 678

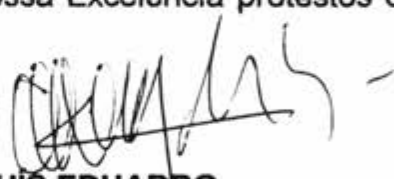
Brasília, 25 de julho

de 1996.

Senhor Deputado,

Em atenção ao Requerimento de sua autoria, datado de 23 de julho de 1996, contendo pedido de desapensação do **Projeto de Lei nº 2.113/96**, que altera o artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, facultando a utilização da conta vinculada para o pagamento de mensalidades escolares de segundo e terceiro graus do **Projeto de Lei nº 913/91**, comunico a Vossa Excelência o deferimento do pedido, nos termos regimentais.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.



LUÍS EDUARDO
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MAURÍCIO NAJAR**
Anexo IV, Gabinete 242
N E S T A



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Defiro. Apense-se o PL. nº 1.362/95 ao PL. nº 913/91. Oficie-se ao Requerente e, após, publique-se.

Em 28/03/96.


PRESIDENTE

Ofício nº 19/96

Brasília, 19 de março de 1996.

Senhor Presidente

Nos termos do Art. 142, do Regimento Interno, requiero a V.Exa. a apensação do Projeto de Lei nº 1.362/95 - do Sr. Luciano Pizzatto - dá nova redação ao parágrafo 3º do artigo 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências" ao Projeto de Lei nº 913/91 - do Senado Federal (PLS nº 12/91) - que "altera a Legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências", por tratarem de matéria correlata.

Atenciosamente,


Deputado **NELSON OTOCH**
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **LUÍS EDUARDO**
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
NESTA

SECRETARIA - GERAL DA MESA - CD	
Recebido	
Origem: <i>Presidência</i>	n.º <i>717</i>
data: <i>20/3/96</i>	Hora: <i>18:05</i>
Ass.: <i>Albino</i>	Ponto: <i>390²</i>

SGM/P nº 252

Brasília, 28 de março de 1996.

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 19/96, datado de 19 de março de 1996, dessa Comissão, a propósito do pedido de **apensação do Projeto de Lei nº 1.362/95**, que "dá nova redação ao parágrafo 3º do artigo 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências" **ao Projeto de Lei nº 913/91** - do Senado Federal (PLS nº 12/91) - que "altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências", comunico a Vossa Excelência o deferimento do pedido, nos termos regimentais.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.


LUÍS EDUARDO
Presidente

RECEBI O ORIGINAL	
em ____/____/____	às ____ hs.
Nº _____	

Rm 717

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **NELSON OTOCH**
Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
NESTA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Defiro. Apense-se ao PL. 913/91, o PL. 271/95 e seu apenso. Oficie-se ao Requerente e, após, publique-se.

Em 05/02/96


Presidente

REQUERIMENTO (Do Sr. Paulo Rocha)

Solicita a apensação, para tramitação conjunta, dos Projetos de Lei n°s 271/95 e 1.264/95 ao PL n° 913/91.

Senhor Presidente,

Estando em tramitação na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público os Projetos de Lei 271/95 e o 1.264/95 (apensado), que tratam de alterar a Lei 8.036(FGTS), requeiro a V.Exa, nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Interno, a apensação dos mesmos ao Projeto de Lei n° 913/91, do qual sou relator e ao qual já estão apensados inúmeros outros, sobre os quais oferecerei meu relato brevemente.

Sala das Sessões, em 23/02/96

Deputado Federal PAULO ROCHA
PT/PA

SGM/P nº 92/96

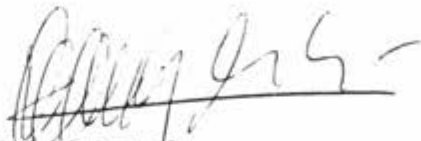
Brasília, 05 de fevereiro de 1996.

Senhor Deputado,

Em atenção a requerimento de sua autoria, em que Vossa Excelência solicita a apensação, para tramitação conjunta, do Projeto de Lei nº 271/95 e 1.264/95 (apensado), ao Projeto de Lei nº 913/91, informo que sobre o assunto exarei o seguinte despacho:

"Defiro. Apense-se ao PL. 913/91, o PL. 271/95 e seu apenso (1.264/95). Oficie-se ao Requerente e, após, publique-se".

Colho o ensejo para expressar a Vossa Excelência protestos de alta estima e distinta consideração.


LUÍS EDUARDO
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Deputado PAULO ROCHA
Gab. 483 - Anexo III
NESTA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em 03 / 07 / 95


Presidente

REQUERIMENTO
(Do Sr. Deputado Inácio Arruda)

Sr. Presidente

Requeiro, na forma regimental, a retirada do Projeto de Lei 618/95 de minha autoria, que acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036 de 11 de maio de 1990.

Na oportunidade, renovo protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, 20 de junho de 1995


DEPUTADO INÁCIO ARRUDA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Reveja o despacho apostado ao PL. 913/91, para incluir a Comissão de Finanças e Tributação. Oficie-se ao Requerente e, após, publique-se".

I.
Em 12 106 197


PRESIDENTE

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência o reexame do despacho inicial dado ao Projeto de Lei n.º 913, de 1991, de autoria do Senado Federal que, **"altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e dá outras providências"**, visando a inclusão da Comissão de Finanças e Tributação, tendo em vista que a matéria está afeta ao campo temático desta Comissão.

Informo a Vossa Excelência que diversos Projetos que versam sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, foram distribuídos à Comissão de Finanças e Tributação. A Mesa ao deferir ofício S/N da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, solicitando a apensação ao PL 913/91, de todos os projetos referentes a FGTS, suprimiu o direito da Comissão de Finanças e Tributação de analisar a matéria, razão pela qual nos leva a reclamar tal providência.

Sala das Sessões, 05 de junho de 1997


Deputado ARNALDO MADEIRA - PSDB/SP

SECRETARIA - GERAL DA ML	
Folha: 0000	
Orgão: <u>Gov. dup</u>	n.º <u>2174/97</u>
Data: <u>05/06/97</u>	Hora: <u>11:25:00</u>
Ass.: <u>duf</u>	Ponto: <u>5754</u>

SGM/P nº 530 /97

Brasília, 12 de junho de 1997.

Senhor Deputado,

A propósito do Requerimento de Vossa Excelência, em que requer o reexame do despacho inicial dado ao Projeto de Lei nº 913, de 1991, visando a inclusão da Comissão de Finanças e Tributação, informo-lhe que exarei o seguinte despacho:

"Revejo o despacho apostado ao PL. 913/91, para incluir a Comissão de Finanças e Tributação. Oficie-se ao Requerente e, após, publique-se."

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e distinta consideração.


MICHEL TEMER
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **ARNALDO MADEIRA**
Gabinete 473 - Anexo III
NESTA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
50ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA


Ofício nº 235/97

Brasília, 19 de junho de 1997.

Defiro. Apense-se o PL nº 3.183/97 ao PL nº 913/91.
Oficie-se à Comissão Requerente e, após, publique-se.

Em 02/07/97

Senhor President


PRESIDENTE

Nos termos do Art. 142 do Regimento Interno, requiero a V. Exa. a apensação do Projeto de Lei nº 3.183/97 - do Sr. Raimundo Colombo - que "dispõe sobre a utilização de recursos da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para pagamento de matrícula e mensalidades escolares no ensino superior" ao Projeto de Lei nº 913/91 - do Senado Federal (PLS nº 12/91) - que "altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências", por se tratar de matéria correlata.

Atenciosamente,


Deputado **OSVALDO BIOLCHI**
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MICHEL TEMER**
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
N E S T A

Presidência
25/06/97

2490

16.37

DD

5010

SGM/P nº 630

Brasília, 02 de julho de 1997.

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 235/97, datado de 19 de junho deste ano, no sentido da apensação do **Projeto de Lei nº 3.183/97**, de autoria do Sr. Raimundo Colombo, que dispõe sobre a utilização de recursos da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para pagamento de matrícula e mensalidades escolares no ensino superior ao **Projeto de Lei nº 913/91** - do Senado Federal (PLS nº 12/91), que altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências, para comunicar-lhe o deferimento do pedido nos termos regimentais.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.


MICHEL TEMER
PRESIDENTE

RECEBI O ORIGINAL		
Em, _____	às _____	hs. _____
Nome: _____		
Ponto: _____		

A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI
Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
N E S T A

RM 2490/97

DESARQUIVADO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. JOSÉ EGREJA)



ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º _____

Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do Trabalhador Rural-FGTS/TR.

REDISTRIBUÍDO nos termos
DA RESOLUÇÃO Nº 10/89 às COMS: TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE
REDAÇÃO (ART. 54).

DESPACHO:..

AO ARQUIVO _____ em _____ de 19 _____

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19 _____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19 _____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19 _____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19 _____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19 _____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19 _____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19 _____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19 _____
O Presidente da Comissão de _____

PROJETO N.º 2521 DE 1989

SINOPSE

Projeto n.º _____ de _____ de 19____

Ementa: _____

Autor: _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa ao Senado _____

Emendas do Senado aprovadas em _____ de _____ de 19____

Sancionado em _____ de _____ de 19____

Promulgado em _____ de _____ de 19____

Vetado em _____ de _____ de 19____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19____

CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº 2.521, DE 1989

(DO SR. JOSÉ EGREJA)

Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do Trabalhador Rural - FGTS-TR.

(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO; DE TRABALHO; E DE FINANÇAS)



CÂMARA DO

As Comissões :

1. Constituição e Justiça e Redação

2. Trabalho

3. Finanças

Em 02 / 06 / 89.

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 2521 de 1989

(Do Deputado JOSÉ EGREJA)

Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do Trabalhador Rural - (FGTS-TR).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O disposto nesta lei aplica-se aos empregados e aos respectivos empregadores, inclusive entidades de direito público, que exercerem atividades rurais.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta lei, considera-se atividade rural:

I - a agricultura;

II - a pecuária e a exploração animal;

III - o extrativismo e a exploração vegetal.

Art. 2º O disposto nesta lei não se aplica às relações de trabalho eventual, assim entendido aquele prestado por pessoa física, sem caráter de permanência ou continuidade, para atender situações de emergência estranhas aos objetivos da atividade rural e para destinatários diversos, tornando impossível a fixação jurídica do trabalhador em relação ao empregador.

DOS DEPÓSITOS DE GARANTIA

Art. 3º Para os fins previstos nesta lei, todos os empregadores rurais ficam obrigados a depositar, até o dia



30 (trinta) de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração paga, no mês anterior, a cada empregado.

§ 1º É facultado ao empregador que possuir menos de 10 (dez) empregados, o depósito trimestral. O depósito dos últimos dois meses será recolhido sem multa, corrigidos, porém, nos termos do disposto no art. 4º, § 1º.

§ 2º O depósito, de que trata este artigo, é, também, exigível nos casos previstos em lei que interrompem o contrato de trabalho.

Art. 4º Os depósitos efetuados nos termos do artigo anterior, são sujeitos à atualização monetária e capitalizarão juros de 3% (três por cento) ao ano.

§ 1º A atualização monetária, de que trata o caput, dar-se-á pelos mesmos índices de atualização dos depósitos de poupança.

§ 2º A atualização monetária e a capitalização dos juros correrão à conta do FGTS-TR.

Art. 5º A conta vinculada, de que trata o art. 3º, será aberta em nome do empregado, a pedido do empregador, em estabelecimento bancário de sua escolha, dentre os para tanto credenciados pelo Banco Central do Brasil e admitidos à rede arrecadadora, mediante convênio com a Caixa Econômica Federal.

§ 1º Os depósitos serão efetuados em estabelecimento bancário que possua agência na localidade onde estiver trabalhando o empregado.

§ 2º Não havendo agência bancária na localidade a que alude o § 1º, o depósito será efetuado em estabelecimen-



to bancário que possua agência situada na localidade de mais fácil acesso.

Art. 6º Verificando-se mudança de empregador, a conta vinculada será transferida para estabelecimento bancário de escolha do novo empregador, obedecido o disposto no art. 4º.

Art. 7º O montante das contas vinculadas é garantido pelo Governo Federal, podendo o Banco Central do Brasil instituir, para esse fim, seguro especial.

DAS RETIRADAS DAS CONTAS VINCULADAS

Art. 8º Ocorrendo rescisão de contrato de trabalho, por parte do empregador, sem justa causa, ou, nas hipóteses de utilização da conta vinculada a que se refere os itens II e III do art. 10, ficará o empregador obrigado a pagar diretamente ao empregado os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão, ao imediatamente anterior e caso venha se utilizando da facilidade, objeto do parágrafo 1º art. 3º, de todos os meses que ainda não houver sido recolhido ao Banco Depositário.

§ 1º No caso da rescisão sem justa causa o empregador pagará ainda a importância igual a 40% (quarenta por cento) desses valores e do montante dos depósitos, da correção monetária, e dos juros capitalizados na conta vinculada, correspondente ao período de trabalho na empresa, sob o regime desta lei.

§ 2º Quando ocorrer despedidas por culpa recíproca ou força maior, reconhecidas pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata o parágrafo 1º será de 20% (vinte por cento), obrigado o empregador aos demais pagamentos previstos nesta lei.



§ 3º As importâncias de que trata este artigo deverão constar do recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho.

Art. 9º Ocorrendo rescisão de contrato de trabalho por justa causa, o empregado fará jus ao valor dos depósitos feitos em seu nome mas perderá, a favor do FGTS-TR, a parcela correspondente à correção e aos juros capitalizados durante o tempo de serviço prestado ao empregador de que for dispensado.

Art. 10 Poderá o empregado utilizar sua conta vinculada, observando o descrito neste artigo:

I - Nos casos de despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovados com o pagamento dos valores de que tratam o Artigo 8º, ou com sentença irrecorrível da Justiça do Trabalho.

II - No caso de término de contrato por prazo de terminado, comprovado pelas anotações da carteira de Trabalho, supridas pela exibição do contrato escrito e declaração do seu cumprimento.

III - Nos casos de aposentadoria, nos termos da lei.

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, será admitida a livre utilização apenas da conta correspondente ao período em que o empregado trabalhou com o empregador em que se tiver verificado o evento, e o restante ficará sujeito às restrições contidas no artigo 11.

Art. 11 Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, pelo empregado sem justa causa ou pelo empregador com justa causa, a conta vinculada, observado, na segunda hipóte-



se, o disposto no art. 9º, poderá ser utilizada, parcial ou totalmente:

I - Para atender a necessidade grave e premente, pessoal ou familiar.

II - Na ocorrência de casamento.

III - Para aquisição de propriedade rural.

IV - Para aquisição de moradia própria.

V - Para aquisição de equipamento destinado a atividade de produtor rural.

VI - Para aplicação de capital em atividade comercial, industrial ou agropecuária, em que o titular de conta se haja estabelecido individualmente ou em sociedade.

VII - Para aquisição de equipamento destinado a atividade de natureza autônoma.

§ 1º Nas hipóteses dos itens V, VI, VII previsto nesta artigo deverá ser feito a prova do efetivo desligamento.

§ 2º Nas hipóteses dos itens II, III, IV e de doença de que trata o item I a utilização da conta, pelo empregado, poderá ocorrer também na vigência do contrato de trabalho.

Art. 12 A utilização da conta vinculada, por menor de 18 (dezoito) anos dependerá da assistência de seu representante legal.



Art. 13 Os direitos e obrigações do empregado e empregador referentes ao tempo de serviço anterior a 5 de outubro de 1988 permanecem os mesmos.

§ 1º Por livre acordo entre as partes, o empregado receberá diretamente do empregador a importância que convencionar como indenização pelo tempo de serviço anterior a 5 de outubro de 1988.

§ 2º Os depósitos a que se refere esta lei são devidos para toda remuneração posterior a 5 de outubro de 1988.

DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO DO TRABALHADOR RURAL

Art. 14 Fica criado o "Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do Trabalhador Rural" (FGTS-TR), constituído pelo conjunto dos valores das contas vinculadas a que se refere o art. 3º e pelo de conta geral que tem como titular a CEF, destinada ao depósito das diferenças entre o montante do FGTS-TR e o valor correspondente à soma dos valores das contas vinculadas.

Art. 15 A gestão do FGTS-TR caberá a CEF e far-se-á segundo o planejamento elaborado e normas gerais expedidas pelo seu Conselho Curador.

Art. 16. O Conselho Curador do FGTS-TR terá a seguinte constituição:

I - O Presidente da CEF que o presidirá.

II - Um representante do Ministério do Trabalho.

III - Um representante do Ministério da Agricultura.

IV - Três representantes dos empregadores rurais.



V - Três representantes dos empregados rurais.

Art. 17 Os membros representantes do Conselho Curador do FGTS-TR perceberão, por sessão a que comparecerem, até o máximo de 4 (quatro) por mês, gratificação equivalente a 1 (um) MVR (Maior Valor de Referência).

Art. 18 Ao Conselho Curador compete:

I - Decidir, mediante proposta da CEF, sobre:

a) o programa de aplicação dos recursos do FGTS-TR, considerada, globalmente, a parcela destinada a CEF;

b) Orçamento-programa do FGTS-TR;

c) os atos normativos que se refiram à gestão e à aplicação dos recursos do FGTS-TR.

II - Apreciar as contas relativas à gestão do FGTS-TR.

III - Dirimir dúvidas quanto à aplicação deste Regulamento, nas matérias de sua competência.

Art. 19 À CEF, como órgão gestor do FGTS-TR, compete:

I - Praticar todos os atos necessários à eficiente gestão do FGTS-TR, de acordo com os planos e as normas gerais aprovadas pelo Conselho Curador.

II - Submeter ao Conselho Curador, devidamente fundamentadas, as propostas relacionadas com as matérias enumeradas nos incisos I e III do art. 18.



IV - Proporcionar ao Conselho Curador os meios de secretariado e assessoria necessários ao exercício de suas atribuições.

Art. 20 As despesas decorrentes da gestão do FGTS-TR pela CEF serão custeadas com os diferenciais de juros obtidos nas operações de aplicações dos recursos, em relação aos custos de capitalização do Fundo.

Art. 21 O Conselho Curador do FGTS-TR determinará as exigências para o credenciamento dos Agentes Financeiros, dependendo de prévia autorização do Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. Será dada prioridade ao Sistema de Crédito Rural Cooperativista.

Art. 22 As aplicações de recursos do FGTS-TR se
rão feitas pela CEF diretamente ou através de Agentes Financeiri
ros em operações que preencham os seguintes requisitos:

I - garantia real;

II - atualização monetária nos termos do art. 4º;

III - rentabilidade superior à remuneração dos depósitos.

§ 1º As aplicações dos recursos do FGTS-TR serão restritas às operações realizadas diretamente com trabalhadores rurais, nas seguintes áreas:

I - crédito fundiário;

II - moradia própria.

00-111



9
COMISSÃO DE FINANÇAS
e
CREDITO

§ 2º Nas operações de crédito fundiário, os juros não excederão a 6% (seis por cento) ao ano.

§ 3º O programa de aplicações dos recursos será feito com base em orçamento trimestral, semestral ou anual.

§ 4º Atendidas as áreas, de que dispõe o § 1º, os excedentes em relação à previsão orçamentária, constantes do programa de aplicação, serão empregados na aquisição de Letras Financeiras do Tesouro.

§ 5º Para efeito deste artigo, entende-se como trabalhador rural aquele que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha pelo menos 80% (oitenta por cento) do tempo de trabalho na atividade rural como empregado ou pequeno produtor rural, inclusive como arrendatário ou parceiro.

Art. 23 As operações referentes ao financiamento da aquisição de moradia própria e de propriedade rural objeto do art. 24 deverão além de atender às condições usuais de segurança bancária satisfazer aos seguintes requisitos:

I - Somente uma operação poderá ser realizada por vez com cada trabalhador rural;

II - A área da propriedade rural adquirida não poderá exceder a 10 (dez) módulos fiscais;

III - As operações de aquisição de moradia própria deverão levar em conta as particularidades do meio rural.

Art. 24 A CEF restituirá ao FGTS-TR, acrescidos dos juros e da atualização monetária, os recursos postos à sua disposição sob forma de depósitos ou de empréstimos.



Art. 25 Competirá ao Ministério do Trabalho, por seus órgãos próprios, a verificação junto às empresas, do cumprimento desta lei, procedendo, em nome da CEF, ao levantamento dos débitos proventura existentes e às respectivas cobranças administrativa e judicial, esta na Justiça do Trabalho, podendo participar do feito, na qualidade de litisconsorte, o empregado interessado.

Art. 26 O empregador que não realizar os depósitos dentro do prazo legal, ficará sujeito à correção de acordo com as instruções e coeficientes expedidos, e responderá pela capitalização de juros e multa a ser determinada pelo Conselho Curador.

Art. 27 A partir da vigência desta lei, os empregadores rurais terão 30 (trinta) dias para a efetivação dos depósitos nas respectivas contas vinculadas dos empregados, livre de multas, porém corrigidos com os mesmos índices que receberiam caso houvessem sido depositados desde 30 de novembro de 1988.

Art. 28 O Poder Executivo expedirá o Regulamento desta lei no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 29 Esta lei entra em vigor no primeiro dia útil do mês subsequente ao da publicação de seu Regulamento.

Art. 30 Revogam-se as disposições em contrário.

John



JUSTIFICAÇÃO

O instituto da estabilidade no emprego sempre foi tido como uma grande conquista da classe trabalhadora. A segurança sempre foi uma forte razão para se gostar do emprego. É uma instituição que se coaduna com a própria condição da natureza humana.

A estabilidade dá ao empregado uma tranquilidade que lhe permite desempenhar com mais eficiência a sua tarefa. A produtividade no trabalho esteve sempre vinculada à segurança do trabalhador no emprego.

O instituto da estabilidade terminaria por transformar o trabalhador, depois de certo tempo, no proprietário do seu emprego, só podendo ser dispensado por comportamento efetivamente inadequado. O tempo de serviço passou a ser até uma expectativa de patrimônio por parte do empregado.

Até a promulgação da Lei nº 4.682, de 24 de fevereiro de 1923 - denominada Lei Chaves - apenas os funcionários públicos possuíam garantia pelo tempo de serviço prestado a um empregador.

Abriu-se, assim, a perspectiva de considerar o tempo de serviço como um ganho do trabalhador, o que acabou sendo um preceito constitucional em 1946:

"Art. 157. A legislação do trabalho e da previdência social obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem a melhoria da condição dos trabalhadores:

.....

XII - estabilidade na empresa ou na exploração rural, e indenização ao trabalhador despedido, nos casos e nas condições que a lei estatuir."

.....



A CLT passou a garantir a estabilidade ao trabalhador após 10 anos de serviço na mesma empresa. O empregado só poderá ser dispensado por falta grave de sua parte. Considerado culpado, o empregado não teria direito a indenização financeira alguma pelo tempo de serviço prestado à empresa.

A estabilidade, assim estruturada, era passível de distorções gritantes, entre as quais destacamos a do período crítico para a aquisição da estabilidade: o empregado ao completar nove anos de casa, normalmente era forçado pela empresa a abandonar o emprego. Essa prática foi tão disseminada que a jurisprudência passou a considerar os empregados com 9 anos de serviço como "virtualmente estáveis". Imediatamente, o período crítico passou a ser 8 anos de serviço.

A garantia legal/constitucional não estava encontrando respaldo no dia-a-dia das relações de trabalho. Subterfúgios eram encontrados para burlar a lei. Alegando que a estabilidade é fator de indisciplina, baixo desempenho, baixa produtividade da mão-de-obra, o empregador sempre terminava por encontrar um pretexto para não permitir a aquisição da estabilidade plena por parte do empregado.

Ao longo do tempo, passou-se a perceber um certo envelhecimento do instituto da estabilidade, nos termos da legislação do trabalho: aumento do índice de despedidas precoces, diminuição da prática da negociação da estabilidade, através de propostas de indenizações.

As pressões aumentaram no sentido da reformulação das normas legais que regiam o instituto da estabilidade. E o pensamento do Governo, à época, foi retratado nas palavras do Presidente Castelo Branco:

"Burlado pelos patrões e deformado pela escassa minoria dos trabalhadores que o alcançam, o instituto da estabilidade tornou-se um verdadeiro instituto da inquietação. A situação atual estimula o empregador a usar artifícios e



a buscar, de qualquer modo, a dispensa por justa causa, a fim de se livrar do ônus latente, ou então, a evitar o empregado que atinja 10 anos, indenizando-o antes de completar esse tempo, pelo receio da indisciplina e descaso pela produtividade do trabalhador que atinge a estabilidade."

(Discurso proferido em fevereiro de 1966).

A legislação que regia o instituto da estabilidade de finalmente é modificada, surgindo o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS, criado pela Lei nº 5.107, de 13.09.66 (alterado no dia seguinte pelo Decreto-lei nº 20).

É pertinente lembrar que as transformações não se deram sem reações. A prova disso é que no Congresso a polêmica se instalou em face do contexto político vigente e a aprovação da Lei nº 5.107, de 13.09.66, se deu por decurso de prazo.

Para os defensores do FGTS, o tempo de serviço era agora efetivamente uma garantia do trabalhador. A estabilidade era agora assegurada através da instituição de um fundo pecuniário de propriedade do empregado. O tempo de permanência no emprego se transformou num patrimônio que cresce juntamente com o tempo de serviço. A diferença maior é que a estabilidade no regime anterior era garantida pelo trabalho prestado sempre a um mesmo empregador, enquanto que o fundo pecuniário (FGTS) garante o tempo de serviço prestado a qualquer empregador.

Surge, então, outra polêmica: o FGTS pode ser extensivo ao trabalhador rural? A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) oficiou posição contrária, em documento datado de 26 de dezembro de 1984.

Antes havia impedimento legal à aplicação da legislação do FGTS ao trabalhador rural. Hoje, é uma garantia constitucional:



"Art. 7º

.....
III - fundo de garantia do tempo
de serviço.
.....

No nosso entender, a extensão do FGTS ao trabalhador rural é salutar em face das peculiaridades do trabalho rural. Na agricultura, o próprio ciclo biológico da cultura e da criação animal impõe descontinuidade no processo de trabalho. A garantia da estabilidade, nos moldes praticados antes da Lei nº 5.107, de 13.09.66, era praticamente impossível.

O trabalho temporário, nas suas diversas formas, é, hoje, uma realidade incontestável e irreversível, pelo menos no estágio atual do processo de produção. Importa, então, aperfeiçoar a legislação no sentido de ampliar o leque de conquistas sociais do trabalhador rural. A extensão do FGTS é uma dessas medidas.

Diante dessa realidade, estamos propondo à consideração do Congresso Nacional o presente Projeto de Lei que "cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do Trabalhador Rural - FGTS-TR".

Em termos gerais, a proposta é uma adaptação do sistema já adotado para o trabalhador urbano.

No caso do FGTS-TR, a conta vinculada poderá ser utilizada, entre outros fins, para a aquisição de propriedade rural de área não superior a 10 módulos fiscais.


Por dificuldades operacionais, decidimos pela não inclusão no sistema do FGTS-TR o trabalhador eventual, entendido como aquele que presta serviço sem caráter de permanência ou continuidade, para atender situações de emergência es-



tranhas aos objetivos da atividade agropecuária e para destina-
tários diversos, tornando impossível a fixação jurídica do tra-
balhador em relação ao empregador.

Dada a relevância da Proposta, esperamos contar
com o apoio dos Parlamentares na sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 1989.


Deputado JOSÉ EGREJA



CÂMARA DOS DEPUTADOS



LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI N.º 5.107 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1966 (1)

CRIA O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO E DA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO-LEI Nº 20 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1966

*Introduz modificações na Lei nº 5.107, de 13
de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia
do Tempo de Serviço, e dá outras providências.*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº 2.521, de 1989

"Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do Trabalhador Rural--FGTS/TR."

AUTOR : Deputado José Egreja

RELATOR : Deputado Horácio Ferraz

I - RELATÓRIO

De acordo com o previsto no art. 7º, inciso III, da Constituição Federal, o nobre Deputado José Egreja submete à consideração desta Casa o projeto de lei em exame, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do Trabalhador Rural.

Esclarece S.Exa., justificando a medida, que se trata de uma adaptação para o campo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para o empregado urbano.

Em longa exposição, discorre sobre as vantagens da adoção do sistema e lembra a polêmica ocorrida por ocasião da apreciação da citada Lei nº 5.107/66, que acabou sendo aprovada por decurso de prazo.

A medida legislativa em apreço está distribuída a esta Comissão e às de Trabalho e Finanças.

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

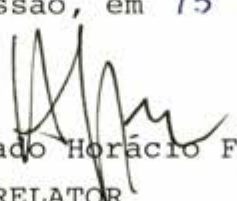
Analisando o projeto, verificamos que, com efeito, acham-se obedecidas as normas constitucionais relativas à competência legislativa da União (art. 22), à elaboração legislativa (art. 59, inciso III), à legitimidade da iniciativa (art. 61, caput) bem como às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, caput).

Todavia, temos uma restrição a fazer no que se refere ao § 2º do art. 13, que determina que os depósitos serão devidos a partir de outubro de 1988, quando o próprio projeto só foi apresentado este ano.

Não se pode esquecer que a obrigação legal se dá a partir do momento da publicação da lei. Por essa razão, apresentamos duas emendas, que visam a adequar o texto aos princípios de nosso Direito.

Em face do exposto, votamos favoravelmente à aprovação do projeto, por constitucional, jurídico e em boa técnica legislativa, nos termos das emendas anexas.

Sala da Comissão, em 15 de setembro de 1989.


Deputado Horácio Ferraz
RELATOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº 2.521, de 1989

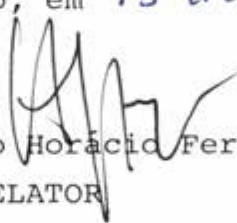
"Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do Trabalhador Rural--FGTS/TR"

EMENDA Nº 1

Dê-se, ao § 1º do art. 13, a seguinte redação :

"Por livre acordo entre as partes, o empregado receberá diretamente do empregador a importância que convencionar como indenização pelo tempo de serviço anterior à vigência desta lei."

Sala da Comissão, em 15 de setembro de 1989.


Deputado Horácio Ferraz

RELATOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO




PROJETO DE LEI Nº 2.521, de 1989

"Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do Trabalhador Rural -- FGTS/TR"

EMENDA Nº 2

Suprima-se o § 2º do art. 13.

Sala da Comissão, em 15 de setembro de 1989.


Deputado Horácio Ferraz

RELATOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS

[Assinatura]
Presidente



RECURSO Nº de 1989
(Do Deputado JOSÉ EGREJA)

Contra declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2.521, de 1989.

Sr. Presidente:

Nos termos do art. 164, § 2º do Regimento Interno, recorro ao Plenário da Câmara dos Deputados contra DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE do Projeto de Lei nº 2.521, de 1989, que "cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do Trabalhador Rural (FGTS-TR), conforme despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, em 26 de outubro de 1989.

A declaração de prejudicialidade se deu nos termos do art. 163 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em função da aprovação da Lei nº 7.839, de 12.10.89, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências".

O recurso fundamenta-se nas seguintes razões:

1. A Lei nº 7.839, de 12.10.89, ao alterar dispositivos da Lei nº 5.107, de 13.09.66, dispôs especificamente sobre as seguintes matérias:

- a) gestão dos recursos do FGTS;
- b) organização, composição, competência e funcionamento do Conselho Curador do FGTS;
- c) centralização do cadastro e movimentação de contas vinculadas;



d) prazo de recolhimento dos depósitos do FGTS pela rede bancária à CEF;

e) sistemática da correção monetária dos depósitos do FGTS;

f) opção com efeito retroativo;

g) sistemática de prestação de informação mensal pelo empregador aos trabalhadores sobre os valores recolhidos ao FGTS;

h) depósitos em conta vinculada na ocorrência de rescisão ou extinção do contrato;

i) utilização do saldo da conta vinculada para pagamento de parte das prestações ou liquidação do saldo devedor de financiamento imobiliário;

j) sanções aplicáveis ao empregador pelo não recolhimento dos depósitos nos prazos previstos em lei;

l) "certificado de regularização do FGTS".

2. Por outro lado, o Projeto de Lei nº 2.521, de 1989, pretende disciplinar, especificamente, a aplicação do FGTS ao trabalhador rural. A legislação anterior (Lei nº 5.107, de 13.09.66) e a legislação vigente (Lei nº 7.839, de 12.10.89) preocuparam-se, tão-somente, com as relações de trabalho no meio urbano. Não levaram em consideração as especificidades do trabalho rural.

Preocupado com a adaptação da legislação à realidade do meio rural, a fim de tornar viável a sua implementação, o Projeto de Lei nº 2.521, de 1989, contempla vários aspectos que não foram objeto de apreciação pela Lei nº 7.839, de 12.10.89:

a) a definição do que seja atividade rural;



b) a definição do que seja trabalhador rural;

c) a definição do que seja trabalho eventual, a fim de se estabelecer, com precisão, quais os beneficiários do FGTS-TR;

d) e, o que é mais importante, em relação à utilização dos recursos da conta vinculada, o Projeto abriu perspectivas no sentido de atender à demanda principal do trabalhador rural que é a garantia do acesso à propriedade da terra. Neste sentido, o Projeto propõe que o FGTS possa ser utilizado, entre outras finalidades:

- para aquisição de propriedade rural que não exceda em sua área a 10 (dez) módulos fiscais;

- para aquisição de equipamento destinado à atividade de produtor rural.

Estabelece, ainda, o Projeto, em atendimento às necessidades reais do trabalhador rural, que as aplicações dos recursos do FGTS serão restritas às operações realizadas, diretamente, com os trabalhadores rurais, nas seguintes áreas:

- crédito fundiário;

- moradia própria, levando-se em consideração as particularidades do meio rural.

No nosso entender, o Projeto de Lei nº 2.521, de 1989, difere, no seu objetivo básico, frontalmente, do conteúdo da Lei nº 7.839, de 1989, não cabendo, portanto, a DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE daquele Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em _____ de _____

de 1989.

Jose Egreja
Deputado JOSÉ EGREJA

Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural



CÂMARA DOS DEPUTADOS

LEI Nº 7.839, de 12.10.89.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 26/89.

AUTOR: DEPUTADO ANTONIO BRITTO.

SANCIONADA em 12.10.89.

PUBLICADA no DO de 13.10.89, pág. 18464, col. 01.

REPUBLICADA no DO de 18.10.89, pág.18721, col. 01.

ANEXAR AO
"RECURSO".

LEI Nº 7.839, de 12 de outubro de 1989.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, instituído pela Lei 5.107, de 13 de setembro de 1966, passa a reger-se por esta Lei.

Art. 2º - O FGTS é constituído pelos saldos das contas vinculadas a que se refere esta Lei e outros recursos a ele incorporados, devendo ser aplicados com a atualização monetária e juros, de modo a assegurar a cobertura de suas obrigações.

§ 1º - Constituem recursos incorporados ao FGTS, nos termos do "caput" deste artigo:

a) eventuais saldos apurados nos termos do art. 10, § 4º;

b) dotações orçamentárias específicas.

§ 2º - As contas vinculadas em nome dos trabalhadores são absolutamente impenhoráveis.

Art. 3º - A gestão do FGTS será efetuada pela Caixa Econômica Federal - CEF, segundo normas gerais e planejamento elaborados por um Conselho Curador, integrado por 3 representantes da categoria dos trabalhadores e 3 representantes da categoria dos empregadores, além de um representante de cada uma das seguintes entidades: Ministério da Fazenda, Ministério do Interior, Ministério do Trabalho, Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, Caixa Econômica Federal e Banco Central do Brasil.

§ 1º - A Presidência do Conselho Curador será exercida pelo representante do Ministério do Trabalho.

§ 2º - Os órgãos oficiais far-se-ão representar, no caso dos ministérios, pelos Ministros de Estado e, no caso dos demais órgãos, por seus Presidentes, na qualidade de membros titulares, cabendo-lhes indicar seus suplentes ao Presidente do Conselho Curador, que os nomeará.

§ 3º - Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores e seus respectivos suplentes serão indicados pelas respectivas centrais sindicais e confederações nacionais e nomeados pelo Ministro do Trabalho, e terão mandato de 2 anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 4º - O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente, a cada bimestre, por convocação de seu presidente. Esgotado esse período, não tendo ocorrido convocação, qualquer de seus membros poderá fazê-la, no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo necessidade, qualquer membro poderá convocar reunião extraordinária, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 5º - As decisões do Conselho serão tomadas com a presença, no mínimo, de sete de seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade.

§ 6º - As despesas porventura exigidas para o comparecimento às reuniões do Conselho constituirão ônus das respectivas entidades representadas.

§ 7º - O Conselho Curador do FGTS será instalado no prazo de 30 (trinta) dias após a promulgação desta Lei.

Continua..

§ 8º - Até que se instale o Conselho Curador do FGTS, competirá, provisoriamente, ao Conselho Monetário Nacional fixar os valores de remuneração do Gestor e dos Agentes Financeiros.

§ 9º - Competirá ao Ministério do Trabalho proporcionar ao Conselho Curador os meios necessários ao exercício de sua competência.

Art. 4º - Ao Conselho Curador do FGTS compete:

I - estabelecer as diretrizes e os programas de alocação de todos os recursos do FGTS, segundo critérios definidos nesta Lei e em consonância com a política de desenvolvimento urbano;

II - acompanhar e avaliar a gestão econômica, financeira e social dos recursos e o desempenho dos programas realizados;

III - apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do FGTS;

IV - pronunciar-se sobre as contas relativas à gestão do FGTS, antes do seu encaminhamento aos órgãos de controle interno para os fins legais;

V - adotar as providências cabíveis para correção de fatos e atos do Gestor que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades no que concerne aos recursos do FGTS;

VI - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao FGTS, nas matérias de sua competência;

VII - aprovar seu regimento interno;

VIII - fixar as normas e valores de remuneração do Gestor e dos Agentes Financeiros;

IX - fixar critérios para parcelamento de recolhimentos em atraso;

X - fixar percentual remuneratório para o exercício da fiscalização;

XI - divulgar, no Diário Oficial da União, todas as decisões proferidas pelo Conselho, bem como as contas do FGTS e os respectivos pareceres emitidos.

Art. 5º - Ao Gestor do FGTS compete:

I - praticar todos os atos necessários à gestão do Fundo, de acordo com as diretrizes e programas estabelecidos pelo Conselho Curador;

II - expedir atos normativos relativos à gestão e à alocação dos recursos do FGTS, após aprovação do Conselho Curador;

III - elaborar programas anuais e plurianuais de aplicação dos recursos, submetendo-os até 31 de julho do ano anterior ao Conselho Curador do Fundo;

IV - submeter à apreciação do Conselho Curador as contas relativas à gestão do Fundo;

V - emitir Certificado de Regularidade do FGTS;

VI - centralizar os recursos do FGTS, bem como sua administração e aplicação, manter e controlar as contas vinculadas, e emitir regularmente os extratos individuais correspondentes às contas vinculadas, podendo ainda participar de rede arrecadadora dos recursos do FGTS.

§ 1º - Os programas anuais e plurianuais de aplicação dos recursos deverão discriminar as aplicações previstas em cada Unidade da Federação.

§ 2º - O Gestor deverá dar pleno cumprimento aos programas anuais em andamento, aprovados pelo Conselho Curador, sendo que eventuais alterações somente poderão ser processadas mediante prévia anuência daquele Colegiado.

Art. 6º - Os membros da Diretoria do Órgão Gestor e do Conselho Curador do FGTS serão responsáveis pelo fiel cumprimento e observância dos critérios estabelecidos nesta Lei.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

LEI Nº 7.839, de 12.10.89.

Continuação.

Art. 7º - As aplicações com recursos do FGTS poderão ser realizadas diretamente pelo Gestor ou pelos demais órgãos integrantes do SFH e pelas entidades, para esse fim credenciadas pelo Banco Central do Brasil, como agentes financeiros, exclusivamente segundo critérios fixados pelo Conselho Curador, em operações que preencham os seguintes requisitos:

- I - garantia real;
- II - correção monetária igual à das contas vinculadas;
- III - taxa de juros média de no mínimo 3% ao ano;

IV - prazo máximo de 25 anos.

§ 1º - A rentabilidade média das aplicações deverá ser suficiente à cobertura de todos os custos incorridos pelo Fundo e, ainda, à formação de reserva técnica para o atendimento de gastos eventuais não previstos, sendo do Gestor o risco de crédito.

§ 2º - Os recursos do FGTS deverão ser aplicados em habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbana. As disponibilidades financeiras devem ser mantidas em volume que satisfaça as condições de liquidez e remuneração mínima necessária à preservação do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º - O programa de aplicação deverá destinar, no mínimo, 60% para investimentos em habitação popular.

§ 4º - Os projetos de saneamento básico e infra-estrutura urbana, financiados com recursos do FGTS, deverão ser complementares aos programas habitacionais.

§ 5º - Nos financiamentos concedidos a pessoas jurídicas de direito público será exigida garantia real ou vinculação de receitas.

Art. 8º - O Conselho Curador fixará diretrizes e estabelecerá critérios técnicos para as aplicações dos recursos do FGTS, visando a:

I - exigir a participação dos contratantes de financiamentos, nos investimentos a serem realizados;

II - assegurar o cumprimento, por parte dos contratantes inadimplentes, das obrigações decorrentes dos financiamentos obtidos;

III - evitar distorções na aplicação entre as regiões do País, considerando para tanto a demanda habitacional, a população e outros indicadores sociais.

Art. 9º - Os depósitos feitos na rede bancária, a partir de 1º de outubro de 1989, relativos ao FGTS, serão transferidos à Caixa Econômica Federal no segundo dia útil subsequente à data em que tenham sido efetuados.

Art. 10 - No prazo de um ano, a contar da promulgação desta Lei, o Gestor do FGTS assumirá o controle de todas as contas vinculadas, nos termos do item VI do art. 5º, passando os demais estabelecimentos bancários, findo este prazo, à condição de agentes recebedores e pagadores do FGTS, mediante recebimento de tarifa a ser fixada pelo Conselho Curador.

§ 1º - Enquanto não ocorrer a centralização prevista no "caput" deste artigo, o depósito efetuado no decorrer do mês será contabilizado no saldo da conta vinculada do trabalhador no primeiro dia útil do mês subsequente.

§ 2º - Até que o Gestor implemente as disposições do "caput" deste artigo, as contas vinculadas continuarão sendo abertas em estabelecimento bancário escolhido pelo empregador, dentre os para tanto autorizados pelo Banco Central do Brasil, em nome do trabalhador.

§ 3º - Verificando-se mudança de emprego, até que venha a ser implementada a centralização prevista no "caput" deste artigo, a conta vinculada será transferida para o estabelecimento bancário da escolha do novo empregador.

Continua..

§ 4º - Os resultados financeiros auferidos pelo Gestor no período entre o repasse aos bancos e o depósito nas contas vinculadas dos trabalhadores destinar-se-ão à cobertura das despesas de administração do FGTS e ao pagamento da tarifa aos bancos depositário, devendo os eventuais saldos ser incorporados ao patrimônio do Fundo nos termos do art. 2º, § 1º.

§ 5º - Após a centralização do cadastro de contas vinculadas, no Gestor, o depósito realizado no prazo regulamentar passa a integrar o saldo da conta vinculada do trabalhador a partir do dia 13 do mês de sua ocorrência. O depósito realizado fora do prazo será contabilizado no saldo do dia 13 subsequente, após atualização monetária e capitalização de juros.

Art. 11 - Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão corrigidos monetariamente, com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança, e capitalizarão juros de 3% a.a.

§ 1º - Até que ocorra a centralização prevista no item VI do art. 5º, a atualização monetária e a capitalização de juros correrão à conta do Fundo, e o respectivo crédito será efetuado na conta vinculada no primeiro dia útil de cada mês, com base no saldo existente no primeiro dia útil do mês anterior, deduzidos os saques ocorridos no período.

§ 2º - Após a centralização do cadastro de contas vinculadas no Gestor, a atualização monetária e a capitalização de juros correrão à conta do Fundo, e o respectivo crédito será efetuado na conta vinculada, no dia 13 de cada mês, com base no saldo existente no mês anterior, deduzidos os saques ocorridos no período.

§ 3º - Para as contas vinculadas dos trabalhadores optantes existentes à data de 21 de setembro de 1971, a capitalização dos juros dos depósitos continuará a ser feita na seguinte progressão, salvo no caso de mudança de empresa, quando a capitalização dos juros passará a ser feita à taxa de 3% ao ano:

I - 3%, durante os dois primeiros anos de permanência na mesma empresa;

II - 4%, do terceiro ao quinto ano de permanência na mesma empresa;

III - 5%, do sexto ao décimo ano de permanência na mesma empresa;

IV - 6%, a partir do décimo primeiro ano de permanência na mesma empresa.

§ 4º - O saldo das contas vinculadas é garantido pelo Governo Federal, podendo ser instituído seguro especial para esse fim.

Art. 12 - Fica ressaltado o direito adquirido dos trabalhadores que, à data da promulgação da Constituição Federal de 1988, já tinham o direito à estabilidade no emprego nos termos do Capítulo V do Título IV da CLT.

§ 1º - O tempo do trabalhador não optante do FGTS, anterior a 05 de outubro de 1988, em caso de rescisão sem justa causa pelo empregador, reger-se-á pelos dispositivos constantes dos artigos nºs 477, 478 e 497 da CLT.

§ 2º - O tempo de serviço anterior à atual Constituição poderá ser transacionado entre empregador e empregado, respeitado o limite mínimo de 60% da indenização prevista.

§ 3º - É facultado ao empregador desobrigar-se da responsabilidade da indenização relativa ao tempo de serviço anterior à opção, depositando na conta vinculada do trabalhador, até o último dia útil do mês previsto em lei para o pagamento de salário, o valor correspondente à indenização, aplicando-se ao depósito, no que couber, todas as disposições desta Lei.

§ 4º - Os trabalhadores poderão, a qualquer momento, optar pelo FGTS com efeito retroativo a 1º de janeiro de 1967 ou à data de sua admissão, quando posterior àquela.

Art. 13 - Para os fins previstos nesta Lei, todos os empregadores ficam obrigados a depositar, até o último dia previsto em lei para o pagamento de salários, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 8% da remuneração paga ou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

LEI Nº 7.839, de 12.10.89.

Continuação.

1962, com as modificações da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965.

§ 1º - Entende-se por empregador a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou direito público, da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão-de-obra, independente da responsabilidade solidária e/ou subsidiária a que eventualmente venha obrigar-se.

§ 2º - Considera-se trabalhador toda pessoa física que prestar serviços a empregador, a locador ou tomador de mão-de-obra, excluídos os eventuais, os autônomos e os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.

§ 3º - Os trabalhadores domésticos poderão ter acesso ao regime do FGTS, na forma que vier a ser prevista em Lei.

Art. 14 - Para efeito desta Lei, as empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista poderão equiparar seus diretores não empregados aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS. Considera-se diretor aquele que exerça cargo de administração previsto em Lei, estatuto ou contrato social, independente da denominação do cargo.

Art. 15 - Os empregadores se obrigam a comunicar mensalmente aos trabalhadores os valores recolhidos ao FGTS e repassar-lhes todas as informações sobre suas contas vinculadas recebidas do Gestor ou dos Bancos Depositários.

Art. 16 - Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador, ficará este obrigado a depositar em conta vinculada do trabalhador, na forma do art. 13, os valores ainda não recolhidos, sem prejuízo das cominações previstas no art. 20.

§ 1º - Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, pagará este, diretamente ao trabalhador, importância igual a 40% do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.

§ 2º - Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata o § 1º será de 20%.

§ 3º - As importâncias de que trata este artigo deverão constar do recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho, observado o disposto no art. 477 da CLT, e eximirão o empregador exclusivamente quanto aos valores discriminados.

Art. 17 - No caso de extinção do contrato de trabalho prevista no art. 12 desta Lei, serão observados os seguintes critérios:

I - havendo indenização a ser paga, o empregador, mediante comprovação do pagamento daquela, poderá sacar o saldo dos valores por ele depositados na conta individualizada do trabalhador;

II - não havendo indenização a ser paga, ou decorrido o prazo prescricional para a reclamação de direitos por parte do trabalhador, o empregador poderá levantar em seu favor o saldo da respectiva conta individualizada, mediante comprovação perante o órgão competente do Ministério do Trabalho.

Art. 18 - A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovados com o pagamento dos valores de que trata o art. 16;

II - extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supres-

Continua...

são de parte de suas atividades, ou ainda falecimento do empregador individual, sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;

III - aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV - falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;

V - pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, desde que:

- a) o saldo da conta vinculada corresponda a, no mínimo, 5 vezes a renda mensal do mutuário;
- b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de 12 (doze) meses;
- c) o valor do abatimento atinja, no máximo, 80% do montante da prestação;

VI - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de 2 anos para cada movimentação;

VII - pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:

- a) o saldo da conta vinculada do adquirente deverá ser igual ou superior a 5 (cinco) vezes o valor da sua renda mensal;
- b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;

VIII - quando permanecer 3 anos ininterruptos, a partir da vigência desta Lei, sem crédito de depósitos.

§ 10 - A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurará que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na conta vinculada durante o período de vigência do último contrato de trabalho, acrescida de juros e atualização monetária, deduzidos os saques;

§ 20 - O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando a beneficiar os trabalhadores de baixa renda e a preservar o equilíbrio financeiro do FGTS;

§ 30 - O direito de adquirir moradia com recursos do FGTS, pelo trabalhador, só poderá ser exercido para um único imóvel;

40 - O imóvel objeto de utilização do FGTS somente poderá ser objeto de outra transação com recursos do Fundo, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador;

§ 50 - O pagamento da retirada, após o período previsto em regulamento, implicará atualização monetária dos valores devidos.

Art. 19 - Após a centralização das contas de que trata o art. 10 desta Lei, o saldo da conta não individualizada e da conta vinculada sem depósito há mais de 5 anos será incorporado ao patrimônio do FGTS, resguardado o direito do beneficiário de reclamar, a qualquer tempo, a reposição do valor transferido, mediante comprovação.

Art. 20 - O empregador que não realizar os depósitos previstos nesta Lei no prazo fixado no art. 13 responderá pela atualização monetária da importância correspondente. Sobre o valor atualizado dos depósitos incidirão, ainda, juros de mora de 1% ao mês e multa de 20%, sujeitando-se, também, às obrigações e sanções previstas no Decreto-lei nº 368, de 19 de dezembro de 1968.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

LEI Nº 7.839, de 12.10.89.

Continuação.

§ 1º - A atualização monetária de que trata o "caput" deste artigo será cobrada por dia de atraso, tomando-se por base os índices de variação do Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTN Fiscal) ou, na falta deste, do título que vier a sucedê-lo, ou ainda, a critério do Conselho Curador, por outro indicador da inflação diária.

§ 2º - Se o débito for pago até o último dia útil do mês de seu vencimento, a multa prevista neste artigo será reduzida para 10%.

Art. 21 - Competirá ao Ministério do Trabalho a verificação, em nome do Gestor, do cumprimento do disposto nesta Lei, especialmente quanto à apuração dos débitos e das infrações praticadas pelos empregadores ou tomadores de serviços, notificando-os para efetuarem e comprovarem os depósitos correspondentes e cumprirem as demais determinações legais, podendo, para tanto, contar com o concurso de outros órgãos do Governo Federal, na forma que vier a ser regulamentada.

§ 1º - Constituem infrações para efeito desta Lei:

I - não depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS;

II - omitir as informações sobre a conta vinculada do trabalhador;

III - apresentar as informações ao Cadastro Nacional do Trabalhador, dos trabalhadores beneficiários, com erros ou omissões;

IV - deixar de computar, para efeito de cálculo dos depósitos do FGTS, parcela componente da remuneração;

V - deixar de efetuar os depósitos e os acréscimos legais, após notificado pela fiscalização.

§ 2º - Pela infração do disposto no § 1º deste artigo, o infrator estará sujeito à multa por trabalhador prejudicado, na forma do Regulamento do FGTS. Nos casos de fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou desacato à fiscalização, assim como na reincidência, a multa será duplicada, sem prejuízo das demais cominações legais.

§ 3º - Os valores das multas, quando não recolhidas no prazo legal, serão atualizados monetariamente até a data de seu efetivo pagamento, através de sua conversão pelo BTN Fiscal.

§ 4º - O processo de fiscalização, de autuação e de imposição de multas reger-se-á pelo disposto no Título VII da CLT, respeitado o privilégio do FGTS à prescrição trintenária.

§ 5º - A rede arrecadadora e o Gestor do FGTS deverão prestar ao Ministério do Trabalho as informações necessárias à fiscalização.

Art. 22 - Por descumprimento ou inobservância de quaisquer das obrigações que lhe competem como agente arrecadador, pagador e mantenedor do cadastro de contas vinculadas, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador, fica o banco depositário sujeito ao pagamento de multa equivalente a 10% do montante arrecadado no mês anterior, independentemente das demais cominações legais.

Art. 23 - Poderá o próprio trabalhador, seus dependentes e sucessores, ou ainda o Sindicato a que estiver vinculado, acionar diretamente a empresa por intermédio da Justiça do Trabalho, para compeli-la a efetuar o depósito das importâncias devidas nos termos desta Lei.

Parágrafo Único - O Gestor do FGTS e o Ministério do Trabalho deverão ser notificados da propositura da reclamação.

Art. 24 - É competente a Justiça do Trabalho para julgar os dissídios entre os trabalhadores e os empregadores decorrentes da aplicação desta Lei, mesmo quando o Gestor e o Ministério do Trabalho figurarem como litisconsortes.

Continua

Art. 25 - A apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS, fornecido pelo Gestor, é obrigatória nas seguintes situações:

- a) habilitação em licitação promovida por órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, Direta, Indireta ou Fundacional ou por entidade controlada direta ou indiretamente pela União, Estado e Município;
- b) obtenção, por parte da União, Estados e Municípios, ou por órgãos da Administração Federal, Estadual e Municipal, Direta, Indireta ou Fundacional, ou indiretamente pela União, Estados ou Municípios, de empréstimos ou financiamentos junto a quaisquer entidades financeiras oficiais;
- c) obtenção de favores creditícios, isenções, subsídios, auxílios, outorga ou concessão de serviços ou quaisquer outros benefícios concedidos por órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, salvo quando destinados a saldar débitos para com o FGTS;
- d) transferência de domicílio para o exterior;
- e) registro ou arquivamento, nos órgãos competentes, de alteração ou distrato de contrato social, de estatuto, ou de qualquer documento que implique modificação na estrutura jurídica do empregador ou na sua extinção.

Art. 26 - São isentos de tributos federais os atos e operações necessários à aplicação desta Lei, quando praticados pelo Gestor, pelos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores, pelos empregadores e pelos estabelecimentos bancários.

Parágrafo único - Aplica-se o disposto neste artigo às importâncias devidas, nos termos desta Lei, aos trabalhadores, seus dependentes ou sucessores.

Art. 27 - Os depósitos em conta vinculada, efetuados nos termos desta Lei, constituirão despesas dedutíveis do lucro operacional dos empregadores, e as importâncias levantadas a seu favor implicarão receita tributável.

Art. 28 - Fica reduzida para 1,5% a contribuição devida pelas empresas ao Serviço Social do Comércio e ao Serviço Social da Indústria, e dispensadas estas entidades da subscrição compulsória a que alude o art. 21 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Art. 29 - O Poder Executivo expedirá o regulamento desta Lei no prazo de 60 dias a contar da data de sua promulgação.

Art. 30 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, e as demais disposições em contrário.

Brasília, em 12 de outubro de 1989.
1689 da Independência e 1019 da República.

ANTÔNIO PAES DE ANDRADE
Mailson Ferreira da Nóbrega
Dorothea Werneck
João Alves Filho
João Batista de Abreu



CÂMARA DOS DEPUTADOS

LEI Nº 7.839, de 12.10.89.

Continuação.

RETIFICAÇÃO no DO de 18.10.89, pág. 18721, col. 02.

Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.

(Publicada no Diário Oficial de 13 de outubro de 1989-Seção 1).

RETIFICAÇÃO

Na página 18486, 1ª coluna, no Art. 18, item VII, alínea "a", onde se lê:

... igual ou superior a 5 (cinco) valor da sua renda mensal;

LEIA-SE:

... igual ou superior a 5 vezes o valor da sua renda mensal;

No item VIII, § 2º, do referido Art. 18, onde se lê:

... equilíbrio financeiro do FGTS;

LEIA-SE:

... equilíbrio financeiro do FGTS;

Ainda no item VIII, onde se lê:

4º - O imóvel objeto ...

LEIA-SE:

§ 4º - O imóvel objeto ...

No Art. 25, alínea "e", onde se lê:

... que implique e modificação ...

LEIA-SE:

... que implique modificação ...

Aprovado o recurso. A matéria vai às Comissões: de Constituição e Justiça e de Redação; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Finanças e Tributações.

Em 07 de abril de 1990

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PARECER Nº 21, DE 1990

(Da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação)

Opina pelo acolhimento do recurso interposto pelo Deputado José Egreja contra a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2.521/89, que cria o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço do Trabalhador Rural - FGTS/TR.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pelo acolhimento do recurso interposto pelo Deputado José Egreja contra a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2.521/89, que "cria o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço do Trabalhador Rural - FGTS/TR", nos termos do parecer do relator. O Deputado José Genóbio absteve-se de votar.

Estiveram presentes os Senhores Deputados Theodoro Mendes, Presidente; José Dutra, Mário Assad e Ibrahim Abi-Ackel, Vice-Presidentes; Arnaldo Moraes, Lélto Souza, Leopoldo Souza, Evaldo Gonçalves, Horácio Ferraz, José Thomaz Nonó, José Guedes, Jutany Júnior, Beth Azize, Gonzaga Patriota, Bonifácio de Andrada, José Genóbio, Mendes Ribeiro, Michel Temer, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Osvaldo Macedo, Messias Góis, Paes Landim, Moema São Thiago, Plínio Martins, Sigmaringa Seixas, Rodrigues Palma, Marcos Formiga, Egidio Ferreira Lima, Adolfo Oliveira, Fernando Santana, Raimundo Bezerra, Ubiratan Aguiar, Gilberto Carvalho, Stélio Dias e Roberto Balestra.

Sala da Comissão, 24 de outubro de 1990. - Deputado Theodoro Mendes, Presidente - Deputado Horácio Ferraz, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

RECURSO S/Nº, DE 1989

Contra declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2.521, de 1989.

I - Relatório

O recurso em exame foi interposto pelo nobre Deputado José Egreja contra a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2.521, de 1989, de sua autoria, que "cria o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço do Trabalhador Rural - FGTS/TR", conforme despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara dos Deputados em 26 de outubro de 1989.

A declaração de prejudicialidade se deu com base no art. 163 do Regimento Interno, tendo em vista a aprovação da Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989, que "dispõe sobre o FGTS e dá outras providências".

Aléga o nobre autor do recurso que a Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989, dispõe especificamente sobre a gestão dos recursos do FGTS do trabalhador urbano. Salienta, entretanto, que seu projeto disciplina especificamente a aplicação do fundo ao trabalhador rural, e que a Lei nº 5.107, de 1966, bem como a

Lei nº 7.839/89 preocupam-se tão-somente com as relações de trabalho no meio urbano.

Cabe a esta comissão, nos termos do art. 164, § 1º, manifestar-se sobre a matéria.

II - Voto do Relator

Com efeito a Lei nº 5.107, de 1966, que criou o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço revogada pela Lei nº 7.839, de 1989, cuidava especificamente do trabalhador urbano, tanto que a Lei nº 5.885, de 1973, que estabelece normas reguladoras do trabalho rural, em seu art. 20, previa que "lei especial dispore sobre a aplicação ao trabalhador rural, no que couber, do regime do FGTS". Posteriormente à interposição do recurso, foi aprovada a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, revogando a Lei nº 7.839/89.

Ocorre que a Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso III, determina:

"Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

III - fundo de garantia do tempo de serviço."

Sobre esse dispositivo assim se manifestaram Celso Ribeiro Bastos e Ives Gandra Martins, in "Comentários à Constituição do Brasil", vol. 2, pág. 407.

"Para compreender-se integralmente a extensão do art. 7º, no que diz respeito aos cobertos pelas suas disposições, temos que nos referir ao trabalhador rural. Este não vinha enunciado na Constituição anterior como beneficiário necessário das garantias constitucionais na matéria. É uma novidade, pois, do atual Texto Constitucional ter equiparado o trabalhador urbano ao rural."

Tendo em vista esse magistério, entendo que assiste inteira razão ao nobre recorrente. Sua proposição, pois, deve continuar tramitando pela Casa pois cuida de matéria distinta daquela disciplinada, atualmente, pela Lei nº 8.036/90.

Diante do acima exposto, voto pelo acolhimento do recurso interposto pelo nobre Deputado José Egreja contra a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2.521/89, de sua autoria.

Sala da Comissão, 18 de outubro de 1990. - Deputado Horácio Ferraz, Relator.

RECURSO Nº, DE 1989
(Do Deputado José Egreja)

Contra declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 2.521, de 1989.

2

j



(DO SR. PAULO PAIM)

Dispõe sobre a estabilidade no emprego dos representantes da categoria dos
trabalhadores no Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço,
alterando a Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989.

PL. 4664/90 (Art.24,II)
REDISTRIBUIDO nos termos da Resol. 10/91
as Comissoes:

TRABALHO, DE ADM. E SERVICO PUBLICO
CONST. E JUSTICA E DE REDACAO (Art.54,R14) ~~TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E~~

em 26 de MARÇO de 1990

DISTRIBUIÇÃO

[illegible]

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 4.664, DE 1990

(DO SR. PAULO PAIM)



Dispõe sobre a estabilidade no emprego dos representantes da categoria dos trabalhadores no Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, alterando a Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989.

VIDE CAPA

~~(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ADM)
E DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - ART.
24, II)~~



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ÀS COMISSÕES:

ART. 24, II

1. Constituição e Justiça e de Redação (ADM)
2. Trabalho, de Administ. e Serviço Público

Em, 06/03/90

[Assinatura]
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 4664/90

Dispõe sobre a estabilidade no emprego dos representantes da categoria dos trabalhadores no Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, alterando a Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º - O artigo 3º da Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989 é acrescido do seguinte parágrafo, renumerando-se os demais:

"Art. 3º - ...

§ 4º - É vedada a dispensa dos empregados representantes dos trabalhadores no Conselho Curador a partir da nomeação, ainda que Suplentes, até um ano após o final de seus mandatos, salvo o cometimento de falta grave apurada devidamente nos termos da Lei."

"Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

"Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

J U S T I F I C A T I V A

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço foi completamente reformulado com o advento da Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989, que introduziu significativas mudanças que adaptarem a Sistemática do FGTS à conjuntura atual.



Ressalte-se como de grande importância a introdução de um Conselho Curador encarregado da administração dos recursos do FGTS. Neste Conselho Curador os trabalhadores tem três representantes.

O novo projeto pretende ajustar a legislação aprovada introduzindo uma importante garantia para os representantes dos trabalhadores, qual seja, a estabilidade no emprego.

A necessidade dessa garantia se impõe na medida em que ao representante dos trabalhadores cabe a defesa dos interesses de sua classe, que, na maioria das vezes, contraria interesses dos empregadores.

O desempenho do mandato do representante dos trabalhadores, como de resto se aplica ao exercício de qualquer mandato, deve estar protegido contra possíveis retaliações. Neste sentido é mais que oportuno a aprovação deste projeto.


Deputado PAULO PAIM - PT/RS



LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI Nº 7.839, de 12 de outubro de 1989.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do
Tempo de Serviço e dá outras provi-
dências.

Art. 3º - A gestão do FGTS será efetuada pela Caixa Econômica Federal - CEF, segundo normas gerais e planejamento elaborados por um Conselho Curador, integrado por 3 representantes da categoria dos trabalhadores e 3 representantes da categoria dos empregadores, além de um representante de cada uma das seguintes entidades: Ministério da Fazenda, Ministério do Interior, Ministério do Trabalho, Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, Caixa Econômica Federal e Banco Central do Brasil.

§ 1º - A Presidência do Conselho Curador será exercida pelo representante do Ministério do Trabalho.

§ 2º - Os órgãos oficiais far-se-ão representar, no caso dos ministérios, pelos Ministros de Estado e, no caso dos demais órgãos, por seus Presidentes, na qualidade de membros titulares, cabendo-lhes indicar seus suplentes ao Presidente do Conselho Curador, que os nomeará.

§ 3º - Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores e seus respectivos suplentes serão indicados pelas respectivas centrais sindicais e confederações nacionais e nomeados pelo Ministro do Trabalho, e terão mandato de 2 anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 4º - O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente, a cada bimestre, por convocação de seu presidente. Esgotado esse período, não tendo ocorrido convocação, qualquer de seus membros poderá fazê-la, no prazo de 15(quinze) dias. Havendo necessidade, qualquer membro poderá convocar reunião extraordinária, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 5º - As decisões do Conselho serão tomadas com a presença, no mínimo, de sete de seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade.

§ 6º - As despesas porventura exigidas para o comparecimento às reuniões do Conselho constituirão ônus das respectivas entidades representadas.

§ 7º - O Conselho Curador do FGTS será instalado no prazo de 30 (trinta) dias após a promulgação desta Lei.

§ 8º - Até que se instale o Conselho Curador do FGTS, competirá, provisoriamente, ao Conselho Monetário Nacional fixar os valores de remuneração do Gestor e dos Agentes Financeiros.

§ 9º - Competirá ao Ministério do Trabalho proporcionar ao Conselho Curador os meios necessários ao exercício de sua competência.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

1007/88, 1013/88, 1014/88, 1154/88, 1163/88,
1827/89, 2453/89, 3165/89, 3282/89, 5498/90
Publique-se.

Em 28 / 02 / 91.

Presidente

Brasília, 18 de fevereiro de 1991

Senhor Presidente:

De acordo com o parágrafo único, do Art. 105, do Regimento Interno da Casa, venho requerer de V. Ex^a., o desarquivamento dos seguintes projetos de minha autoria:

Ano 1988 / Projetos nº: 999, 1000, ~~1002~~, 1003, 1005, 1006, ~~1007~~, 1008, 1009, 1010, 1012, ~~1013~~, ~~1014~~, 1015, 1152, 1153, ~~1154~~, 1155, 1156, 1158, 1160, 1162, ~~1163~~, 1165, 1413;

Ano 1989 / Projetos nº: 1465, ~~1827~~, 2260, ~~2453~~, 2454, 2748, ~~3165~~, ~~3282~~, 3408, 3409, 3421, 3433, 3434, 3468, 3469, 3518, 3520, 3534, 3533, 3535, 3583, 3661, 3662, 3745, 3814, 3853 e 4101;

Ano 1990 / Projetos nº: 4663, 4664, 4676, 4768, 4827, 4847, 4875, 4955, 4956, 5237, 5262, ~~5498~~, 5698, 5822, 5917, 5919, 5920, 5948, 5957 e 5958.

Nestes Termos,
Peço Deferimento.

Atenciosamente,

PAULO RENATO PAIM
Deputado Federal.

Exm^o. Sr.
Dep. IBSEN PINHEIRO
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
N E S T A



CÂMARA DOS DEPUTADOS


COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 4.664/90

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do item III do Ato da Mesa nº 177/89, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 16 / 04 / 91 , por 5 sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 22 de abril de 1991.


HILDA DE SENA CORREA WIEDERHECKER
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 4.664/90

Nos termos do art. 24, § 1º, combinado com o art. 166, e do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e do item III do Ato da Mesa nº 177/89, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas ao projeto, a partir de 16.04.91, por 05 sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 23 de abril de 1991.


HILDA DE SENA CORREA WIEDERHECKER
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS
PROJETO DE LEI Nº 4.664/90

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 10 / 09 / 92, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão em 17 de setembro de 1992.

Antonio Luis de Souza Santana
Secretário



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS
PROJETO DE LEI Nº 4.664/90

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 10 / 09 / 92, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 17 de setembro de 1992.

Antonio Luis de Souza Santana
Secretário

NOVO REGIMENTO



DESARQUIVADO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. GERALDO ALCKMIN FILHO)

ASSUNTO:

Acrescenta dispositivo ao artigo 18 da Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989, visando a utilização da conta vinculada do trabalhador no FGTS para a construção de casa própria.

PL. 4952/90

Art. 24, II

REDISTRIBUIDO nos termos da Resol. 10/91
as Comissões:

TRABALHO, DE ADM. E SERVIÇO PÚBLICO

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (Art. 54, RI)

CONST. E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (Art. 54, RI)



Constituição e Justiça e de
ADM; e de Trabalho, de Adm.

AO ARQUIVO

em 15 de maio de 1990

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____

O Presidente da Comissão de _____

PROJETO N.º 4952 DE 1990



CÂMARA DOS DEPUTADOS

As Comissões:

Art. 24, II

~~Constituição e Justiça e de Redação (ADM)
Finanças e Tributação (ADM)
Trabalho, Administração e Serviço Público~~

Em 02, 04, 91.

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 4952 DE 1990

VIDE CAPA

(Do Deputado GERALDO ALCKMIN FILHO)

Acrescenta dispositivo ao art. 18 da
Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989,
visando a utilização da conta vinculada
do trabalhador no FGTS para a construção
de casa própria.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 7.839, de 12 de outubro
de 1989, passa a vigorar acrescido de § 6º, com a seguinte redação:

"Art. 18

§ 6º A pedido do titular da conta vinculada, o
saldo total ou parcial do FGTS poderá ser liberado para
construção de casa própria, dentro de 15 (quinze) dias,
contados da data da entrega do requerimento".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publica
ção.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

É fundamental consignarmos em lei, expressamente, a hi-
pótese de o titular da conta vinculada do FGTS poder utilizá-la de
acordo com o seu interesse e vontade através da construção, a cargo
do interessado, em terreno que ele vier a possuir ou comprar.

Afinal, é freqüente a possibilidade de o empregado ad-
quirir o seu imóvel em situação mais vantajosa que aquelas propos-
tas pelo Sistema Financeiro da Habitação.

Demais disso, os entraves financeiros e operacionais a-
cabem elevando o custo das prestações do sistema oficial.




CÂMARA DOS DEPUTADOS



Estes, os motivos que nos levaram a apresentar o presente projeto de lei à alta consideração dos eminentes membros do Congresso Nacional.

Sala da Comissão, 25 de abril de 1990.


Deputado GERALDO ALCKMIN FILHO



CÂMARA DOS DEPUTADOS



LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI Nº 7.839, de 12 de outubro de 1989.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do
Tempo de Serviço e dá outras provi-
dências.

Art. 18 - A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovados com o pagamento dos valores de que trata o art. 16;

II - extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, ou ainda falecimento do empregador individual, sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;

III - aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV - falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;

V - pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, desde que:

a) o saldo da conta vinculada corresponda a, no mínimo, 5 vezes a renda mensal do mutuário;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de 12 (doze) meses;

c) o valor do abatimento atinja, no máximo, 80% do montante da prestação;

VI - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de 2 anos para cada movimentação;

VII - pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:

a) o saldo da conta vinculada do adquirente deverá ser igual ou superior a 5 (cinco) vezes o valor da sua renda mensal;

b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;

VIII - quando permanecer 3 anos ininterruptos, a partir da vigência desta Lei, sem crédito de depósitos.

§ 1º - A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurará que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na conta vinculada durante o período de vigência do último contrato de trabalho, acrescida de juros e atualização monetária, deduzidos os saques;

§ 2º - O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando a beneficiar os trabalhadores de baixa renda e a preservar o equilíbrio financeiro do FGTS;

§ 3º - O direito de adquirir moradia com recursos do FGTS, pelo trabalhador, só poderá ser exercido para um único imóvel;

§ 4º - O imóvel objeto de utilização do FGTS somente poderá ser objeto de outra transação com recursos do Fundo, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador;

§ 5º - O pagamento da retirada, após o período previsto em regulamento, implicará atualização monetária dos valores devidos.




CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 4.952/90

Nos termos do art. 24, § 1º, combinado com o art. 166, e do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e do item III do Ato da Mesa nº 177/89, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas ao projeto, a partir de 29.04.91, por 05 sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 03 de maio de 1991.


HILDA DE SENA CORREA WIEDERHECKER
Secretária

PROPOSICAO : PL. 4532 / 90

DATA APRES.: 25/04/90

AUTOR : GERALDO ALCKMIN FILHO - PSD/SP

Acrescenta dispositivo ao art. 18 da Lei 7.839, de 12 de outubro de 1989, visando a utilizacao da conta vinculada do trabalhador no FGTS para a construçao de casa propria.

Despacho :

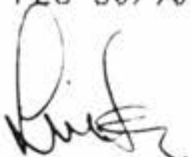
Apense-se ao PL. 4539/90 em 25/04/90.

SGM/Edilson.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em 11 / 03 / 91.

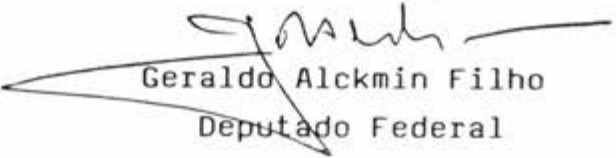

Presidente

EXMO. SR. DEPUTADO IBSEN PINHEIRO
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUEIRO a Vossa Excelência, com fundamento no parágrafo único do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento das proposições / de minha autoria que se encontravam em tramitação ao final / da última legislatura, constantes do rol em anexo.

Termos em que,
P. e E. Deferimento.

06 de março
Brasília, 21 de fevereiro de 1991


Geraldo Alckmin Filho
Deputado Federal



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ROL DAS PROPOSIÇÕES A SEREM DESARQUIVADAS:

1º) PL 649/88

Ementa: Isenta as entidades de fins filantrópicos, reconhecidas como de utilidade pública, da contribuição empresarial/ a Previdência Social.

2º) PL 650/88 /

Ementa: Proíbe a prática de tiro ao voo.

3º) PL 776/88 /

Ementa: Inclui o ensino do cooperativismo como disciplina facultativa em todos os graus de ensino.

4º) PL 814/88 /

Ementa: Torna obrigatória a indicação do tipo e do fator sanguíneos nas cédulas de identidade.

5º) PL 910/88

Ementa: Concede licenças especial a casal de funcionários ou / funcionário que complete 10 anos de adoção de criança.

6º) PL 957/88 /

Ementa: Estende benefícios concedidos aos ex-combatentes da FEB, no art. 53 das disposições transitórias da nova Constituição Federal.

7º) PL 1120/88 /

Ementa: Proíbe a propaganda de medicamentos através do rádio e e da televisão, nos termos que especifica.

8º) PL 1250/88

Ementa: Considera contravenção penal a venda de fogos de artifícios a menores de 14 anos de idade.

9º) PL 1471/89

Ementa: Dispõe sobre a capacidade civil dos doentes mentais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

10º) PL 3634/89 ✓

Ementa: Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, os veículos automotores adquiridos por taxistas, na forma em que especifica.

11º) PL 3831/89 ✓

Ementa: Concede franquia postal para os radioamadores.

12º) PL 4386/89 ✓

Ementa: Inclui o Município de São Bento do Sapucaí na área de / proteção ambiental da Serra da Mantiqueira.

13º) PL 4465/89 ✓

Ementa: Cria o Conselho de Assistência Social aos Trabalhadores / da Agroindústria.

14º) PL 4604/90 ✓

Ementa: Altera a legislação do Instituto de Previdência dos Congressistas.

15º) PL 4722/90 ✓

Ementa: Dispõe sobre a criação de Junta de Conciliação e Julgamento na Cidade de Lorena.

16º) PL 4742/90 ✓

Ementa: Equipara as locações de imóveis destinados a consultórios médicos às locações comerciais.

17º) PL 4952/90 ✓

Ementa: Visa a utilização da conta vinculada do trabalhador no / FGTS para a construção de casa própria.

18º) PL 4979/90

Ementa: Dispõe sobre a remuneração de professores de educação religiosa.

19º) PL 5089/90 /

Ementa: Aumenta os valores de referência para a transferência de financiamento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

20º) PL 5213/90 /

Ementa: Destina 90% do valor das multas que especifica a programas de reflorestamento.

21º) PL 5261/90 /

Ementa: Declara de utilidade pública o Lar Emmanuel de Caçapava.

22º) PL 5286/90 /

Ementa: Reajusta a pensão concedida às vítimas da Talidomida.

23º) PL 5362/90

Ementa: Institui a residência médico-veterinária.

24º) PL 5460/90 /

Ementa: Dispõe que o segurado beneficiado pela contagem recíproca de tempo de serviço também fará jus ao abono de permanência em serviço.

25º) PL 5669/90 /

Ementa: Autoriza a conversão de cruzados novos retidos no Banco Central na titularidade de depositantes desempregados.

26º) PL 5670/90

Ementa: Autoriza a conversão em cruzeiros de cruzados novos / de titularidade de entidades beneficentes.

27º) PL 5671/90 ✓

Ementa: Proíbe cobrança pelos bancos de quaisquer taxas ou tarifas a aposentados e pensionistas.

28º) PL 5813/90 ✓

Ementa: Permite a movimentação da conta vinculada do FGTS do/ aposentado que retornou à atividade, quando esse desligar-se definitivamente de empresa.

29º) PL 5866/90

Ementa: Dispõe sobre a autorização judicial para concessão de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

carteira de habilitação ao menor de 18 e maior de 16 anos para dirigir veículos automotores.

30º) PL 5867/90

Ementa: Dispõe sobre a liberação dos rendimentos das cadernetas de poupança, correspondente aos juros e correção monetária incidentes sobre as importâncias em cruzados novos retidas no Banco Central do Brasil.

31º) PL 5868/90

Ementa: Proíbe a contratação de serviços de publicidade por / empresas públicas, nas condições que menciona.

32º) PL 5967/90 ✓

Ementa: Destina a renda líquida da loteria federal esportiva / à Confederação das Santas Casas de Misericórdia.

33º) PL 6008/90 ✓

Ementa: Dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de contribuição ou de serviço nas administrações públicas direta, indireta ou fundacional e na atividade privada rural e urbana.

34º) PL 6048/90 ✓

Ementa: Estende à mulher o direito à aposentadoria com proventos proporcionais.

35º) PEC 50/90

Ementa: Dispensando a obrigatoriedade de voto, alterando o / disposto na Constituição.

36º) PLP 245/90 ✓

Ementa: Inclui, na lista de serviços tributáveis pelo imposto municipal sobre serviços, a locação imobiliária para / fins turísticos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 4.952, DE 1990

(Do Sr. Geraldo Alckmin Filho)

Acrescenta dispositivo ao art. 18 da Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989, visando a utilização da conta vinculada do trabalhador no FGTS para a construção de casa própria.

(Apense-se ao Projeto de Lei nº 4.939, de 1990.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 7.839, de 12 de outubro de 1989, passa a vigorar acrescido de § 6º, com a seguinte redação:

"Art. 18.

§ 6º A pedido do titular da conta vinculada, o saldo total ou parcial do FGTS poderá ser liberado para construção de casa própria, dentro de 15 (quinze) dias, contados da data da entrega do requerimento."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

É fundamental consignarmos em lei, expressamente, a hipótese de o titular da conta vinculada do FGTS poder utilizá-la de acordo com o seu interesse e vontade através da construção, a cargo do interessado, em terreno que ele vier a possuir ou comprar.

Afinal, é freqüente a possibilidade de o empregado adquirir o seu imóvel em situação mais vantajosa que aquelas propostas pelo Sistema Financeiro de Habitação.

Demais disso, os entraves financeiros e operacionais acabam elevando o custo das prestações do sistema oficial.

Estes, os motivos que nos levaram a apresentar o presente projeto de lei à alta consideração dos eminentes membros do Congresso Nacional.

Sala da Comissão, 25 de abril de 1990, _
Deputado **Geraldo Alckmin Filho**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA COORDENAÇÃO DAS
COMISSÕES PERMANENTES

LEI Nº 7.839, DE 12 DE OUTUBRO DE 1989

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.

Art. 18. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I _ despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovados com o pagamento dos valores de que trata o art. 16;

II _ extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, ou ainda falecimento do empregador individual, sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;

III _ aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV _ falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;

V _ pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, desde que:

a) o saldo da conta vinculada corresponda a, no mínimo, 5 vezes a renda mensal do mutuário;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de 12 (doze) meses;

c) o valor do abatimento atinja, no máximo, 80% do montante da prestação;

VI _ liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de 2 anos para cada movimentação;

VII _ pagamento total ou parcial do preço de aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:

a) o saldo da conta vinculada do adquirente deverá ser igual ou superior a 5 (cinco) vezes o valor da sua renda mensal;

b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;

VIII - quando permanecer 3 anos ininterruptos, a partir da vigência desta lei, sem crédito de depósitos.

§ 1º A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurará que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na conta vinculada durante o período de vigência do último contrato de trabalho, acrescida e juros a atualização monetária, deduzidos os saques.

§ 2º O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando a beneficiar os trabalhadores de baixa renda e a preservar o equilíbrio financeiro do FGTS.

§ 3º O direito de adquirir moradia com recursos do FGTS, pelo trabalhador, só poderá ser exercido para um único imóvel.

§ 4º O imóvel objeto de utilização do FGTS somente poderá ser objeto de outra transação com recursos do Fundo, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 5º O pagamento da retirada, após o período previsto em regulamento, implicará atualização monetária dos valores devidos.

.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 4.952/90

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do item III do Ato da Mesa nº 177/89, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 18/04 /91 , por 5 sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 24 de abril de 1991.

HILDA DE SENA CORREA WIEDERHECKER

Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS
PROJETO DE LEI Nº 4.952/90

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 18 / 11 / 91, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 1991.

Antonio Luis de Souza Santana
Secretário



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS
PROJETO DE LEI Nº 4.952/90

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 18 / 11 / 91, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 1991.

Antonio Luis de Souza Santana
Secretário

NOVO REGIMENTO



DESARQUIVADO

CÂMARA DOS DEPUTADOS
(DO SR. JOSÉ SERRA)

ASSUNTO:

Amplia as possibilidades de movimentação da conta vinculada do FGTS para os trabalhadores de baixa renda e dá outras providências.

DESPACHO: CCNST. E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ADM)-FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ADM)-TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - ART. 24, II.

ÀO A R Q U I V O em 10 de agosto de 19 90

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

5542 DE 19 PROJETO N.º 90

PROPOSICAO : PL. 5542 / 90

DATA APRES.: 28/06/90

AUTOR : JOSE SERRA - PSDB/SP

** (Art. 24, II RI) **

Amplia possibilidades de movimentacao da conta vinculada do FGTS para os trabalhadores de baixa renda e da outras providencias.

Despacho :

Constituicao e Justica e de Redacao (ADM)

Financas e Tributacao (ADM)

Trabalho, Administracao e Servico Publico

.....

SGM/Edilson.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 5.542, DE 1990

(DO SR. JOSÉ SERRA)



Amplia as possibilidades de movimentação da conta vinculada do FGTS para os trabalhadores de baixa renda e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ADM); DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ADM); E DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - ART. 24, II).

P R O J E T

PL. 5542/90

Em 28 / 06 / 90.

Presidente

Amplia as possibilidades de movimentação da conta vinculada do FGTS para os trabalhadores de baixa renda e dá outras providências

Art. 1º Além das hipóteses previstas no artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, o trabalhador com renda mensal de até cinco salários mínimos poderá movimentar sua conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando ocorrerem as seguintes situações:

I - necessidades graves e prementes, pessoais ou familiares, taxativamente relacionadas em regulamento, de trabalhador desempregado em virtude de rescisão do contrato de trabalho, por sua iniciativa ou por iniciativa com justa causa da empresa;

II - necessidade, pessoal ou familiar, por motivo de doença, nos casos de comprovada urgência, em que a Previdência Social haja admitido reembolso das despesas realizadas;

III - casamento, para os empregados de ambos os sexos;

IV - aquisição de material para construção ou ampliação de casa própria;



V - aquisição de bens de que dependa o desenvolvimento de atividade própria e autônoma, vedada a sua alienação pelo prazo de dois anos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

18

A Lei nº 7.838, promulgada em outubro de 1989 e, mais recentemente, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que modificou a anterior a fim de adequá-la à reforma administrativa do novo Governo, introduziram mudanças significativas para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

No que se refere ao trabalhador, especificamente, a nova regulação limita substancialmente as circunstâncias nas quais os trabalhadores podem fazer uso de suas contas vinculadas do FGTS. A nova regra prevê as seguintes situações para movimentação das contas: despedida sem justa causa, extinção total da empresa, aposentadoria, falecimento do trabalhador e aquisição de moradia. Dentre os critérios de saques extintos, cabe destacar os seguintes: aplicação de

capital em negócio próprio; necessidade grave e premente, pessoal familiar, no caso de desemprego ou por motivo de doença; e por motivo de casamento no caso de empregado do sexo feminino.

A restrição das modalidades de saques possibilitará, sem dúvida, maior simplificação em termos de gestão das contas vinculadas e redução dos custos administrativos. No entanto, poderão advir prejuízos para o trabalhador, principalmente aqueles de baixa renda.

Como já foi amplamente demonstrado, o trabalhador de baixa renda, sujeito à maior instabilidade no mercado de trabalho, não consegue acumular quantias significativas em suas contas do FGTS, em virtude das necessidades constantes de efetuar saques por motivo de demissão. Isso significa que este trabalhador raramente consegue usar o Fundo para aquisição de moradia e, quando se aposenta, a quantia retirada muitas vezes é insignificante. Em outras palavras, os novos critérios de saques penalizam a grande maioria dos trabalhadores, que deixarão de contar com esses recursos em diversas circunstâncias.

É por este motivo que estou apresentando Projeto de Lei que visa ampliar novamente as possibilidades de saque, restringindo, no entanto, para os trabalhadores de mais baixa renda. A proposta é autorizar a utilização dos recursos para os trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos, nas seguintes situações: necessidade grave e premente, pessoal ou familiar, em caso de doença ou desemprego; casamento, para os empregados de ambos os sexos; aquisição de material para construção ou ampliação da casa própria; compra de bens para o desenvolvimento de atividade própria e autônoma.

Esta medida tornará a distribuição dos benefícios do FGTS mais abrangente para a classe trabalhadora como um todo. Além disso, ao aumentar as possibilidades de acesso ao Fundo, esta mudança poderá reduzir a rotatividade provocada pelos próprios empregados, com o objetivo de lançar mão dos recursos, estimulando, dessa forma, o trabalhador a permanecer mais tempo no emprego.

Cabe assinalar, por fim, que o aumento das possibilidades de saques não comprometerá o equilíbrio financeiro do Fundo. Isto porque essas modalidades de saques, que vigoravam no sistema anterior para todos os trabalhadores, não chegaram a representar 5% do total de retiradas do FGTS.

Brasília, 28 de Junho de 1990


DEPUTADO JOSÉ SERRA



LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI Nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.

Art. 20 - A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovada com pagamento dos valores de que trata o art. 18;

II - extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, ou ainda falecimento do empregador individual sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;

III - aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV - falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;

V - pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, desde que:

a) o mutuário conte com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de doze meses;

c) o valor do abatimento atinja, no máximo, oitenta por cento do montante da prestação;

VI - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de dois anos para cada movimentação;

VII - pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:

a) o mutuário deverá contar com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;

VIII - quando permanecer três anos ininterruptos, a partir da vigência desta Lei, sem crédito de depósitos;

IX - extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1979;

X - suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a noventa dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.

§ 1º - A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurará que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na conta vinculada durante o período de vigência do último contrato de trabalho, acrescida de juros e atualização monetária, deduzidos os saques.

§ 2º - O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando a beneficiar os trabalhadores de baixa renda e a preservar o equilíbrio financeiro do FGTS.

§ 3º - O direito de adquirir moradia com recursos do FGTS, pelo trabalhador, só poderá ser exercido para um único imóvel.

§ 4º - O imóvel objeto de utilização do FGTS somente poderá ser objeto de outra transação com recursos do Fundo, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 5º - O pagamento da retirada após o período previsto em regulamento, implicará atualização monetária dos valores devidos.

LEI Nº 7.839, DE 12 DE OUTUBRO DE 1989

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, passa a reger-se por esta Lei.

Art. 18 - A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior, comprovados com o pagamento dos valores de que trata o art. 16;

II - extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, ou ainda falecimento do empregador individual, sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;

III - aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV - falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;

V - pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, desde que:

a) o saldo da conta vinculada corresponda a, no mínimo, 5 vezes a renda mensal do mutuário;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de 12 (doze) meses;

c) o valor do abatimento atinja, no máximo, 80% do montante da prestação;

VI - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de 2 anos para cada movimentação;

VII - pagamento total ou parcial do preço da aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:

a) o saldo da conta vinculada do adquirente deverá ser igual ou superior a 5 (cinco) vezes o valor da sua renda mensal;

b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;

VIII - quando permanecer 3 anos ininterruptos, a partir da vigência desta Lei, sem crédito de depósitos.

§ 1º - A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegurará que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na conta vinculada durante o período de vigência do último contrato de trabalho, acrescida de juros e atualização monetária, deduzidos os saques;

§ 2º - O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando a beneficiar os trabalhadores de baixa renda e a preservar o equilíbrio financeiro do FGTS;

§ 3º - O direito de adquirir moradia com recursos do FGTS, pelo trabalhador, só poderá ser exercido para um único imóvel;

§ 4º - O imóvel objeto de utilização do FGTS somente poderá ser objeto de outra transação com recursos do Fundo, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador;

§ 5º - O pagamento da retirada, após o período previsto em regulamento, implicará atualização monetária dos valores devidos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Defiro; publique-se.
Em 20 de fev. 91

Presidente

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

Requeiro nos termos do Art. 105, Parágrafo Único do Regimento Interno da Câmara dos Deputados o desarquivamento dos projetos de minha autoria abaixo relacionados:

- PL Nº 05341 de 1990 /
- PL Nº 05427 de 1990 /
- PL Nº 05542 de 1990 /
- PLP Nº 00222 de 1990 /
- PEC Nº 00051 de 1990 /

Em 20 de fevereiro de 1991

Deputado JOSÉ SERRA



CÂMARA DOS DEPUTADOS


COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 5.542/90

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do item III do Ato da Mesa nº 177/89, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 16/ 04/ 91 , por 5 sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 22 de abril de 1991.


HILDA DE SENA CORREA WIEDERHECKER
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 5.542/90

Nos termos do art. 24, § 1º, combinado com o art. 166, e do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e do item III do Ato da Mesa nº 177/89, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas ao projeto, a partir de 16.04.91, por 05 sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 23 de abril de 1991


HILDA DE SENA CORREA WIEDERHECKER
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.542-A, DE 1990
(do Sr. José Serra)

Amplia as possibilidades de movimentação da conta vinculada do FGTS para os trabalhadores de baixa renda e dá outras providências.

(Às Comissões de Constituição e Justiça e de Redação (ADM); de Finanças e Tributação (ADM); e de Trabalho, Administração e Serviço Público - Art. 24, II).

S U M Á R I O

Proposição inicial

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação

- termo de recebimento de emendas - 06 de dezembro de 1990
- termo de recebimento de emendas - 23 de abril de 1991
- parecer do relator
- emenda oferecida pelo relator
- parecer da Comissão
- emenda da Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO



Projeto de lei Nº 5.542/90.

Amplia as possibilidades de movimentação da conta vinculada do FGTS para os trabalhadores de baixa renda e dá outras providências.

AUTOR: Deputado JOSÉ SERRA

RELATOR: Deputado MESSIAS GÓIS

RELATÓRIO

Além das hipóteses previstas no artigo 20 da Lei Nº 8.036, de 11 de maio de 1990, o trabalhador - consoante o projeto - com renda mensal de até cinco salários-mínimos poderá movimentar sua conta vinculada na ocorrência das seguintes situações:

- I - necessidade graves e prementes;
- II - por motivo de doença;
- III - casamento para empregados de ambos os sexos;
- IV - aquisição de material para construção ou ampliação de casa própria;
- V - aquisição de bens de que dependa o desenvolvimento de atividade profissional autônoma.

Além desta, consoante despacho proferido pelo Senhor Presidente, deverão manifestar-se sobre a iniciativa a Comissão de Finanças e Tributação e a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

VOTO DO RELATOR

Redigida com correção e esmero, de visível juridicidade



CÂMARA DOS DEPUTADOS



e transparente constitucionalidade, o Projeto de Lei Nº 5.542, de 1990, guardará fidelidade à técnica legislativa, se adotada emenda destinada a excluir de seu texto a cláusula revogatória, matéria já disciplinada adequadamente pela Lei de Introdução ao Código Civil.

Sala da Comissão, 31 de maio de 1991.

Deputado MESSIAS GÓIS
RELATOR




CÂMARA DOS DEPUTADOS



EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 5.542, de 1990

Elimine-se do projeto o artigo 3º.

Sala da Comissão, 31 de maio de 1991.


Deputado MESSIAS GÓIS
RELATOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº 5.542, DE 1990

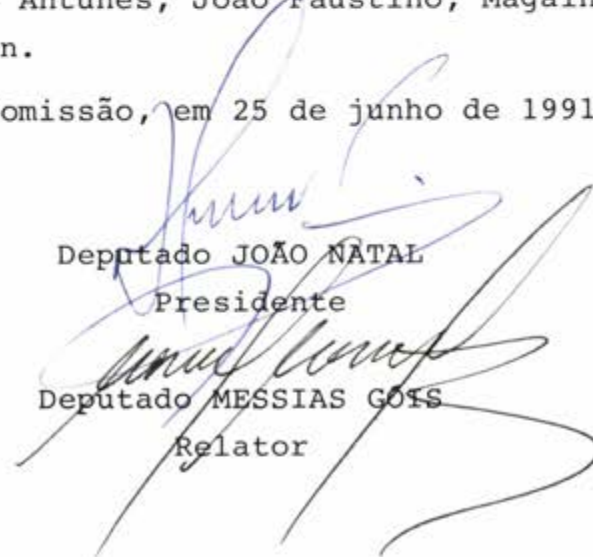
PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda, do Projeto de Lei nº 5.542/90, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

João Natal - Presidente, Roberto Magalhães e Jurandyr Paixão - Vice-Presidentes, Antônio dos Santos, Átila Lins, Ciro Nogueira, Cleonânicio Fonseca, José Burnett, Messias Góis, Nelson Morro, Paes Landim, José Luiz Clerot, José Thomaz Nonô, Mauri Sérgio, Mendes Ribeiro, Nelson Jobim, Nilson Gibson, Renato Vianna, Eden Pedroso, Francisco Evangelista, Vital do Rego, Adylson Motta, Oscar Travassos, Osvaldo Melo, Jutahy Júnior, Sigmaringa Seixas, Carlos Kayath, Nelson Trad, Rodrigues Palma, Hélio Bicudo, José Dirceu, Luiz Piauhyllino, Benedito Domingos, Jesus Tajra, Antônio de Jesus, Ivo Mainardi, Aroldo Góes, João de Deus Antunes, João Faustino, Magalhães Teixeira e Roberto Jefferson.

Sala da Comissão, em 25 de junho de 1991


Deputado JOÃO NATAL

Presidente


Deputado MESSIAS GÓIS

Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

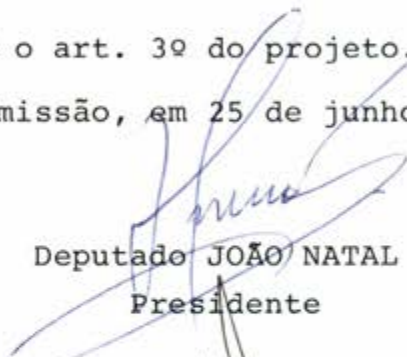


PROJETO DE LEI Nº 5.542, DE 1990

EMENDA - CCJR

Suprima-se o art. 3º do projeto.

Sala da Comissão, em 25 de junho de 1991


Deputado JOÃO NATAL
Presidente


Deputado MESSIAS GÓIS
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 5542-A/90

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do item III do Ato da Mesa nº 177/89, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 17 / 09/ 91 , por 03 sessões, tendo, ao seu término, este Órgão Técnico recebido 03 emendas.

Sala da Comissão, em 20 de setembro de 1991

MARIA LINDA MAGALHÃES

Secretária



EMENDAS OFERECIDAS AO PL Nº 5542/90
(PODER TERMINATIVO)

GER 20.01.0050.5 – (AGO/90)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

001/91

EMENDAS

• Instruções no verso

PÁGINA

AUTOR

DEPUTADO JACKSON PEREIRA

PARTIDO

PSDB

PROJETO DE LEI Nº

5.542/90

ARTIGO

1º

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

DATA

19 / 09 / 91

TEXTOS JUSTIFICAÇÃO

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitue-se no art. 1º a palavra "cinco" por "vinte", passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Além das hipóteses previstas no art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, o trabalhador com renda mensal de vinte salários mínimos poderá movimentar sua conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando ocorrerem as seguintes situações :

J U S T I F I C A Ç Ã O

Apenas 5 (cinco) salários, como está no texto, limita muito as possibilidades do trabalhador. Até 20 (vinte) salários seria o ideal, pois é mais amplo. Poder-se-ia pensar em montar uma micro-empresa ou movimentar sua conta com outra finalidade qualquer, mais abrangente, menos limitada.

DEPUTADO

ASSINATURA

O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

002/91

EMENDAS

* Instruções no verso

PÁGINA

AUTOR

DEPUTADO JACKSON PEREIRA

PARTIDO

PSDB

PROJETO DE LEI Nº

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

DATA

5.542/90

1º

II

19 / 09 / 91

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Adicione-se ao art. 1º no inciso II o parágrafo único, passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º -
I -
II -

Parágrafo Único - No caso de doença é admitido o saque até o limite das despesas, devidamente, comprovadas, inclusive para quem tem renda superior a 20 salários mínimos.

J U S T I F I C A Ç Ã O

Acredito que qualquer trabalhador, em caso de doença, deva poder movimentar seu FGTS. Existindo dinheiro em sua conta, por que contrair empréstimos desnecessários ou desfazer-se de algum bem para tratamento médico ? Não tem sentido o trabalhador ser obrigado a isso, quando ele tem o dinheiro, depositado em sua conta.

DEPUTADO

ASSINATURA

O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

003/91

EMENDAS

* Instruções no verso

PÁGINA

01/01

AUTOR

DEPUTADO JACKSON PEREIRA

PARTIDO

PSDB

PROJETO DE LEI Nº

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

5.542/90

caput

DATA

19 / 09 / 91

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

EMENDA SUPRESSIVA

Suprime-se no caput a expressão "de baixa renda", passando a ter a seguinte redação:

"Amplia as possibilidades de movimentação da conta vinculada do FGTS para os trabalhadores e dá outras providências."

J U S T I F I C A Ç Ã O

Como substituí no artigo 1º até 5 (cinco) salários por 20 (vinte), devo, evidentemente, suprimir a expressão "de baixa renda" do caput.

DEPUTADO

ASSINATURA

O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 5542-A/90

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do item III do Ato da Mesa nº 177/89, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 17 / 09/ 91 , por 03 sessões, tendo, ao seu término, este Órgão Técnico recebido 03 emendas.

Sala da Comissão, em 20 de setembro de 1991

MARIA LINDA MAGALHÃES

Secretária



COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 5542/90
(APENSADO PROJETO DE LEI Nº 1544/91)

AMPLIA AS POSSIBILIDADES DE MOVIMENTAÇÃO
DA CONTA VINCULADA DO FGTS PARA OS TRABALHADORES DE BAIXA RENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AUTOR: DEPUTADO JOSÉ SERRA

RELATOR: DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5542, de 1990, pretende ampliar as possibilidades de movimentação da conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para o trabalhador com renda mensal até cinco (5) salários mínimos.

Pelo texto apresentado, o trabalhador de baixa renda poderá movimentar sua conta nos casos de necessidades graves e prementes, pessoais e familiares - expressas em regulamento; necessidade, pessoal ou familiar, por motivo de doença, nos casos de comprovada urgência; casamento; aquisição de material para construção de casa própria e aquisição de bens de que dependa sua atividade, vedada a revenda no prazo de dois anos.

O projeto teve sua admissibilidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e Redação - CCJR, com emenda do Relator, eliminando o art. 3º e deve ainda ser examinado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Posteriormente ao seu exame pela CCJR, foi apensado ao mesmo o Projeto de Lei nº 1544, de 1991, que altera as hipóteses de movimentação da conta vinculada do FGTS, de autoria da Deputada MARIA LUIZA FONTENELE. Este projeto pretende que, sob determinadas condições, o trabalhador de baixa renda, conforme definido pelo Conselho Curador do FGTS, movimente sua conta vinculada no FGTS para reformar ou ampliar a moradia própria.



Foram apresentadas três emendas ao PL, todas do Deputado JACKSON PEREIRA. A primeira fixa como limite para movimentação a renda de vinte (20) salários mínimos; a segunda admite o saque até o limite das despesas, no caso de doença, para todos os trabalhadores e a terceira, consequentemente, retira do texto a expressão "baixa renda".

Este é o relatório.

VOTO DO RELATOR

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, criado pela Lei nº 5107, de 13 de setembro de 1966, é constituído pelo conjunto das contas vinculadas abertas em nome dos empregados, cujos depósitos são feitos obrigatoriamente pelo empregador, em cada mês, em importância correspondente a determinada porcentagem da remuneração de cada empregado.

Ocorrendo a rescisão do contrato de trabalho, o trabalhador poderá movimentar sua conta, que se constitui na sua garantia de tempo de serviço. Outras hipóteses de movimentação foram estabelecidas naquela Lei e posteriormente ampliadas pelas Leis nº 7839, de 12.10.89 e nº 8036, de 11.05.90.

Tanto o projeto de lei original quanto o apensado vieram a esta Comissão para exame dos aspectos financeiro e orçamentário públicos, quanto à compatibilização ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual e, examinando a legislação vigente, verifiquei não existir, do ponto de vista do orçamento e das finanças públicas, qualquer incompatibilidade ou inadequação nos projetos nem tampouco nas emendas apresentadas.

Peço atenção para o fato de que, se o projeto apensado ou quaisquer das emendas forem aprovados pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, deverão retornar à CCJR, face à recente Resolução nº 10, de 1991, da Câmara dos Deputados e ao fato de que merecem reparos no que tange à técnica legislativa.

Concluindo, voto pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5542/90, do apensado Projeto de Lei nº 1554/91 e das três (3) emendas apresentadas.

Sala da Comissão, em 1 de novembro de 1991

2.

Deputado JOSÉ LOURENÇO
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO


PROJETO DE LEI Nº 5.542-A, DE 1990


PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou, unanimemente, quanto à adequação financeira e orçamentária, o Projeto de Lei nº 5.542-A/90, o de nº 1.554/91, apensado, e as emendas apresentadas na Comissão, nos termos do parecer do Relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Benito Gama, Presidente e Nelson Bornier, Vice-Presidente; Arno Magarinos, Ézio Ferreira, José Falcão, Luís Eduardo, Simão Sessim, Manoel Castro, Ivandro Cunha Lima, Luiz Carlos Hauly, Walter Nory, César Maia, Carrion Júnior, Élio Dalla Vecchia, Sérgio Gaudenzi, Delfim Netto, José Lourenço, Jackson Pereira, Paulo Hartung, Félix Mendonça, Vladimir Palmeira, Paulo Mandarino e Pedro Novais.

Sala da Comissão, em 13 de novembro de 1991.


Deputado BENITO GAMA
Presidente


Deputado JOSÉ LOURENÇO
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS
PROJETO DE LEI Nº 5542-B/90

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 02 / 12 / 91, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 09 de dezembro de 1991.

Antonio Luis de Souza Santana
Secretário



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.542-B, DE 1990

(do Sr. José Serra)

Amplia as possibilidades de movimentação da conta vinculada do FGTS para os trabalhadores de baixa renda e dá outras providências.

(Às Comissões de Constituição e Justiça e de Redação (ADM); de Finanças e Tributação (ADM); e de Trabalho, Administração e Serviço Público - Art. 24, II).

S U M Á R I O

I - Proposição inicial

II - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação:

- termo de recebimento de emendas - 06 de dezembro de 1990
- termo de recebimento de emendas - 23 de abril de 1991
- parecer do relator
- emenda oferecida pelo relator
- parecer da Comissão
- emenda da Comissão

III - Na Comissão de Finanças e Tributação:

- emendas apresentadas (3)
- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS
PROJETO DE LEI Nº 5542-B/90

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 02 / 12 / 91, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 09 de dezembro de 1991.

Antonio Luis de Souza Santana
Secretário